

“MEU NOME NÃO É
MÃE”: Um estudo dos
discursos sobre maternidade
na “Revista AzMina”

Martha Alvarez Lopes Makita

São Paulo, 2019

ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING – ESPM/SP
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRODUÇÃO JORNALÍSTICA E MERCADO
MPJM

MARTHA ALVAREZ LOPES MAKITA

“MEU NOME NÃO É MÃE”

Um estudo dos discursos sobre maternidade no jornalismo feminista da “Revista AzMina”

São Paulo
2019

MARTHA ALVAREZ LOPES MAKITA

“MEU NOME NÃO É MÃE”

Um estudo dos discursos sobre maternidade no jornalismo feminista da “Revista AzMina”

Dissertação apresentada à ESPM como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre no Mestrado Profissional em Produção Jornalística e Mercado.

Orientação: Prof.^a. Dr.^a. Eliza Bacheга Casadei

São Paulo

2019

MAKITA, Martha Alvarez Lopes

“Meu nome não é mãe”: Um estudo dos discursos sobre maternidade no jornalismo feminista da “Revista AzMina” / Martha Alvarez Lopes Makita -- São Paulo, 2019.

243 f.: il., color.

Dissertação. Mestrado Profissional em Produção Jornalística e Mercado. São Paulo, 2019.

Orientador: ELIZA BACHEGA CASADEI

1. maternidade; 2. jornalismo feminista; 3. jornalismo feminino; 4. jornalismo digital; 5. ciberativismo. I. CASADEI, ELIZA BACHEGA. II. Escola Superior de Propaganda e Marketing. III. Título.

Martha Alvarez Lopes Makita

“MEU NOME NÃO É MÃE”

Um estudo dos discursos sobre maternidade no jornalismo feminista da “Revista AzMina”

Dissertação apresentada à ESPM como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Produção Jornalística e Mercado.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof.^a. Dr.^a Eliza Bachega Casadei – Orientadora, MPPJM, ESPM-SP

Membro: Prof.^a. Dr.^a Claudia Lago, PPGCOM-USP

Membro: Prof.^a. Dr.^a Gisela Castro, ESPM-SP

*Ao Gabriel e ao Felipe, por ressignificarem todos os
caminhos e me presentearem com a noção de
urgência.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho coroa um processo intenso de autodescoberta e a realização do sonho de iniciar a construção de uma carreira acadêmica. Ele não teria sido possível sem o apoio e o amor incondicional do meu pai Dario Lopes e da minha mãe Maria Antonia Perez, incansáveis no seu empenho para ver seus filhos felizes e sempre abertos para olhar o mundo através dos nossos olhos. Agradeço, ainda, à minha tia Ana Beatriz Perez, pelo apoio capaz de transformar minha jornada, e deixo minha homenagem à minha avó Maria Beatriz Perez, minha maior lembrança de ser fiel a mim mesma.

As trocas do processo acadêmico foram também fundamentais para que eu atravessasse os anos do mestrado, e por elas, agradeço aos colegas Jéssica Santos, Daniela Ribeiro, Emílio Sant'Anna, Carlise Nascimento e Eduarda Lopes, sem deixar de mencionar os professores Renato Essenfelder e Magaly Prado, que me descortinaram possibilidades decisivas na construção do trabalho. Agradeço, ainda, a valiosa orientação da professora Dulcília Buitoni, que me acompanhou na primeira metade do trabalho, por sua generosidade infindável, e a rica orientação da professora Eliza Casadei, com quem segui na segunda metade do processo, e que, com doçura e tranquilidade, me permitiu abrir novos patamares de compreensão dentro da minha pesquisa, consolidando em mim a certeza do amor pela carreira acadêmica. Gostaria de mencionar também as professoras Cláudia Lago e Gisela Castro, pelas preciosas contribuições na banca de qualificação deste trabalho.

Agradeço, por fim, aos amigos e às amigas com quem partilhei as angústias do processo e que me estimulam a refletir sobre a escrita, a pesquisa, os feminismos, a maternidade e a minha identidade: Márcia Porto, Laura Folgueira, Marina Zan, Renata Nakano, Fabiana Ramos, Ader Gotardo, Adriano de Luca, Henrique Huerta, Giovana Pastore e Patricia Vieira – com um lembrete especial a Marcella Chartier, melhor amiga e parceira de projetos; Fernanda Lopes, a quem agradeço pelo amparo e pela compreensão incomparável nos momentos mais difíceis; Fernando Makita, parceiro de criação de filhos; e Ana Carolina Addario, que ilumina os meus dias e caminha ao meu lado.

RESUMO

Com a crescente apropriação das tecnologias digitais pelos movimentos sociais, que teve seu auge nos últimos anos, especialmente depois de 2013, surgem publicações feministas na internet como a “Revista AzMina”. A revista pretende ser um espaço para ampliar a representatividade feminina e destina duas seções à cobertura de temas relacionados à maternidade: a editoria “Mãezinha vírgula” e a coluna “Meu nome não é mãe”. No entanto, se por um lado os textos vinculados questionam as normatividades sobre a maternidade impostas por instituições como o poder médico e o Estado, por outro, notamos que há uma espécie de delimitação de novas normas relacionadas a ser mãe, com a recuperação de correntes como a do feminismo naturalista e o silenciamento de discursos, especialmente no que diz respeito à vivência de mulheres negras. A fim de investigar esse processo, esta pesquisa tem como objetivo analisar os embates discursivos sobre maternidade na publicação, com ênfase sobre os silenciamentos do discurso e sobre as ferramentas de legitimação dos discursos mediados, sendo o testemunho um deles. Para isso, emprega-se a metodologia da análise do discurso de tradição francesa, amparada por autores como Eni Orlandi e Maria Aparecida Baccega.

Palavras-chave: Maternidade; jornalismo feminista; jornalismo feminino; jornalismo digital; ciberativismo.

ABSTRACT

With the increasing appropriation of digital technologies by social movements, which had its peak in recent years, especially after 2013, feminist publications on the internet appear such as the "AzMina Magazine". The magazine intends to be a space to increase the feminine representativeness and destines two sections to cover topics related to maternity: the editor "Mãezinha comma" and the column "My name is not a mother". However, if on the one hand the linked texts question the norms on maternity imposed by institutions such as the medical power and the State, on the other, we note that there is a kind of delimitation of new norms related to being a mother, with the recovery of chains such as that of naturalistic feminism and the silencing of discourses, especially with regard to the experience of black women. In order to investigate this process, this research aims at analyzing the discursive struggles about maternity in the publication, with emphasis on the discursive discourses and the tools of legitimation of the mediated discourses, being the testimony one of them. For this, the methodology of discourse analysis of French tradition, supported by authors like Eni Orlandi and Maria Aparecida Baccega, is used.

Keywords: maternity; feminist journalism; women's journalism; digital journalism; cybativism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Maternidade na “Revista AzMina”	53
Quadro 2 - Temas e textos das editorias sobre maternidade	57
Quadro 3 - Temas e textos dos outros espaços que tratam de maternidade	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 “REVISTA AZMINA”: UM PROJETO DESENHADO PARA AS DEMANDAS E PARA OS INTERESSES DAS MULHERES “DE A A Z”	20
2.1 DO FEMINISMO SUFRAGISTA AOS FEMINISMOS DIGITAIS	23
2.2 IMPRENSA ALTERNATIVA FEMINISTA NO BRASIL: UMA TRADIÇÃO QUE A “REVISTA AZMINA” RECUPERA	27
2.3 A ORGANIZAÇÃO POR TRÁS DA “REVISTA AZMINA”	31
2.4 A “REVISTA AZMINA” E AS TENSÕES DO PROJETO EDITORIAL.....	33
3 A CONSTRUÇÃO DE UM AMOR SEM LIMITES: UM BREVE OLHAR SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA MATERNIDADE AO LONGO DO TEMPO	39
3.1 A MATERNIDADE NA EUROPA OCIDENTAL NOS SÉCULOS XVII E XVIII.....	39
3.2 MATERNIDADE NO BRASIL COLÔNIA.....	41
3.3 MORTALIDADE INFANTIL E CONTROLE POPULACIONAL.....	44
3.4 O MITO DO AMOR MATERNO É CONSTRUÍDO	45
3.5 MATERNIDADE E FEMINISMO: UMA HISTÓRIA DE EMBATES.....	47
3.6 O QUE A IMPRENSA FEMININA DIZ SOBRE AS MÃES.....	49
4 MATERNIDADE NA “REVISTA AZMINA” E OS SILENCIAMENTOS DO DISCURSO	52
4.1 DOIS ESPAÇOS PARA PENSAR O SER MÃE	53
4.2 MATERNIDADE EM TEMAS	56
4.3 CORPO E SAÚDE: UM TERRENO DE DISPUTA DE NARRATIVA.....	59
4.3.1 Uma defesa da autonomia	62
4.3.2 Discursos silenciados: a invisibilidade das mulheres negras	67
4.4 COMPORTAMENTO: MÃES DE DIFERENTES “TRIBOS” EM UMA SÓ REVISTA	70
4.5 DEFESA DE DIREITOS: O “NÃO LUGAR” DA MÃE.....	77
4.5.1 Combate ao senso comum	81
4.5.2 Silenciamento da história das mulheres negras no mundo do trabalho	82
4.6 PRECONCEITO: ATIVISMO EM VÁRIOS FORMATOS	84
4.6.1 Racismo: a quem interessa a pauta	84
4.6.2 Estereótipos de gênero: uma convocação à mudança	87
5 AS FERRAMENTAS DE LEGITIMAÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE MATERNIDADE NA “REVISTA AZMINA”	91
5.1 TESTEMUNHO: O PESSOAL QUE É POLÍTICO.....	92
5.1.1 Por trás dos discursos: mães reais	94

5.1.2 Quando a repórter assume o testemunho.....	98
5.2 OS FEMINISMOS QUE LEGITIMAM DISCURSOS NA “REVISTA AZMINA”	101
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE – TEXTOS ANALISADOS.....	118

1 INTRODUÇÃO

Toda vida humana tem um aspecto em comum: inicia-se a partir do corpo de uma mulher. É no corpo feminino que se desenvolve a gestação, é ele que dá à luz e que pode nutrir a criança, por meio da amamentação. Por conta da divisão doméstica estabelecida há séculos entre homens e mulheres, é sobre a mãe que recaem a maior parte dos cuidados com os filhos nos primeiros dias, meses e até anos de vida. Essa constatação aparentemente simples, apontada pela autora Adrienne Rich (1995) no icônico livro *Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution* (em tradução livre: *Nascido da mãe: Maternidade como experiência e como instituição*), descortina o extenso impacto da maternidade sobre a vida de cada indivíduo: por esse estreito convívio, as primeiras vezes em que cada ser humano vai experimentar sensações como o amor, a raiva e a frustração provavelmente se darão na relação com essa mulher, sua mãe.

Por si só, essa reflexão já aponta a potência que reside na experiência da maternidade, mas ela é mais do que isso: é também resultado de uma construção cultural e social, portanto associada a hábitos, práticas e discursos que variam ao longo do tempo. Considerando o contexto em que estamos imersos, há um modelo hegemônico relacionado ao maternar que é comunicado às mulheres mesmo na contemporaneidade:

A cultura ocidental moderna construiu um modelo hegemônico de mãe. Ele está construído sobre um imaginário que entende a maternidade como uma atividade de dedicação exclusiva e de realização pessoal para as mulheres, deixando de lado as particularidades e os contextos específicos em que elas estão inseridas, assim como o caráter de construção social da maternidade. Partindo dessa ideia, Ana María Fernández (1994) sustenta que a maternidade é uma função social que sofreu transformações ao longo da história, e cuja concepção se relaciona intimamente com as condições materiais e o modelo de desenvolvimento (político e econômico) presente em cada contexto. (AGUERO; CINGOLANI, 2018, p. 130¹).

À luz desse fato, criar relatos de novas formas de maternar e novos modelos de ser mãe não representa apenas uma transformação no campo discursivo, conforme apontam Agüero e Cingolani (2018), mas contribui para a expansão do imaginário social sobre a maternidade, tornando-o mais inclusivo. Assim, analisar as narrativas sobre a maternidade construídas na

¹ No original: “La cultura occidental moderna ha planteado un modelo hegemónico de madre. Éste está construido sobre un imaginario que entienda a la maternidad como una actividad de dedicación exclusiva y de realización personal para las mujeres, dejando de lado las particularidades y contextos específicos en que éstas se insertan, así como su carácter de construcción social. Partiendo de esta idea, Ana María Fernández (1994) sostiene que la maternidad es una función social que ha sufrido transformaciones a lo largo de la historia, y cuya concepción se relaciona íntimamente con las condiciones materiales, y el modelo de desarrollo (político y económico) presente en cada contexto”. Sempre que a tradução de uma citação for nossa, isso estará indicado pela presença da versão original em nota de rodapé.

internet, um espaço de intensa profusão de discursos e relatos pessoais e institucionais, faz-se fundamental. Afinal, segundo Santamaría (2010), a Rede² é um espaço ideal para a participação e o empoderamento das mulheres, por sua concepção original, que oferece horizontalidade e ausência de obstáculos impostos frequentemente em organizações hierárquicas; e reproduz as redes de apoio que as mulheres sempre construíram em suas vidas privadas e pessoais. Ao estudarmos os relatos sobre maternidade na internet, debruçamo-nos sobre a ideia da maternidade como experiência, em oposição à ideia da maternidade como instituição, que nada mais seria do que o imaginário construído socialmente e historicamente, conforme explicitamos anteriormente e de acordo com os conceitos definidos por Rich (1995).

Em meio a um universo de discursos sobre maternidade que circulam na internet, para este estudo, escolhemos analisar aqueles que integram a publicação denominada “Revista AzMina”, um veículo brasileiro e autodeclarado feminista. É importante pontuar que a imprensa feminista, filiada à tradição da imprensa alternativa, busca retratar a mulher em suas múltiplas facetas e necessidades, em oposição à ideia de um feminino sempre atrelado à aparência física, à maternidade compulsória ou à busca por um parceiro romântico, traços característicos da dita imprensa feminina:

A imprensa feminina, ajudada e reforçada pelo discurso publicitário, exerce um efeito espelho da evolução das mentalidades, além de criar normas nas áreas de beleza, educação, saúde, nutrição, sexualidade, psicologia. Geralmente não encontramos normas políticas explícitas, mas todos esses preceitos comportamentais sempre envolvem consequências políticas. (BUITONI, 2014, p. 42).

Criada em 2015, a “Revista AzMina” se destaca por ter uma equipe editorial estruturada de uma forma semelhante à das redações convencionais, composta por mais de dez mulheres, divididas em postos que vão de diretora de redação a fotojornalistas e repórteres especiais. Além disso, em seu diverso conteúdo, que passa por temas como comportamento, sexo, meio ambiente, política, direito, literatura, esporte e turismo, valoriza a produção de reportagens, contando, inclusive, com um concurso de bolsas para financiar a execução de pautas de qualquer jornalista que queira se inscrever. Neste breve tempo de atuação, a “Revista AzMina” já mostra um desempenho notável no que diz respeito ao alcance de seu conteúdo. Como Nana Queiroz, jornalista criadora da revista, cita em entrevista ao “Portal Imprensa”:

² Optamos por usar a grafia da palavra em maiúscula como a autora utiliza em seu artigo, a fim de sinalizar a rede digital como instituição (SANTAMARÍA, 2010).

Temos sido financiados em grande parte por doações voluntárias e *crowdfunding*. É desafiador convencer o leitor brasileiro de que ele precisa pagar pela informação, mas o resultado tem sido muito positivo. As nossas matérias estão muito bem comentadas e acho que estamos alimentando o debate sobre gênero. A campanha “Carnaval sem assédio” que foi encabeçada por nós junto com o “Catraca Livre” e outros grupos feministas atingiu mais de 3 milhões de pessoas só pelo conteúdo produzido pela “Revista AzMina”. É muita coisa para uma revista que só tem seis meses de vida. O nosso artigo sobre as mulheres negras falando sobre a GLOBEZA chegou a 25 mil compartilhamentos. Mesmo as nossas grandes reportagens questionando temas tabus nunca deixam de ter menos de mil compartilhamentos. Temos um conteúdo que viraliza muito e as respostas são 99% positivas dos leitores, inclusive de homens, que escrevem dizendo que se transformaram depois de ler nossos textos ou de mulheres que estão muito mais empoderadas com esta visão de mundo. (GONÇALVES, 2016).

Assim, a “Revista AzMina” se constitui de forma bem-organizada e sólida no cenário de publicações online femininas, contribuindo para um fazer jornalístico mais plural e diverso e se tornando relevante como objeto de pesquisa. Afinal, por meio dela, é possível que investiguemos os discursos sobre maternidade que circulam no meio digital e em um veículo jornalístico independente feminista. Compreender quais são esses discursos, de que maneira se legitimam, como se contrapõem e se filiam a discursos construídos historicamente sobre a maternidade são alguns dos objetivos deste trabalho, com foco especial sobre os discursos silenciados nesse processo.

Desse modo, pretendemos discutir as possibilidades de expansão do imaginário acerca da maternidade com base na análise de uma publicação com um *ethos* de colaboração para a construção de uma maternidade mais livre para todas as mulheres, mas ainda articulada a discursos acerca da maternidade historicamente construídos e delimitados. É justamente a tensão entre esses dois elementos que constitui nosso interesse de pesquisa.

Quanto ao problema aqui levantado, a comunicação medeia os valores e as características de um tempo e de uma sociedade e, por outro lado, dá visibilidade a outros valores e características, em um ciclo que se retroalimenta e transforma comportamentos. Nesse sentido, a imprensa destinada às mulheres tem papel fundamental, pois, de acordo com Constância Lima Duarte, tem demonstrado “participação decisiva na formação intelectual da mulher e na construção cultural e discursiva de sua identidade” (DUARTE, 2016, p. 14).

Essa participação foi potencializada com o advento da internet, dos blogs e das redes sociais, aumentando a pluralidade de vozes e a interação entre repórteres e fontes. Também se ramificou para vários aspectos da vida da mulher, como a maternidade, colaborando para que suas decisões e seus processos de reconhecimento como mãe sejam repensados.

Contudo, as representações da maternidade e os discursos associados a elas variam de acordo com cada veículo. E se publicações voltadas para o tema da educação infantil e da puericultura passam mensagens específicas, calcadas em opiniões de especialistas e em reunir

orientações a serem seguidas pelas mães, o que comunica uma publicação feminista, que em teoria se colocaria de modo a dar protagonismo ao desejo e às opções das mulheres?

Em nossa análise, percebemos que, nos espaços dedicados ao tema na “Revista AzMina”, há o silenciamento de certos discursos e a mediação de outros que parecem delimitar certas normatividades acerca da maternidade, como a prática do parto normal e da amamentação em livre-demanda. São referências a correntes feministas como a naturalista, conforme detalharemos nos capítulos que se seguem – não se encontram nesses textos, por exemplo, relatos de mulheres que tenham optado por um parto cesárea para o nascimento do seu filho ou que tenham decidido não amamentar, escolhas que refletiriam um protagonismo do desejo da mulher.

Esse movimento leva a crer que a publicação delimita um padrão de mulher e de mãe a ser seguido, o que pode nos conduzir a um paralelo com as publicações femininas tradicionais. Compreender, assim, os discursos vinculados nessas seções, bem como aqueles silenciados, é entender de que maneira a publicação se relaciona com o tema da maternidade e que normatividades ela compõe. Isso posto, o objetivo desta pesquisa é investigar as tensões discursivas delineadas na “Revista AzMina”, com especial atenção para os silenciamentos do discurso, a fim de que se possam compreender quais são as normas delimitadas pela publicação para a maternidade.

Achamos importante pontuar, contudo, que não pretendemos, com este trabalho, apontar caminhos a serem seguidos pela referida publicação, mas compreender os discursos mediados pela revista e seus respectivos silenciamentos, em uma reflexão de como a maternidade é retratada e encorajada em projetos feministas contemporâneos. Para isso, apoiamo-nos nas ferramentas metodológicas detalhadas a seguir.

No concernente às ferramentas metodológicas, por trás das palavras que compõem um texto, há todo um contexto social e histórico, uma recuperação de sentidos antigos, sua reconstrução, além de um arsenal de significados que nos permitem entender melhor as construções de um autor, sua mensagem e como dialoga com seu interlocutor. Ou como diz Baccega:

As palavras têm vida. Vestem-se de significados. Mascaram-se. Contagiam-se com as outras palavras próximas. “Dançam conforme a música”, tocada no salão de baile onde estão. O salão é o discurso e é aí que elas cristalizam simultaneamente uma de suas máscaras. (BACCEGA, 2007, p. 6).

A respeito da ideia de discurso, Orlandi (2006a, p. 26) diz considerá-lo não uma forma de transmissão de informações, mas o “efeito de sentido entre interlocutores, enquanto parte do funcionamento social geral”:

“As palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva para a outra. Assim, não são somente as intenções que determinam o dizer. Há uma articulação entre intenção e convenções sociais”. (ORLANDI, 2006a, p. 27).

Não há apenas um discurso, mas vários, que atuam um sobre os outros. Assim, este estudo se fundamenta na análise do discurso de linha francesa, a partir dos apontamentos e conceituações das autoras Orlandi e Baccega. Sobre essa metodologia, é oportuno explicar que a AD francesa “inicia-se na década de [19]60, período socio-histórico de grandes rompimentos de valores, de concepções sobre a realidade, de tentativas de reconstrução do mundo, em novas bases” (BACCEGA, 2015, p. 9).

Naquele momento, em que a linguagem era a chave para entender as manifestações e estruturas sociais, a AD francesa gerou modificações importantes. Para ela:

O discurso é o lugar do encontro entre o linguístico e as condições socio-históricas constitutivas das significações e a Análise do Discurso se constrói nesse encontro. Logo, a linguagem passa a ser estudada no concerto das demais ciências humanas e sociais. (BACCEGA, 2015, p. 10).

Não há neutralidade no discurso (ORLANDI, 2009), todos eles são carregados por sentidos e posições políticas. E para compor uma análise de qualquer discurso, é preciso considerar as condições de produção de um texto, como seu contexto social e histórico, bem como a ideologia de que faz parte e a memória que recupera (BACCEGA, 2007). Afinal, o sentido de uma palavra ou de uma expressão não existe em si mesmo, “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo socio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (ORLANDI, 2006a, p. 17).

Não se pode pensar um sentido ou um sujeito de um texto sem pensar sua ideologia (ORLANDI, 2006a). São as formações ideológicas, aliás, ou seja, certa posição em certa conjuntura, que determinam a formação discursiva – o que se pode e se deve dizer:

O discurso é a materialidade específica da ideologia e a língua é a materialidade específica do discurso. Desse modo temos a relação entre língua e ideologia afetando a constituição do sujeito e do sentido. Resta dizer que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. É pelo fato mesmo de dizer que o sujeito se diz, se constitui. (ORLANDI, 2006a, p. 17).

A ideologia de um discurso é essencial, ainda, para que um indivíduo se transforme em sujeito, um processo que transcende as esferas biológica e psicológica, mas adentra a social, como um resultado de processos institucionais (ORLANDI, 2006a).

É importante pontuar que, em cada tempo e em cada conjuntura, há uma série de formações discursivas em tensão e jogo de forças. No entanto, há também sempre um discurso dominante, o interdiscurso, que marca o que se convencionou chamar de memória discursiva – um discurso que não é passível de ser representado, porque é feito de todo dizer já dito a seu respeito. Dessa maneira, a linguagem e os textos são sustentados por uma tensão entre o discurso histórico, aquilo que foi dito anteriormente e que faz parte do nosso repertório discursivo – a paráfrase –, e aquilo que será dito pela primeira vez, contrariando o interdiscurso – a polissemia (ORLANDI, 2006a).

Diante disso, ainda segundo a mesma autora (ORLANDI, 2006a), cabe ao analista somar o dispositivo teórico, ou seja, os conceitos da análise do discurso, ao dispositivo analítico, o processo de compreensão e de análise de cada sujeito, que será sempre único, porque se relaciona com as subjetividades únicas de cada indivíduo que se expõe à opacidade e aos simbolismos do texto. Com esses dispositivos teóricos, é possível que o analista trabalhe as fronteiras das formações discursivas, entrando em uma relação crítica com esse conjunto complexo.

A análise de discurso aponta, pois, para novas maneiras de ler, para outros gestos de leitura, outra escuta, sustentada por dispositivos teóricos e analíticos que nos permitem não apenas nos reconhecermos no que lemos (ou ouvimos) mas que conheçamos o modo como os sentidos estão sendo produzidos e as posições de sujeito se constituindo na relação do simbólico com o político. (ORLANDI, 2006a, p. 28).

Dessa maneira, cabe ao pesquisador que emprega a análise do discurso examinar as versões discursivas que se colocam em um texto, identificando qual prevalece e de que maneira essas formações aparecem – tudo isso sem fechar o círculo, compreendendo que o discurso é feito de incompletudes.

Além disso, a fim de que se realize a análise dos textos publicados na editoria e na coluna sobre maternidade na “Revista AzMina”, parte-se de uma categorização desses textos com base na metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo Online (GJOL), do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia. Fruto de dez anos de trabalho, a metodologia combina pesquisa qualitativa, elementos do estudo de caso e pesquisa aplicada, conforme a descrição a seguir:

Nesta metodologia o pesquisador percorre três etapas: 1) revisão preliminar da bibliografia, acompanhada da análise de organizações jornalísticas relacionadas ao objeto de estudo; 2) Delimitação do objeto com formulação das hipóteses de trabalho e estudos de caso com pesquisa de campo (participante ou não) nas organizações jornalísticas e 3) Elaboração de categorias de análise, processamento do material coletado e definição conceitual sobre as particularidades dos objetos pesquisados. Nossa metodologia permite que o pesquisador, por um lado, revise a bibliografia corrente sobre o objeto e, por outro, possibilita que esta produção conceitual seja testada em estudos de casos específicos. (MACHADO; PALACIOS, 2007, p. 201).

Apesar de se tratar de um modelo calcado no estudo de caso e sugerir pesquisas de campo, técnicas que não serão contempladas neste estudo, trata-se de uma referência sólida para aqueles que pretendem avaliar produtos do jornalismo digital e, portanto, passível de nortear esta análise. Assim, com uma adaptação dessas diretrizes para este caso, chegamos ao seguinte formato de trabalho: 1. revisão preliminar de bibliografia (neste caso, referente ao jornalismo feminino e feminista; ao fortalecimento dos movimentos sociais na esfera digital; à teoria feminista; ao mito do amor materno e aos discursos históricos relacionados à maternidade); 2. delimitação do objeto com formulação de hipóteses de trabalho e estudo de caso da “Revista AzMina”, com pesquisa e entrevista com fundadora do projeto; 3. elaboração de categorias temáticas e de análise, seleção dos textos e aplicação de análise do discurso no material coletado.

Outra adaptação diz respeito ao fato de que, como categoria de análise, optou-se por eleger um caminho mais conceitual do que técnico de estudo, que permitisse identificar aspectos contraditórios, reproduções de discursos históricos e mediação de novos discursos maternos – o que Eni Orlandi (2006b) conceitua como a tensão entre paráfrase e polissemia, que sustenta a linguagem –, com ênfase no uso do testemunho para a legitimação de discursos e no silenciamento de discursos, à luz da teoria feminista e de um apanhado histórico das teias históricas discursivas sobre a maternidade. A definição das categorias, ainda de acordo com Machado e Palacios, constitui uma etapa fundamental:

Uma boa categoria de análise necessita estar fundamentada no referencial teórico da pesquisa, pressupõe a divisão do material em seus elementos componentes, sem perder de vista a sua relação com o todo, e deve sintetizar descritivamente aspectos relevantes e dimensões contraditórias do objeto de estudo. (MACHADO; PALACIOS, 2007, p. 208).

De modo a melhor estudar os embates discursivos nas seções sobre maternidade da “Revista AzMina”, uma das categorias de análise escolhidas é o silenciamento de discursos – isso porque, no trabalho de pesquisa, constatamos que o silenciamento é uma prática utilizada pela publicação no sentido de delimitar normatividades para o exercício da maternidade. A respeito do silenciamento de discursos, Orlandi (2007) afirma que estudar aquilo que é calado

no discurso é fundamental, uma vez que o silêncio corresponde a um modo de estar no sentido – há também silêncio nas palavras escolhidas para a comunicação. Por outro lado, estudar o silenciamento mostra um processo de produção de sentidos que são deixados de lado. Assim, o silêncio é afastado do sentido de passividade e negatividade que foi construído socialmente, enquanto se torna possível relacionar aquilo que não é dito a uma história e a uma ideologia – trata-se do “silêncio significante” (ORLANDI, 2007, p. 23). Para a delimitação desses conceitos, Orlandi toma Pêcheux como referência básica, a fim de posicionar o discurso como lugar de contato entre língua e ideologia. Segundo a autora, a ideologia é produzida no encontro da materialidade da língua com a materialidade da história, e é no discurso que melhor se pode observar essa articulação. Essas relações de forças e sentidos que habitam o discurso são as formações discursivas:

As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes. O dizível (o interdiscurso) se parte em diferentes regiões (as diferentes formações discursivas) desigualmente acessíveis aos diferentes locutores. [...] É da relação regulada historicamente entre as muitas formações discursivas (com seus muitos sentidos possíveis que se limitam reciprocamente) que se constituem os diferentes efeitos de sentidos entre locutores. (ORLANDI, 2007, p. 21).

Entretanto, analisar o silêncio não é tarefa fácil. Conforme Orlandi aponta, é impossível organizá-lo, por isso sugere duas ordens de metáforas que podem guiar esse tipo de estudo, a do mar e a do eco – pelas ondas do mar e pelos sinais sonoros refletidos no eco, deparamo-nos com vestígios, de movimentos ou de ruídos, e aí somos capazes de deduzir o impulso inicial lançado sobre esses espaços; da mesma maneira: “Quando se trata do silêncio, nós não temos *marcas* formais, mas *pistas, traços*” (ORLANDI, 2007, p. 46, grifos da autora). A autora defende que se busque uma via de compreensão do silêncio, que seria “explicitar o modo pelo qual ele significa”, “conhecer os processos de significação que ele põe em jogo” (ORLANDI, 2007, p. 50).

Sobre as formas do silêncio, há o que Orlandi chama de “política do silêncio”, o ato de silenciamento, e explica: “Em face dessa dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (ORLANDI, 2007, p. 29). Essa forma de silêncio produz um recorte de sentido, pois, ao dizer “algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007, p. 73).

Ainda sob a perspectiva da metodologia de análise empregada nesta pesquisa, fizemos um aparte sobre as ferramentas de legitimação dos discursos mediados pela “Revista AzMina”.

É importante compreender, nesse contexto, que, no processo de enunciação, quem enuncia recorre a mecanismos de sustentação dos discursos que reproduz. Tradicionalmente, identificamos diversas formas de legitimação nos discursos jornalísticos, como fatos históricos, dados estatísticos e falas de especialistas, ferramentas que apoiam a busca jornalística por objetividade e imparcialidade. Contudo, nota-se um uso recorrente do testemunho como modo de legitimar discursos, capaz de atribuir um tom subjetivo, individual e mais humano ao trabalho jornalístico – característica empregada pela “Revista AzMina” e analisada aqui. Esse e outros aspectos foram melhor esmiuçados nos capítulos de análise deste trabalho. Assim, apoiados sobre essas ferramentas metodológicas demos início à estruturação do trabalho conforme detalhada no próximo tópico.

De modo a dar corpo a esta pesquisa e atingir os objetivos mencionados anteriormente, partimos, no capítulo 1, para uma apresentação do projeto “Revista AzMina”. Recuperamos, assim, sua história de fundação, sua estrutura de trabalho e os princípios editoriais que norteiam o projeto, contando com informações dispostas no próprio site e apuradas em uma entrevista com uma das fundadoras, Carolina Vicentin. Optamos por conversar somente com Carolina porque ela poderia nos fornecer dados relacionados à criação da “Revista AzMina” e da primeira editoria sobre maternidade, informações interessantes para que pudéssemos ter um panorama das condições de produção da revista, o que Verón (1974) chama de elementos textuais e extratextuais importantes para a análise. Contudo, entrevistar as outras fundadoras seria irrelevante, uma vez que nos amparamos na metodologia de estudo da análise do discurso, processo que não considera as intenções por trás da enunciação e mediação dos discursos. O capítulo 1 inclui, ainda, uma contextualização histórica da criação da “Revista AzMina” sob o aspecto tanto dos movimentos feministas no Brasil quanto da tradição da imprensa alternativa no país e das manifestações das mulheres nas redes, com o amparo de autores como Castells (2013), Natansohn e Reis (2017), Miguel e Boix (2013), McRobbie (2015), Pereira (2018), Fougeyrollas-Schwebel (2009) e Mota (2017).

A fim de compreender os discursos acerca da maternidade tecidos ao longo da história, no capítulo 2, recuperamos parte dos hábitos e práticas centrais relacionados ao ser mãe no Brasil e na Europa Ocidental, com foco especial sobre o momento de surgimento do que se convencionou chamar o mito do amor materno e com o resgate dos discursos sobre maternidade na imprensa brasileira – com apoio de autores como Badinter (1985; 2011), Venâncio (2015), Foucault (2015), Priore (2013), Rich (1995) e Scavone (2001). Já os capítulos 3 e 4 são destinados à análise dos textos coletados na “Revista AzMina”: o primeiro se concentra sobre os discursos mediados e silenciados dentro de eixos temáticos delimitados pela pesquisa, e o

segundo sobre os mecanismos de legitimação dos discursos encontrados na publicação. Para isso, voltamo-nos às ferramentas metodológicas mencionadas anteriormente, bem como as autoras feministas como Badinter (1985; 2011), Ribeiro (2017; 2018), hooks³ (2015) e Federici (2009). O capítulo 4 aborda, ainda, o testemunho como uma das ferramentas de legitimação de discursos na “Revista AzMina”, análise que nos demandou recorrer aos autores Peres (2016) e Lage (2013).

Com esse amparo bibliográfico e tais caminhos traçados, seguimos adiante com nosso estudo.

³ Com o nome de registro Gloria Jean Watkins, a autora bell hooks adotou o pseudônimo em homenagem à bisavó materna e ao legado das mulheres fortes. O nome é grafado em letras minúsculas para que o foco do leitor fique sobre as ideias da escritora, não sua autoralidade.

2 “REVISTA AZMINA”: UM PROJETO DESENHADO PARA AS DEMANDAS E PARA OS INTERESSES DAS MULHERES “DE A A Z”

Um grupo de mulheres que não se via representado pelas publicações expostas nas bancas de revista decide criar o próprio projeto editorial, voltado para leitoras de todos os tipos. Esse foi o sentimento por trás da criação da “Revista AzMina”, tema que buscaremos descortinar neste capítulo. Passaremos, para isso, pela história da publicação, sua estrutura e organização. Também mostraremos alguns pressupostos articuladores de seu projeto editorial e as problemáticas e tensões que esses pressupostos engendram nas discussões feministas atuais. Olharemos também para o contexto histórico que permitiu o surgimento da “Revista AzMina”, bem como para alguns eixos discursivos que atravessam esse projeto – é o caso de certos embates discursivos dentro do movimento feminista e da própria imprensa alternativa. Esse trajeto se faz necessário para que possamos analisar de forma mais embasada os discursos sobre maternidade vinculados à revista.

A publicação surgiu em 2015, como resultado de um contexto cultural e político efervescente e da crescente articulação dos movimentos das mulheres na esfera digital, uma iniciativa da jornalista brasileira Nana Queiroz. Em 2014, Queiroz ficou amplamente conhecida ao lançar a campanha “Eu não mereço ser estuprada”, resposta a um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que divulgou, após entrevistar 3.810 pessoas em 212 cidades brasileiras, que 65% dos brasileiros concordavam total ou parcialmente com a frase “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”⁴. Com esse movimento, a jornalista impactou mais de 45 mil pessoas na rede social Facebook e ganhou repercussão nacional e internacional⁵.

Segundo informações coletadas em entrevistas com uma das sete diretoras do site, Carolina Vicentin (VICENTIN, 2018)⁶, após o movimento, Nana Queiroz decidiu criar uma publicação voltada para abordar temas de interesse para o que chama de “mulheres reais”,

⁴ É importante destacar, no entanto, que o instituto se retratou posteriormente e afirmou ter trocado os dados: assim, em vez de 65%, os entrevistados que concordavam com a sentença eram 26% do total (G1, 2014).

⁵ De acordo com dados da matéria “Brasiliense cria movimento ‘Eu não mereço ser estuprada’ que já tem quase 45 mil adesões”. São Paulo, 31 mar. 2014. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/distrito-federal/brasiliense-cria-movimento-eu-nao-mereco-ser-estuprada-que-ja-tem-quase-45-mil-adesoes-31032014>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

⁶ Escolhemos entrevistar Carolina Vicentin a fim de conhecer a história da publicação, suas formas de financiamento e sua estrutura de trabalho. Uma vez que a metodologia de análise deste trabalho é a análise do discurso, pesquisar as intencionalidades das outras autoras, por meio de outras entrevistas, não nos pareceu fazer sentido para o projeto.

conceito de difícil limitação e que corre o risco de esbarrar no essencialismo⁷, ideal que abordaremos adiante neste trabalho. Queiroz, que vivia em Brasília e depois passou uma temporada nos Estados Unidos, contatou colegas de profissão e uniu um grupo de sete mulheres de cidades como Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Juntas, passaram a formular a estrutura do projeto:

Não tínhamos sede, nem estávamos na mesma cidade e fazíamos reuniões por Skype [software de comunicação pela internet] as sete ao mesmo tempo. Era superconfuso, não sabíamos como viabilizar a ideia e nem que chegaríamos ao formato que temos hoje. Consideramos até criar uma revista impressa. (VICENTIN, 2018).

O grupo desenhou, enfim, um modelo de site inspirado no projeto independente norte-americano “Bitch Media” (<http://bitchmedia.org>), que começou em 1996 como uma revista distribuída em uma estação de metrô e, em 2018, produzia uma publicação impressa a cada quatro meses, além de artigos lançados em seu site diariamente e edições de um *podcast* divulgadas uma vez por semana. Segundo informações do site do projeto, a “Bitch” se dedica a “oferecer e incentivar uma resposta feminista engajada e consciente à mídia *mainstream* e à cultura popular” (BITCH, 2018). Além disso, procura ser uma voz nova e revitalizada dentro do feminismo contemporâneo.

Para financiar a empreitada, as fundadoras da “Revista AzMina” lançaram, em maio de 2015, uma campanha de financiamento coletivo. A proposta declarada na plataforma “Juntos” usada para a campanha era a de criar:

[...] uma revista para mulheres de A a Z. Nela, haverá espaço para todos os tipos de beleza, rostos e formas. Ensaios de moda que contemplem corpos reais, evitem o consumismo e tragam sugestões de looks que cabem no bolso. Além disso, AzMina terá reportagens profundas, independentes, responsáveis, sem rabo preso com anunciantes. (REVISTA, 2015).

Ainda sobre a natureza do projeto, ele se apresenta como uma revista mensal, cujo conteúdo seria publicado aos poucos ao longo dos trinta dias do mês⁸. As matérias estariam agrupadas por edição. Comporiam a “Revista AzMina”: reportagens, relatos, entrevistas e

⁷ De acordo com Pereira (2018), o pensamento essencialista surgiu no século XIX, com a Revolução Industrial e o fortalecimento do discurso científico. Ele é fundamental para a delimitação das ideias do que é ser um “homem” e do que é ser uma “mulher”, bem como para a demarcação de suas diferenças – “dá base fixa ao entendimento que apenas vê como homem aquele que tem pênis e mulher aquela que tem vagina” (PEREIRA, 2018, p. 29). A ideia essencialista de mulher também a retrata como mãe, como filha e como esposa, biologicamente destinada a um cuidado maternalista (GUERRA, 2017). Trata-se, portanto, de um conceito que entra em conflito com o do termo “gênero”, que é deslocado da esfera biológica e sexual para a esfera dos papéis e símbolos atribuídos ao que se convencionou chamar de homem e de mulher em diferentes sociedades e períodos históricos (SCOTT, 1990).

⁸ Importante salientar que, na etapa final de realização desta pesquisa, em outubro de 2018, a “Revista AzMina” ganhou um novo projeto gráfico, que alterou um pouco essa estrutura. Até esse período, e nos três anos iniciais de sua trajetória, a estrutura seguida foi a relatada neste trabalho.

perfis, editoria sobre sexo “pra você – chega de só satisfazer o/a outro/a na cama”, “dicas de vaidade com foco na beleza que você já tem”, quadrinhos para “mulheres transgressoras”, uma editoria sobre maternidade, um guia de “mochilagem”, colunas, notícias do mundo, programação cultural, dentre outros temas (REVISTA, 2015).

Em dois meses de campanha, a “Revista AzMina” coletou pouco mais de 50 mil reais por meio do apoio de mais de 600 pessoas. De acordo com a fundadora Carolina Vicentin, esse investimento foi usado para criar o site e financiar as primeiras reportagens. Em uma avaliação sobre esse primeiro momento e a motivação do grupo, Vicentin afirma:

Sentíamos muita falta de um veículo que falasse para mulheres reais. Agora as revistas femininas até estão mais ligadas, mas, na época em que a “Revista AzMina” foi criada, ainda víamos muitas matérias do tipo “como dar prazer para o seu homem”, “seque barriga em uma semana”, extremamente ditatoriais para as mulheres. A gente buscava uma revista que pudesse falar sobre coisas do interesse das mulheres sem ser opressora, e a ideia era usar o jornalismo para isso. Também queríamos escrever para mulheres diferentes, trans, lésbicas e tal. Isso ainda é raro, mas na época não tinha uma iniciativa em jornalismo focado para mulheres tão diversas. Fizemos a “Revista AzMina”, na minha avaliação, em uma época muito boa, quando começou a Primavera das Mulheres no Brasil. Somos um fruto muito interessante dessa primavera. (VICENTIN, 2018).

Isso posto, o objetivo deste capítulo é contextualizar o projeto editorial da “Revista AzMina”. Isso porque, para além dos discursos construídos nesses textos, pensar as características do fazer jornalístico na publicação nos confere elementos para ampliar a compreensão do que são suas condições de produção. Segundo Verón, analisar um texto com a orientação de estudar seus elementos ideológicos exige observar elementos textuais e extratextuais, ou seja, o sistema de relações entre o próprio texto e a sua produção, sua circulação e seu consumo:

Em outras palavras, o texto é precisamente o lugar onde tal sistema se constitui como produto discursivo da significação. [...] As condições de produção merecem esse nome à medida que deixam suas pegadas no discurso. (VERÓN, 1974, p. 16, tradução nossa⁹).

Desse modo, ainda de acordo com o autor (VERÓN, 1974), é necessário considerar o contexto histórico da produção, a estrutura do veículo de comunicação, a constituição social de quem escreve e de quem lê a notícia. Partimos, portanto, para uma compreensão das articulações feministas passíveis de serem correlacionadas à criação da “Revista AzMina”.

⁹ No original: “En otros términos, el texto es, precisamente, el lugar donde dicho sistema se constituye en tanto producción discursiva de la significación. [...] Las condiciones de producción merecen ese nombre en la medida en que dejan sus huellas en el discurso”.

2.1 DO FEMINISMO SUFRAGISTA AOS FEMINISMOS DIGITAIS

Para que possamos costurar melhor a análise sobre os embates discursivos desenhados na “Revista AzMina”, é importante, ainda, contextualizar o surgimento da publicação na tradição das ações feministas pela conquista de direitos e em prol de igualdade. Conforme conceitua Fougeyrollas-Schwebel, o feminismo surge, em um panorama internacional, como um movimento coletivo de luta de mulheres na segunda metade do século XX:

Essas lutas partem do reconhecimento das mulheres como específica e sistematicamente oprimidas, na certeza de que as relações entre homens e mulheres não estão inscritas na natureza, e que existe a possibilidade política de sua transformação. A reivindicação de direitos nasce do descompasso entre a afirmação dos princípios universais de igualdade e as realidades da divisão desigual dos poderes entre homens e mulheres. Nesse sentido, a reivindicação política do feminismo só pode emergir em relação a uma conceituação de direitos humanos universais; ele se baseia nas teorias dos direitos da pessoa, cujas primeiras formulações resultam das revoluções norte-americana e depois a francesa (Fraisie, 1992). (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 144).

No Brasil, constatou-se, segundo Mota (2017), a emergência de duas ondas feministas. A primeira surge nas primeiras décadas do século XX, mobilizada em torno do direito ao sufrágio, com Bertha Lutz, bióloga e cientista, como ícone desse engajamento. A partir desse momento, passa-se a chamar esse tipo de manifestação como movimento feminista. É importante destacar que as mulheres envolvidas nessa primeira onda eram brancas, geralmente de classe média alta e com grande influência política. Por outro lado, nessa mesma época, havia um grupo de operárias anarquistas que pleiteava melhores condições de trabalho, salários equiparáveis aos dos homens e jornadas de trabalho menos extensas. Mota cita Céli Pinto (2003, p. 38) e pontua:

[...] as diferenças entre essas mulheres podem ser sintetizadas entre “feminismo bem-comportado” – liderado por mulheres da elite econômica e intelectual da época –, que não tinha interesse em questionar as estruturas patriarcais existentes, visto que suas reivindicações de direito ao voto se sustentavam na aprovação do grupo político que estava no poder, e o “feminismo malcriado” que “se expressava nas passeatas, nos enfrentamentos na Justiça e nas atividades de mulheres livres-pensadoras que criavam jornais e escreviam livros e peças de teatro. Somavam-se a elas as anarquistas radicais que traziam para a discussão o mundo do trabalho, muito distante das preocupações feministas de elite”. (MOTA, 2017, p. 112).

Nota-se, portanto, que a primeira fase do movimento no Brasil já se apresentava atravessada por questões derivadas da desigualdade social, tendo surgido, assim, dois feminismos de naturezas diferentes – com demandas e características distintas. Posteriormente, nos anos 1970, instala-se o que se convencionou chamar de segunda onda, com o envolvimento de mulheres de perfis mais diversos e a articulação de redes, uma vez que as pautas, nessa fase,

eram também mais variadas, englobando a violência contra a mulher, sexualidade, corpo e relações de trabalho. Nos anos 1980, com a abertura política do Brasil proporcionada pelo processo de redemocratização, as pautas feministas se ampliaram ainda mais, com uma maior articulação de grupos. Muitos deles traçaram uma aproximação com movimentos populares de mulheres, comumente organizados em bairros pobres e favelas, para lutar por educação, saneamento, habitação e saúde (MOTA, 2017).

Nos Estados Unidos e na Europa, conforme recupera Fougeyrollas-Schwebel (2009), três correntes se estabelecem no seio do movimento feminista no que diz respeito às suas estratégias políticas. São elas o feminismo radical, o socialista e o liberal, e mais detalhadamente encontram-se vertentes como o feminismo marxista, socialista, libertário, radical, lésbico, materialista e essencialista. Enquanto as feministas liberais defendem os valores individuais e igualitários por meio de reformas nos âmbitos político, social e jurídico, as socialistas acreditam que as mulheres só se libertarão verdadeiramente através de uma transformação global. As radicais, por outro lado, posicionam a luta contra o patriarcado¹⁰ no centro da pauta feminista.

Atualmente, ao final da segunda década do século XXI, já não faz sentido falar em “feminismo” no singular, como um movimento único e homogêneo, mas em feminismos – “[...] o feminismo nunca foi um só porque nunca foi apenas uma a mulher, por isso não se trata de apenas um discurso. São discursos, plurais. E é assim que o movimento se mantém, sem unanimidade, mas sempre propositivo à libertação feminina” (PEREIRA, 2018, p. 16). Para além das interseccionalidades que enriquecem esses feminismos, onde residem, por exemplo, o feminismo negro e o feminismo periférico, há o feminismo que se pulveriza e se multiplica com as redes sociais, como pontuamos anteriormente neste capítulo, do qual a “Revista AzMina” é fruto.

Entre os feminismos contemporâneos que contribuem para a compreensão do contexto em que brota a publicação, outro fenômeno que pode ser pontuado é o do feminismo neoliberal, responsável pela proliferação de discursos em defesa do que se convencionou chamar de “empoderamento feminino” – ideia abordada com frequência pela publicidade e pela imprensa nos últimos anos. De acordo com McRobbie (2015), o surgimento desse conceito está associado ao retorno do feminismo após o que a autora afirma ter sido um “longo período de castigo e

¹⁰ “Patriarcado” é um termo que foi ressignificado por algumas feministas dos anos 1970, e “designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres” (DELPHY, 2009, p. 173).

desaprovação”¹¹ (MCROBBIE, 2015, p. 4, tradução nossa), depois do qual pôde reocupar um espaço na cobertura da grande mídia, na própria sociedade e no campo da política cultural. Com a ideia de empoderamento, personificada, segundo McRobbie (2015), por meio da imagem da *can-do-girl*, ou seja, uma garota capaz de fazer tudo, há uma aproximação do feminismo com o *ethos* do individualismo competitivo, levando, assim, à emergência de um feminismo neoliberal. Passa-se, portanto, a encarar o sucesso feminino como algo que está totalmente sob o controle da mulher e que conduz à busca constante por um padrão de perfeição.

Para que possamos compreender melhor esse cenário, precisamos nos debruçar, ainda, sobre os efeitos da internet, disseminada no final do século XX, nos movimentos feministas, recuperando o momento em que, com a rede, alguns movimentos sociais passaram a ver novos caminhos para espalhar sua mensagem e gerar engajamento. Iniciou-se, assim, a era do ciberativismo, conforme conceitua Becker:

A definição ampla se deve ao fato de o ciberativismo incluir tanto atividades que são possíveis apenas online quanto o uso da internet como um canal adicional de comunicação para grupos, organizações e movimentos sociais. Do ponto de vista da finalidade das iniciativas, o ciberativismo se constitui em basicamente três áreas: conscientização/apoio, organização/mobilização e ação/reação. (BECKER, 2010, p. 175).

Esse movimento foi impulsionado na década de 2010, especificamente a partir de 2013, quando foram vistos, internacionalmente, revoltas e protestos de massa em países como o Egito e a Tunísia, além da Primavera Árabe; já no Brasil, junho de 2013 entrou para a história por levantes que mobilizaram o país inteiro. Essas manifestações têm em comum a insatisfação popular com representação política e a desconfiança nas instituições, e um fator fundamental: foram estruturadas e pulverizadas através da internet. Nas redes, a comunicação sofreu uma revolução, como diz Castells:

Nos últimos anos, a comunicação em ampla escala tem passado por profunda transformação tecnológica e organizacional, com emergência do que denominei autocomunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet; e mais ainda, nas redes de comunicação sem fio, atualmente a principal plataforma de comunicação em toda parte. (CASTELLS, 2013, p. 158).

De acordo com as autoras Graciela Natansohn e Josemira Silva Reis, trata-se de uma nova “configuração sociotécnica” passível de ser criticada do ponto de vista de sua qualidade política, econômica e cultural, mas que “tem contribuído para a inserção, visibilidade e articulação de grupos cujas vozes antes eram solapadas e totalmente relegadas a uma espécie

¹¹ No original, “long period of castigation and disavowal” (MCROBBIE, 2015, p. 4).

de limbo social” (NATANSOHN; REIS, 2017, p. 115). Nos últimos anos, o processo foi apropriado especialmente por grupos de mulheres que, com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), conseguem produzir “novos significados com vistas à problematização dos diversos dilemas sociais que lhe acometem” (NATANSOHN; REIS, 2017, p. 115).

No entanto, como as autoras Ana de Miguel e Montserrat Boix (2013) lembram, é importante pontuar que a apropriação das TICs pelas movimentações feministas tem quase trinta anos – de acordo com as autoras, em 1991, na Austrália, um grupo de quatro mulheres chamado VNS (VeNuS) Matrix usa, pela primeira vez, o termo “ciberfeminismo” ao desenvolver um trabalho articulando arte, virtualidade e sua identidade como mulher. Naquele mesmo momento, segundo uma das organizadoras do movimento, o termo passava a ser empregado em diversos lugares do mundo por interessadas na teoria e na prática *tecno*.

Ainda de acordo com as autoras (MIGUEL; BOIX, 2013), é possível mapear, naquele momento inicial, três categorias de ciberfeminismos: radical, conservador e social, sendo este último muito próximo das estruturas que notamos atualmente, uma vez que foi marcado pela:

[...] conexão aos movimentos antiglobalização neoliberal e aos grupos de ativistas em defesa dos direitos humanos, estabelecendo pontes entre estes movimentos e o feminismo e proclamando o uso estratégico de novas tecnologias e do espaço virtual na transformação social. (MIGUEL; BOIX, 2013, p. 57).

Outro marco importante apontado pelas autoras na história do ciberfeminismo é a IV Conferência Mundial de Mulheres, em Pequim, em 1995, em que a comunicação foi reivindicada como um dos Direitos Humanos básicos e como estratégia fundamental para que as mulheres pudessem lutar por igualdade de direitos.

De volta ao Brasil, é importante recuperar uma mobilização feminista que se deu justamente no ano de criação da “Revista AzMina”, 2015, quando alguns acontecimentos provocaram a articulação de milhares de mulheres nas redes e nas ruas do país. As ações se deram depois que uma garota de 12 anos que participava de um *reality show* de culinária em um canal de televisão começou a receber mensagens de teor sexual de telespectadores. Diante do fato, a jornalista paulistana Juliana de Faria, criadora da ONG feminista Think Olga, sediada em São Paulo e fundada em 2013, desenvolveu a campanha #primeiroassédio, que convidava mulheres a relatarem a primeira vez em que se sentiram agredidas e assediadas sexualmente (GRILLO, 2015) – na rede social Twitter, foram feitas mais de 82 mil postagens usando a hashtag #primeiroassédio (THINK OLGA, 2015).

A criação do Projeto de Lei 5069-2013, pelo deputado federal do Rio de Janeiro Eduardo Cunha, que restringia o direito ao aborto a vítimas de estupro, somou-se ao caldeirão de acontecimentos que fermentaram as manifestações:

A Primavera das Mulheres, como ficaram conhecidos os protestos, teve origem no Rio de Janeiro, através de convocações feitas pela internet, e foi mais um caso de uso das redes sociais para organizar ações feministas. Ela e as outras manifestações em que isso ocorreu levantam a questão de estarmos diante de um novo feminismo, em que o ciberativismo teria um papel fundamental. (BRITO, 2017, p. 1).

Brito (2017) aponta as redes sociais como ferramenta de organização e articulação dos protestos que começaram na capital carioca e se estenderam para outros locais do país, como a cidade de São Paulo. De acordo com a autora, três mulheres utilizaram o Facebook a fim de criar os eventos que levaram às primeiras marchas. Também pela rede social conheceram o movimento umas das outras e se articularam para organizar as atividades, expandindo-as a outros grupos feministas.

Já a respeito da adoção da nomenclatura “Primavera das Mulheres”, que pode ser criticada por ter sido atribuída pela mídia, é interessante notar, segundo Brito (2017), que a expressão apareceu, posteriormente, em peças de teatro, espetáculos musicais e campanhas políticas, além de ter se tornado objeto de estudos acadêmicos, o que pode sinalizar que esse episódio se tornou um marco na trajetória política das mulheres no país.

Para além do contexto histórico, é importante compreender também o surgimento da “Revista AzMina” à luz da tradição da imprensa feminista independente, tópico que será explorado a seguir. Essas contextualizações se fazem fundamentais a fim de que possamos analisar e relacionar os embates discursivos encontrados na publicação com aqueles desenhados historicamente em outros jornais e revistas, bem como nos meios digitais e nas articulações estruturadas pelos movimentos de mulheres.

2.2 IMPRENSA ALTERNATIVA FEMINISTA NO BRASIL: UMA TRADIÇÃO QUE A “REVISTA AZMINA” RECUPERA

Antes que revisitemos as características da imprensa alternativa feminista no Brasil, é preciso pontuar o papel de importância que os jornais e as revistas, de forma geral, desempenharam na conquista de direitos e na emancipação das mulheres. Tanto a imprensa e a literatura quanto a consciência feminista chegaram no mesmo momento ao Brasil, nas primeiras décadas do século XIX:

Quando as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, imediatamente se apoderaram da leitura, que por sua vez as levou à escrita e à crítica. E independente de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras, a leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo de mulheres analfabetas, da condição subalterna a que o sexo estava submetido, e propiciou o surgimento de escritos reflexivos e engajados, tal a denúncia e o tom reivindicatório que muitos deles ainda hoje contêm. Mais do que os livros, foram os jornais e as revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência. (DUARTE, 2016, p. 14).

Nesse contexto é que surge a dita imprensa feminina, segundo Duarte (2016), passível de ser definida pelo sexo de suas consumidoras, pensada e criada para mulheres. Para Buitoni (2014), esse tipo de publicação, mais tradicional, não estimula a liberdade de ação fora do lar, valoriza as virtudes domésticas e as características associadas a algo “feminino”. A imprensa feminista, por outro lado, assume um papel um tanto quanto diferente, marcado por “protestar contra a opressão e a discriminação e exigir a ampliação de direitos civis e políticos” (DUARTE, 2016, p. 14). Ainda de acordo com a autora, ambas tiveram um papel decisivo na formação intelectual e na construção cultural da identidade da mulher no país.

A respeito da trajetória da imprensa feminista, segmento em que se enquadra a “Revista AzMina”, vale que nos debruçemos sobre os trabalhos desenvolvidos nos anos 1970 e 1980 do século XX. A década de 1970 foi um período em que se intensificaram as reivindicações feministas, e em que, inclusive, começaram a surgir pesquisas sobre relações de gênero nas universidades – nos anos seguintes, é criado, por exemplo, o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (Nemge), na Universidade de São Paulo (USP), dentre outros centros e organizações voltados para entender a questão da mulher na sociedade (BUIIONI, 2014). Para Dalmolin (2014), é preciso considerar que a década de 1980 representa uma transição importante: no âmbito internacional, nota-se uma transformação tecnológica e comunicacional que vai impactar no desenvolvimento da mídia; já na esfera nacional, temos um processo de redemocratização em curso, com a mobilização pelo voto direto. Há, ainda, uma intensificação da organização dos movimentos sociais, possivelmente em consequência das revoluções ocorridas internacionalmente nas décadas 1960 e 1970.

Leite (2003) lembra que, ao longo dos anos da ditadura militar no Brasil, surge o que se convencionou chamar de imprensa democrática ou alternativa – jornais com tiragem irregular e circulação restrita, vendidos em bancas e principalmente entre a própria militância, com um caráter de oposição ao regime e com produção artesanal. Tudo isso contribui para uma consolidação do movimento feminista no Brasil nesse período, com uma produção jornalística intensa:

Se um dos caminhos da política alternativa era buscar unir público e privado; tornar político o que antes era considerado assunto pessoal, íntimo e subjetivo; levar em conta e politizar as emoções, sentimentos, relações pessoais e laços familiares; dar importância à transformação do cotidiano e às questões domésticas do dia a dia; falar de amor e sexo, de dor e frustração, de alegria e esperanças individuais, valorizando as experiências pessoais, o vivido, a troca dessas experiências – o movimento feminista e a sua imprensa são os melhores exemplos dessa concepção de política. (ARAÚJO, 2000 *apud* LEITE, 2003, s/p).

De acordo com um levantamento de Elizabeth Cardoso (2004 *apud* DALMOLIN, 2014), após 1974, foram publicados 75 periódicos feministas, dos quais se destacam “Brasil Mulher”, “Nós Mulheres” e “Mulherio”¹², por sua repercussão. O “Brasil Mulher” foi o primeiro criado nesse contexto, lançado pela Sociedade Brasil Mulher entre 1975 e 1980. Já o “Nós Mulheres”, publicado pela Associação de Mulheres, circulou entre 1976 e 1978. O jornal “Mulherio” surgiu em 1981 e foi produzido até 1990, sendo o mais duradouro desse período. Com o apoio financeiro da Fundação Ford e da Fundação Carlos Chagas, estrutura-se melhor e se torna ONG (LEITE, 2003). É interessante notar que, em todos os casos, as publicações estavam atreladas a uma organização, funcionando também como um meio para a divulgação de ideias – uma tradição que se repete entre a imprensa feminista da primeira década do século XXI: a título de exemplo, a organização Think Olga aparece como um veículo jornalístico alternativo para depois se tornar uma ONG voltada a empoderar as mulheres por meio de informação¹²; a própria “Revista AzMina” é apresentada como uma publicação da instituição sem fins lucrativos chamada AzMina¹³; percebe-se, portanto, um padrão de relacionar o jornal, a revista ou o site alternativo feminista a um projeto ativista e de ação social maior.

De volta às primeiras publicações, de acordo com Leite (2003), “Brasil Mulher” e “Nós Mulheres” são marcadas pelo período histórico em que foram criadas, dedicadas, em parte, às mesmas pautas que cabiam aos outros veículos alternativos da época: a defesa das eleições e o movimento pela anistia, por exemplo. Por outro lado, ocupam-se de temas específicos das lutas feministas, como os direitos reprodutivos, a posição da mulher no mercado de trabalho, a necessidade de ter creches e a violência doméstica. Além de haver uma especial preocupação em abordar a problemática feminina nacional, os veículos se voltam também para assuntos internacionais, conforme explicita um editorial do jornal “Brasil Mulher” publicado em 9 de outubro de 1975:

¹² Há uma explicação sobre a história da ONG em seu site. Disponível em: <<https://thinkolga.com/sobre/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

¹³ Disponível em: <<https://azmina.com.br/sobre/quem-somos/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana. A época do beicinho está definitivamente para trás, porque milhares de mulheres em todo o mundo fazem jornada dupla de trabalho, num esforço físico que faz com que uma jovem mãe de 30 anos pareça estar com mais de 50; mulheres que desejavam trabalhar e serem independentes economicamente de seus maridos. (BRASIL MULHER *apud* LEITE, 2003, s/p).

Segundo análise de Buitoni (2014), da mesma maneira, o “Mulherio” abordava temas variados, como maternidade, divisão do trabalho doméstico, violência e a relação da mulher com a própria imagem. A publicação demonstra uma preocupação em representar um leque variado de mulheres: negras, brancas, operárias e boias-frias, por exemplo. Também ali já era possível encontrar problematizações com relação às opressões dos padrões estéticos:

O posicionamento do jornal é muito claro, contra a ditadura dos modelos veiculados pela mídia. Aliás, a temática principal desta edição¹⁴ gira em torno do conceito de beleza aliado à diversidade da população brasileira. A chamada de capa acentua o direcionamento: “Neste número, homenageamos a graça, o charme e a beleza da mulher brasileira”; há uma colagem de fotos de diferentes tipos de mulher: branca (uma delas a modelo e atriz Bruna Lombardi), mulatas, jovens e maduras e de várias classes sociais. (BUITONI, 2014, p. 139).

Leite (2003) aponta uma preocupação com a diversidade também em “Brasil Mulher” e “Nós Mulheres”, e mais: a autora afirma que esses projetos promoveram uma verdadeira integração com as reivindicações das mulheres das periferias:

As feministas põem os jornais a serviço da organização popular de mulheres da periferia das grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, reivindicando direitos, superando a perspectiva de trocá-los por favores, avançando na prática para além da política reivindicatória dos bairros e da relação fisiológica e tutelar que caracterizava essa ação política no passado. Esses novos sujeitos coletivos, as feministas, criam seu próprio espaço de representação e favorecem com sua militância o debate das questões relacionadas com o convívio familiar, a intimidade, a sexualidade e as relações de poder entre homens e mulheres, pais e filhos etc., introduzindo-as no movimento popular.

É importante marcar esta presença e o significado desta relação: mulheres que se auto-organizam nas periferias, em busca da garantia de direitos sociais, e as feministas preocupadas com a emancipação feminina, a discriminação, a sexualidade, o poder, reinventando uma nova forma de fazer política junto com a luta reivindicativa das classes populares. Só assim pode-se entender o papel desempenhado pelos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* nessa conjuntura. (LEITE, 2003, s/p).

Traçando um paralelo com a “Revista AzMina”, pode-se evidenciar que há, em comum com os veículos anteriores, uma preocupação em abordar temas variados, relacionados a segmentos diversos da vida das mulheres, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. A intenção de apresentar uma representatividade ampla, com modelos diversos de mulheres e suas consequentes problemáticas, também é um traço da “Revista AzMina”. Tal como no caso das

¹⁴ No texto citado, a autora analisa o número 5 do veículo “Mulherio”, de janeiro/fevereiro de 1982.

publicações analisadas por Leite (2003), o que se perde é a ponte entre as feministas por trás do veículo jornalístico e as mulheres periféricas, aliança que permitiria, como afirma Leite (2003), expandir e recriar o fazer político da publicação, como analisaremos nos próximos capítulos. É possível que a segmentação de veículos digitais como a “Revista AzMina” limite a conectividade desses veículos, restringindo-os a um mesmo nicho. O silenciamento de certas representatividades e seus discursos, aliás, é uma característica apontada em outros trechos de nosso trabalho de pesquisa. Isso posto, iremos estudar, nos próximos tópicos, a estruturação editorial da revista AzMina.

2.3 A ORGANIZAÇÃO POR TRÁS DA “REVISTA AZMINA”

No momento de produção desta pesquisa, em 2018, a gestão da revista é conduzida por sete diretoras, dentre as quais quatro são jornalistas. A “Revista AzMina” está formalizada como uma OSCIP, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, título frequentemente adotado por iniciativas independentes de jornalismo. Para obter a qualificação, é preciso fazer um requerimento ao Ministério da Justiça, providenciar uma documentação específica, relacionada à rotina da organização, e esperar pela análise do processo (MINISTÉRIO, 2016). De acordo com informações do Sebrae, a OSCIP é uma qualificação, não uma forma de organização, mas que marca o interesse social da entidade e que exige prestação de contas dos gastos e recursos acumulados.

“A sigla é usada de maneira genérica para identificar organizações do terceiro setor, ou seja, que atuam sem fins comerciais e cumprindo um papel de interesse público, tais como associações, cooperativas, fundações, institutos etc.” (SEBRAE, 2017).

A “Revista AzMina” desenvolve iniciativas para além do jornalismo, oferecendo palestras e workshops para educação e sensibilização dos temas que trabalha, como violência contra a mulher e equidade de gênero no mercado de trabalho, além de dispor de consultoria para empresas e agências publicitárias. Por isso, seu corpo de gestoras tem cargos como o de Diretora Institucional e Diretora de Educação. Para as atividades jornalísticas, diretoras e colaboradoras se dividem em atuações tradicionais dos meios de comunicação, caso de Diretora de Redação, Editora, Repórter e Diretora de Arte. A “Revista AzMina” ainda não tem base fixa e, assim, as quatro diretoras que são jornalistas fazem reuniões de pauta a cada dois meses, pela internet, eventualmente com a participação de colaboradoras e repórteres freelancers. Também contam com o apoio do time de pessoas que contribuíram financeiramente com o projeto e que, como contrapartida, formam uma espécie de conselho editorial de leitores.

Sobre sustentabilidade, a publicação é mantida por meio da colaboração de mais de 500 pessoas, que totalizam uma verba mensal de 5.600 reais. Com esse aporte, de acordo com Vicentin (2018), a equipe cuida da operação básica da revista – a manutenção do site e a edição da parte visual das matérias, por exemplo. Já foram testados outros formatos de remuneração, com contribuições fixas às diretoras de Educação, Redação e Institucional, por exemplo. No entanto, no momento presente (2018), decidiu-se priorizar o investimento na atividade jornalística e usar a verba para a remuneração de trabalhos em caráter freelancer. Em 2017, a “Revista AzMina” foi contemplada com um financiamento da fundação Open Society, que atua no mundo todo amparando iniciativas para o desenvolvimento, a promoção da igualdade e dos direitos humanos (OPEN SOCIETY, 2018). A cada trimestre, o projeto publica uma prestação de suas contas no site, em uma seção chamada “Transparência” (<http://azmina.com.br/transparencia/>).

Algumas iniciativas pontuais também permitiram financiar reportagens especiais. Em 2016, contaram com o apoio da Ford Foundation, fundação que cria programas para combater a pobreza e a desigualdade, e de leitores para arrecadar 45 mil reais e financiar oito bolsas de reportagem. Em 2017, realizaram outra campanha de financiamento coletivo: inicialmente, lançaram um concurso para que repórteres inscrevessem pautas especiais e, depois, com 12 pautas escolhidas, buscaram o apoio financeiro – arrecadaram, nessa edição, 50 mil reais, suficientes para oferecer seis bolsas de reportagem.

Em meio a um segmento de publicações digitais voltadas para o público feminino e declaradamente feministas, o que diferencia a “Revista AzMina” é seu caráter jornalístico, que se aplica na estrutura profissional por trás do projeto, na diversidade de temas abordados, nos gêneros narrativos empregados – que vão de artigos a reportagens, sem se restringir aos textos pessoais característicos dos blogs –, bem como na forma de construir seu conteúdo:

Temos cuidado com a apuração, com a busca por dados e procuramos sempre ouvir o outro lado. Fazemos um jornalismo feminista, somos um veículo ativista e trazemos pautas que talvez ficassem ofuscadas em outros veículos. Mas, por mais que sejamos feministas, temos que ter cuidado para não sermos panfletárias e para manter a credibilidade com nossas leitoras e nossos leitores. (VICENTIN, 2018).

Até julho de 2018¹⁵, esse conteúdo estava disposto no site sob o formato de editoriais, como é o caso dos portais de notícia e revistas convencionais. Chamadas de seções, elas abordam assuntos variados, buscando incluir as pautas de mulheres diversas – negras, lésbicas,

¹⁵ Esta foi a data determinada pela pesquisa para que fosse possível fazer um recorte de publicações para a análise. A “Revista AzMina”, ao final de 2018, seguia atualizada, ainda que com um projeto editorial e gráfico diferente daquele encontrado no início deste trabalho.

moradoras de periferias, interessadas por esporte, mães, entre outras. Há 26 delas, que levam nomes curiosos, com referências bem-humoradas e códigos pertencentes ao grupo em questão. É o caso de “Butina”, definida como: “Nossa editoria para lésbicas, feita por uma lésbica. Aqui você encontra de tudo – sexo, relacionamento, direitos, política, economia – menos ‘como agradar seu homem’”; e de “Descomportadas”, apresentada da seguinte forma: “A gente ia chamar essa editoria de comportamento. Mas a Marilyn Monroe nos disse que meninas comportadas raramente fazem história”.

Além das seções, há, no momento da pesquisa, 12 colunistas, cujos textos ficam organizados pelo nome da autora ou pelo nome da coluna, não por seção. Apesar de essa ser a organização observada, de acordo com Vicentin (VICENTIN, 2018), o sistema deve passar por uma reformulação: “Do ponto de vista de usabilidade, mesmo tendo nomes bonitinhos, percebemos que, para as pessoas, é mais difícil navegar assim”.

2.4 A “REVISTA AZMINA” E AS TENSÕES DO PROJETO EDITORIAL

Neste momento, depois de apresentado o projeto editorial, é possível problematizar alguns de seus pontos. Vamos partir de sua proposta inicial, abordada anteriormente nesse capítulo, que declarava a intenção da “Revista AzMina” de ser uma publicação capaz de dialogar e representar mulheres de A a Z, de identidades diversas e com “corpos reais”. A respeito desse último conceito, ele parece ser utilizado provavelmente no sentido de excluir os corpos retratados pela imprensa convencional, que parecem pertencentes a um mundo das “ideias”, limitados às poucas mulheres que estampam as capas de revistas, que se dedicam a dietas restritivas e a rotinas extensas de exercícios físicos, além de tratamentos estéticos e cirurgias plásticas. No entanto, uma vez que não existe um conceito fixo de “corpo real” – todo corpo que existe é um corpo real –, ao delimitar a inclusão desse tipo de padrão na produção de seus ensaios de moda, por exemplo, a publicação automaticamente se compromete a delimitar o conceito, o que pode sugerir a troca de certa normatividade por outra. Vale também mencionar que a publicação se impõe um desafio no objetivo que estabelece, que é o de dar espaço para “todos” os tipos de beleza, rostos e formas – afinal, a edição e a confecção de uma publicação automaticamente delimitam um recorte; não é possível, assim, representar a “todos”, e naturalmente se faz uma escolha por determinados padrões.

Além do reforço sobre a ideia de comunicar para “mulheres reais”, nota-se, em uma das falas de Vicentin (2018) transcritas anteriormente, que a entrevistada posiciona as mulheres “trans e lésbicas” como “diferentes” – “A gente buscava uma revista que pudesse falar sobre

coisas do interesse das mulheres sem ser omissa, e a ideia era usar o jornalismo para isso. Também queríamos escrever para mulheres diferentes, trans, lésbicas e tal” (VICENTIN, 2018). Tal pontuação pode ser enquadrada no que se convencionou chamar de discurso heteronormativo, em que se nota uma separação de pessoas condicionada por um binarismo – o discurso heteronormativo considera como “padrão” a relação entre pessoas heterossexuais, posicionando relações homossexuais como uma espécie de “desvio”; na citação de Vicentin, notamos uma oposição entre o que seria implicitamente o “padrão” (mulheres cisgênero, ou seja, em conformidade com seu gênero de nascimento, e mulheres heterossexuais) e o “diferente” (as “trans e lésbicas”). Há aí uma pista do que observamos analisando os textos: apesar de uma ampliação das vozes representadas, há a sobressalência de discursos relacionados à vivência de mulheres brancas heterossexuais e de classe média; em alguns pontos, enquanto há, por um lado, a desconstrução de certas normatividades, há, por outro, o que parece ser a defesa de outros padrões de comportamento a serem seguidos, o que será investigado adiante, com o foco específico das normatividades delimitadas para o exercício da maternidade.

Acerca das tensões no projeto editorial da “Revista AzMina”, é fundamental que revisitemos, ainda, a estrutura dos espaços destinados ao tema da maternidade na publicação. Em entrevista, Vicentin (2018) relatou que, no momento de concepção da revista, a cofundadora foi designada para ser repórter especial sobre maternidade com a seção “Mãezinha vírgula”. No entanto, na prática, passou a produzir matérias e reportagens sobre outros temas, ao passo que outras colaboradoras assumiram a editoria. De acordo com Vicentin (2018), essa seção será abolida, ainda que seus temas continuem sendo abordados. No momento em que esta pesquisa é realizada, assuntos relacionados à maternidade são discutidos por Tayná Leite, em uma coluna intitulada “Meu nome não é mãe”. Além desses espaços, a maternidade aparece como uma espécie de tema transversal em outras editorias e colunas: na seção “Divã D’AzMina”, por exemplo, que publica relatos em primeira pessoa; e entre as reportagens especiais do site, que já abordaram os costumes da maternidade indígena e o processo vivido por mulheres lésbicas que desejam ter um filho, para citar alguns casos.

O fato de haver dois espaços diferentes e específicos destinados a abordar os problemas desse universo, bem como de aparecerem em outras seções, e de os textos serem escritos por autoras diversas gera uma profusão de discursos, muitos deles contraditórios entre si. Compreender a articulação desses discursos, os eventuais embates entre eles, a maneira como se relacionam com discursos históricos acerca da maternidade e se produzem eventuais normatividades, isto é, se há um estímulo para que se adotem determinados modelos de maternidade, é justamente o objetivo desta pesquisa.

Sobre as pretensões da “Revista AzMina” no momento de concepção de uma editoria voltada para mães, Vicentin esclarece:

A maternidade é um canal de empoderamento fortíssimo. Para mim e para muitas mulheres que eu conheço, o feminismo só veio depois que viramos mães. Então é uma bandeira mesmo, uma fonte inesgotável de assuntos. [...] Para mim, junto com a Primavera das Mulheres, surgiu uma Primavera das Mães, e a internet tem um papel fundamental. Vemos cada vez mais textos, jornalísticos e opinativos, e mulheres falando e questionando fatores opressores da maternidade, como a culpa materna, isso de ser a única responsável pela criação dos filhos, as questões de gênero etc. Acho que a internet e o movimento feminista dos últimos anos, incluindo a “Revista AzMina” aí, têm proporcionado um questionamento dessas coisas. (VICENTIN, 2018).

A diretora também sinaliza que, apesar de o veículo promover muitos questionamentos relacionados a dilemas que as mães ainda enfrentam neste momento histórico, muitas vezes esses debates parecem estar restritos a um segmento da população, das classes dominantes:

Minha questão é quanto disso chega até a maioria das pessoas. Muitas das nossas problematizações são possíveis por conta da nossa classe. Por termos o básico já atendido, conseguimos pensar em conquistar acima do básico. Como falar com mulheres negras, pobres, que vivem na periferia, que têm uma maternidade tão ou mais opressora que a nossa? E não estou dizendo que a gente não deva problematizar, a gente deve, mas deve ter uma consciência do que significa problematizar, e isso em relação ao feminismo todo. Eu me questiono se há uma evolução apenas para as pessoas mais ricas ou se ela realmente está acontecendo. (VICENTIN, 2018).

A questão pontuada pela entrevistada, mediante a análise realizada neste trabalho, encontra eco nos textos. Conforme detalharemos nos capítulos 3 e 4, não encontramos, na editoria “Mãezinha vírgula” e na coluna “Meu nome não é mãe”, relatos de mães negras, por exemplo, para citar uma importante interseccionalidade. Há somente dois textos que tratam de racismo: um sobre a adoção de crianças negras por famílias brancas e outro sobre a importância de discutir o racismo com crianças. Já sob o aspecto das narrativas de diferentes classes sociais, dos 23 textos analisados, dois abordam diretamente questões enfrentadas por mulheres pobres, pois se ocupam do problema de saúde pública que leva o Brasil a ser o país campeão em número de cesáreas¹⁶, trazendo, para isso, o depoimento de quem buscou o Sistema Único de Saúde (SUS) para ter seus filhos, bem como os problemas enfrentados ali. Na editoria e na coluna sobre maternidade, não há ainda o retrato de mães lésbicas ou indígenas. Essas circunstâncias são retratadas em duas reportagens especiais que têm uma peculiaridade interessante: o uso do testemunho como ferramenta legitimadora de seus discursos e como ponto de partida para a

¹⁶ Desde 1985, a Organização Mundial da Saúde (OMS) defende que a taxa ideal para cesáreas é de 10% a 15% dos partos realizados em um país. Segundo dados de 2011 da organização, 53,7% dos nascimentos brasileiros acontecem por meio de cesáreas, colocando o país como líder mundial no número deste procedimento cirúrgico (UNA-SUS, 2015).

produção de reportagens, uma vez que as autoras dos textos são, respectivamente, uma mulher lésbica e uma mulher de ascendência indígena que refletem sobre suas identidades nas próprias reportagens, como veremos adiante.

Por meio das análises realizadas neste trabalho, esmiuçadas principalmente nos capítulos 3 e 4, nota-se que certos discursos acerca da maternidade na publicação parecem operar no sentido de aliviar as mães de determinados padrões de comportamento que visam à perfeição. A coluna “Meu nome não é mãe”, em especial, destina grande parte de seus textos a uma discussão sobre a romantização da maternidade e a culpa materna, conceitos que serão trabalhados nesta pesquisa e que atuam de modo a cobrar das mães atitudes sempre dadas, que colocam os filhos em primeiro lugar e apresentam o amor como instintivo, em vez de um sentimento construído.¹⁷

Há, contudo, a disseminação de outros discursos passíveis de serem alinhados com a ideia de empoderamento e de busca por um ideal de perfeição característicos do feminismo neoliberal. Quando o tema é parto, percebe-se que o nascimento pela via natural é retratado como uma espécie de conquista e de superação – superação de um senso comum, das dificuldades pessoais e da dor impostas em um parto natural. Na editoria “Mãezinha vírgula”, por exemplo, conforme pontuamos, as duas reportagens que abordam o processo do nascimento são focadas em como o sistema de saúde impõe barreiras às mulheres que desejam um parto natural – trabalho que será abordado mais amplamente nos próximos capítulos.

Não há, por outro lado, nessa seção e nessas reportagens, contextualizações ou depoimentos de mulheres que elegeram a cesárea como via para dar à luz os seus filhos ou filhas. Um dos textos, intitulado “Indústria da cesárea aumenta violência obstétrica no Brasil” (ROCHA, 2016), divulga uma pesquisa feita pela reportagem que aponta que, em 61,5% dos casos de cesárea, o procedimento teria sido sugestão médica – e, ainda que o estudo sugira que em 38,5% dos casos a mulher teria escolhido a via cirúrgica, um dado que pode ser considerado expressivo, o texto não dá espaço para essas personagens. Pode-se afirmar, assim, que há uma espécie de silenciamento dos discursos que fujam à escolha do parto natural pela mulher, assim como acontece com processos como a amamentação – tampouco há relatos, nessa editoria e nos outros espaços que abordam a maternidade, de mães que tenham decidido não amamentar.

Dois relatos publicados na seção “Divã D’AzMina” reforçam essa ideia. Um deles tem o título “Como briguei por 5 dias por um parto normal – e valeu” (AZMINA, 2016), em que

¹⁷ A ideia de que o amor materno é construído à medida que o vínculo com a criança se estabelece e se consolida, em vez de ser um sentimento instintivo, é defendida por Elisabeth Badinter (1985). O próximo capítulo deste trabalho abordará de que modo esses e outros discursos sobre maternidade se estabeleceram ao longo da história.

Bianca Vidalia narra como enfrentou médicos e enfermeiras em seu trabalho de parto para dar seu filho à luz como desejava. Ela conta:

“[...] já estava preparada pra *me empoderar* diante de todo o processo de linha de produção da maternidade. Minha doula me explicou como eu teria de ser: punho firme com as exigências sobre meu próprio corpo.” (AZMINA, 2016, grifo nosso).

Ao final, depois de 14 horas e de seu filho nascer, Bianca narra: “Eu só repetia: Eu consegui. Eu CONSEGUI, EU CON-SE-GUI!”. Por conta da exaustão, diz que, naquele momento, tremia demais e pediu para que a enfermeira pegasse seu bebê: “Eu só queria cair. Encostar em algo. Tomar um banho. Mal consegui me emocionar e entender direito o momento” (AZMINA, 2016). O cansaço e os embates enfrentados são descritos como obstáculos para a conquista do objetivo, em uma narrativa bastante alinhada com a do feminismo neoliberal, em que a personagem assume a posição da *can-do-girl* de McRobbie (2015), a mulher capaz de fazer tudo. Ao final, a recompensa é o encontro com um amor que faz tudo valer a pena, romantização que Badinter (1985) aponta como sendo o ideal do amor materno. Bianca finaliza:

Era muito amor. Muita dor. Tudo junto. Benjamin nasceu, mas eu, eu renasci. E prometi que faria o possível e o impossível pra ver ele feliz. Que aquilo tudo que aguentei não era nada comparado a tudo que eu estava disposta a passar por ele, por toda minha vida. (AZMINA, 2016, grifo nosso).

O segundo relato sobre parto da seção “Divã D’AzMina” traz o título “Fazer cesárea não me tornou mais fraca ou menor do que qualquer outra mulher” (AZMINA, 2017a). Narrado por Caroline Godoy Dessen, o texto aponta para a aproximação do feminismo com o *ethos* do individualismo competitivo que McRobbie (2015) anuncia. Faz alusões diretas à competição instituída entre mulheres quando o assunto é o parto, utilizando termos como “derrota” e “desclassificação”. Ele se inicia da seguinte forma:

Talvez você não saiba, mas existe uma competição secreta entre as mulheres sobre quem terá o parto mais estelar. Ganha pontos quem tem normal, mas perde quem pede epidural. Pontos extras para quem tem o bebê na banheira. Mas chega ao pódio quem tem filho na sala de casa. E quem perde com tudo isso? As pessoas que acham que o caminho percorrido para a chegada do bebê fará qualquer diferença fora do âmbito “segurança em primeiro lugar”. (AZMINA, 2017a).

A autora relata como, apesar de ter se preparado, enfrentou dificuldades que a conduziram a uma cesárea de emergência no nascimento de sua filha, e diz:

“Naquele momento, meu mundo caiu. Foi quase que como se eu já tivesse sido “*desclassificada*” daquela competição. [...] O sentimento de *derrota* insistia em ficar ali quando eu deveria estar me alegrando por finalmente conhecer minha filha.” (AZMINA, 2017a, grifos nossos).

De acordo com Caroline, ela passou por um processo de reconhecer que fazia parte do que chama de uma competição invisível, pois se sentia desamparada e não conseguia contar seu parto sem chorar e se sentia mal quando lhe perguntavam se havia sido um parto natural.

O relato parece ter, aqui, a função de denunciar uma suposta normatização que prevê que as mulheres devem parir seus filhos por meio de um evento totalmente livre de intervenções médicas, ideal que se relaciona com o da vertente do feminismo naturalista (BADINTER, 2011), a ser abordado mais profundamente no próximo capítulo deste trabalho. Também parece atuar de modo a diversificar o leque de relatos, estabelecendo um ponto de vista e uma experiência opostos aos costurados no primeiro texto. Contudo, é curioso notar que, ainda que por via oposta, a autora também narra um processo de superação mediado pelo amor materno: “As alegrias que a minha primeira filha me trouxe nesses quase três anos me ensinaram que a maneira como ela veio ao mundo se tornou apenas um detalhe em comparação a tudo que vivemos juntas” (AZMINA, 2017a). Caroline ainda pontua uma lista de características que tornam a mãe que tem um bebê por meio de uma cesárea uma mulher forte, como: “A audição se torna nosso sentido mais importante quando se tem um pano verde cobrindo sua visão enquanto os médicos retiram o bebê do seu útero”; “Temos que passar um dia ou mais sem nos levantar da cama por conta dos pontos e sem poder cuidar 100% dos nossos bebês”; “Carregamos uma cicatriz pro resto da vida” (AZMINA, 2017a). Tem-se, assim, certa imagem de heroísmo associada à mãe submetida à cesárea, o que pode ser visto como uma tentativa de fortalecer essa mulher e reforçar seu papel dentro da suposta competição instituída.

Desse modo, por meio desses textos, é possível notar como se estabelece, no conteúdo criado pela “Revista AzMina”, uma rede intrincada de discursos que dialogam com discursos históricos, com vertentes feministas e com normatividades impostas, conduzindo à construção de outros padrões de comportamento a serem seguidos. Nos debruçaremos sobre esse processo de modo mais extenso nos capítulos de análise.

De volta ao nosso recorte específico, e a fim de que seja possível refletir sobre os discursos maternos na “Revista AzMina”, faz-se essencial pensar como o ideal de maternidade, com suas práticas e expectativas, foi tecido ao longo da história, percurso que acompanharemos no segundo capítulo desta pesquisa. Com esse aparte, poder-se-á entender de que modo os discursos maternos dentro de uma publicação digital feminista se colocam nessa teia histórica – se contribuem para alterar discursos oficiais, se reforçam tais discursos ou se trocam um ideal de maternidade e certas normatividades por outro ideal e por outras normatividades.

3 A CONSTRUÇÃO DE UM AMOR SEM LIMITES: UM BREVE OLHAR SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA MATERNIDADE AO LONGO DO TEMPO

3.1 A MATERNIDADE NA EUROPA OCIDENTAL NOS SÉCULOS XVII E XVIII

Doce, angelical, generosa e abdicadora da própria vida e dos próprios desejos. Esses são valores comumente associados à imagem da maternidade quando analisamos obras de arte, filmes, livros, revistas e peças de comunicação em geral. No entanto, valores que parecem fazer parte do que se convencionou chamar de natureza ou instinto materno, conforme apontam algumas teóricas, estão relacionados a uma construção social e histórica. Rever essa construção e compreender os pontos que a sustentam é fundamental para analisar os discursos sobre maternidade na “Revista AzMina”. Afinal, as tensões discursivas que se desenham na publicação remetem a um contexto mais amplo e a essa construção histórica de maternidade. Neste capítulo, portanto, buscaremos recuperar peças essenciais para a consolidação desse imaginário.

Em seu livro *Um amor inventado – O mito do amor materno*, a historiadora e filósofa francesa Elisabeth Badinter (1985) se debruça sobre a história da maternidade e os hábitos sociais e culturais que nortearam a vida das famílias da Europa Ocidental. Até o século XVII, era comum que o pai fosse visto como a figura de autoridade, que comandava os acontecimentos dentro do lar e que educava o filho. Naquele cenário, a criança era enxergada como uma criatura “imperfeita, esmagada pelo peso do pecado original” (BADINTER, 1985, p. 54), de acordo com teóricos como Santo Agostinho. Corrompida pelo mal, a infância demandaria a autoridade paterna para ser “corrigida”. A pedagogia da época, profundamente influenciada por esse pensamento agostiniano, recomendava a frieza dentro dos lares e a dureza na educação.

Diante dessa filosofia, personalidades como o pregador espanhol J. L. Vives defendiam que a figura materna era uma desvirtuadora da criação dos filhos. Em obra reeditada a partir de 1542, Vives associava o afeto da mãe e até o ato de amamentar um filho à perdição humana:

As delícias são o que mais debilita o corpo, por isso, as mães perdem os filhos, quando os amamentam voluptuosamente. [...] Que se poderá dizer do furor e da loucura das mães que amam os filhos viciosos, bêbados e negligentes mais do que os virtuosos, os modestos, sóbrios e pacíficos? [...] Entre os filhos, o mais querido da mãe é comumente o pior. (VIVES *apud* BADINTER, 1985, p. 56).

Badinter pontua que essas pedagogias eram reforçadas dentro das famílias e que, por isso, as mães demonstravam certa frieza e indiferença diante dos bebês, especialmente por conta da alta taxa de mortalidade. Práticas como a amamentação também eram desencorajadas:

Em nome do bom-tom, declarou-se a amamentação ridícula e repugnante. A palavra “ridícula” retorna com frequência nas correspondências e livros de memórias. Mães, sogras e parteiras desaconselham a jovem mãe a amamentar, pois a tarefa não é nobre o bastante para uma dama superior. Não ficava bem tirar o seio a cada instante para alimentar o bebê. Além de dar uma imagem animalizada da mulher “vaca leiteira”, é um gesto despudorado. [...] Se a mãe amamentasse, devia esconder-se para isso, o que interrompia por um longo período a sua vida social e a de seu marido. [...] Para os homens “aleitamento é sinônimo de sujeira. Um verdadeiro antídoto contra o amor”. (BADINTER, 1985, p. 96).

É importante pontuar também que, naquele período, a aristocracia e a burguesia podiam usufruir de amas de leite, que se ocupavam dos cuidados com os bebês e deixavam as mulheres mais abastadas livres para outras atividades. A partir do século XVIII, famílias de outras classes sociais passaram a fazer uso desse tipo de serviço também. Em geral, a ama era contratada antes mesmo de a criança nascer ou em seus primeiros dias de vida. A prática era tão comum que, de acordo com Badinter (BADINTER, 1985, p. 120), em 1780, de 21 mil bebês nascidos na França, mil foram amamentados a domicílio por amas de leite.

Para encontrar uma ama de leite, a população recorria a intermediárias que faziam ponto em mercados e praças e eram capazes de encontrar essas profissionais, como uma espécie de agência de empregos. Pela alta demanda de amas, não havia muitos critérios nessa escolha, o que motivou uma série de críticas, como a divulgada pelo chefe de polícia de Lyon, Prost de Royer, em 1778:

Enquanto nossos asilos registram e numeram todas as crianças abandonadas que lhes são entregues – enquanto o caçador marca seu cão com medo de vê-lo trocado; enquanto o açougueiro distingue cuidadosamente os animais destinados a ser abatidos para a nossa alimentação, a criança do povo sai de nossos muros sem certidão de batismo, sem nada escrito, sem indicações, sem que se saiba o que será dela. (BADINTER, 1985, pp. 120-1).

O sofrimento das crianças, naquele momento, se instalava já no instante em que eram transportadas para a morada das amas, normalmente na zona rural:

As crianças que sobrevivem à prova da viagem (em que morrem entre 5 e 15%, segundo a estação do ano) não chegam com isso ao termo do seu sofrimento. A primeira razão é a situação catastrófica das próprias amas. Médicos e moralistas do século XVIII as acusarão de todos os pecados: ambição do ganho, preguiça, ignorância, preconceitos, vícios e doenças. Mas, pelo que sabemos, poucos refletirão sobre as causas desses pecados. Um deles, porém, o médico lionês Gilibert, reconhecerá em 1770 que a razão de tantos erros, frequentemente mortais, é a pobreza indescritível dessas amas: “mulheres atoleimadas pela miséria, vivendo em pardieiros” [...]. (BADINTER, 1985, p. 122).

Em seus estudos, o médico apontou que as amas eram obrigadas a trabalhar na lavoura, passando o dia longe de casa e deixando a criança abandonada:

[...] afogada em seus excrementos, estrangulada como um criminoso, devorada pelos

mosquitos... O leite que mama é um leite aquecido por um exercício violento, um leite ácido, seroso, amarelado. Assim os acidentes mais terríveis as põem a um passo do túmulo. (BADINTER, 1985, p. 122).

Em média, ainda segundo Badinter, as crianças viviam com as amas por quatro anos. Depois de retornar ao lar, o filho logo era enviado a um convento ou internato – já a filha ficava aos cuidados de uma governanta, convivendo pouco com a família de origem. Toda essa prática levou a um cenário dramático: na França, nos séculos XVII e XVIII, até um ano de idade, mais de 25% das crianças morriam – só nos asilos de Paris, que recebiam crianças abandonadas por fatores econômicos e sociais, 84% das crianças com até um ano de idade vinham a óbito (BADINTER, 1985, p. 137).

Tem-se, nesse contexto histórico, o que a autora Elisabeth Badinter chama de “quase um infanticídio disfarçado” (BADINTER, 1985, p. 143). Para ela, as práticas da época, aliadas ao alto índice da mortalidade infantil, levam a um desprendimento materno, uma resignação diante das forças da natureza que vitimavam tantas crianças. Tal postura, se confrontada com a ideia de que o amor materno é um fenômeno instintivo, natural, pode soar incoerente, portanto Badinter sinaliza:

É mais justo concluir por uma convivência entre pai e mãe, marido e mulher, para adotar os comportamentos que acabamos de examinar. Simplesmente, ficamos menos chocados com a atitude masculina porque ninguém, até hoje, erigiu o amor paterno em lei universal da natureza. É preciso, acreditamos, resignarmo-nos a relativizar igualmente o amor materno e constatar que “o grito da natureza” pode não se fazer ouvir. Veremos que se tornará necessário, no final do século XVIII, lançar mão de muitos argumentos para convocar a mãe para sua atividade “instintiva”. Será preciso apelar ao seu senso do dever, culpá-la e até ameaçá-la para reconduzi-la à sua função nutritícia e maternante, dita natural e espontânea. (BADINTER, 1985, p. 143).

3.2 MATERNIDADE NO BRASIL COLÔNIA

No Brasil Colônia, as práticas que envolviam a criação e a nutrição do bebê eram um pouco diferentes. Notava-se, por aqui, uma maior disseminação do hábito da amamentação e uma grande ênfase, por parte dos médicos, à importância do aleitamento como fator fundamental para a saúde do bebê:

Tudo indica que o hábito indígena do aleitamento até tarde tenha incentivado a amamentação na colônia, pois o viajante francês Jean de Léry notara, em 1578, que as mulheres americanas amamentavam diferentemente das europeias, pois estas, “embora nada as impeça de amamentar os filhos, cometem a desumanidade de entregá-los a pessoas estranhas, mandando-as para longe, onde muitas vezes morrem sem que o saibam as mães”. (PRIORE, 2013, p. 119).

No início do século XIX, conforme registra a autora, famílias de posses alugavam amas

de leite negras nos casos em que faltava leite à mãe. Também por aqui era comum dar a bebês outros alimentos que não o leite materno, incluindo itens como “farinha de mandioca, leite de gado e açúcar, papa de goma, araruta, banana machucada, creme de arroz e fubá de milho” (PRIORE, 2013, p. 120). No entanto, por conta da prematuridade de seu sistema digestivo, esse tipo de nutrição fazia muitas vítimas na primeira infância.

Entretanto, como aponta Badinter (1985), no Brasil dos séculos XVII e XVIII, era possível identificar certo desprendimento na forma como a mãe se relacionava com o filho, fenômeno intimamente vinculado às altas taxas de mortalidade infantil:

[...] a queda da mortalidade infantil em finais do século XIX, graças ao progresso da higiene e da saúde pública, mudou a relação de mães e filhos, tanto no que diz respeito aos cuidados com a alimentação quanto às manifestações de afeto. Antes, o infanticídio (embora não contabilizado), os maus-tratos e a exploração da criança eram comuns. (PRIORE, 2013, p. 129).

Del Priore menciona que, até esse período, havia o registro de práticas como o afogamento de crianças indesejadas, assim como o abandono em lugares ermos ou lixões. Em São Paulo, no século XVII, “costumava-se deixar as crianças num lixão ao lado do antigo Convento de Santa Teresa. Porcos e cães faziam o trabalho” (PRIORE, 2013, p. 129).

Por conta da forte influência da religião católica no Brasil naquele período, uma preocupação frequente era a de batizar rapidamente as crianças recém-nascidas, a fim de evitar a suposta danação de suas almas, que seria o destino daquelas que morriam sem receber o sacramento do batismo. De acordo com Venâncio:

Embora motivada por sentimentos religiosos, a preocupação em relação às crianças abandonadas acabava tendo importante repercussão na sociedade. Basta mencionar que as Santas Casas do Rio de Janeiro e de Salvador acolheram 50 mil enjeitados durante os séculos XVIII e XIX. (VENÂNCIO, 2015, p. 190).

Também se constatam altas taxas de mortalidade infantil no Brasil da época: pelo menos 20% ou 30% dos recém-nascidos faleciam nos primeiros doze meses após o parto. Além disso, diante do grande número de enjeitados, a câmara ou a Santa Casa contratavam as chamadas “mulheres criadeiras”, mulheres livres ou escravas que se tornavam mães de aluguel. Segundo relatos históricos, assim como se observa na Europa Ocidental, a estada das crianças na casa dessas amas envolvia práticas pouco recomendadas, como a alimentação com pano de linho embebido em leite e colocado na boca do bebê ou o uso de mamadeiras sem os cuidados higiênicos adequados – o que culminava no comprometimento da saúde dessas crianças (VENÂNCIO, 2015).

Um aspecto interessante sobre o abandono de crianças na colônia é que, para além dos

motivos sociais, da miséria e da falta de condições para criar um filho, havia muitos casos de bastardia, o que era duramente condenado na época. O autor lembra que, “entre a população branca, o comportamento feminino austero era regra imposta e fiscalizada. A mulher branca que assumisse o filho ilegítimo ficava sujeita a condenação moral” (VENÂNCIO, 2015, p. 198). Pontua, ainda, que o Brasil viveu com índices de 30% a 60% de bastardia entre os livres e 50% a 100% entre os escravos:

A mãe solteira ou concubina acabou sendo um personagem aceito nas cidades e vilas do século XVIII. Na capital baiana, os censos do século XIX indicam que de cada três mães brancas uma havia tido filho fora das fronteiras matrimoniais. O levantamento da população carioca de 1799 arrolou cerca de oitocentas mulheres brancas chefiando domicílios. O modelo patriarcal que contrapõe o recato da mulher branca à promiscuidade das escravas é uma grosseira simplificação da realidade. (VENÂNCIO, 2015, p. 199).

Nesse cenário, era comum que a criança fosse abandonada, ainda que temporariamente, aos cuidados de outra família ou de uma instituição. Por aqui, como aponta o autor (VENÂNCIO, 2015), a escravidão e a miséria deixaram séculos de instabilidade doméstica como herança, fomentando novos acordos e arranjos para a criação dos filhos – manter uma rede extensa entre vizinhança e parentela para socializar as crianças, em que meninos e meninas circulavam de uma residência para a outra, ou de senzala em senzala, era uma dessas estratégias.

Os altos índices de mortalidade que decorreram nesse contexto se tornaram alvo dos especialistas em saúde pública e dos administradores, que buscavam encontrar culpados:

Os índices de mortalidade dos expostos eram assustadores e os médicos e administradores não se cansavam de apontar as mulheres como principais responsáveis. Em 1787, Manoel Abreu Rozado mencionou no seu parecer a Casa da Roda de Lisboa, onde meninos e meninas faleciam um após o outro por serem “filhos de péssimas mães, gerados de humores podres, corruptos e de má índole”. O médico português professava ideias semelhantes às de Lamarck; para ele, as características adquiridas ao longo da vida se transmitiam de uma geração para a outra: “O fruto que se há de seguir destas imundas árvores, maldispostas, viciadas e corruptas será um fruto indigesto, imundo e pouco perdurável”. (VENÂNCIO, 2015, p. 216).

Trata-se de um ciclo de miséria que produzirá filhos e filhas também suscetíveis a abandonar seus filhos e filhas, e esse contexto dramático e preocupante para as gestões públicas, já que exhibe uma iminente diminuição da população, e conseqüentemente de uma mão de obra trabalhadora, semeia o terreno em que vão florescer discursos valorizadores do papel da mãe, bem como do seu amor para a família e para a criação dos filhos.

3.3 MORTALIDADE INFANTIL E CONTROLE POPULACIONAL

De volta ao contexto da Europa Ocidental, e em especial da França, de onde parte Badinter em suas análises sobre o surgimento do discurso do amor materno, há, entre os séculos XVII e XVIII, uma preocupação por parte das gestões públicas e órgãos de saúde diante da alarmante taxa de mortalidade infantil e dos descuidos perpetrados contra a infância nos primeiros anos de vida. É possível relacionar essa preocupação com a alta taxa de mortalidade a uma ameaça da diminuição da mão de obra agrícola e industrial – e com ela, como aponta Foucault, surge o conceito de “população” para os aparelhos públicos:

Uma das grandes novidades nas técnicas de poder, no século XVIII, foi o surgimento da “população”, como problema econômico e político: população-riqueza, população mão de obra ou capacidade de trabalho, população em equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes de que dispõe. Os governos percebem que não têm de lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um “povo”, porém com uma população, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de habitat. Todas essas variáveis situam-se no ponto de interseção entre os movimentos próprios à vida e os efeitos particulares das instituições. (FOUCAULT, 2015, p. 28).

Para o autor, no centro desse problema econômico e político, está o sexo, uma vez que se faz necessário analisar o número de casamentos, as idades dos noivos e noivas, os efeitos do celibato, os nascimentos legítimos e ilegítimos, as práticas contraceptivas, a frequência de relações sexuais, bem como a proporção de encontros fecundos e estéreis. Tem-se, então, uma intervenção institucional na vida íntima dos casais e das famílias, não só no que diz respeito à sua procriação ou não procriação, mas também na forma como criam e educam sua prole – e, como aquela que carrega a criança no ventre e que tem capacidade de nutri-la em seus primeiros anos de vida, a mãe será alvo principal dessas estratégias.

De acordo com Foucault (2015), o controle sobre a vida, que se instala a partir do século XVII, é fundamentado em dois polos: o primeiro deles está centrado no corpo como máquina, capaz de ser adestrado, de se fazer útil e ter suas aptidões ampliadas, o que se dá por meio de mecanismos que o autor nomeia “disciplinas anátomo-políticas do corpo humano” (FOUCAULT, 2015, p. 150). Já o segundo polo se relaciona com o corpo como espécie, que é visto como suporte para os processos biológicos: o nascimento, a longevidade, o nível de saúde e a mortalidade – esses processos são norteados por controles reguladores que Foucault chama de “biopolítica da população”, e comenta:

A instalação – durante a época clássica, dessa grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos

do corpo e encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo. (FOUCAULT, 2015, p. 150).

Tem-se, então, ainda segundo o autor (FOUCAULT, 2015), a era do biopoder, elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, uma vez que era preciso ter mecanismos de controle e disciplina sobre os corpos nas indústrias e espaços produtivos, assim como foi necessário ajustar a população e seu comportamento aos processos e cenários econômicos. Essas técnicas de biopoder foram e são utilizadas por instituições como escolas, o exército, a política, a medicina e a própria família, formulando um enorme investimento social e político sobre o corpo humano, impulsionando ações e uma melhoria de nossas capacidades, além de delimitar hierarquias, relações de dominação e fatores de segregação. Pode-se afirmar, portanto, que é uma estrutura que revoluciona a forma como as sociedades se organizam e a maneira como o indivíduo se vê – e o surgimento do discurso materno parece ter papel central nesta etapa.

3.4 O MITO DO AMOR MATERNO É CONSTRUÍDO

O amor materno surge como um novo valor a ser perseguido socialmente no último terço do século XVIII. A partir desse momento, médicos, autores e outras figuras públicas disseminarão a ideia de que a mãe deve cuidar pessoalmente dos filhos, dando preferência à amamentação. O exercício de ser mãe será posicionado como aquele a que a mulher deve se dedicar antes de qualquer outro aspecto – tudo isso sustentado pelo mito de um amor instintivo e espontâneo que seria nutrido por toda mãe ao seu filho.

Um dos autores atuantes nessa construção foi Jean-Jacques Rousseau, que, com a publicação de *Emilio*, em 1762, dá uma espécie de impulso à ideia da família moderna, baseada no amor da mãe, e em que prega as formas mais adequadas de se criar uma criança, em trechos como este:

Do cuidado das mulheres depende a primeira educação dos homens; das mulheres dependem ainda os seus costumes. [...] Assim, educar os homens quando são jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los, consolá-los... eis os deveres das mulheres de todos os tempos. (ROUSSEAU, 1959, p. 703 *apud* BADINTER, 1985, p. 180).

Rousseau se torna, portanto, o precursor de uma corrente de pensamento: ao longo do próximo século, outros ideólogos se debruçarão sobre a defesa do amor materno como fundador da família, bem como um sentimento instintivo e natural. Outros discursos surgiram no mesmo período no sentido de reforçar a importância do papel da mãe na criação dos filhos. Entre eles,

estavam discursos de interesse econômico, relacionados ao controle demográfico, conforme explicitamos anteriormente nesse capítulo. Segundo a autora Mary Del Priore, é possível compreender essa passagem como um símbolo de como a laicização mudou o debate sobre a maternidade:

A questão não era mais o Menino Jesus salvar os pecadores, mas a criança salvar a humanidade. Por sua fragilidade, ela suscitaria compaixão, primeiro sinal de moral e signo distintivo da humanidade, explicava o filósofo Jean-Jacques Rousseau. Graças à educação, devia-se reformar não o presente, mas o futuro, representado na infância. Os filhos poderiam regenerar o mundo. A reboque desse argumento, várias políticas natalistas foram implantadas na Europa. Acreditava-se que da juventude de uma população dependia o poder da nação. (PRIORE, 2013, p. 112).

Os costumes da época também sofrem algumas mudanças com essa transformação de pensamento: passa-se a defender o casamento por amor, em vez do casamento arranjado, e a ideia da mulher pecadora, associada a Eva, dá espaço a uma imagem doce e generosa, vinculada à imagem de Maria. Esse movimento contribui para a solidificação do conceito do amor materno, pois, se a mulher pode ter filhos com o homem que ama, o amor que nutrirá pela prole surgirá naturalmente. Há, ainda, a recuperação de alguns hábitos da “família natural”, dos mecanismos de funcionamento da natureza, e das mulheres de civilizações mais antigas, como é o caso da prática da amamentação. Ela passa a ser glorificada como um ato altruísta capaz de despertar enorme prazer e alegria na mulher, conforme destaca o médico Gilibert em publicação da época:

Segui essas mães que amamentam os filhos. Elas esquecem todos os objetos de seu prazer. Atentas unicamente aos filhos, passam as noites sem dormir, suas refeições são tomadas à pressa, só comem o que sabem ser propício a um bom leite; todas as horas do seu dia são empregadas em lavar, limpar, aquecer, distrair, alimentar, fazer dormir o objeto de seu amor. Todos os que a cercam olham-na com piedade... Julgam-nas as mais infelizes das mulheres. (GILIBERT, 1770, p. 257-258 *apud* BADINTER, 1985, p. 192).

É importante pontuar, contudo, que, na obra de Rousseau, ainda que a mãe ocupe papel central, trata-se de uma função subjugada à importância masculina: “Infelizmente, a lógica e o reformismo de Rousseau se detêm nas fronteiras do sexo. A mulher continua, para ele, a ser um indivíduo relativo, definido em relação ao homem” (BADINTER, 1985, p. 169).

Debruçada especificamente sobre o contexto norte-americano, Rich (1995) compreende o surgimento da família e do lar nessa época como uma criação da Revolução Industrial para manter as mulheres em casa. Afinal, inicialmente, com a implantação das fábricas, não havia leis que regulassem o trabalho de mulheres e crianças, colocando suas vidas em risco. Instituições como o próprio casamento foram ameaçadas, já que, por meio de seu ofício, as mulheres se viam diante da possibilidade de recusar o matrimônio levando em conta o aspecto financeiro. Além disso, inspetores da época relatavam uma maior resistência, por parte das

operárias, ao trabalho duro, sem mencionar a vantagem de aceitarem menores salários – uma vantagem das mulheres sobre os homens para o capital. Dessa maneira, segundo a autora (RICH, 1995), duas forças conduzem à legislação que passou a limitar o trabalho das mulheres e, conseqüentemente, reconduziu-as ao lar: uma de fundo humanitário e outra voltada para a manutenção do poder patriarcal:

As mulheres eram alertadas de que sua ausência de casa não só significavam uma negligência com seus filhos. Se elas falhassem em garantir um lar confortável, seus homens sairiam para os bares. O bem-estar dos homens e das crianças era a verdadeira missão das mulheres. (RICH, 1995, p. 81, tradução nossa¹⁸).

Vale pontuar que, ainda de acordo com a autora, o fortalecimento da ideia de um lar acentua a divisão entre a esfera privada e a esfera pública; o mundo feminino, interno e doméstico do mundo masculino, externo, do trabalho e da realização no mundo. Rich (1995) ressalta também a perda do conceito de coletividade, em que uma vizinhança, ou seja, muitos pares de olhos, alternava-se nos cuidados com as crianças – aumenta, portanto, a carga e a responsabilidade sobre a mãe, bem como sua sensação de solidão.

Nesse cenário, emerge uma imagem materna que vai nortear o pensamento pelos próximos séculos, calcada na ideia de doação incondicional. É uma fonte de amor angelical e misericordioso em um mundo cada vez mais cruel e impessoal, como define Rich (1995), um papel que se transforma em uma missão e que se basta em si, um arquétipo que passará a definir o papel feminino no mundo.

3.5 MATERNIDADE E FEMINISMO: UMA HISTÓRIA DE EMBATES

É a filósofa Simone de Beauvoir, com sua obra *O segundo sexo*, de 1949, que registrará a experiência da maternidade como um aspecto central para explicar a dominação masculina sobre as mulheres. Recusa, desse modo, o determinismo biológico que destina às mulheres a função da procriação – e conseqüentemente o abandono do espaço público e a reclusão ao espaço doméstico – e compreende a maternidade como uma construção social. Negar a maternidade seria, então, um caminho para a construção de uma identidade feminina mais ampla e livre. Essa busca se torna fundamental para o movimento feminista, que passa a perseguir a conquista de direitos como o acesso à pílula anticoncepcional e ao aborto. Nesse primeiro momento, de acordo com Scavone (2001), a maternidade era vista como um *handicap*,

¹⁸ No original: “Women were warned that their absence from home did not only mean the neglect of their children; if they failed to create the comforts of the nest, their men would be off to the alehouse. The welfare of men and children was the true mission of women”.

um defeito natural, pelas correntes feministas.

Há, entretanto, o surgimento de um segundo momento de negação do *handicap* dentro do movimento, segundo denominação das autoras Ferrand e Langevin (SCAVONE, 2001), que enxerga a capacidade de procriação como um poder insubstituível das mulheres e invejado pelos homens. Posteriormente, aparece ainda uma ação de “desconstrução do *handicap* natural”, que é a compreensão de que “não é o fato biológico da reprodução que determina a posição social das mulheres, mas as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade” (SCAVONE, 2001, p. 141).

Ainda de acordo com Scavone (2001), os estudos feministas vêm acompanhando as mudanças que transformam o exercício de matinar, como é o caso dos impactos gerados pelas tecnologias reprodutivas – ou seja, os métodos de concepção e de contracepção capazes de instrumentalizar as mulheres com a possibilidade de escolha pela maternidade. Outro campo que se abre nesse território é o dos estudos sobre o lugar da mãe e o lugar do pai, sob uma ótica de gênero, na esfera doméstica e na esfera pública. Emerge, então, o conceito de parentalidade: “Trata-se de estudar o posicionamento dos atores sociais dos dois sexos no processo de constituição do laço parental e não mais de partir de uma especificação a priori deste laço segundo o sexo” (COMBES; DEVREUX, 1991, p. 5 *apud* SCAVONE, 2001, p. 148).

Sobre os estudos feministas acerca das tecnologias reprodutivas, contrapõe-se a corrente do que se convencionou chamar de “feminismo ecológico”. Badinter (2011) relaciona esse pensamento ao incentivo da adoção de procedimentos biológicos e naturais, como o parto natural, sem intervenção médica, a amamentação em livre-demanda¹⁹, o desmame natural e uma maior dedicação da mãe à criança, deixando a vida pessoal e a carreira em segundo plano. Ele se contrapõe, por outro lado, às imposições de uma indústria médica que parece querer se apropriar das decisões a respeito do corpo da mulher por meio da autoridade científica. Esse embate, bem como sua articulação com outras correntes feministas, será revisitado mais adiante neste trabalho, nos capítulos de análise, uma vez que se relaciona aos embates discursivos construídos acerca da maternidade na “Revista AzMina”, nosso objeto de estudo.

¹⁹ De acordo com informações do Ministério da Saúde, amamentação em livre-demanda é aquela em que a criança é alimentada ao seio quantas vezes quiser e na hora em que desejar. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/saude-para-voce/saude-da-crianca/aleitamento-materno>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

3.6 O QUE A IMPRENSA FEMININA DIZ SOBRE AS MÃES

Ao longo do tempo, a imprensa feminina teve papel fundamental tanto na consolidação dos papéis sociais impostos às mulheres quanto na ampliação da representatividade de novos perfis e atuações que elas almejavam conquistar. Essas publicações tiveram “participação decisiva na formação intelectual da mulher e na construção cultural e discursiva de sua identidade” (DUARTE, 2016, p. 14). Esse movimento se fez presente também no que diz respeito aos discursos sobre maternidade. Autoras como Betty Friedan se dedicaram a mostrar como a imprensa feminina nos Estados Unidos, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, que acabou em 1945, se empenhou em conduzir as mulheres a serem mães e donas de casa devotadas, muitas vezes fazendo uso de discursos científicos e psicanalíticos:

Edificou-se em torno da mãe toda uma mística. Descobriu-se de repente que ela podia ser considerada responsável por tudo, ou quase tudo. Em todos os dossiês de crianças-problemas, em todos os casos de adultos neuróticos, psicopatas, esquizofrênicos, obcecados pelo suicídio, alcoólatras, de homens homossexuais ou impotentes, de mulheres frígidas ou atormentadas, entre os asmáticos ou portadores de úlceras, encontrava-se sempre a mãe. Havia sempre, na origem, uma mulher infeliz, insatisfeita, uma esposa exigente que perseguia o marido, uma mãe dominadora, sufocadora ou indiferente. (FRIEDAN, 1975, p. 213-4 *apud* BADINTER, 1985, p. 323).

Badinter (1985) aponta que, da mesma maneira, a imprensa feminina francesa reproduziu esses discursos, reforçando a imagem do estereótipo “boa-mãe-do-lar”, a necessidade do aleitamento materno e divulgando a ideia de que filhos de mães que trabalhavam fora de casa estariam abandonados.

Segundo Duarte (2016), no Brasil, a história que os jornais contam sobre as mulheres demonstra a força limitadora de estruturas como a igreja, o Estado, a família e a escola, instituições que legitimaram a opressão sobre elas. Um dos marcos dessa atuação é justamente o momento do que a autora chama de conveniente valorização da maternidade diante dos altos índices de mortalidade infantil, em que se usou de uma mística religiosa e filosófica para manter a mãe mais apegada à família. A imprensa foi fundamental para disseminar e solidificar os novos comportamentos a serem adotados pelas mães:

Daí tantos jornais criados por médicos, padres e jornalistas, empenhados exclusivamente em convencer as mulheres, sobretudo as da elite, então indiferentes à criação dos próprios filhos, a se transformarem em “mães perfeitas”. A *Mai de Família* (1879-1888) foi um que se destacou nessa linha. E não deixa de ser irônico: o “fato novo” que permite à mulher elevar seu *status* na sociedade – a maternidade – é o mesmo que vai contribuir para seu afastamento do espaço público. (DUARTE, 2016, p. 24).

Outra ideia divulgada pela imprensa na época é a de uma “maternidade científica” (PRIORE, 2013), aquela amparada pelos médicos, pela indústria, por invenções como a do leite artificial e pela defesa da mulher como figura fundamental na construção de uma sociedade mais saudável. Tal defesa se ampara, mais uma vez, no princípio de que a tarefa mais importante que uma mulher pode desempenhar é a de ser mãe. Publicações como “Vida Doméstica” (1920-1963), em 1916, alertava “A mulher que não for boa mãe, deixa por isso mesmo de ser mulher” (PRIORE, 2013, p. 133). Tanto “Vida Doméstica” quanto “Revista Feminina” (1914-1936) reforçam a ideia de que a maternidade é fruto de ação instintiva da mulher, mas que há a necessidade de buscar uma cultura específica e informações adequadas para criar os filhos, destacando que a boa mãe é também uma mãe sábia (FREIRE, 2008).

A imprensa destinada às mulheres no Brasil, mais adiante, sofrerá o impacto dos movimentos feministas. Nos anos 1960, revistas como “Claudia” (1961-), por um lado, reforçavam o discurso médico, por outro, destacavam que a mulher deveria encarar a maternidade como um exercício fonte de orgulho e de responsabilidade, mas o diferencial, nesse momento, é que o cuidado que a mulher deve ter consigo mesma aparece como importante também. Carmen da Silva, cronista da publicação que ficou conhecida por posicionamentos modernos para a época, chegava a afirmar em um de seus textos que a mulher poderia ter um trabalho dedicado a uma causa maior e ainda assim ser boa mãe (PRIORE, 2013).

Se a imprensa feminina, de certa forma, contribuiu para a constituição de uma puericultura, isto é, de uma cultura de criação dos filhos, publicações específicas surgiram no sentido de se voltar especificamente para esse assunto. No Brasil, podem-se citar, nesse segmento, a “Revista Pais e Filhos” (1968-) e a “Crescer” (1993-). São publicações calcadas no discurso científico, em que médicos, pedagogos e outros tipos de especialistas são consultados para reportagens que versam sobre assuntos diversos, de nutrição a comportamento. Definem, assim, certas normatividades que também vão impor às mães atitudes específicas a fim de que sejam consideradas “boas mães”. Nota-se, nessas revistas, mecanismos que conduzem as leitoras a um processo de autocontrole – já que as matérias sugerem o que elas devem falar e fazer, na gestação ou para os cuidados com o filho –, a uma auto-organização específica – de seu tempo, de sua carreira e de suas tarefas – e a um encontro consigo, a fim de que possam se enunciar como sujeitos transformados pela maternidade (MARCELLO, 2005).

Independentemente da época ou da publicação, as normatividades podem conduzir a leitora-mãe a uma sensação de desencontro, de insuficiência e de pressão para ser a “mãe ideal” segundo os preceitos disseminados. Uma publicação feminista, por outro lado, supostamente estaria construída para libertar a leitora-mãe de quaisquer normatividades. Mas de que maneira

isso se articula na “Revista AzMina”? É o que pretendemos compreender nos próximos capítulos deste trabalho.

4 MATERNIDADE NA “REVISTA AZMINA” E OS SILENCIAMENTOS DO DISCURSO

Depois de compreender o contexto histórico e os processos que permitiram a estruturação da “Revista AzMina”, bem como a tradição dos movimentos feministas e da imprensa alternativa às quais ela se filia, e de revisitar os discursos socialmente construídos sobre ser mãe, partimos, neste capítulo, para uma análise dos textos sobre maternidade na publicação que é nosso objeto de pesquisa. As informações e reflexões reunidas previamente neste trabalho foram fundamentais para que tivéssemos respaldo para o estudo. Fez-se essencial também o amparo das metodologias de análise, conforme esmiuçadas nas Considerações iniciais – são elas: as ferramentas da análise do discurso, apoiadas principalmente em Baccega (2007, 2015) e Orlandi (2006a, 2006b, 2007, 2009), a teoria sobre as estratégias de silenciamento de discurso, também com o apoio de Orlandi, e o modelo de pesquisa do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Online (GJOL), que inspirou a categorização dos textos da “Revista AzMina” selecionados aqui.

Para este trabalho, foram coletados 23 textos dos dois espaços dedicados à maternidade: a editoria “Mãezinha vírgula” e a coluna “Meu nome não é mãe”, estipulando o recorte temporal de seu início até julho de 2018. Além disso, para esta análise, incluímos três reportagens especiais elaboradas pela “Revista AzMina” que versam sobre maternidade – uma sobre maternidade lésbica (RODRIGUES, 2018), outra sobre maternidade indígena (DREHER, 2016) e uma terceira sobre mães de crianças com microcefalia (MODELLI, 2016) – e três testemunhos da seção “Divã D’AzMina”, que coleta depoimentos, com histórias de mulheres relacionadas à sua experiência materna – uma delas conta o processo de ter sido submetida a uma cesárea (AZMINA, 2017a), outra sobre as dificuldades de ser mãe (AZMINA, 2017b) e uma terceira sobre a conquista de um parto normal (AZMINA, 2016). A escolha desses textos que não estão nos espaços dedicados à maternidade se deu por versarem sobre o assunto e por visibilizarem problemáticas referentes a populações vulneráveis, o que nos ajuda a compreender a amplitude e a representatividade dos discursos maternos construídos pela “Revista AzMina”. Antes de adentrarmos na análise propriamente dita, é necessário compreender como se caracterizam os espaços destinados a discutir o tema da maternidade dentro da revista, assunto que abordaremos a seguir.

4.1 DOIS ESPAÇOS PARA PENSAR O SER MÃE

Em setembro de 2015, com o lançamento da “Revista AzMina”, é inaugurado um espaço para pensar temas relacionados à maternidade no contexto da publicação feminista. Trata-se da editoria “Mãezinha vírgula”, que até maio de 2018 reuniu onze reportagens e artigos sobre assuntos como parto, sanidade mental da mulher que se torna mãe, racismo e adoção. Apesar de Carolina Vicentin (VICENTIN, 2018) ter conduzido a implantação da editoria, conforme esclarecido anteriormente, nesse espaço é possível encontrar textos assinados por outras autoras, entre elas Nana Queiroz, a própria criadora da “Revista AzMina”.

Já a coluna “Meu nome não é mãe” teve início em maio de 2017 e até a conclusão deste trabalho seguia com atualizações. Para efeitos da análise, o recorte de tempo proposto aqui é até julho de 2018, o que totaliza doze textos. Os trabalhos publicados nesse espaço versam sobre maternidade e mercado de trabalho, culpa materna, vida sexual da mãe, entre outros assuntos, que serão vistos de modo mais detalhado adiante. É importante ressaltar que todos os textos desta coluna são assinados por Tayná Leite. A seguir, a tabela sintetiza algumas características do material disseminado nas duas seções.

Quadro 1 - Maternidade na “Revista AzMina”

	Editoria “Mãezinha vírgula”	Coluna “Meu nome não é mãe”
Período de publicação	Setembro de 2015 a maio de 2018.	Maio de 2017 em diante.
Número de textos publicados	Onze.	Doze ²⁰ (até julho de 2018).
Periodicidade	Irregular (teve sete meses de hiato, sem textos novos).	Irregular (mensal em certos períodos, com pequenos intervalos de tempo sem texto e meses com dois textos publicados).
Autora(s)	Amanda Negri (1), Bruna Escaleira (1), Carolina Vicentin (4), Débora Puglia (1), Equipe AzMina (1), Isabel Rocha (1), Nana Queiroz (1), Thais Folego (1).	Tayná Leite.
Gêneros textuais	Reportagens (7) e artigos (4).	Artigos (6) e relatos em primeira pessoa (6).

Fonte: Elaborada pela autora.

²⁰ A listagem da coluna inclui um texto de 2016 da autora Tayná Leite, mas que não versa sobre maternidade, portanto não foi incluído na pesquisa.

A respeito dos diferentes gêneros textuais publicados em cada espaço, faz-se necessário refletir sobre a definição do que, neste caso, são gêneros jornalísticos. De acordo com José Marques de Melo (*apud* MEDINA, 2001), classificar tais gêneros é um dos maiores desafios da pesquisa em jornalismo, contudo trata-se de tarefa fundamental para a estruturação do objeto científico. Afinal, segundo Medina, essa questão assume um papel essencial no processo de compreensão dos discursos produzidos pelos meios de comunicação.

Além disso, os gêneros jornalísticos também ocupam a função de orientar a audiência na leitura das notícias e dos demais tipos de textos, estabelecendo um diálogo entre aquele que escreve e aquele que lê, e mais: “Os gêneros servem ainda para identificar uma determinada intenção, seja de informar, de opinar, de interpretar ou de divertir” (MEDINA, 2001, p. 50). Desse modo, para o autor, é um gênero informativo a reportagem, enquanto o artigo e a coluna seriam gêneros opinativos, “totalmente subjetivos, com opiniões de colaboradores e editores” (MEDINA, 2001, p. 50).

À luz dessas definições, pode-se afirmar que a editoria “Mãezinha vírgula”, com uma maioria de textos classificados como reportagens, é marcada por um caráter informativo. A respeito do gênero reportagem jornalística, Charaudeau diz que:

[...] trata de um fenômeno social ou político, tentando explicá-lo. “Um fenômeno social” significa uma série de fatos que se produzem no espaço público (mais uma vez, é preciso que seja de interesse geral), cuja combinação e/ou encadeamento representa, de uma maneira ou de outra, uma desordem social ou um enigma (princípio de saliência) no qual o homem está implicado. (CHARAUDEAU, 2012, p. 221).

Ainda segundo o autor, o ponto de vista adotado na reportagem deve ser distanciando e global. Charaudeau expõe também uma tipologia ou classificação dos gêneros que os coloca em uma escala de acordo com a proximidade ou a distância do relato do fato em um eixo horizontal, assim como, em um eixo vertical, com um maior ou um menor nível de engajamento, que seria, neste caso, o tanto que o enunciador manifesta a própria opinião (CHARAUDEAU, 2012). Seguindo tal tipologia, é possível dizer que a reportagem se encontra próxima do relato do fato e tem menos engajamento, enquanto o artigo está mais distante do relato do fato e tem mais engajamento – já o relato em primeira pessoa está bastante distante do relato do fato e tem o maior nível de engajamento dentre os três. Desse modo, com relação à coluna “Meu nome não é mãe”, nota-se, em seus textos, um maior caráter opinativo.

Para além dessas diferenças percebidas em uma análise inicial – por meio da coleta do número de autoras, de identificação de seu caráter informativo/opinativo, bem como dos gêneros textuais empregados –, as próprias apresentações dos dois espaços parecem atestar

posições um tanto distintas no que diz respeito a uma identidade materna. Em “Mãezinha vírgula”, tem-se a seguinte descrição: “Mãezinha uma ova! Nós aqui somos mãezonas! E adoramos falar de uma maternidade mais livre de amarras!”²¹. Já em “Meu nome não é mãe”, a descrição é: “Esta é uma editoria dedicada a todas as pessoas que desafiam o senso comum para provocar transformação”²².

Observa-se que, no primeiro caso, o texto emprega uma voz em primeira pessoa do plural, como se a autora ou as autoras da editoria formassem um coletivo com as personagens e até com as leitoras da seção. Elas se opõem ao costume popular praticado em escolas ou no atendimento de saúde, em que, ao não saberem o nome da mãe da criança, professores e médicos chamam a mulher de “mãezinha” – um uso do diminutivo que, por um lado, pode ser compreendido como gesto de carinho, mas, por outro, como uma ação que invisibiliza a identidade própria da mulher e a relega à sua função materna, função esta mantida em uma posição menos importante diante da autoridade do educador ou do médico. Neste caso, as autoras da editoria, que aborda com frequência o tema da autoridade médica, marcam, através do título e da apresentação, uma recusa dessa diminuição e assumem uma posição de força, reforçada pelo uso da palavra “mãezonas”. No entanto, apesar de falarem da maternidade “livre de amarras”, pelo próprio emprego de “mãezonas”, é possível compreender que há uma ideia implícita da mãe vista como figura detentora de poder – o que Vicentín destacou na entrevista a esta pesquisa, em que afirmou enxergar a maternidade como “um canal de empoderamento fortíssimo” (VICENTIN, 2018) –, algo que pode ser entendido também como uma “amarra”, uma ideia que pode prender ou limitar a crença de alguém, além de delimitar outra normatividade.

No caso da coluna “Meu nome não é mãe”, o próprio nome da seção nega o título de mãe – a voz implícita ali nem recusa uma diminuição, nem convoca a um fortalecimento, mas sinaliza não desejar ser limitada pelo rótulo da maternidade. A descrição tampouco menciona o título de “mãe”, mas, ao contrário, apresenta a coluna como uma editoria feita a “todas as pessoas que desafiam o senso comum para provocar transformação” – sentença que transmite a ideia de que este também é um espaço disposto a contestar estereótipos e rótulos relacionados à maternidade. Além disso, parece se colocar de forma ampla ao público, direcionada não apenas às mães, mas a quem deseja realizar uma transformação – um convite que carrega certa imposição de interesse, uma vez que, se houver recusa do leitor, ele estará se colocando no grupo daqueles que não “desafiam o senso comum para provocar transformação”. Há, portanto,

²¹ Disponível em: <<https://azmina.com.br/editoria/maezinha-virgula/>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

²² Disponível em: <<https://azmina.com.br/coluna/meu-nome-nao-e-mae/>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

um inegável apelo nessa apresentação, bem como uma promessa de que temas comumente associados ao universo materno serão estendidos a uma esfera de discussões que concerne a todos. Mais adiante, por meio da análise dos temas trabalhados e dos discursos vinculados a eles, com especial enfoque sobre os silenciamentos do discurso, será possível compreender como esses e outros posicionamentos se acentuam em cada seção. Passaremos, neste ponto, para a compreensão das temáticas que cruzam o material coletado.

4.2 MATERNIDADE EM TEMAS

Com base na classificação por temas exposta na Introdução desta pesquisa, foi feita uma leitura dos onze textos da editoria “Mãezinha vírgula” e dos doze textos da coluna “Meu nome não é mãe”, bem como das três reportagens especiais e dos três depoimentos contidos nos outros espaços da revista, para que fosse possível dividi-los de acordo com quatro eixos temáticos – a cada texto, foi atribuído somente um eixo temático prevaiente. Adiante, é possível encontrar a análise sobre o material coletado seguindo tal divisão. Ela foi empregada a fim de que fosse possível comparar textos variados atravessados por um mesmo macrotema, bem como a fim de que fosse possível compreender os discursos produzidos pela “Revista AzMina” dentro de cada assunto. Os quatro eixos temáticos mapeados são:

- Corpo e saúde: textos sobre os processos biológicos que envolvem a maternidade ou a recusa da maternidade, como parto, tecnologias reprodutivas, amamentação e contracepção;
- Comportamento: contemplam fenômenos sociais e históricos relacionados à maternidade, como decisões sobre a criação dos filhos, costumes e tradições, adoção, separação conjugal, culpa materna e paternidade;
- Defesa de direitos: trabalhos que defendem os direitos das mulheres, um tratamento cidadão e respeitoso, bem como que denunciam o não cumprimento desses direitos. Incluem assuntos como violência contra a mulher, julgamentos morais, políticas de saúde mental, estupro sexual e consentimento, as condições do mercado de trabalho para as mães e o movimento *child free*²³; e
- Preconceito: textos que versam sobre machismo e racismo.

²³ Movimento que surgiu para apoiar pessoas que não desejavam ter filhos, mas que, atualmente, converteu-se na decisão de estabelecimentos em decretarem a proibição da entrada de crianças (ALVES, 2017).

A seguir, expomos a divisão dos textos publicados nos espaços dedicados à maternidade na “Revista AzMina” de acordo com esses eixos temáticos, a fim de que seja possível compreender como se relacionam a cada um desses assuntos.

Quadro 2 - Temas e textos das editorias sobre maternidade

	Editoria “Mãezinha vírgula”	Coluna “Meu nome não é mãe”
Corpo e saúde	5 (“Parto humanizado no SUS: a regra que ainda é exceção”; “Do útero ao pó”; “Facebook veta fotos de projeto pró-amamentação”; “Indústria da cesárea aumenta violência obstétrica no Brasil”; “Mulher deveria pedir autorização do marido para fazer laqueadura?”.)	1 (“Escolhi amamentar meu filho no trabalho, mas isso ainda incomoda”.)
Comportamento	1 (“Coisas que toda mãe está cansada de ouvir”.)	4 (“Culpa materna: por que ainda damos ouvido a esse monstro?”; “Nudez e pedofilia: onde está o real problema?”; “Talvez eu não seja a melhor mãe do mundo... e tudo bem!”; “Consentimento no sexo também é algo a ser ensinado a nossos filhos”.)
Defesa de direitos	3 (“Saúde mental na maternidade: temos que falar sobre isso”; “Manual prático para ex-maridos sobre como não ser um idiota machista”; “Batom é brinquedo? Como lidar com a oferta de maquiagem para crianças”.)	5 (“A maternidade afasta as mulheres do mercado de trabalho e isso não é uma opção”; “Quer ajudar uma mãe? Aí vão 4 dicas”; “7 coisas que você pode fazer por uma mãe em 2018”; “O fim da violência contra a criança também é uma pauta feminista”; “Dia das mães: guarde as flores e dê compreensão”.)
Preconceito	2 (“Cinco comportamentos que os pais devem adotar para acabar com o machismo”; “Branças com descendência negra: mães adotivas aprendem a lidar com racismo”.)	2 (“Meninos são espoletas e meninas são comportadas? Vamos repensar os estereótipos”; “Precisamos falar sobre racismo com as crianças”.)

Fonte: Elaborada pela autora.

Nota-se que a maior parte dos textos da editoria “Mãezinha vírgula” (cinco de onze) está dentro da temática “Corpo e saúde”, com atenção especial para o assunto do parto e da violência obstétrica, aquela que pode ser cometida no momento da assistência ao nascimento. Os temas “Defesa de direitos” e “Preconceito” têm respectivamente três e dois textos cada um, versando, no primeiro caso, sobre saúde mental, separação e direitos da infância e, no segundo,

sobre machismo e racismo. Por fim, há um texto sobre Comportamento, neste caso focado em julgamentos e estereótipos que recaem sobre as mães. Já a coluna “Meu nome não é mãe” dedica a maior parte de seus textos (cinco de doze) ao tema “Defesa de direitos”, que é seguido por “Comportamento”, com quatro textos – no primeiro grupo, dois deles tratam da situação do mercado de trabalho para as mães, um sobre direitos das mães e das crianças, outro sobre violência contra as crianças e movimentos que restringem a sua presença e, por fim, um sobre direitos das mães principalmente nos casos de separação; no segundo grupo, dois textos abordam a culpa materna e a romantização da maternidade, um terceiro trata da importância de educar as crianças para naturalizar a nudez e o terceiro fala sobre educação sexual. Em seguida, em “Meu nome não é mãe”, há um texto sobre amamentação e as dificuldades de conciliar a prática com o trabalho, catalogada na temática “Corpo e saúde”.

A partir desse registro, pode-se apreender que a primeira seção é majoritariamente dedicada aos processos biológicos da maternidade, com especial atenção à violência sofrida no atendimento ao parto, mas também dando espaço à discussão sobre o preconceito e os direitos das mulheres que são mães. A segunda, por outro lado, está bastante voltada para o questionamento sobre a culpa materna e as condições do mercado de trabalho para as mães, com abertura ainda para debater o sexo na maternidade e os direitos da infância.

Considerando os nomes e apresentações das seções, bem como o fato de a primeira ser mais informativa e a segunda, mais opinativa, e agregando-se a isso os temas trabalhados, compreende-se que a primeira ocupa um lugar de contextualização sobre os problemas e violências enfrentados pelas mulheres que são mães, enquanto a segunda assume um espaço mais engajado, de um ativismo relacionado à desconstrução dos padrões de comportamento (sexuais e morais) que oprimem essas mulheres.

Faz-se necessário também classificar as reportagens especiais e os textos da seção “Divã D’AzMina” coletados para a pesquisa. Eles podem ser incluídos nos eixos temáticos da seguinte maneira:

Quadro 3 - Temas e textos dos outros espaços que tratam de maternidade

	Reportagens especiais	Editoria “Divã D’AzMina”
Corpo e saúde	2 (“Maternidade lésbica”; “Nove meses de zika: e agora?”.)	2 (“Fazer cesárea não me tornou mais fraca ou menor do que qualquer outra mulher”; “Como briguei por 5 dias por um parto normal – e valeu”.)
Comportamento	1 (“Maternidade indígena”.)	1 (“Amo meu filho, mas ser mãe é treita”.)
Defesa de direitos	0	0

Preconceito	0	0
-------------	---	---

Fonte: Elaborada pela autora.

Entre as reportagens especiais e os relatos da seção “Divã D’AzMina”, dos três textos publicados em cada espaço, dois são dedicados ao tema “Corpo e saúde” e um a “Comportamento”. No caso das reportagens, há uma concentrada sobre as tecnologias reprodutivas e os processos que permitem a casais de mulheres terem filhos, e outra sobre os desafios de mães que tiveram filhos com microcefalia após serem contaminadas com o zika vírus durante a gestação. A terceira matéria aborda as tradições e os hábitos relacionados a ser mãe e a ser mulher em comunidades indígenas brasileiras. Entre os depoimentos de “Divã D’AzMina”, há uma oposição interessante dentro do eixo temático “Corpo e saúde”: um relato sobre a superação da cesárea como via de nascimento do filho e outro relato sobre a conquista de um parto normal. Já o depoimento que se adequa à categoria do “Comportamento” discute as agruras da maternidade, dos processos biológicos ao casamento. Apesar de a amostragem ser pequena – somente três textos de cada espaço externo –, é interessante notar que, quando o assunto é maternidade, o corpo e os processos biológicos parecem ser os primeiros tópicos associados. E, se por um lado, há um movimento histórico de controle do corpo feminino no que diz respeito aos processos de reprodução por parte da ciência e do Estado, por outro, é também no terreno do corpo que os movimentos de mulheres têm encontrado solo fértil para plantar novas requisições e novas formas de militar, apropriando-se do direito à própria materialidade e ao próprio desejo. Veremos, a seguir, como esse tipo de embate discursivo se articula dentro do material classificado em tal eixo temático. Para concretizar nossa análise, vale lembrar que utilizamos as ferramentas da análise do discurso de tradição francesa, com suporte das autoras Orlandi (2009, 2007, 2006a, 2006b) e Baccega (2015, 2007), e foco especial sobre os discursos silenciados nos textos da “Revista AzMina” relacionados à maternidade. Sigamos com eles.

4.3 CORPO E SAÚDE: UM TERRENO DE DISPUTA DE NARRATIVA

Conforme defende a autora Silvia Federici (2009), desde o começo dos movimentos de mulheres, ativistas e teóricas passaram a se debruçar sobre o conceito do “corpo” feminino. Afinal, independentemente da linha ideológica, há uma percepção de todo o feminismo de que:

“Um ranking hierárquico de competências humanas e a identificação das mulheres com uma concepção física degradante foram instrumentos históricos para a consolidação do poder patriarcal e a exploração masculina do trabalho feminino.” (FEDERICI, 2009, p. 15).

Federici nota que a literatura feminista de todo o século XX traz a valorização do corpo e dos processos naturais como uma forma de compreender a dominação patriarcal, bem como de ressignificá-la – Rich pontua: “Não há nada revolucionário no fato de que os homens controlam o corpo das mulheres. O corpo feminino é o terreno em que o patriarcado se mantém ereto” (RICH, 1995, p. 87, tradução nossa²⁴). Além disso, temas importantes para o movimento feminista, em especial a conquista dos direitos reprodutivos, estão intimamente relacionados ao corpo. Como afirma Alisa Del Re:

O reconhecimento do direito de dispor do seu corpo foi um grande acontecimento para as mulheres do século XX. Desde a “greve dos ventres”, no século XIX, essa reivindicação foi objeto de diversas lutas, perdidas ou parcialmente ganhas. Internacionalmente, essa luta é sustentada de maneira unânime pelos movimentos feministas dos anos [19]70. Quem possui o poder de controle sobre o corpo feminino: o Estado, as autoridades religiosas, as corporações médicas, o chefe da família (marido ou pai) ou as próprias interessadas? É um ponto decisivo, pois se trata da autonomia das mulheres. (DEL RE, 2009, p. 21).

Fora dos ciclos acadêmicos e de militância, a busca das mulheres por autonomia e pelo direito de decidir sobre o próprio corpo se amplia no âmbito social. Ela se manifesta, entre outros fenômenos, pelo fortalecimento, nos últimos anos, do movimento pela humanização do parto, que se opõe ao alto número de cesáreas realizadas para trazer bebês ao mundo, uma prática tida como indolor, segura e rápida. Para Rosamaria Carneiro, essa busca pode ser definida da seguinte maneira:

Elas querem “o parto e não mais um parto”, querem ser “a mulher que dá à luz e não só mais uma mulher no hospital”, buscando escapar do modelo padrão de atenção dada ao nascimento, do *timing* dos hospitais, dos manuais obstétricos e, se possível, da “desnecesária”. [...] Entretanto, acreditam buscar mais a singularidade do evento do que a naturalidade propriamente dita e consignada no termo de suas atitudes. (CARNEIRO, 2011, p. 3).

A autora sinaliza que essa ressignificação do parto se coloca de forma contrária ao modo como a medicina ocidental encara os processos biológicos atualmente. Dentro do que Michel Foucault denominou biopolítica²⁵, desde o século XIX, quando surgiram os maiores avanços

²⁴ No original: “There is nothing revolutionary whatsoever about the control of women’s bodies by men. The woman’s body is the terrain on which patriarchy is erected”.

²⁵ Foucault dá o nome de biopolítica para uma mudança de paradigma relacionada à apresentação do poder entre os séculos XIX e XX, em que se passa de uma política de “fazer morrer e deixar viver” para outra de “fazer viver e deixar morrer”: “Se antes o controle recaía sobre os corpos individuais e mediante a disciplina, teria passado a ser exercido concomitantemente de maneira mais ampla, buscando controlar também o corpo de múltiplas cabeças através da estatização do biológico, ou seja, do controle da vida. Buscando uma população saudável para produzir e guerrear, os Estados teriam investido na medicina social e higiênica como modos discursivos de controle social de largo espectro. Nesse sentido, por tratar-se do controle da vida, de sua saúde e prolongamento, a biopolítica, aliada à demografia nascente, teria se destinado a contabilidade dos óbitos e nascimentos e a medicina à supervisão de sua qualidade” (CARNEIRO, 2011, p. 16-7).

médicos, há uma representação do corpo feminino como patológico, perigoso e meramente fisiológico, destinado à procriação, de pouca disposição ao prazer e à autonomia. Inicia-se, assim, um movimento de hospitalização do parto, transformando-o em um evento tecnológico e cirúrgico, que está menos sob o controle da mulher e mais sob o controle da medicina e da ciência.

Elisabeth Badinter aponta, entretanto, outra leitura relacionada à defesa do parto normal por algumas alas do feminismo contemporâneo. Para a autora (BADINTER, 2011), desde que a maioria das mulheres passou a usar contraceptivos, o que se disseminou com os anos 1970, uma das consequências foi a queda da natalidade em um contexto mundial. No entanto, em razão das crises econômicas subsequentes, em especial a crise do petróleo, em 1973, que gerou enormes taxas de desemprego e o retorno de muitas mulheres ao lar, em um abandono da carreira para uma dedicação à família, nota-se a popularização de discursos naturalistas, culminando no que Badinter chama de “maternidade ecológica”:

A ecologia, as ciências do comportamento que se apoiam na etologia e um novo feminismo essencialista se unem para o bem-estar da humanidade. Vangloriando-se de trazer felicidade e sabedoria à mulher, à mãe, à família, à sociedade, até mesmo a toda a humanidade, eles pregam, cada um a seu modo, uma espécie de “volta à natureza”. (BADINTER, 2011, p. 45).

Esse retorno se assemelharia aos discursos construídos no final do século XVIII por figuras como Rousseau, e traria de volta a ideia do instinto materno, assim como uma defesa dos processos ditos “naturais”, colocando em cheque e no centro da crítica o emprego de ferramentas “artificiais” para os processos biológicos femininos: o uso da pílula anticoncepcional; o parto hospitalar e a cesariana; a anestesia epidural administrada no parto; e a fórmula infantil, em oposição à amamentação – fenômenos conquistados e defendidos pela teoria feminista dos anos 1970, personificados por Simone de Beauvoir e sua abordagem culturalista²⁶ (BADINTER, 2011). Observa-se, nesse contexto, a ascensão de uma literatura produzida por psicólogos, psicanalistas, pediatras e outros especialistas que defendem os processos naturais, bem como uma maior dedicação e proximidade da mãe com o bebê, a fim de que se deixe a carreira profissional em segundo plano – caso contrário, podem ser sentidas consequências no desenvolvimento da criança e no vínculo familiar, conforme define a autora:

Acima de tudo, a filosofia naturalista detém o poder supremo da culpabilização, capaz de mudar os costumes. No século XVIII, Rousseau, os médicos e os moralistas souberam tocar nesse ponto sensível para convencer as mães a se dedicarem

²⁶ Beauvoir debruçou-se sobre os aspectos culturais da condição feminina, em detrimento dos naturais ou biológicos, enxergando a categoria “mulher” como construção histórica e social, reflexo da cultura em que está inserida (LOBO, 2001).

exclusivamente aos filhos, amamentá-los e educá-los. Tratava-se da sobrevivência deles, da felicidade da família e da sociedade e, finalmente, do poder da nação. Hoje em dia, os argumentos mudaram um pouco. Nas sociedades em que a mortalidade infantil está em seu menor nível, não se apela mais para a sobrevivência das crianças, mas para sua saúde física e psíquica, determinante para o bem-estar do adulto e da harmonia social. Qual a mãe que não sentirá, no mínimo, uma pitada de culpa se não se conformar às leis da natureza? (BADINTER, 2011, p. 79).

Assim, é importante considerar essa intrincada rede de ideias e influências que recaem sobre as mães e mulheres feministas para que, a seguir, possamos refletir sobre os textos produzidos pela “Revista AzMina” no que diz respeito aos fenômenos do corpo feminino. Para isso, conforme explicitado anteriormente, nos amparamos nas ferramentas da análise do discurso, com foco especial para os mecanismos de silenciamento de discurso, assim como buscamos resgatar discursos históricos sobre a maternidade e o feminismo, incluídos neste trabalho. Dessa maneira, pretendemos compreender os embates discursivos articulados na publicação e os caminhos que eles apontam.

4.3.1 Uma defesa da autonomia

Os dez textos da “Revista AzMina” coletados e classificados dentro do eixo temático “Corpo e saúde” abordam assuntos variados, que vão da vivência de mães de crianças com microcefalia aos dilemas da amamentação, passando pelo consumo da placenta por mulheres recém-paridas, pela maternidade lésbica e pela conquista do parto normal. O tema do parto é o que aparece com maior frequência, em duas reportagens da editoria “Mãezinha vírgula” (VICENTIN, 2015c; ROCHA, 2016) e em dois relatos da seção “Divã D’AzMina” (AZMINA, 2017a; AZMINA, 2016). As reportagens retratam os desafios enfrentados pelas mulheres que desejam ter um parto normal utilizando o sistema público de saúde, enquanto os depoimentos trazem vivências opostas: o de uma mulher que conquistou o parto natural que desejava, e o de uma mulher que foi submetida à cesárea e questiona a opressão que mães com essa experiência passam.

É interessante notar que, nesses textos, são retratadas mulheres que buscam processos mais naturais, com menos intervenções médicas e industriais, para o momento de nascimento de seus filhos. Por outro lado, notamos uma ausência de relatos de mulheres que tenham decidido por se submeter a um parto cesárea ou que tenham tido uma experiência positiva com essa via de nascimento. A fim de melhor analisar essa escolha, podemos nos amparar no que Orlandi (2007) chama de “política do silêncio”. Para a autora, conforme explicitamos na introdução desta pesquisa, o silêncio pode ser empregado como uma retórica de dominação ou

como sua contrapartida, a retórica do oprimido, da resistência. A “Revista AzMina” pretende se posicionar como um veículo contra-hegemônico, em oposição à imprensa feminina tradicional, e também como uma mídia feminista, isto é, combatente da desigualdade de gênero e da histórica opressão machista. Assim, pode-se compreender a estratégia de silenciamento dos discursos como esta segunda retórica, um ato de resistência.

Podemos compreender essa resistência especialmente se recuperamos o cenário dos nascimentos promovidos dentro do SUS. Como a própria reportagem “Parto humanizado no SUS: a regra que ainda é exceção” (VICENTIN, 2015c) enuncia, o índice de cesarianas no Brasil é de 84% enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que apenas 15% dos nascimentos aconteçam dessa forma. Por um lado, trata-se, portanto, de uma crise nas práticas de saúde no Brasil, tanto na rede privada quanto na pública, algo que a reportagem procura denunciar por meio da exposição de dados como esses, da fala de advogados envolvidos na defesa dos direitos das mulheres e de personagens que sofreram violência obstétrica. Contudo, é importante pontuar que não há menção a casos de mulheres que entraram para as estatísticas da cesariana no Brasil por desejo próprio – provavelmente porque esse tipo de discurso colocaria em xeque a mensagem principal da matéria, de que é preciso lutar e garantir o parto natural no país, o que seria o desejo de muitas mulheres.

A outra reportagem sobre o assunto, “Indústria da cesárea aumenta violência obstétrica no Brasil” (ROCHA, 2016), posiciona o embate entre o desejo da mulher e o poder médico da seguinte maneira:

Blindados pelo escudo do status e pela posição de suposta superioridade em termos de conhecimento em relação à gestante, muitos profissionais da saúde colocam em xeque o protagonismo da parturiente (afinal, quem “faz o parto” é o médico), programam cesáreas a seu bel prazer (conforme for mais conveniente para suas agendas); interferem no processo natural de dilatação (por meio da aplicação de ocitocina sintética) e de rompimento da bolsa; impedem a presença do acompanhante; privam a gestante de alimento e água durante o trabalho de parto; forçam posições e exames desconfortáveis; mutilam (corte do períneo que pretende aumentar o canal vaginal); humilham. (ROCHA, 2016).

A reportagem até chega a mencionar o fato de que a cesárea acontece também por escolha da mãe, em trechos como a linha-fina: “Questionário feito pela reportagem com 150 mulheres mostra que em 61,5% dos casos o procedimento foi uma sugestão médica e não uma escolha da mulher” (ROCHA, 2016). A respeito do mesmo assunto, a matéria informa:

Em junho, o Conselho Federal de Medicina (CFM) modificou as regras para a realização eletiva da cirurgia cesariana no Brasil. Se antes as brasileiras podiam optar pelo procedimento já a partir da 37ª semana de gestação, agora a decisão só pode ser tomada após a 39ª semana. A resolução, que visa garantir a segurança das mães e dos bebês, parece surgir como um pontinho de esperança em meio à epidemia de cesáreas que toma conta do país, mas deixa uma dúvida: *será que as gestantes recebem mesmo*

as informações necessárias para fazer essa escolha? Nosso questionário parece mostrar que não.

Nele, 88,2% das mulheres disse acreditar que o parto normal é o mais seguro tanto para a mãe quanto para o bebê, apesar de 71,4% delas ter afirmado que tiveram parto cesariano, sendo que em 61,5% dos casos o procedimento foi uma sugestão médica e não uma escolha da mulher. O questionário revela, ainda, que em 28,6% dos casos o médico não conversou com a gestante a respeito dos riscos e vantagens de cada tipo de parto durante o pré-natal. (ROCHA, 2016, grifos nossos).

É curioso notar que as menções aos casos de mulheres que optaram por uma cesariana nesse texto são acompanhadas de negativas – conforme os grifos no trecho acima. A fim de compreender melhor as significações articuladas nessas frases, vale recorrer a Lyotard, para quem “a frase que substitui o silêncio seria sempre uma negativa” (LYOTARD, 1983 *apud* ORLANDI, 2007, p. 52), e essa negativa estaria voltada para o destinatário, o referente, o sentido ou o emissor. Além disso, a frase implicada pelo silêncio seria uma negativa formulada assim:

- a) esse caso não é da sua conta;
- b) esse caso não existe;
- c) esse caso não é significável;
- d) esse caso não é da minha conta. (LYOTARD, 1983 *apud* ORLANDI, 2007, p. 52).

As frases negativas inseridas no texto citado parecem se relacionar à terceira opção, do que não é significável. Afinal, a matéria se ocupa de relatar casos de violência obstétrica, a questão econômica que faz os médicos preferirem fazer cesárea a parto normal – pelo fato de a cirurgia ser mais rápida e custar mais aos planos de saúde – e consulta uma fonte para explicar os motivos que, de fato, são indicações de cesariana no momento do nascimento. No entanto, apesar de constatar, com sua pesquisa, que uma porcentagem expressiva de mulheres opta pela cesariana – 38,5% –, a reportagem não dá voz a essas personagens. Essa escolha parece indicar um recorte de sentido de dimensão política, tal qual definiu Orlandi (2007) com relação ao ato do silenciamento – possivelmente um movimento de resistência por parte da “Revista AzMina” contra o grande número de cesáreas no Brasil e o poder médico, frequentemente sobreposto ao desejo da mulher.

Neste ponto, é relevante pontuar a relação entre o silenciamento e a construção de identidades. De acordo com Orlandi, o silenciamento faz parte do processo de identificação, no qual o sujeito precisa se inscrever em uma formação discursiva, recusando outras, a fim de que suas palavras tenham determinado sentido – “Ao mudar de formação discursiva, as palavras mudam de sentido” (ORLANDI, 2007, p. 76). Pode-se depreender, portanto, que o silenciamento articulado na “Revista AzMina” se integra a formações discursivas mais amplas

relacionadas com a tendência do feminismo contemporâneo naturalista e mediadas pela publicação.

Essa ação parece se confirmar quando analisamos outros textos do eixo temático “Corpo e saúde”. Sobre amamentação, há uma reportagem na editoria “Mãezinha vírgula” (NEGRI, 2016), a respeito de um projeto que defende o aleitamento materno através de fotos, e um texto na coluna “Meu nome não é mãe” (LEITE, 2017), que relata as dificuldades envolvidas na escolha pela amamentação, como se pode constatar no trecho a seguir:

Poucas mulheres que ainda não são mães (e mesmo muitas que são) sabem que existe uma força externa enorme para que não amamentemos. O sistema que nos empurra para o uso da fórmula (leite artificial) é ainda mais perverso do que o que nos empurra para a cesárea. Todas as minhas amigas parecem chocadas quando comento que a média brasileira de amamentação exclusiva é de 54 dias, mas quase nenhuma se choca quando amigas dizem não terem leite ou que seu leite era fraco e por isso não conseguiram amamentar. [...] É a amiga que não amamentou o bebê dela nos dizendo que “mesmo assim ele é supersaudável”. É o peito que cai, é a dor no bico, são as noites maldormidas. O marido que sente ciúme do nosso peito exposto e toda uma sociedade que sexualiza o seio feminino desviando-o de seu “projeto de fábrica”. (LEITE, 2017).

Da mesma maneira que ocorre nos textos sobre parto, nesses, há uma defesa pela recuperação dos processos naturais, e dessa escolha em oposição às expectativas sociais, ao consumo incentivado pela indústria e às recomendações médicas. Trata-se, como afirmamos anteriormente, do corpo, do biológico, como terreno de disputa narrativa e de poder: ao se apropriar das escolhas concernentes aos seus processos reprodutivos – ainda que em oposição ao senso comum firmado pela indústria e pelo poder médico –, é como se a mulher pudesse se fortalecer em seu lugar de oprimida. Contudo, é importante considerar também que os discursos que emergem da “Revista AzMina” se alinham a este momento histórico de fortalecimento do que Badinter (2011) chama de “maternidade ecológica”, uma corrente feminista que, se por um lado questiona as imposições sociais e industriais, por outro pode impor outras normatividades, conforme abordaremos adiante.

Nos textos coletados, nota-se, ainda, a associação da imagem da mãe à ideia de uma heroína, disposta a atravessar processos dolorosos e todo tipo de desafio pelo bem-estar de seu filho. Essa ideia pode ser constatada nos depoimentos da seção “Divã D’AzMina” que trazem relatos de mulheres com o nascimento de seus filhos (AZMINA, 2017a; AZMINA, 2016), conforme abordamos no capítulo 1. O depoimento que leva o título “Como briguei por 5 dias por um parto normal – e valeu” (AZMINA, 2016) narra a trajetória de Bianca Vidalia na conquista do parto que desejava, o que envolveu um embate com médicos e dias de dor. Exposto como um relato de superação e vitória, o texto inclui trechos como “já estava preparada pra me

empoderar diante de todo o processo de linha de produção da maternidade”; “Eu só repetia: Eu consegui. Eu CONSEGUI, EU CON-SE-GUI!”; “[...] aquilo tudo que aguentei não era nada comparado a tudo que eu estava disposta a passar por ele, por toda minha vida” (AZMINA, 2016). Já o segundo relato, “Fazer cesárea não me tornou mais fraca ou menor do que qualquer outra mulher” (AZMINA, 2017a), traz a experiência de uma mulher que desejou ter suas filhas por meio de partos normais, mas teve de ser submetida a duas cesarianas, processo que a colocou em contato com uma espécie de competição velada entre as mulheres. A mulher diz ter se sentido “desclassificada” ao ter que passar pela cesariana, além de ter experimentado um “sentimento de derrota” e meses de vergonha toda vez em que era questionada sobre o parto de sua filha.

Dessa forma, nota-se certa influência do feminismo neoliberal, que incentiva a mulher a perseguir um ideal de perfeição e uma performance cada vez melhor em tudo o que faz. É nesse contexto, conforme pontuamos no capítulo 1 desta pesquisa, que surge o conceito do empoderamento feminino e a imagem da *can-do-girl*, a garota capaz de realizar tudo (MCROBBIE, 2015). Além disso, em certos textos do eixo temático “Corpo e saúde”, é o ideal de uma maternidade romantizada, de acordo com os preceitos de Badinter (1985), que fundamenta a imagem da mãe heroica.

Uma das reportagens que atestam essa construção é a “Nove meses de zika: e agora?” (MODELLI, 2016), sobre mulheres que tiveram filhos com microcefalia. A matéria narra o processo de descoberta de diagnóstico enfrentado pelas famílias e o tratamento a que estão submetidas, com foco para o esforço das mães na busca pelo tratamento adequado aos seus filhos. Essas mães, em alguns trechos, são retratadas de forma quase santificada, como no exemplo: “Ela estava convencida: como a Virgem que engravidou do menino Jesus, ela vivia uma maternidade muito rara. Era a única mulher no mundo a ter um bebê com microcefalia” (MODELLI, 2016). Em outro excerto, a reportagem destaca que as mulheres se dedicam com maior frequência aos cuidados com seus filhos, em oposição aos homens:

Doutor Marco explica que o número de mães que levam os filhos nas consultas nos lugares onde atende é muito maior que o número de pais. “O cenário melhorou. Hoje, há um comprometimento paterno muito maior em relação ao passado. Alguns poucos já assumem completamente os cuidados, os chamamos de ‘pães’”, relata. No que diz respeito a receber a notícia de que o filho terá microcefalia, Marco conta que os pais costumam reagir com mais dificuldade do que as mães, chegando a não aceitarem os filhos. (MODELLI, 2016).

Portanto, é possível afirmar que essas imagens construídas pela “Revista AzMina” podem contribuir para a constituição de uma ideia romantizada de maternidade, em que a mãe é uma figura que deve enfrentar uma série de dificuldades pelo bem-estar do seu filho, mas que,

mesmo assim, está sempre disposta para essa luta, ainda que o pai da criança não esteja. Recupera-se, de certa maneira, com novos contornos, o mito do amor materno conceituado por Badinter (1985). Além disso, é interessante que compreendamos o tipo de mãe que é visibilizado pela publicação, trabalho que abordaremos adiante.

4.3.2 Discursos silenciados: a invisibilidade das mulheres negras

Entre os textos coletados, ainda que a “Revista AzMina” traga duas reportagens voltadas para a denúncia da violência obstétrica praticada no atendimento público de saúde, bem como para a divulgação das barreiras impostas às mulheres que desejam um parto natural no SUS, não há um relato específico da experiência de mulheres negras nesse contexto. Incluir essa vivência e analisá-la seria fundamental, uma vez que uma série de pesquisas já constatou que as mulheres negras são as maiores vítimas desse tipo de violência no Brasil e recebem assistência de saúde de pior qualidade.

A título de exemplo, a partir de um levantamento realizado no município do Rio de Janeiro entre 1999 e 2001, um grupo de pesquisadoras (LEAL; DA GAMA; DA CUNHA, 2005) reuniu os seguintes dados: menos de um quinto das mulheres negras com um nível de instrução menor realizou um pré-natal considerado adequado, e mesmo no grupo de maior instrução o benefício não chega a metade delas; quase um terço das mulheres pardas e negras não conseguiram atendimento no primeiro estabelecimento que procuraram, além de terem recebido menos anestesia em seu parto. Entre as mulheres brancas, é maior o número daquelas que tiveram o batimento cardíaco fetal auscultado nas consultas, que tiveram o tamanho do útero medido, que foram informadas sobre sinais de parto e alimentação adequada, em comparação com o número entre as mulheres negras. Além disso, a campanha SUS sem racismo, realizada pelo Ministério da Saúde em 2014, apontou que 60% das vítimas de mortalidade materna no país são negras, e somente 27% das mulheres negras tiveram acompanhamento durante o parto, em oposição a 46,2% de mulheres brancas (LEÃO, 2017).

De acordo com Ribeiro (2018), as mulheres negras representam o grupo de mulheres mais suscetível à violência sexual e doméstica. Isso porque, historicamente, as mulheres negras têm tido seus corpos desumanizados e ultrassexualizados. Como Davis (1983) aponta, no período da escravidão nos Estados Unidos, por exemplo, a mulher negra não era vista como uma figura frágil e casta, pois era forçada a desempenhar o mesmo trabalho que o homem escravizado, sendo contraposta à ideia que se fazia de uma natureza feminina – o que pode

apontar caminhos para a compreensão dessa falta de humanização no tratamento de saúde dedicado às mulheres negras.

Apesar da gravidade dessa situação, nota-se uma invisibilidade da pauta das mulheres negras dentro do movimento feminista. A esse respeito, a autora bell hooks (HOOKS, 2015) enuncia como o feminismo, nos Estados Unidos, não surge a partir do que chama de “maioria silenciosa”, o coletivo de mulheres agredidas todos os dias mental, física e espiritualmente, impotentes para mudar sua vida, mas aparece como resultado e com foco sobre a pauta e a realidade das mulheres brancas e de classe privilegiada. Ela menciona, para isso, uma das obras consideradas fundamentais para abrir o movimento feminista contemporâneo, *The Feminine Mystique*, de 1963, escrito por Betty Friedan, que não contempla essas mulheres e que, para hooks, ainda molda as características do movimento, tornando-o unidimensional.

Ainda consoante hooks (2015), é importante compreender como a identidade de raça e de classe impactam no *status* social, no estilo e na qualidade de vida, alterando a experiência que as mulheres compartilham. A vivência feminina, assim, não é única, mas múltipla, e precisa ter essas interseccionalidades consideradas a fim de ser contemplada de forma mais ampla e complexa:

O sofrimento não é necessariamente uma experiência fixa e universal que possa ser medida com uma régua única: está relacionado a situações, necessidades e aspirações. Mas deve haver alguns parâmetros históricos e políticos para o uso do termo, para que possam ser estabelecidas prioridades políticas e se possa dar mais atenção a diferentes formas e graus de sofrimento. (BARBER, 1975, p. 30 *apud* HOOKS, 2015, p. 197).

Responsável por apresentar especificidades e descortinar outras realidades, abalando a ideia da experiência fixa e universal de sofrimento, o feminismo negro, de acordo com Ribeiro (2018), começou a ganhar força entre 1960 e 1980, com a fundação da National Black Feminist, nos Estados Unidos, e porque feministas negras começaram a escrever sobre o tema e a dar origem a uma literatura feminista negra. No Brasil, a partir do III Encontro Feminista Latino-Americano, em Bertioga (SP) em 1985, começa-se a tecer a relação das mulheres negras com o movimento feminista. Passam a surgir, naquele momento, coletivos de mulheres negras, bem como encontros estaduais e nacionais de mulheres negras.

Se considerarmos que a “Revista AzMina” se apresenta como a publicação para mulheres de A a Z, disposta a abranger a situação de mulheres com condições variadas, falta, neste caso, dar visibilidade para a condição específica das mães negras no atendimento de saúde. É curioso notar, também, que entre as reportagens especiais, ainda que haja uma sobre a concepção de mulheres lésbicas (RODRIGUES, 2018) e outra sobre as tradições das mulheres indígenas (DREHER, 2016), não há uma concentrada sobre a interseccionalidade traçada pela

questão racial, que aborde a problemática e a opressão sofrida por mulheres negras. Podemos concluir, assim, que a publicação contém uma lacuna significativa de representatividade nesse caso – nesse sentido, vale recuperar a frase: “A ausência também é ideologia” (RIBEIRO, 2018, p. 124).

Ainda segundo Ribeiro (2018), muitas feministas brancas oferecem certa resistência em reconhecer que, apesar de o gênero unir mulheres negras e brancas, há especificidades para as mulheres negras capazes de afastá-las:

Enquanto feministas brancas tratarem a questão racial como birra e disputa, em vez de reconhecer seus privilégios, o movimento não vai avançar, só reproduzir as velhas e conhecidas lógicas de opressão. [...] É necessário entender de uma vez por todas que existem várias mulheres contidas nesse ser mulher e romper com a tentação da universalidade, que só exclui. (RIBEIRO, 2018, p. 53).

Torna-se importante, a fim de que seja possível desenhar um quadro mais completo e complexo no que diz respeito à assistência de saúde às mulheres que dão à luz no Brasil, entrecruzar formas de opressão variadas, contemplando classe e raça, entre outros tipos de interseccionalidades, como categorias que não podem ser separadas. A essa ausência e a esse silenciamento de discursos que incluam vivências e demandas específicas das mulheres negras, Ribeiro (2018) atribui um caráter político e uma ação fundamental para a sobrevivência:

A questão do silêncio também pode ser estendida a um silêncio epistemológico e de prática política dentro do movimento feminista. O silêncio em relação à realidade das mulheres negras não as coloca como sujeitos políticos. Um silêncio que, por exemplo, fez com que nos últimos dez anos o número de assassinatos de mulheres negras tenha aumentado quase 55%, enquanto o de mulheres brancas caiu em 10%, segundo o Mapa da Violência de 2015. Falta um olhar étnico-racial para políticas de enfrentamento da violência contra a mulher. A combinação de opressões coloca a mulher negra num lugar no qual somente a interseccionalidade permite uma verdadeira prática, que não negue identidades em detrimento de outras. (RIBEIRO, 2018, p. 125).

É fundamental ressaltar que, mesmo diante de todos esses fatores, não temos a intenção de apontar, com esta pesquisa, o que a “Revista AzMina” deve abordar nem de sugerir caminhos a serem seguidos, mas buscamos, com o trabalho, explicitar os silenciamentos que perpassam as formações discursivas mediadas pela publicação. Acreditamos, assim, ser possível contribuir para um entendimento das normatividades relacionadas à maternidade que atravessam um veículo feminista como a “Revista AzMina”. Sigamos, agora, para a investigação dos discursos construídos pelos textos classificados dentro do eixo temático “Comportamento”.

4.4 COMPORTAMENTO: MÃES DE DIFERENTES “TRIBOS” EM UMA SÓ REVISTA

Se são inúmeras as identidades e as circunstâncias que regem as vidas das mulheres, são também inúmeros os comportamentos adotados para o exercício da maternagem. Compreender os comportamentos incentivados e destacados nos textos da “Revista AzMina” nos ajuda a entender o perfil da mãe de que a publicação fala, bem como o perfil da mãe para quem a publicação comunica. Uma das matérias que nos fornecem essas pistas é a que leva o título “Coisas que toda mãe está cansada de ouvir” (VICENTIN, 2015b) – e que já por seu enunciado promete reunir comportamentos que, ao serem presumidos para as mulheres, são recebidos como ofensivos. Recuperemos a seguir a lista inserida no texto:

1. Seu leite é fraco, não dá sustância. Por que você não dá mamadeira?
 2. Ela está chorando muito, será que não é fome?
 3. Mas vai mamar de novo?!
 4. Esse bebê não sai do colo, vai ficar mal-acostumado.
 5. Quase 2 anos e você ainda acorda de madrugada?! Que loucura, a minha dorme a noite inteira desde que saiu da maternidade.
 6. Ele dorme com vocês? Nunca mais vai sair da sua cama!
 7. Tadinha, a mãe não deixa ela comer chocolate!
 8. Grávida de novo?! Vocês não têm TV em casa?
 9. Esse menino está tão magrinho! Tem certeza de que está alimentando essa criança?
 10. O seu ainda usa fraldas? O meu pede para ir ao banheiro desde que tinha 1 ano e meio.
 11. Como assim ela não vai ter um smartphone? Vai ser uma alienada entre os amigos.
 12. Você trabalha fora? Coitadinha, vai crescer longe da mãe.
 13. Você só fica em casa com seu filho? Bom que sobra bastante tempo para descansar, né?
 14. Seu marido te ajuda com as crianças, como ele é bom!
 15. Você cuida de tudo sozinha, né? Mas também, quem mandou ter filho?
- (VICENTIN, 2015b).

É interessante notar que, entre os palpites listados na matéria, parece haver, em alguns casos, uma preocupação em contemplar mães que tomam decisões diferentes. Por exemplo, as sentenças 12 e 13 dizem respeito à relação da mulher com o trabalho, e incluem tanto a mãe que trabalha fora quanto a mãe que abre mão do trabalho formal e permanece com o filho em casa. Através dessa inserção, é como se o texto comunicasse que ambas as decisões são legítimas, e não devem ser passíveis de julgamento. Os itens 14 e 15 também buscam contemplar tanto mulheres que criam seus filhos ao lado de seus companheiros quanto aquelas que não dividem a criação com um parceiro. Por outro lado, tanto a frase 1 quanto a 3 se referem a hábitos relacionados com a amamentação; não há sentença que acolha a mulher que, por qualquer motivo, alimente seu bebê com mamadeira – e que está também suscetível a julgamentos alheios. Além disso, quando o título da matéria diz “Coisas que *toda mãe* está

cansada de ouvir”, parece pressupor que todas as mães lidam com essas situações, invisibilizando, portanto, aquelas que não amamentaram e que não se encaixam nessas frases.

Acerca do aleitamento materno, é importante ressaltar que sua importância para a saúde e para o desenvolvimento da criança é inegável. No Brasil, o Ministério da Saúde recomenda que se amamente o bebê exclusivamente até os 6 meses e que, passado esse período, a mãe siga com o aleitamento até os 2 anos de idade ou mais – atitude que seria capaz de promover uma interação profunda entre mãe e filho, impactaria positivamente sobre o estado nutricional e sobre o desenvolvimento cognitivo da criança, e ainda reforçaria sua imunidade²⁷. É preciso pontuar, contudo, que há fatores que dificultam o desenvolvimento da amamentação conforme indicado pelos órgãos de saúde, como a duração da licença-maternidade no Brasil, que é de quatro meses; a pressão que algumas mulheres enfrentam para retomar o trabalho antes mesmo desse período; e o aparato industrial em torno do aleitamento artificial. Nesse sentido, como apontamos quanto à questão do parto, pode-se compreender nesse silenciamento de discursos referentes à história de mulheres que não amamentam, um posicionamento de resistência da “Revista AzMina”, especialmente contra a indústria farmacêutica, que produz os leites artificiais, e contra os especialistas de saúde que prescrevem o produto mesmo em casos em que ele não é necessário. Além disso, conforme pontuamos no capítulo 2, até o século XVIII, com o surgimento do discurso de romantização da maternidade, a amamentação era desencorajada socialmente, considerada impura – e ainda hoje é comum encontrar relatos de mulheres impedidas de amamentar seu filho ou filha em público, por exemplo. Pode-se entender, dessa maneira, que, ao destacar discursos relacionados à amamentação e silenciar aqueles associados à não amamentação, a “Revista AzMina” estaria enfatizando a importância do aleitamento materno e se opondo às forças institucionais e sociais que condenam esse ato. Por outro lado, a ausência desse tipo de relato pode contribuir para enfraquecer a premissa da revista – de abranger mulheres de “A a Z” – e reforçar a culpa e o julgamento que mães que não amamentam sofrem.

A esse respeito, Badinter aponta a obrigatoriedade de submissão ao aleitamento materno como uma nova fonte de pressão para as mulheres, que teria vindo à tona com a emergência do feminismo naturalista, e estaria no cerne de uma suposta “revolução materna” (BADINTER, 2011, p. 86). De acordo com a autora, nos anos 1970, o número de mães que amamentavam caiu com a disseminação da mamadeira e do leite artificial, que permitiram que as mulheres continuassem a trabalhar. Desde então, associações como a norte-americana La Leche League

²⁷ Informações do site do Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://portalmms.saude.gov.br/saude-para-voce/saude-da-crianca/aleitamento-materno>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

(LLL) têm atuado no sentido de reverter essa ação – o que contribui para reforçar o sentimento de culpa:

O reverso da medalha é, evidentemente, a culpa de todas as mães que não se reconhecem aí. Estigmatizam-se aquelas que preferem dar mamadeira e, portanto, não podem experimentar o mesmo apego físico em relação ao seu bebê. Um dos médicos fundadores da League tinha, de resto, o costume de dizer que aquela que dá mamadeira “é uma deficiente. Talvez ela se torne uma boa mãe, mas poderia ter sido melhor se tivesse amamentado”. (BADINTER, 2011, p. 98).

Tem-se, portanto, uma intrincada rede de fios discursivos quando o tema é amamentação: por trás dela, podemos ver mulheres com histórias diversas relacionadas ao aleitamento materno, expostas a diferentes pressões industriais e sociais que, por um lado, pressionam para a amamentação, julgando o emprego de produtos artificiais para nutrir a criança, e, por outro, condenam a amamentação e naturalizam o uso desses produtos artificiais. Nesse contexto, do ponto de vista da emancipação feminina, o que parece mais importante é dar protagonismo para as histórias vividas e permitir que essas mulheres realmente estejam livres para tomar as melhores decisões para as suas vidas.

É interessante notar que entre os textos da coluna “Meu nome não é mãe” não há um padrão de silenciamento de discurso no que se refere às diferentes escolhas relacionadas à criação dos filhos – efeito que observamos nas matérias da editoria “Mãezinha vírgula”, como as reportagens sobre o parto normal na rede pública brasileira e o texto sobre comportamento que vimos anteriormente. A autora da coluna, por outro lado, aborda com frequência o conceito da culpa materna e da romantização da maternidade, defendendo justamente o quanto é comum que as mães se vejam obrigadas a apresentar perfeição no emprego desse papel – o que pode ser associado, como afirmamos aqui, com a ideia de um feminismo neoliberal – e que se sintam alvo de julgamentos, independentemente da decisão que adotem.

Um dos textos do eixo temático “Comportamento” sobre o assunto é “Culpa materna: por que ainda damos ouvidos a esse monstro” (LEITE, 2017d). A autora parte da própria experiência para refletir sobre a culpa, com o trecho “Antes de me tornar mãe e, como boa feminista, pensava que a culpa materna não entraria na minha maternagem”. Quando associa ser “boa feminista” a uma suposta recusa da culpa materna, parece apontar que já existe, entre as feministas, um reconhecimento desse sentimento e que, portanto, ao se tornar mãe, a “boa feminista” estaria protegida de experimentá-lo, o que confirma no trecho: “Tinha para mim que, por ter plena consciência de que a culpa é mais um reflexo da socialização à qual as meninas são submetidas desde que nascem, estaria imune deste mal. Pobre de mim!”. Essa fala sugere uma vulnerabilidade, uma suscetibilidade à culpa de que o feminismo não protege – e ao se

reconhecer nessa posição, como feminista e autora do texto, Leite parece humanizar sua vivência, em vez de criar um novo parâmetro de comportamento a ser seguido, uma nova normatividade, caminho passível de estabelecer maior empatia e reconhecimento com as leitoras da publicação que estejam experimentando angústias similares.

Em seguida, no texto, a autora revela ter sentido culpa quando foi encaminhada para uma cesariana para dar à luz o seu filho e nos primeiros dias do bebê na sua casa. Também reflete sobre a culpa ser uma ferramenta de controle feminino e exemplifica situações em que a mulher sofre julgamento e que podem desencadear o sentimento de culpa: “Se você é feminista, ai do filho ser machista. Usa chupeta? Mas e a livre demanda? Amamenta? Mas ele vai fazer teu peito de chupeta! E eu poderia citar aqui um sem fim de exemplos de culpa materna, mas estaria sendo apenas repetitiva e chata”. Percebe-se que, entre os julgamentos enunciados pela autora, há tanto aquele relacionado com a ideia de que a mulher deve obrigatoriamente amamentar para ser considerada uma boa mãe – como a preocupação com o uso da chupeta e a pressão para que a mulher siga a livre-demanda – quanto o que recai sobre a mulher que deseja amamentar – a fala “Amamenta? Mas ele vai fazer teu peito de chupeta!” recupera a ideia de que o bebê deve mamar de forma regrada, e não livremente, a fim de que o seio seja fonte de alimento, não somente sucção, como é o caso da chupeta. São julgamentos do que Leite chama de “tribos” diferentes, o que reitera ao final do texto:

Comecemos a mudança que queremos ver mudando a forma como nos enxergamos e a forma como enxergamos as mães à nossa volta, seja lá em qual tribo nos encaixemos. Antes de julgar uma mulher que trabalha fora ou que não trabalha fora ou que deixa os filhos verem desenho ou que não deixa os filhos verem desenho e assim por diante pense e lembre o quanto é difícil ser mãe! O quanto é difícil carregar o peso do mundo sobre seus ombros, mesmo que tenha alguém ali para te dar a mão! (LEITE, 2017d).

Nota-se, portanto, uma preocupação em sair do campo de discussão das normatividades que rondam as diferentes “tribos”, como a autora enuncia, e operar no sentido de desconstruir as opressões sofridas por todas as mulheres, independentemente das escolhas feitas por elas em seu exercício de maternagem – movimento mais alinhado com o objetivo da “Revista AzMina” de englobar as demandas e realidades de mulheres de “A a Z”.

Leite segue desafiando essa teia em outros textos de sua coluna, como é o caso de “Talvez eu não seja a melhor mãe do mundo... e tudo bem!” (LEITE, 2017b). Já na linha-fina, a autora declara: “Precisamos aceitar formas diferentes de maternar e que muitas de nós não amam a maternidade mais do que tudo na vida”. Aqui, além de contestar normatividades impostas à maternagem, que podem ocasionar a culpa materna, Leite questiona o ideal romantizado de maternidade e as expectativas de comportamento que recaem sobre as mães:

A reflexão que quero trazer hoje, no entanto, é sobre o quanto o conceito de maternidade compulsória se aplica também às expectativas que nos são colocadas sobre como exercer essa função, e o quanto isso também é incrivelmente pesado. Nos é dito o que “toda mãe” sente. “Mãe é mãe”, “Nada como amor de mãe”, “Colo de mãe”, “paciência de mãe”, dentre outras são frases que todos os dias me fazem refletir sobre como esse ofício talvez não me caia tão bem. (LEITE, 2017b).

Adiante, a autora menciona, inclusive, a obra de Badinter, citada frequentemente neste trabalho, já que a pesquisa da escritora francesa e seus livros sobre a romantização do amor materno são referência nesse campo. É interessante notar, contudo, que novamente Leite traz a própria vivência para o debate, mas sem assumir um posto de especialista ou de criadora de normatividades, situando-se de forma vulnerável, alinhada como a eventual leitora da revista:

Semanas atrás uma mulher do meu círculo de amigas pegou uma fala minha em um grupo de mães em que eu estava ironizando a romantização da maternidade e, tirando-a totalmente do contexto, afirmou em um post público que eu (sem citar nomes é claro) não deveria ser mãe, já que odiava tudo que a maternidade envolvia. Será que o fato de eu não amar passar noites em claro, estar na [quinta] gripe em [quatro] meses e mesmo assim não ter folga nem uma noite sequer é tão anormal assim?

[...] Dias atrás meu marido deu a entender em uma infeliz brincadeira que a toda e qualquer oportunidade que eu tinha para deixar meu bebê ir no colo de outra pessoa eu aproveitava. Para ele não foi nada de mais. Era apenas uma brincadeira ou uma constatação. Uma piada.

Para mim? Nossa, aquilo me deixou arrasada. Chorei e me senti horrível porque no fundo é verdade. Sempre que tem alguém junto com a gente, eu passo ele para frente e aproveito para descansar. Além disso eu trabalho fora, tenho babá, minha mãe e sogra que sempre que possível olham ele para mim e tenho um marido megaparticipativo. Fiquei pensando em todas as mulheres que ficam 24/7 com suas crias e amam fazer isso. Concluí, mais uma vez, que eu certamente não era uma boa mãe. (LEITE, 2017b).

Nesses excertos, a própria autora se revela vítima de julgamentos alheios e mostra não experimentar o mítico amor materno. No entanto, ainda que reconheça as forças que recaem sobre a maternidade, exigindo que a mãe performatize sempre de alguma maneira – as “tribos” que ela enuncia no texto anterior trazem exigências variadas, mas elas estão presentes constantemente –, Leite não está livre de ser impactada por essas ações, de se apresentar fragilizada e de questionar as próprias escolhas. Isso aparece quando ela revela se aborrecer com o comentário da amiga e do marido, e também nos pontos em que se posiciona como a mãe que não é “a melhor mãe do mundo”.

Assim, curiosamente, mesmo afirmando que há cobranças e ideais de perfeição sobre as mães, é como se a própria autora se incluísse na régua que avalia a performance materna, já se decretando como uma mãe que não é a “ideal”. Ela menciona: “Uma mãe ok, uma mãe esforçada e não uma mãe excelente. E que mulher sou eu se não for boa o suficiente neste que deveria ser o meu principal ofício? De que importa se sou excelente em tantas outras coisas? Como não amar cada minuto desta nobre missão que me é confiada com tantas expectativas?”; “[...] eu posso ser uma mãe ok e ainda assim amar loucamente meu filho”; “[...] qual o problema

em ser uma mãe razoável? Em não ser uma mãe perfeita? Qual o problema se ser mãe não for a função que você faz melhor na vida?”. Desse modo, Leite é também vítima do sistema de opressões que critica e sobre o qual lança suas reflexões, reforça, assim, o caráter humanizado e vulnerável da sua autoria na “Revista AzMina”, o que, como afirmamos, parece ter maior potencial para estabelecer vínculos com mães leitoras e para gerar acolhimento para aquelas angustiadas por suas vivências.

O texto de “Comportamento” da seção “Divã D’AzMina”, que recebe o título “Amo meu filho, mas ser mãe é treta” (AZMINA, 2017b), reforça essa construção da mãe e autora como figura vulnerável tecida pela coluna “Meu nome não é mãe”. No relato anônimo, uma mulher de 21 anos narra seu processo de gestação e de pós-parto, em que diz: “Tive tanta dificuldade na maternidade que acho que quase tudo que podia dar errado deu” – entre esse “tudo que podia dar errado”, lista: seu marido perdeu o emprego e se afastou dela, não querendo mais transar por conta do bebê, segundo ele; ela entrou em trabalho de parto antes do previsto; teve de se submeter a uma cesariana, que foi “a pior experiência” da sua vida; o bebê apresentou dificuldades para mamar; as enfermeiras “esmagaram” seus mamilos; ela seguiu com dificuldades para amamentar em casa; e descobriu que seu marido estava saindo com uma ex-namorada. Neste momento, ela afirma: “[...] a ‘justificativa’ dele foi que eu vivia descabelada, de pijama, fedendo a cocô de neném e leite, 20 quilos acima do peso. Eu não me reconhecia no espelho. Ainda não me reconheço”.

O relato, pontuado por vivências difíceis, desloca a experiência materna do campo idealizado e romantizado, em que o encontro com o bebê é belo e angelical, para um terreno da realidade, em que os desafios são múltiplos e a chegada da criança proporciona um desencontro da mulher com seu companheiro, com o mundo e consigo mesma. A mulher em questão afirma:

Eu amo meu filho. Mas é tanta dificuldade que passamos que eu não sei como as pessoas julgam quem não quer ser mãe. Eu tenho que pensar no meu filho 24 horas por dia, não posso mais pensar em mim mesma!
[...] Filho é treta. Quando dizem pra gente com 15 anos que, se a gente engravidar, a vida acabou, duvidamos. Mas é praticamente isso. Você não vive sua vida, vive a vida do seu filho. E se tentar ser diferente as pessoas te julgam até conseguirem te controlar.
(AZMINA, 2017b).

Um aspecto interessante desse relato é que, ao contrário dos textos publicados na coluna “Meu nome não é mãe” (LEITE, 2017b; LEITE, 2017d), ele não aponta caminhos capazes de transcender essa problemática. Na coluna citada, os relatos pessoais, que promovem um encontro entre a experiência materna não romantizada da autora com uma defesa feminista por uma maternagem livre de julgamentos e normatividades impostas para as mulheres, parecem ter a função de engajar as leitoras e os leitores para a reflexão e para a mudança – o que se

fortalece quando recuperamos o texto de apresentação dessa coluna: “Esta é uma editoria dedicada a todas as pessoas que desafiam o senso comum para provocar transformação”. Por outro lado, o texto “Coisas que toda mãe está cansada de ouvir” (VICENTIN, 2015b) parece apontar para certas normatividades, defendendo posicionamentos como os das mães que decidem amamentar seus bebês e invisibilizando outros, como os das mulheres que não podem ou não querem nutrir seus bebês por meio do aleitamento materno. Já o relato contido na matéria “Amo meu filho, mas ser mãe é treta” (AZMINA, 2017b) não apresenta uma finalidade: nem parece engajar quem lê para a mudança, nem sugere normatividades a serem seguidas pelas mães. Podemos entender que o texto é posicionado de modo a conferir visibilidade às dificuldades enfrentadas pelas mães e a uma maternidade realista, em que a mulher ama seu filho, mas se vê oprimida pelos julgamentos e desafios, confessando não ver prazer na tarefa de ser mãe.

Portanto, na “Revista AzMina”, conforme afirmamos anteriormente, há uma teia complexa de discursos no que se refere à maternidade – alguns em embate entre si, outros no sentido de aliviar as opressões sofridas pelas mulheres que se tornam mães e outros ainda que acabam por substituir certas normatividades por outras. Contudo, um padrão observado entre os textos coletados no eixo temático de “Comportamento”, e que também foi apontado no eixo “Corpo e saúde”, é o do silenciamento de discursos raciais e, neste caso, também de classe. Não há relatos de dificuldades enfrentadas sob a perspectiva de uma mulher negra, com as especificidades dessa vivência, e nota-se que a reflexão sobre a culpa e os julgamentos pressupõe estrutura e apoio material e familiar – caso do texto em que Leite (2017b) afirma: “[...] trabalho fora, tenho babá, minha mãe e sogra que sempre que possível olham ele [sic] para mim e tenho um marido megaparticipativo”.

A respeito desses recortes raciais e de classe, quando se pensa a desigualdade de gênero e a opressão machista, é interessante recuperar a teoria do ponto de vista feminista (*feminist standpoint theory*), sob a ótica de uma de suas autoras, Patricia Hill Collins. Essa teoria se estende para além das vivências individuais, mas se concentra sobre as experiências e as opressões que atravessam um mesmo grupo social e as condições estruturais que sustentam essas opressões. Para a prática da análise, Collins emprega o conceito de matriz de dominação (RIBEIRO, 2017), que possibilita entrecruzar as desigualdades. Com isso, uma mesma pessoa pode ser posicionada de formas diferentes, com sua vivência assentada no entrecruzamento entre gênero, raça, classe e geração, sem que um fator predomine sobre o outro; desse modo, as representatividades dos modos de ser mulher no mundo podem ser ampliadas e diversificadas:

Assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista. Raça, gênero, classe social e orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando o que Grant chama de um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. De acordo com o ponto de vista feminista, portanto, não existe uma identidade, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas. (BAIRROS, 1995, p. 461 *apud* RIBEIRO, 2017, p. 72).

É a partir do conceito da matriz de dominação que Ribeiro (2017) reflete sobre o lugar de fala. A autora esclarece que, ao contrário do que se dissemina em embates no meio digital e fora dele, essa reflexão não busca defender uma espécie de autorização discursiva, conferindo direito de fala apenas às figuras impactadas diretamente por uma questão, e sim se trata de compreender de que lugar de fala se reflete ou se discute um ponto. Assim, seria um movimento de expansão das vozes circulantes e da representatividade de realidades variadas. Pressupõe que uma mesma história, como a escravidão no Brasil, por exemplo, seja contada não só pelo lado do opressor, que é o registro que ficou marcado historicamente, mas também pelo grupo oprimido. Rompe-se, desse modo, com um sistema vigente que invisibiliza narrativas.

“Pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta.” (RIBEIRO, 2017, p. 92).

Ribeiro (2017) ainda destaca a importância da ampliação das vozes que tecem as narrativas no ambiente digital. Apesar de já haver disputa de narrativas nesse espaço, é preciso que o direito de expressão seja expandido e disseminado, com a democratização das mídias e a quebra dos monopólios. Além disso, com frequência, quem constrói a narrativa hegemônica demonstra incômodo com a ascensão de vozes dissonantes, o que resulta em tentativas de silenciamento. Nesse contexto, é fundamental que um portal como a “Revista AzMina”, filiado à tradição da imprensa alternativa feminista, por definição contra-hegemônica, diversifique suas narrativas e dê mais espaço para que essas vozes dissonantes e de grupos sociais oprimidos – caso das mulheres lésbicas, transexuais, negras, periféricas e pobres – possam tecer suas vivências e suas opiniões.

4.5 DEFESA DE DIREITOS: O “NÃO LUGAR” DA MÃE

Outro eixo temático que merece nossa análise é aquele denominado “Defesa de direitos”. Compreender o que defendem esses textos e de que maneira buscam engajar o público contribui no sentido de aprofundar nosso entendimento sobre os discursos da “Revista

AzMina”, os embates entre eles, o tipo de ativismo que a publicação desenha e a que correntes essas defesas se filiam. Sigamos, portanto, para o estudo desse material.

Dentre os oito textos classificados no eixo temático – cinco deles publicados na coluna “Meu nome não é mãe”, apontando para uma das principais características da seção, de ser um espaço para defender pontos de vista e engajar pela ampliação de direitos das mães –, percebemos três assuntos principais: a defesa do ingresso e da permanência das mães no mercado de trabalho formal (1); a convocação por um maior compartilhamento de responsabilidades com os pais das crianças (2); e a defesa do cumprimento dos direitos da infância (3). Por meio da leitura dos textos, é possível notar que esses três eixos de defesa estão articulados entre si da seguinte maneira: a participação das mulheres no mercado de trabalho (1) é possível quando há divisão com o pai dos cuidados com os filhos (2), o que passa por criar os filhos de forma melhor e garantir os direitos da infância (3). É como se a carreira materna, o fator 1, fosse posicionado como um direito e um desejo materno, e o fator 3, o cumprimento dos direitos da infância, fosse um desejo social, um tema que de fato sensibiliza o público, e é em nome dele que os pais devem ser pressionados a assumir os cuidados com os filhos para que as mulheres possam trabalhar também – o fator 2.

Nos textos de Tayná Leite, autora da coluna, é possível identificar esse caminho argumentativo com facilidade. Um bom exemplo é o artigo “Quer ajudar uma mãe? Aqui vão 4 dicas!” (LEITE, 2017f), que se inicia com o seguinte trecho:

No meu último texto falei sobre o como o mercado exclui mães utilizando-se de mitos e falácias a respeito das nossas prioridades e produtividade, ao mesmo tempo em que a ciência nos traz mais e mais elementos que comprovam a importância do cuidado com a primeira infância, em especial os mil primeiros dias. Em *O começo da vida* (assistam! Vale muito a pena!), com uma sensibilidade incrível, Estela Renner traz fatos e dados impressionantes sobre o impacto dessa fase na vida adulta, na comunidade como um todo e até na economia.

(1) É fato que as empresas precisam de mais mulheres entre seus líderes, assim como as famílias precisam de seus homens mais em casa. Os filhos precisam de pai como precisam de mãe, eles precisam de amor e atenção de toda a sociedade! Mulheres precisam de independência financeira e realização pessoal tanto quanto os homens.

(3) Infelizmente essa visão integral de olhar para a primeira infância tem sido cooptada por alguns movimentos para validar discursos de desigualdade que colocam sobre a mulher a responsabilidade pelos cuidados com o lar e os filhos, aumentando cada vez mais a desigualdade de gênero. Crianças não precisam de mãe! Crianças precisam de cuidado! (2) Crianças precisam de amor, brincar, colocar pé na grama e de uma boa soneca! Crianças precisam de leite materno (de preferência), que pode ser oferecido por qualquer cuidador e ordenhado pela mãe. Crianças precisam de acolhimento e não exclusão de praticamente todos os espaços sociais. (LEITE, 2017f).

Percebe-se que a autora defende a construção de uma carreira como um desejo da mulher, uma via para a conquista da independência financeira e até uma necessidade do mercado – tal qual acontece com os homens. Há, entretanto, um entrave que é a pressão social

para que a mãe assuma majoritariamente o cuidado com os filhos, conforme é apontado no trecho final da citação acima, marcada com o número (3).

A respeito dessa pressão social, vale recuperar o que afirma Badinter (2011) sobre o surgimento de um feminismo naturalista e o incentivo econômico promovido a partir dos anos 1970 para que a mulher retornasse ao lar e abrisse mão da carreira para ficar com os filhos – citado anteriormente neste trabalho. O discurso médico, de acordo com Badinter, construiu uma série de pilares que serviram de sustentação para a defesa de uma dedicação exclusiva das mulheres ao papel da maternidade neste momento. Um deles é a teoria do vínculo, que conduziu pesquisas nos Estados Unidos, no Canadá e na Europa apontando para a importância de manter a mãe e seu bebê unidos nas primeiras horas de nascimento. Alguns desses trabalhos apontavam que “o fracasso do *bonding* no nascimento era causa dos maus-tratos, ou dos problemas comportamentais da criança” (BADINTER, 2011, p. 62). No entanto, posteriormente, a noção do vínculo se estendeu: especialistas passaram a defender que a mãe se unisse ao filho em seu primeiro ano de vida ou mais. Um dos nomes de destaque nessa defesa é o do pediatra T. Berry Brazelton, que, a respeito desse assunto, fez a seguinte afirmação em um programa de televisão em 1988: “Se as crianças não têm isso, elas se tornarão insuportáveis na escola e jamais vencerão; elas deixarão a todos furiosos; mais tarde se tornarão delinquentes e, eventualmente, terroristas” (*apud* BADINTER, 2011, pp. 62-3).

Nota-se, por trás desse discurso, um imperativo sobre as mulheres, quase uma ameaça para que se ocupem apenas do vínculo com seus filhos na primeira infância, pois, caso não o façam, correm o risco de ter crianças “delinquentes” e “terroristas”. No texto que citamos anteriormente, Leite (2017f) recupera esse tipo de pressão, posicionando-o como um “discurso de desigualdade”. Não deixa de lado, contudo, a importância de ter um cuidado intenso com a primeira infância, mas amplia esse cuidado para o pai e para outros cuidadores, quase ressignificando a teoria do vínculo e conferindo maior visibilidade ao desejo da mulher por uma vida profissional. Ela ainda ressalta outros ganhos de uma maior participação paterna, no trecho a seguir:

Precisamos de licença-paternidade tanto quanto precisamos de licença-maternidade. Já há estudos comprovando os benefícios de uma licença-paternidade estendida tanto para as crianças e para a amamentação (saúde pública) quanto para a diminuição da desigualdade de gênero que, by the way, nunca é demais lembrar, é o objetivo número 5 para o milênio da ONU! (LEITE, 2017f).

Em outro de seus textos, “O fim da violência contra a criança também é uma pauta feminista”, Leite (2018d) pontua a importância de as mulheres feministas combaterem a violência contra a criança por se tratar de outra forma de opressão. Contudo, mais uma vez

atestando o caráter feminista de sua coluna, buscando por meio dos textos defender a emancipação da mulher e a libertação dos julgamentos e da culpa materna, procura descolar sua argumentação daquela que perpetua a recarga sobre as mulheres:

Você pode estar pensando que também não é justo trazer mais culpa para mães que sabemos são um grupo extremamente sobrecarregado, levado constantemente ao limite da exaustão, do desespero e da penúria. E eu concordo! Não é sobre culpa que estou falando. É sobre responsabilidade! Culpa não leva à transformação! Responsabilidade é escolher fazer diferente e se libertar da culpa pelo que já foi. Culpa traz vitimização e paralisa. Responsabilidade traz protagonismo e acolhimento. Então, não, não é sobre acrescentar culpa às mães, e sim sobre refletirmos a respeito da normalização da violência. Apenas tirar essa culpa das mães para que sigamos agredindo crianças – agora sem culpa – não irá nos levar a um lugar melhor enquanto sociedade, inclusive nas questões de divisão de tarefas, acolhimento do outro, rede de apoio e etc. Vamos discutir rede de apoio, vamos discutir sobrecarga e exaustão maternas e divisão de tarefas domésticas. Vamos combater um mercado de trabalho precarizado e excludente e lutar por um mais justo e inclusivo. Mas não, não vamos fazer isso às custas da integridade física e emocional de bebês e crianças. E para isso precisamos de tolerância zero quanto a isso, assim como com relação a homens abusadores. (LEITE, 2018d).

Conforme destacamos anteriormente, os textos da coluna “Meu nome não é mãe” também trazem com frequência a discussão sobre a romantização da maternidade, e sobre as diferentes pressões que recaem sobre as mães – pais muitas vezes omissos ou que não compartilham os cuidados com as crianças, julgamentos que vêm tanto de alas mais conservadoras quanto de alas mais naturalistas e as pressões econômicas do mercado, que frequentemente se apresenta mais fechado para as mulheres depois que se tornam mães²⁸. Em meio a essas pressões, Leite posiciona a mãe no que chama de um “não lugar”, no texto “7 coisas que você pode fazer por uma mãe em 2018” (LEITE, 2017a):

“Ser mãe é padecer no paraíso”[,] dizem. Eu sempre detestei essa expressão e, como toda boa feminista, problematizo a naturalização (e romantização) do sofrimento feminino que, sabemos muito bem, serve a interesses não lá muito nobres de manutenção da mulher nesse não lugar que é a maternidade. (LEITE, 2017a).

É interessante analisar esse “não lugar” a que Leite se refere à luz do silenciamento de discurso. Vale recuperar a pontuação de Lyotard (*apud* ORLANDI, 2007), que afirma que o silêncio é substituído por uma negativa, e que a frase silenciada pode assumir diferentes significados: esse caso não é da sua conta; esse caso não existe; esse caso não é significável; esse caso não é da minha conta. Pode-se depreender que esse silenciamento a que as mães são

²⁸ Para ilustrar esse fenômeno, uma pesquisa divulgada em 2018 realizada pela empresa de recrutamento Catho concluiu que 28% das mulheres deixaram o emprego após a chegada dos filhos em oposição a 5% dos homens. Também constatou que 21% delas levaram mais de três anos para obter um novo trabalho em oposição a 2% dos homens (BRASIL, 2018).

submetidas, ocupando um não lugar, conforme pontuado por Leite, remete-as a uma não existência, ao que não é significável. Isso porque, entre as pressões do mercado e a sobrecarga de tarefas e cuidados com os filhos que recaem sobre elas, é como se não lhes sobrasse tempo e espaço para existir, para dar vazão à sua individualidade externa ao papel de mãe. É possível articular esse sentido também ao que Badinter (1985) define como a não tridimensionalidade da mãe: ela somente existe enquanto relacionada ao pai da criança ou à própria criança, desprovida de uma identidade – profissional, subjetiva, sexual etc. Os textos criados por Leite parecem justamente levantar a importância de a mãe recuperar essa identidade, bem como questionam os obstáculos impostos à sua existência como ser tridimensional.

4.5.1 Combate ao senso comum

Em nossa análise sobre os textos classificados dentro do eixo temático “Defesa de direitos”, notamos um padrão de formato: quatro, dentre os oito textos coletados, dispõem seu conteúdo em tópicos. São eles: “Manual prático para ex-maridos sobre como não ser um idiota machista” (PUGLIA, 2016); “A maternidade afasta as mulheres do mercado de trabalho, e isso não é uma opção” (LEITE, 2017g); “Quer ajudar uma mãe? Aqui vão 4 dicas” (LEITE, 2017f); e “7 coisas que você pode fazer por uma mãe em 2018” (LEITE, 2017a). Esse formato de listas característico do jornalismo praticado na internet – possivelmente porque permite sintetizar e simplificar a informação, conferindo didatismo, rapidez e praticidade à leitura – aparece, aqui, marcado de duas maneiras: ou compilam princípios a serem seguidos ou descortinam mitos frequentemente reproduzidos pelo senso comum. Esse último caso se dá no texto “A maternidade afasta as mulheres do mercado de trabalho, e isso não é uma opção”, com três conceitos que, segundo a autora, fazem com que as empresas percam suas funcionárias depois da gravidez, por exemplo: mães são menos produtivas; mães dão prejuízo pois faltam ao trabalho pra cuidar do filho doente.

Apesar dessa diferença de abordagem, todos os textos têm o caráter de manual, por empregarem uma forma prática para mostrar ao público o que se deve e o que não se deve fazer em cada caso. Em comum, também adotam dois tons, sendo eles o humor e a agressividade, e até uma mistura dos dois em alguns casos, como a seguir:

Que tal gastar aquela verba bacana de endomarketing fazendo campanhas nesse sentido? Ou apenas não ser um chefe escroto que marca reunião às 19 assumindo que os filhos do seu funcionário “estão com a mãe”? Ou, ainda, não fazer aquela cara de ânus com hemorroida quando o funcionário vier contar que chegará mais tarde pois tem consulta no pediatra? E NEM PENSE em perguntar: “Mas e a mãe?”.

[...] Sim, crianças ficam doentes e sim, elas precisam de cuidados! Agora, pasmem: estudos comprovam que o pinto não cai quando o pai leva o filho ao pediatra ou vai à reunião na escola sem a presença da mãe. (LEITE, 2017g).

Outro exemplo é o tom adotado no texto “Manual prático para ex-maridos sobre como não ser um idiota machista”, com princípios do que ex-maridos não devem fazer:

Queridos, entendam de uma vez por todas: pagar a pensão NÃO é ajudar sua ex. É obrigação de pai. O filho também é seu, e não é obrigação da mulher criar, educar e sustentar um filho sozinha. Então pare de exigir privilégios pelo valor da pensão que você paga. Você não faz mais do que sua obrigação!

E se ela tem a guarda das crianças, também tem menos tempo livre para trabalhar, logo, precisa ser compensada financeiramente para que continue tendo todo o tempo necessário que a educação das crianças exige. Se você não quer dar a ela compensações financeiras, simples: obtenha guarda compartilhada – mas compartilhada DE VERDADE. Faça metade das lições de casa com as crianças, dê metade dos banhos, cozinhe metade das refeições, vá em metade das reuniões de escola e dê metade dos beijinhos antes de dormir.

Mulheres não precisam de privilégios, só precisam que você reconheça que quem tem mais obrigações também merece mais direitos. Além disso, no Brasil, se o homem tiver a guarda dos filhos, é bastante comum que juízes peçam que mulheres paguem pensão, de maneira igual e justa – e nós somos a favor disso, pare de dizer que, quando exigimos o mesmo, é mimimi. (PUGLIA, 2016).

Outro fator que esses textos têm em comum é o estabelecimento de um diálogo com um público que não é o público tradicional da “Revista AzMina” – em vez de se voltarem para as “mulheres de A a Z”, os textos citados se dirigem a ex-maridos, empregadores e pessoas em geral que julgam as mães. Assim, ainda que se coloquem como manuais e guias destinados a “educarem” seu público, os artigos em questão adotam certo tom de “bronca”, o que, na prática, pode gerar maior distanciamento desse público ao que se destinam. Por outro lado, pode-se estabelecer um sentimento de empatia com as mulheres que leem a “Revista AzMina”, que eventualmente podem se identificar com a problemática relatada.

4.5.2 Silenciamento da história das mulheres negras no mundo do trabalho

É natural que, entre os direitos defendidos nesse eixo temático pela “Revista AzMina”, o ingresso e a permanência das mães no mercado de trabalho sejam os principais entre eles. Afinal, trata-se de uma das pautas mais importantes do próprio movimento feminista. Contudo, algumas autoras notam que essa requisição é uma realidade para as mulheres brancas, especialmente as de classe média e classe alta, pois as mulheres negras e as mulheres pobres sempre fizeram parte do mundo do trabalho em situações de subserviência e de semiescavidão. hooks (2015) aponta justamente essa incoerência quando aborda o livro de Betty Friedan, obra

que citamos anteriormente, e que é criticada por focar na problemática feminina rica e branca, tendo invisibilizado a realidade das mulheres negras e pobres:

A famosa frase de Friedan, “o problema que não tem nome”, muitas vezes citada para descrever a condição das mulheres nesta sociedade, na verdade se refere à situação de um seleto grupo de mulheres brancas casadas, com formação universitária, de classe média e alta – donas de casa entediadas com o lazer, a casa, os filhos, as compras, que queriam mais da vida. Friedan conclui seu primeiro capítulo afirmando: “Não podemos continuar a ignorar essa voz íntima da mulher, que diz: Quero algo mais que meu marido, meus filhos e minha casa”. A autora definiu esse “mais” como profissões, sem discutir quem seria chamado para cuidar dos filhos e manter a casa se mais mulheres como ela própria fossem libertadas do trabalho doméstico e tivessem o mesmo acesso a profissões que têm os homens brancos. Ela não falou das necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres, e não disse aos leitores se era mais gratificante ser empregada, babá, operária, secretária ou uma prostituta do que ser dona de casa da classe abastada. (hooks, 2015, p. 193-194).

A autora ainda destaca que, na época de lançamento do livro, mais de um terço de todas as mulheres compunham a força de trabalho. Ela não invalida a necessidade real de promover a inserção da classe feminina que era excluída do mercado, mas sinaliza para o que chama de preocupações urgentes para algumas mulheres naquele momento – urgentes hoje também –, como a sobrevivência econômica e a discriminação étnica e racial.

Davis (1983) é outra autora que aponta a necessidade de enxergar o trabalho sob a especificidade da história da mulher negra. Ela afirma que, mesmo durante o período da escravidão nos Estados Unidos, percebem-se fenômenos diferentes no que diz respeito à participação dos homens e das mulheres no trabalho fora e dentro de casa: “Eles transformaram aquela igualdade negativa que emanava da opressão que sofriam igualmente como escravos em um fator positivo: o caráter igualitário de suas relações”. (DAVIS, 1983, p. 18²⁹). Acrescenta, ainda, que a vida doméstica tinha uma importância exagerada para as pessoas negras escravizadas, por ser o único ambiente em que podiam se sentir verdadeiramente como seres humanos. Da mesma forma, o trabalho doméstico não recaía sobre as mulheres negras como recaía para as brancas: estar em casa, para as mulheres negras, era uma libertação, não uma prisão, assim como não eram consideradas meras donas de casa por desempenharem tais funções em seu lar.

Assim, se analisamos os textos da “Revista AzMina” que versam sobre a condição das mães no mercado de trabalho, percebemos que tratam da realidade de uma mulher específica – que pode estudar e se preparar para assumir um posto de trabalho, que deseja construir uma carreira mais por realização do que por necessidade financeira. Não se trata, conforme foi dito

²⁹ No original: “They transformed that negative equality that emanated from the equal oppression they suffered as slaves into a positive quality: the egalitarianism characterizing their social relations”.

anteriormente, de invalidar essa demanda, de fato fundamental e muito invisibilizada em nossa sociedade. Contudo, ao se considerar o conceito de matriz de dominação, que permite articular gênero, classe, raça, idade, entre outros fatores, torna-se possível complexificar as realidades das mulheres retratadas nos textos, e compreendendo que a situação da mulher no mercado de trabalho não é única, mas varia de acordo com múltiplos fatores, que exigem retratos variados, assim como medidas diversas de combate a esses quadros. Do contrário, corre-se o risco de retratar a realidade feminina de modo unidimensional, como se fosse uma só mulher aquela de quem se fala.

4.6 PRECONCEITO: ATIVISMO EM VÁRIOS FORMATOS

O eixo temático que inclui o menor número de textos é justamente este, do preconceito, fato que parece ser significativo: em nossa análise anterior, notamos que o retrato da problemática feminina feita pela “Revista AzMina” nos espaços dedicados à maternidade é pouco interseccional, especialmente no que diz respeito às questões étnicas e raciais. Torna-se, também por isso, fundamental que nos debruçemos sobre os quatro textos coletados neste eixo, a fim de entender de que maneira as autoras abordam tais assuntos. Dentre os quatro recolhidos, dois são da editoria “Mãezinha vírgula” e dois da coluna “Meu nome não é mãe”, e há uma divisão igual entre eles: cada seção tem um texto que aborda a discriminação racial e um que aborda a discriminação e os estereótipos de gênero, mas com focos e de maneiras distintos. Sigamos a eles.

4.6.1 Racismo: a quem interessa a pauta

A fim de que possamos analisar os textos que versam sobre racismo nos espaços dedicados à maternidade na “Revista AzMina”, é importante resgatarmos a ideia de lugar de fala, conforme conceituada por Ribeiro (2017) a partir da teoria de matriz de dominação. Como abordamos anteriormente nesta pesquisa, para a autora, as narrativas históricas podem ser expandidas e as populações oprimidas ao longo dos séculos podem conquistar um poder de expressão em diferentes espaços, ter a oportunidade de recontar fatos e de reescrever a própria trajetória caso utilizemos a matriz de dominação. Com ela, aquele que fala pode se compreender dentro de um diagrama que inter-relaciona gênero, raça, classe, sexualidade, entre outros aspectos. Sob o contexto da reflexão feminista, uma opressão narrada apenas sob a perspectiva

de gênero se torna incompleta, uma vez que não é única a experiência da mulher, mas diversa, permeada e alterada por sua condição social, racial, sexual etc.

Ainda de acordo com Ribeiro (2017), não se trata, contudo, de um autoritarismo discursivo: a autora esclarece que não é somente a vítima de determinada opressão que pode abordá-la, mas quem tratar dessa opressão deve assumir o seu lugar de fala, ou seja, tecer uma narrativa a partir da perspectiva que assume na matriz de dominação. Esse é um ponto fundamental, uma vez que se nota muita confusão em torno do conceito de lugar de fala, como a ideia de que apenas pessoas negras podem falar sobre racismo – segundo a obra de Ribeiro (2017), pessoas brancas podem e devem abordar o assunto, assumindo a perspectiva do posto que ocupam na matriz de dominação.

Um bom exemplo de como isso pode ser feito é o texto “Precisamos falar sobre racismo com as crianças” (LEITE, 2018a), publicado na coluna “Meu nome não é mãe”. Nele, a autora parte de dois episódios de racismo sofridos por crianças e compartilhados pela internet para refletir sobre a importância de as pessoas brancas se envolverem no combate ao racismo. Logo de início, Leite questiona o motivo de ter se sensibilizado de maneira tão aguda com esses relatos:

Chorei (o que não é tão comum para mim mesmo quando estou muito chateada ou emocionada), passei algumas horas no travesseiro pensando sobre o assunto, imaginando a dor dela, da filha e como eu reagiria se fosse comigo. Doeu bem mais do que o “normal”. Fiquei pensando que pode ter sido por que virei mãe, mas eu acho mesmo que foi um pouco de culpa. (LEITE, 2018a).

A autora relata também ter participado de uma conversa sobre feminismo negro, em que uma pedagoga afirmou a importância de as mulheres negras pressionarem as escolas para que seja cumprida a lei que determina que se lecionem a história e a cultura afro-brasileira nas salas de aula. A partir dessa fala, Leite reflete sobre seu papel como mãe e mulher branca diante do racismo.

É minha obrigação enquanto mãe de uma criança branca falar com meu filho sobre raça, classe e gênero, que geram opressões de forma interseccional – com bem teorizam as acadêmicas feministas negras.
[...] O racismo é estrutural e é sobre poder. Nascemos racistas ao nascermos brancos uma vez que, querendo ou não, gozamos de privilégios que só existem porque o negro é oprimido de diversas formas. Porque racismo não é apenas sobre indivíduos.
[...] Primeiro passo é pensar sobre isso. Pense sobre sua branquitude. Quando você percebeu que era branca? Aliás, você já percebeu que não é universal e que o seu conceito de “ser mulher” não é o único possível? (LEITE, 2018a).

É interessante notar como o texto está alinhado com o que defende Ribeiro (2017) quando conceitua o lugar de fala. Leite (2018a) reconhece seu lugar de mulher branca diante do problema exposto, mas não por isso deixa de abordá-lo: busca compreender seu lugar de

privilégio na escala de dominação e sua responsabilidade no combate ao racismo, mapeando formas de atuação, sempre sob a perspectiva do posto que ocupa na opressão racial. Nesse processo, conforme o trecho acima, ainda reconhece a multiplicidade de vivências femininas que existem, procurando não ficar presa à sua, de mulher branca, como universal.

Como é usual nessa seção da “Revista AzMina”, partindo da própria descrição de apresentação da coluna – “Esta é uma editoria dedicada a todas as pessoas que desafiam o senso comum para provocar transformação” –, Tayná Leite busca engajar o leitor, concluindo seu texto convidando a todos para que participem de uma marcha de mulheres negras que aconteceria no dia em que a matéria foi publicada. Dessa forma, com base no relato de discriminação racial sofrida por crianças – um caminho sensibilizador, se pensarmos que as leitoras de sua coluna são mães também –, ela aborda a responsabilidade das pessoas brancas na luta contra o racismo, e como isso pode ser feito, sem abandonar seu lugar de fala.

Já o segundo texto sobre racismo coletado neste eixo temático tem uma abordagem um pouco diferente. Com o título “Brancas com descendência negra: mães adotivas aprendem a lidar com racismo” (FOLEGO, 2017), a reportagem publicada na editoria “Mãezinha vírgula” se debruça sobre um aspecto específico: a vivência de famílias compostas por pessoas brancas que adotam crianças negras e entram em contato, pela primeira vez, com a discriminação racial. Para isso, inclui a história de algumas mães que vivenciaram casos de racismo com seus filhos, casos de pessoas negras que foram adotadas e que relataram também a discriminação e explica o próprio processo de adoção no Brasil – o texto reúne estatísticas que apontam que a maior parte das crianças prontas para adoção são negras e pardas, enquanto uma parte dos pais que desejam adotar uma criança fazem a requisição de que ela seja branca. Assim, a porção final do texto trata do racismo desses pais que querem adotar crianças:

Outra prática ilegal que vem se tornando moda, segundo a juíza, é o casal pagar a mãe biológica para ficar com o bebê, que é registrado no nome do homem do casal ao nascer, como pai biológico. Depois, o casal entra com um processo em que a mãe biológica concorda com a adoção da criança pela esposa do casal, como se a criança tivesse sido fruto de um caso extraconjugal do marido.

Para combater a prática, o Judiciário pede exames de DNA em processos com esse perfil. “Tudo isso mostra que o Brasil ainda pensa colonialmente, reproduzindo a história do filho de criação, em que os senhores e feitores engravidavam suas escravas e depois o filho era criado no quintal. Ainda temos essa relação com esse tipo de adoção [ilegal]. O cara que procura um filho assim está reproduzindo esse consciente colonialista e escravagista”, diz Dora.

Esse, inclusive, é um traço importante do preconceito de raça no Brasil, que tem a ver com a formação cultural do país. Diferente do racismo que prevaleceu nos Estados Unidos e na África do Sul, que era segregacionista, no Brasil ele é um “racismo de intimidade”, segundo os estudos da psicóloga social Lia Schucman. Lia estudou em seu doutorado como o racismo se manifesta dentro de famílias inter-raciais.

Esse tipo de racismo pressupõe a interação entre brancos e negros em relações que podem ser mediadas pelo afeto, sem deixar de ser racista ao mesmo tempo. (FOLEGO, 2017).

É interessante notar que esse segundo texto adota vias diferentes do primeiro para conscientizar sobre o racismo. O primeiro, marcado por estar em uma coluna, um território mais opinativo, dialoga diretamente com o leitor, convocando-o para combater a discriminação racial e instrumentalizando-o com dicas para que possa fazer isso. O segundo, por ser uma reportagem, coloca-se de forma mais neutra. Contudo, parte do relato de uma situação em que pessoas brancas enfrentam uma dificuldade usualmente não experimentada por elas – uma vez que ocupam uma posição de privilégio racial dentro da escala de dominação – para denunciar o preconceito muitas vezes praticado inclusive por esses pais que adotam crianças negras. Trata-se de um caminho, aliás, com potencial de despertar empatia entre leitoras brancas, por partir dessa situação de discriminação experimentada por elas.

Entretanto, é preciso pontuar que este, sendo o único texto da editoria “Mãezinha vírgula” a abordar o tema do racismo, acaba por se concentrar sobre um recorte bastante específico: o das mulheres brancas que adotam crianças negras. Seria importante, para expandir sua abrangência, representatividade e interseccionalidade, que a seção trouxesse outros textos sobre o assunto, mais amplos e com retratos da maternidade sob a perspectiva específica das mães negras, essas certamente expostas diariamente ao racismo. Importante destacar que, nos dois casos, os textos são escritos sob a ótica de mulheres brancas: se, por um lado, alinham-se com o lugar de fala das autoras desses textos, também brancas, por outro, escancaram a urgência relatada por Ribeiro (2017) de que os espaços narrativos sejam ocupados por mais mulheres negras, mesmo no ambiente virtual.

4.6.2 Estereótipos de gênero: uma convocação à mudança

Sobre o assunto da discriminação de gênero ou dos estereótipos que recaem sobre meninos e meninas, pode-se afirmar que ele atravessa praticamente todos os textos coletados: afinal, dentro de uma publicação feminista como a “Revista AzMina”, a maternidade é retratada sempre sob o recorte da opressão que recai sobre as mulheres e da desigualdade de gênero. No entanto, para fins de análise, vale entender como aparecem os discursos especificamente direcionados para esse tema e como ele é comunicado ao seu público de leitoras.

Dentro da coluna “Meu nome não é mãe”, aparece o texto “Meninos são espoletas e meninas são comportadas? Vamos repensar os estereótipos!” (LEITE, 2018b). Alinhado com o

estilo da coluna, marcada por um tom opinativo e ativista que busca convocar leitoras e leitores para a mudança, conforme atestamos anteriormente, este texto efetiva ainda mais o caráter de engajamento da seção, lançando uma campanha:

Em março deste ano me deparei com uma campanha de um importante veículo de comunicação cujo público-alvo são mães e que trazia uma matéria sobre como ser mãe de menino envolvia coisas como lidar com arranhões nos joelhos. As meninas, por serem mais comportadas e ficarem sentadinhas, não passariam por esse tipo de situação com tanta frequência.

[...] De março para cá passei a acompanhar no Instagram as hastags #maedemenino e #maedemenina, e com base nisso resolvi criar uma campanha para repensarmos o estereótipo, ainda que ele pareça positivo e fofinho, e permitirmos às pessoas, todas elas, que sejam quem elas quiserem ser!

[...] Para mim, #sermaedemenino é ter que me preocupar ainda mais em acolher os sentimentos que a sociedade manda ele [sic] engolir e por aí vai.

#sermaedemenino é ter que ficar explicando que é normal ele brincar de boneca ou de panelinhas e gostar de limpar a casa, e que isso não define a orientação sexual dele (como se criança tivesse orientação sexual e como se fosse algum problema seja lá qual for a orientação dele). (LEITE, 2018b).

Assim, como a autora sinaliza, a partir de uma *hashtag* comumente utilizada pelas famílias e por veículos de mídia para reforçar estereótipos de gênero, ela propõe uma ressignificação dos comportamentos associados a meninos e meninas, convocando leitores e leitoras a fazerem *posts* nas redes sociais e a enviarem vídeos com mensagens. O texto traz, ainda, imagens de meninos e meninas realizando atividades que podem contrariar o senso comum – em uma delas, uma menina anda de skate, ação tradicionalmente relacionada ao hábito de meninos. A campanha conta com a parceria do *blog* sobre paternidade chamado “Paizinho, Vírgula!”³⁰, espaço que também reflete a criação de filhos à luz de estereótipos como os que recaem sobre meninos e meninas.

Com base nesse texto, notamos, mais uma vez, que a coluna “Meu nome não é mãe” constantemente se mostra filiada à tradição do jornalismo ativista, ocupando-se não só de gerar reflexões, mas de propor ações de transformação social. Essa ação se faz presente especialmente por meio do estilo dos textos construídos, sempre opinativos e partindo da experiência da autora para pontuar questões que representam entraves à vida das mães, principalmente aquelas que se consideram feministas.

Sobre o mesmo assunto, a editoria “Mãezinha vírgula” publicou o texto “Cinco comportamentos que pais devem adotar para acabar com o machismo” (VICENTIN, 2016). Se o texto que mencionamos anteriormente reforça as características da coluna que destacamos ao longo dessa análise, este artigo, da mesma maneira, reúne traços marcantes da editoria em questão. A fim de desnaturalizar comportamentos machistas, a autora reúne tópicos que devem

³⁰ Disponível em: <<https://paizinhovirgula.com>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

ser seguidos pelas famílias preocupadas com o tema. Traz, mais uma vez, o caráter de um manual, com princípios como:

Não estimule a agressividade nos meninos.

Muita gente acha legal que o filho menino seja “durão”, que aprenda a revidar com violência física as agressões de outras crianças. Esse expediente, contudo, pode fazer com que os garotos passem a dar socos e pontapés toda vez que se sentirem frustrados. E que achem que recorrer à violência para conseguir o que querem vale a pena – mesmo se for por sexo.

Um outro costume é “diminuir” os sentimentos dos garotos, com a máxima “homem não chora”. Por aqui, já corriji diversas vezes: chora, chora mesmo, meu filho. Isso não é vergonha e não determina coragem.

Façamos a nossa parte! (VICENTIN, 2016).

É interessante perceber que, ao contrário dos outros textos da editoria que tem esse caráter de manual, trazendo princípios a serem seguidos em tópicos, este tem um tom mais ameno, que foge do ar de “bronca”, do tom cômico e agressivo mencionado anteriormente. Outro aspecto que diferencia este texto dos outros artigos do estilo lista é que ele se dirige a homens e mulheres – dentro do eixo temático “Defesa de direitos”, citamos um texto dirigido a ex-maridos (PUGLIA, 2016) e dois deles direcionados a pessoas que não são mães, incluindo empregadores e líderes em empresas (LEITE, 2017f; LEITE, 2017a). Possivelmente por isso o tom desse artigo é mais ameno: a autora não se vê diante de um opositor ou de uma figura opressora; ao contrário, entende-se lado a lado com quem a lê, convocando, inclusive, para uma ação coletiva, por meio da frase final “Façamos a nossa parte!”.

Apesar dessa convocação final, nota-se que adota um estilo mais neutro, pontuando comportamentos que devem ser revistos, mas sem esboçar a transcendência do conteúdo para a construção de uma campanha de engajamento, como no artigo de Tayná Leite citado anteriormente. São dois textos que marcam com clareza o posicionamento e o estilo das seções, traçando a pluralidade de discursos que atravessam a “Revista AzMina”.

Dessa forma, pela análise esmiuçada neste capítulo, pudemos verificar que há uma extensa rede de fios discursivos mediados pela “Revista AzMina” no que se refere à maternidade. Na editoria “Mãezinha vírgula”, em que prevalece o tema do “Corpo e saúde”, notamos influências do feminismo contemporâneo naturalista, com a defesa de processos naturais como o parto natural e a amamentação. Tal divulgação parece funcionar como ferramenta de resistência contra uma apropriação institucional do corpo feminino, uma espécie de apropriação política dos processos biológicos e a conquista pela decisão de como se vai parir e nutrir seu filho. Contudo, ao silenciar discursos que incluam mulheres que optam por vias artificiais nesses momentos, como é o caso da cesariana e do aleitamento artificial, a publicação parece defender certa normatividade para a prática da maternidade, como se houvesse uma

“melhor forma” de ser mãe, recuperando, aqui, a influência de um feminismo neoliberal, que prega a busca constante pela perfeição. Já na coluna “Meu nome não é mãe”, mais focada no tema “Defesa de direitos”, nota-se uma ênfase na desromantização da maternidade e em um retrato da mãe para além do exercício da maternidade, como uma mulher que tem sexualidade, carreira e relações próprias. Ainda que encontremos diferenças entre as abordagens dos dois espaços, notamos, ali, um padrão de silenciamentos de discursos referentes a interseccionalidades: não há relatos específicos da vivência de mães negras, por exemplo, e há poucos relatos da vivência de mães pobres. Dessa maneira, é como se os relatos sobre maternidade na publicação versassem e se destinassem majoritariamente a um mesmo tipo de mulher: branca, de classe média e heterossexual. Mães lésbicas e indígenas são foco das reportagens especiais que incluímos na pesquisa, e que serão vistas de forma mais detalhada a seguir.

Neste momento, após passarmos pelos discursos sobre maternidade visibilizados e silenciados dentro de todos os eixos temáticos que mapeamos na publicação, faz-se necessário compreender as ferramentas sobre as quais a “Revista AzMina” se ampara para construir tais discursos. A esse assunto, e a fim de destrinchar ainda mais os embates discursivos compostos pela revista a respeito da maternidade, dedicamos nosso próximo capítulo. Acreditamos, desse modo, que seja possível ter um retrato mais completo das normatividades questionadas e das normatividades sugeridas por esta revista feminista quando o objeto é o comportamento materno.

5 AS FERRAMENTAS DE LEGITIMAÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE MATERNIDADE NA “REVISTA AZMINA”

No capítulo anterior, refletimos sobre os eixos discursivos acerca da maternidade mediados pela “Revista AzMina” à luz de quatro eixos temáticos: “Corpo e saúde”, “Comportamento”, “Defesa de direitos” e “Preconceito”. Pudemos apreender, a partir dessa análise, que há uma intrincada rede de discursos maternos colocados em embate, discursos esses que aludem a correntes feministas, a políticas de proteção da infância, a um discurso neoliberal e até a vertentes naturalistas de criação de filhos. Por outro lado, pudemos perceber também certa invisibilidade de narrativas e representações de mulheres que contrariam o perfil retratado hegemonicamente, da mulher branca de classe média e heterossexual. Com essas análises, contudo, vale sinalizar que este estudo não tem como foco definir caminhos de atuação para a “Revista AzMina”, mas compreender os silenciamentos que perpassam as formações discursivas mediadas pela publicação, assim como investigar que formações discursivas são essas.

Como sequência ao estudo, neste capítulo, pretendemos descortinar algumas materialidades desses discursos a partir de um foco específico: algumas ferramentas de legitimação empregadas para sustentá-los na “Revista AzMina”. Sobre a legitimação de discursos, vale destacar que, no processo de enunciação, o enunciador busca ferramentas que sustentem aquilo que enuncia, conforme pontuado pelo trecho a seguir:

“Na verdade, o enunciador deve se conferir, e conferir a seu destinatário, certo *status* para legitimar seu dizer: ele se outorga no discurso uma posição institucional e marca sua relação com um saber.” (AMOSSY, 2011, p. 16).

O jornalismo tradicionalmente se apoia sobre alguns mecanismos de legitimação de discursos, e conforme sugere Peres (2016), em uma guinada subjetiva, emprega também o testemunho, aspecto notável em nossa análise dos textos sobre maternidade na “Revista AzMina”, conforme detalharemos adiante. Além disso, detivemo-nos ainda sobre os feminismos que conferem suporte aos discursos mediados pela publicação.

Desse modo, estudaremos tais ferramentas que atuam de modo a legitimar os discursos construídos pela “Revista AzMina” nos espaços dedicados à maternidade, assim como por meio das reportagens e dos depoimentos coletados em outras seções que versam sobre o assunto. Para isso, como nos capítulos anteriores, utilizamos para a fundamentação teórica autoras e pesquisadoras filiadas aos estudos feministas, bem como referências relacionadas ao estudo do

uso do testemunho como estratégia legitimadora de discursos – aparte que dá início, a seguir, ao desenvolvimento do capítulo.

5.1 TESTEMUNHO: O PESSOAL QUE É POLÍTICO

Vivências pessoais intensas, marcadas por conflitos, pela solidão e por julgamentos de diversos lados – de alas conservadoras a alas naturalistas – aparecem com frequência entre os textos sobre maternidade na “Revista AzMina” coletados para esta pesquisa. A experiência materna, em seus mais variados matizes dramáticos, contada em primeira pessoa, atravessa os artigos, os relatos e as reportagens da publicação, tanto para sustentar os diversos discursos construídos – por meio da fala de fontes das matérias e de narradoras dos relatos – como para servir de ponto de partida para o trabalho de repórteres – que assumem, neste caso, não só o posto daquelas que desvendam um objeto específico dentro do universo da maternidade, mas também de personagens que empregam a própria vivência na costura de sua reportagem. Contudo, antes de partirmos para uma análise de como essas narrativas são construídas, faz-se necessário compreender as definições por trás do uso do testemunho.

É interessante pontuar que testemunho, em latim, é representado por dois termos, *superstes* e *testis*. O *superstes* tem relação com o discurso dos indivíduos ou grupos sociais que sobreviveram a um trauma ou a uma situação difícil e precisam relatar sua experiência, enquanto o *testis* diz respeito ao depoimento de um terceiro que se coloca entre duas partes, disposto a julgá-las (PERES, 2016). O primeiro caso é o que mais se aproxima do testemunho frequentemente empregado pelo jornalismo. Ele levanta questões relacionadas à ética, à memória e à linguagem no contemporâneo, mas, para a autora (PERES, 2016), agrega também ao que pode ser chamado de uma atualização da forma de narrar. Ela lembra ainda que Walter Benjamin decretara a extinção da arte de narrar no período moderno com o surgimento do romance e da informação jornalística. No entanto, com as novas tecnologias, percebe-se, no jornalismo empregado por veículos como a “Revista AzMina”, um narrador, ou melhor, uma narradora que se utiliza da experiência vivida pela outra para narrar uma situação – trata-se do que Lage (2013) nomeia como testemunho midiático:

A melhor maneira de compreender essa nova configuração é oferecendo uma simples definição: testemunho midiático é o *testemunho performado na, pela e através da mídia*. Refere-se, simultaneamente, ao aparecimento de testemunhas nos relatos da mídia, à possibilidade de a própria mídia testemunhar, e ao posicionamento das audiências como testemunhas dos acontecimentos retratados. Misturando essas três vertentes, testemunho midiático não diz apenas da complexidade dessas interações (uma reportagem telejornalística pode retratar

testemunhas de um acontecimento, testemunhar um acontecimento e transformar espectadores em testemunhas ao mesmo tempo), mas aparece também como uma nova problemática nas teorias da mídia [...]. (FROSH; PINCHEVSKI, 2009b *apud* LAGE, 2013, p. 79; grifos do autor).

Ainda de acordo com Lage (2013), o testemunho, nesse contexto, exhibe a complexidade da prática jornalística, uma vez que, por meio dele, o jornalista, as fontes e os espectadores não mais assumem posições distintas, mas são enredados pelo mesmo texto. Além disso, frequentemente, a testemunha e os testemunhos não são expostos inicialmente, mas são costurados e mediados pelo artigo, matéria ou reportagem – “é a configuração narrativa do testemunho que nos permite experimentar o acontecimento e seus sujeitos” (LAGE, 2013, p. 81). É como se o testemunho apresentasse, assim, um “nós” e um “eles”, um grupo de vítimas e um de opressores, a partir de um pano de fundo moral (LAGE, 2013). Dessa maneira, se por um lado o texto parece assumir a função de mediar o sofrimento de outra pessoa por meio do testemunho, por outro pode dar sinais de ampliar a visibilidade e a dizibilidade de algumas populações.

De acordo com Peres (2016), o uso do testemunho pelo jornalismo permite a construção do relato de uma vivência de maneira singular e subjetiva – e nesse sentido é importante pontuar que se trata de um equilíbrio importante, já que o jornalismo, por si só, é uma atividade pautada hegemonicamente por regras de objetividade:

Entendemos que o processo de enunciação jornalística é regulamentado através de procedimentos mais generalizados e que se encontram estabelecidos em espécies de macrocódigos: a língua, as matrizes culturais, as regras sociais, a ética e as ideologias. E, por microcódigos, como os códigos particulares estabelecidos pelas empresas de comunicação, por exemplo, os manuais de redação, mas também os valores-notícia (critérios de noticiabilidade), que vão ser manejados e mobilizados no processo de enunciação.

A dependência das fontes de informação e de opinião reduz o grau de autonomia do jornalista como autor de um texto e faz com que o discurso jornalístico seja marcado pela intercalação entre discurso narrativo e discurso citado (fragmentos da fala), na acepção de Bakhtin, que vê o discurso indireto como a transmissão analítica do discurso de outrem. (VIZEU, 2003, p. 112).

Em busca da neutralidade, da imparcialidade e da objetividade, valores correntes dentro da prática jornalística, o jornalista recorre, em seus textos, a ferramentas de legitimação como fatos históricos, dados estatísticos e fala de especialistas, o que confere ao texto jornalístico um efeito de haver uma polifonia de vozes, posicionando o enunciador em um lugar de mero coletor de evidências (CASADEI, 2011). O testemunho se difere desses instrumentos em seu impacto sobre o discurso e, no caso da “Revista AzMina”, é bastante empregado, por isso será alvo de estudo neste capítulo.

Outro aspecto interessante, e que deve ser apontado a respeito do uso do testemunho na

produção de reportagens, artigos e relatos em uma publicação feminista, é que, nestes casos, conforme o movimento feminista tem afirmado ao longo de sua história recente de atuação, a experiência pessoal assume um valor político. Afinal, quando vivências pessoais das mulheres são inseridas em um discurso público, carregam o poder de conferir visibilidade a experiências antes silenciadas e muitas vezes confinadas ao espaço doméstico, além de ampliar as narrativas sobre o ser mulher e o ser mãe, com o potencial de gerar empatia e transformar comportamentos sociais – “[...] as experiências pessoais são reflexo e sintoma de relações de poder que têm lugar no âmbito privado do lar, mas que se inscrevem e se sustentam em um contexto mais amplo da trama social” (AGUERO; CINGOLANI, 2018, p. 135³¹). Partamos, portanto, para a análise de como essas experiências pessoais são inseridas nos textos da “Revista AzMina” por meio do uso do testemunho.

5.1.1 Por trás dos discursos: mães reais

Uma boa amostra da aplicação do testemunho como ferramenta legitimadora de discursos, no âmbito da inserção da vivência de fontes e personagens, é a reportagem “Do útero ao pó” (VICENTIN, 2015a), que aborda o consumo da placenta materna pelos pais após o nascimento da criança. A matéria inclui a experiência de quatro pessoas – três mulheres e um homem – que ingeriram a placenta depois do parto e observaram benefícios da prática; por outro lado, há o depoimento de apenas uma médica, que esclarece não haver comprovação científica de tais benefícios. Assim, o testemunho de quem vivenciou a experiência ganha destaque, em oposição à fala da autoridade médica. Seguem alguns trechos desses depoimentos:

Viviane saliva ao se lembrar do aroma de vinho tinto, cogumelos e cheiro verde. Os temperos acompanharam o prato principal daquela noite, há sete anos: parte da placenta que saiu após o nascimento da primeira filha. “Estava uma delícia! Eu já era vegetariana, mas adorei aquela carne, saborosa e succulenta”, descreve Viviane. [...] “Eu me senti realmente mais forte. Mas a maior diferença foi na produção de leite. Quando o Francisco estava com quase dois meses, tive que cortar as pílulas, porque meu peito estava empedrando”, conta a jornalista e blogueira Tatiana Sabadini, 34 anos.

[...] A doula Flávia Ilíada, 35 anos, também tomou as cápsulas após o nascimento de Heitor, há dois anos. “Durante o pós-parto da minha primeira filha, tive sintomas muito fortes de baby blues, aquela tristeza profunda. Isso não aconteceu na segunda vez, sentia uma força muito maior”, relata. “Até para a retomada da vida sexual creio que as pílulas ajudaram, tive disposição para o sexo muito antes.”

[...] O marido de Flávia, o consultor Julio Mariano de Carvalho, 37 anos, experimentou as pílulas. Julio participou ativamente do nascimento dos dois filhos,

³¹ No original: “[...] las experiencias personales son reflejo y síntoma de relaciones de poder que tienen lugar en el ámbito privado del hogar, pero que se inscriben y sostienen en el contexto mas amplio del entramado social”.

em casa, e considerou que o consumo da placenta era algo natural. “Foi muito bom, me senti menino de novo”, brinca. “É uma coisa que não costuma passar pela cabeça dos homens, mas foi transformador. Ajudou a me conectar muito mais intensamente com minha mulher e o bebê”, conta. (VICENTIN, 2015a).

Vale ressaltar que esses testemunhos, junto a opiniões de parteiras e doulas, figuras que representam a assistência ao parto normal, ocupam 21 dos 24 parágrafos que compõem a matéria – os três parágrafos restantes trazem informações médico-científicas que contrariam a ideia do consumo da placenta. Entre as experiências compartilhadas, há uma unanimidade: todas são positivas e atestam benefícios da prática.

A respeito da placentofagia, isto é, o consumo da placenta após o parto, consideramos importante resgatar o trabalho de Jessica Martucci (MARTUCCI, 2015), professora do Departamento de Ética Médica e Política de Saúde na Escola de Medicina Perelman, na Universidade da Pensilvânia, que afirma se tratar de um dos temas-alvo de desqualificação da comunidade médico-científica, gerando sempre enorme polêmica. Como historiadora médica, Martucci (2015) afirma que o uso da placenta para fins de saúde e bem-estar é recorrente na medicina tradicional chinesa, e que mesmo no Ocidente, nos séculos XIX e XX, pesquisadores utilizaram a placenta de uma série de formas – por meio de processos de congelamento, ressecamento e trituração –, a fim de descobrir suas propriedades benéficas. Menciona, ainda, que nos anos 1970 vieram a público os primeiros relatos de mulheres que haviam consumido suas placentas, muitas delas declarando notar benefícios como a reposição de nutrientes importantes, maior vitalidade e a prevenção à depressão pós-parto. Contudo, para além dos efeitos medicinais, Martucci levanta a importância de analisarmos o caráter simbólico da placentofagia:

A emergência da placentofagia no final do século XX, como uma prática “natural”, contracultural e inspirada no feminismo, sugere que, mesmo quando a placenta é enterrada ou transformada em cápsulas, comê-la depois de dar à luz tem uma série de sentidos importantes para quem o faz. Eu vejo o interesse moderno pela placentofagia como uma resposta feminina única aos problemas da desconexão humana e da degradação da natureza. (MARTUCCI, 2015, s/p³²).

Dessa maneira, independentemente das comprovações científicas do consumo de placenta, a prática pode ser compreendida como um resgate cultural feminino, relacionado a uma reconexão com rituais tradicionais e com a natureza – ações alinhadas, portanto, com os princípios do feminismo naturalista e da maternidade ecológica, que abordamos nos capítulos

³² No original: “The late twentieth-century emergence of placentophagy as a countercultural, feminist-inspired, ‘natural’ practice suggests that, even when ground up and dispensed in capsules, ingesting one’s own placenta after birth carries a powerful set of meanings for those who choose to do so. I see the modern interest in placentophagy as a uniquely female posthumanist response to problems of human disconnection, disembodiment and the degradation of ‘the natural’”.

anteriores e que estão entre os pilares que sustentam os discursos construídos pela “Revista AzMina”, a ser revisitado adiante. É interessante compreender, contudo, que ao destacar o testemunho de pessoas que consumiram a placenta e conferir pouco espaço à autoridade médica, a reportagem não deixa de alertar sobre eventuais perigos da prática, mas sinaliza, mais uma vez, conforme apontamos na análise dos textos dentro do eixo temático “Corpo e saúde”, o corpo feminino como território de disputa de narrativa e de empoderamento. A autonomia dessas mulheres sobre seus processos biológicos fica em primeiro plano, com maior importância do que a validação científica do ato de comer placenta.

Um símbolo disso é a maneira como a matéria é encerrada. Primeiro, há o depoimento de uma mulher também adepta da placentofagia, que afirma: “O parto é um evento na nossa sexualidade e permite um encontro com nós mesmas muito forte. A placenta faz parte disso tudo” (VICENTIN, 2015a); bem como o de uma enfermeira obstétrica: “Essas coisas têm um valor imensurável, traduzem um cuidado que não é científico ou tecnológico, mas não menos importante para as pessoas” (VICENTIN, 2015a). Desse modo, há um reconhecimento de que a placentofagia é um costume que tem maior validade do ponto de vista tradicional e no âmbito do fortalecimento da autoestima e da autonomia feminina, em oposição a uma validade efetiva para a saúde. Com essa afirmação, e amparada sobre a experiência pessoal de mulheres, a matéria parece fortalecer a sentença de que o pessoal é político, enfatizando o poder das mulheres de tomarem decisões sobre seu corpo, seu parto e sua vida – ato profundamente político.

Da mesma maneira, nota-se um padrão entre os textos do eixo temático “Corpo e saúde” dentro da editoria “Mãezinha vírgula”. As matérias sobre a busca por um parto humanizado (VICENTIN, 2015c; ROCHA, 2016) e a reportagem sobre o processo de laqueadura³³ (QUEIROZ, 2017), por exemplo, incluem, em grande medida, o testemunho de mulheres que vivenciaram essas experiências, expondo suas dificuldades, sua luta e sua superação. É o caso do trecho a seguir:

Às 2h 55min do dia sete de abril de 2014, exatamente seis anos após escutar o coração de sua primeira filha, ainda na barriga, bater pela última vez, a designer Pamela Wagnitz entrava no Hospital Carmela Dutra, em Florianópolis, para dar à luz. Depois de perder as duas primeiras gestações, ler e pesquisar sobre maternidade, ela estava decidida: dessa vez, teria um parto natural humanizado.

Após algumas tentativas frustradas de contratar uma equipe para ter seu filho em casa, Pamela não se deu por vencida e procurou por um hospital. Já em trabalho de parto, ela acabou tendo de ser transferida para um hospital que não era o de sua escolha. “Naquele momento eu sabia que tinha perdido meu parto, sabia da luta que seria lá no

³³ Trata-se da cirurgia de esterilização voluntária que, para ser realizada no Brasil, segundo a Lei 9.263, exige que a mulher tenha mais de 25 anos, dois filhos vivos e um documento de autorização do marido, caso seja casada.

[Hospital] Carmela Dutra e o quão difícil seria vencer”[,] lembra.
 [...] Quando chegou ao Carmela, a designer já estava com 6 centímetros de dilatação. “Fui deixada lá por mais de uma hora, o que fez com que os batimentos cardíacos do bebê diminuíssem. Não me deixavam beber ou comer nada. Após quase 10 horas, a médica sentou na minha frente e falou: ‘[V]ocê já perdeu duas [bebês], né?’[,] eu acenei que sim com a cabeça e ela continuou ‘se você não for pra cesárea agora esse aí também vai morrer, mas a decisão é sua. Só decide rápido, porque não temos muito tempo’”.
 Após passar pela cirurgia, Pamela foi impedida de pegar o bebê no colo. “Tive que brigar pelo meu filho enquanto era costurada e a médica me chamava de ignorante”, lembra a designer. “Ainda tive que ouvi-la falar para o anestesista que meu útero não estava contraindo e que, se ele não desse um jeito, ela ‘tiraria tudo’”. (ROCHA, 2016).

Como afirmamos anteriormente, esses testemunhos atualizam a forma de narrar e humanizam os problemas e as situações denunciadas pelas matérias – pensando no público de mulheres que acessa a “Revista AzMina”, podemos compreender que as vivências reais dessas personagens têm mais poder de despertar empatia e de sensibilizar para as questões do que textos técnicos. Por outro lado, como destacamos, podem ser interpretados como um ato em que o pessoal se torna político: ao posicionarem essas mulheres em primeiro plano, com maior destaque do que fontes técnicas e especialistas, as reportagens costuram as informações sob o olhar feminista de que o corpo feminino pertence à mulher, portanto a sua deve ser a fala que se sobressai. Trata-se de uma ação fundamental, uma vez que contribui para uma maior diversidade de relatos de processos biológicos femininos, como é o caso do parto, e que se mostra ainda mais importante quando acessamos informações como a que se segue, coletada por Lustig nos anos 1980:

Carol Poston verificou que o ato de dar à luz na literatura americana é pouco descrito, evidenciando uma desvalorização social desta experiência. Embora seja um ato executado pela mulher, a linguagem, o vocabulário é dos homens; foram eles os primeiros que começaram a escrever sobre o nascimento; e a maioria via o parto como uma atividade selvagem. O nascimento era considerado também como o momento mais nobre da mulher, como uma atividade heroica. Ela constatou que as mulheres frequentemente veem o ato de dar à luz sob o ponto de vista masculino, portanto, mais como observadoras do que como participantes. (LUSTIG, 1984, p. 59).

Com essa estrutura, do ponto de vista do posicionamento da “Revista AzMina” como integrante da tradição do jornalismo feminista, vale destacar que se nota uma ruptura desse tipo de discurso com aquele que imperava na imprensa feminina nos anos 1970, por exemplo. Também de acordo com Lustig (1984), naquele contexto, em publicações como o “Suplemento Feminino” de “O Estado de S. Paulo”, o discurso autoritário de médicos e especialistas de outras áreas do conhecimento ficava em primeiro plano, compondo textos que tinham uma função pedagógica de orientar as mães, como se não fosse possível que elas pudessem tomar as próprias decisões com relação à criação de seus filhos.

O uso de testemunho nos textos sobre maternidade na “Revista AzMina”, portanto,

serve a uma série de frentes de atuação, legitimando os discursos construídos pela publicação. Também partindo da própria experiência e do próprio testemunho, repórteres e colunistas tecem seus textos na “Revista AzMina”, processo que analisaremos mais de perto a seguir.

5.1.2 Quando a repórter assume o testemunho

Em nossa análise dos textos sobre maternidade na “Revista AzMina”, notamos que, em alguns casos, as próprias repórteres e colunistas iniciam relatando suas vivências para então construir seus textos. Nesse caso, a autora do texto e a testemunha se fundem em um só papel, reforçando a legitimação da prerrogativa daquela narrativa. É o caso de “Saúde mental na maternidade: temos que falar sobre isso” (AZMINA, 2015), matéria que apresenta a criação de um projeto para acolher mulheres. A autora do texto é também a criadora do projeto e inicia a matéria da seguinte maneira:

Assim que minha filha, Vida, nasceu, passei por momentos intensos e dolorosos. Tive inúmeras dificuldades para amamentar. Quando a Vida completou 1 mês e meio, tive um abcesso mamário, passei por uma cirurgia para drenar a inflamação e a cicatrização, que se dá de dentro para fora. Fiquei com um corte aberto que demorou cerca de 1 mês para fechar.

Tive que desmamar a minha filha abruptamente. Foi extremamente desgastante pois, além do sofrimento interior, me sentia mal em dar mamadeira em público para minha filha, como se todos estivessem me olhando e julgando. Me sentia uma criminoso, porque eu mesma havia planejado amamentar exclusivamente por tempo indefinido. Além disso, eu estava num país estranho, a França, sem falar o idioma, o que colaborou para me sentir muito sozinha e desamparada.

Passado mais de um ano, me peguei pensando sobre como cada vez que eu contava a minha história, um pouco mais eu entendia o que me havia passado.

Me escutando falar, eu ia pouco a pouco curando as minhas feridas e sanando as minhas dores. (AZMINA, 2015).

O testemunho da autora, neste caso, serve de premissa para construir uma reflexão sobre a importância de se pensar a saúde mental das mães, além de legitimar a questão que é o foco da matéria: ao relatar o drama que enfrentou com clareza, visibiliza e expõe uma problemática que é compartilhada com muitas outras mulheres. Da mesma maneira, acompanhamos esse mecanismo no caso da produção de artigos por colunistas, como Tayná Leite com sua seção “Meu nome não é mãe”. Muitos dos seus textos partem da própria experiência da autora para gerar reflexão sobre uma questão enfrentada pelas mães. Ao expor sua vivência, mais uma vez, a autora legitima aquela problemática.

Essa ferramenta de legitimação se torna ainda necessária quando a pauta construída passa por um recorte específico de vivência feminina, levando em consideração a matriz de dominação da qual tratamos no capítulo anterior (RIBEIRO, 2018), e que serve de base para o

conceito de lugar de fala. Essa ideia aponta para a importância de se considerar que a experiência feminina não é única, mas atravessada por múltiplas condições, relacionadas a idade, etnia, raça, sexualidade, classe social etc. Não se trata, como é comum surgir em discussões sobre o tema, de uma autorização discursiva, mas de que cada pessoa se situe em sua experiência pessoal, dentro dessa matriz de dominação, para tecer determinada narrativa.

A partir desse conceito, é possível identificar um uso do testemunho na “Revista AzMina” aliado ao emprego do lugar de fala, especialmente no caso das reportagens em que as próprias autoras posicionam sua experiência pessoal. É o caso do texto “Maternidade lésbica” (RODRIGUES, 2018), em que a autora Tamy Rodrigues investiga as escolhas, os tratamentos médicos e a realidade de casais de mulheres que pretendem ter filhos. Rodrigues constrói a reportagem a partir de seu lugar de fala de mulher lésbica, o que fica claro nos trechos a seguir:

[...] Será que mãe precisa ser só uma mesmo?

Apesar de ter um útero em plena condição para gerar um bebê, a natureza não me trouxe a possibilidade de fazer isso em conjunto com a mulher que eu amo, com quem escolhi dividir as belezas e os percalços da vida.

Como o nosso, há muitos outros casos de mulheres não conformadas com as limitações da “mãe natureza”. No Brasil, há pelo menos 32 mil famílias homoafetivas formadas por duas mães (53,8% do total), segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

[...] E assim, entre mitos descabidos, filas de adoção, parcerias online e apelos às novas tecnologias, a gente vai mostrando como é e sendo como pode, na luta para despir essa invisibilidade que insiste em cobrir os nossos quereres. Nós existimos, resistimos e também maternamos. (RODRIGUES, 2018).

Ao se afirmar parte do grupo que retrata na reportagem, a autora parece acenar às leitoras uma espécie de permissão para abordar o tema – sendo ela uma mulher lésbica como as personagens da matéria, é como se conhecesse melhor aquela realidade e, dessa maneira, tivesse condições de retratá-la com propriedade e responsabilidade, o que se torna mais uma via de legitimação do discurso.

Outra reportagem que apresenta mecanismo semelhante é “Maternidade indígena” (DREHER, 2016), mas com algumas peculiaridades. A matéria traz informações sobre os hábitos e costumes indígenas no que diz respeito ao parto, à amamentação e à criação dos filhos. Para isso, a repórter conviveu com indígenas, conforme esclarece no trecho a seguir:

Por uma semana, a reportagem conviveu com indígenas de sete etnias no meio do cerrado, durante a 10a. Aldeia Multiétnica, que ocorreu na Vila de São Jorge, na Chapada dos Veadeiros. Comendo, cantando, dançando, rezando, ralando mandioca, contando volta de colar de miçanga, recebendo pintura corporal. Só assim deu pra começar a entender que cada etnia realmente faz as coisas do seu próprio jeito – e com a maternidade não é diferente. E que diversidade tem bem mais significados do que supõe nossa vã filosofia. (DREHER, 2016).

Após uma longa descrição acerca dos costumes das mulheres indígenas com quem conviveu, Dreher introduz um aparte com o título “Tentando me salvar”. Adiante, seguem alguns trechos:

Era sexta-feira à noite e fazia três semanas que eu tentava entrevistar mulheres sobre o tema “O que as mães indígenas têm a nos ensinar?”, quando a indígena Tukano Daiara Figueroa, professora em Brasília e ativista dos movimentos indígenas, me disse que minha matéria era preconceituosa.

Talvez tivesse sido mais verdadeiro dizer que eu estava farta de ver minhas amigas sofrendo a pressão de serem “boas mães” e queria trazer outras formas de maternidade para ajudar no debate. Que outras formas? As tribais, por exemplo.

— Mas isso é um fetichismo cultural — atesta Daiara. — Por que você acha que as mães indígenas são melhores? Acaso você acha que as brancas são piores? Ou as negras?

[...] Corta a cena. Voltamos quatro meses no tempo.

“A maternidade como a concebemos hoje foi introduzida pelos colonizadores europeus para as mulheres indígenas e negras, que tinham outras formas de organização na questão”. A frase foi publicada na matéria “Nunca quis ter filho”, aqui mesmo da Revista AzMina. De cara, me identifiquei com o título. Quando li essa frase, ela não só chamou minha atenção – ela ressoou na minha alma!

Meu medo de ter filho é o de não ser capaz. Não dar conta. Não confiar em ninguém que vá assumir o compromisso de me dar um suporte verdadeiro. Vou colocar mais um ser humaninho nesse mundo doido pra quê?

Parir é uma coisa que dá um certo pânico. Ao mesmo tempo, sempre quis amamentar. Para mim, parece a coisa mais incrível que uma mulher podia fazer. Contraditório? Talvez. Mas quando li que as indígenas e as negras teriam outras formas de se organizar, uma chama (re)acendeu no meu coração, nas minhas tetas e nas minhas ancas.

[...] Meu bisavô era índio, da aldeia, curandeiro. Perdemos quase tudo que ele sabia – desde a língua até os remédios. Só restou o cabelo preto escorrido da minha mãe, que eu costumava usar de “peruca” sempre que ela me carregava no colo encaixada na lateral do quadril. Restou o costume de deixar os filhos com as tias e com a avó sempre que ela precisava fazer algo sozinha – “enquanto vocês estiverem aqui, têm que obedecer a tia igual obedecem a mãe”.

[...] Tá aí: eu queria mesmo era ser tia. Dessas que cuidam como se fossem mãe. Eu sonhava em montar uma vilazinha com todas as amigas que têm esse mesmo pensamento e fazer nossa própria rede de mães. E todo mundo se ajudar e ser tia dos filhos das outras. (DREHER, 2016).

É interessante notar que o testemunho de Dreher a costura à reportagem de três maneiras distintas: como a repórter que vivencia costumes culturais junto às indígenas para descrevê-los no texto, e que entra em conflito com seu processo de investigação, por não querer ser preconceituosa com o relato tecido; como a mulher que reflete sobre o desejo de não ser mãe a partir da vivência indígena da maternidade; e como bisneta de um indígena, o que lhe confere elementos para pensar a condição das mulheres da reportagem e a aproxima dessas personagens, do ponto de vista da matriz de dominação.

Por ter parentes indígenas, assim como acontece com a reportagem sobre maternidade lésbica, é como se Dreher se confirmasse parte do grupo descrito e atestasse certa propriedade para abordar o assunto. Já quando afirma seu dilema pessoal com a maternidade, por um lado, justifica a premissa do texto, explica seu interesse pela pauta e um possível motivo para ter

eventualmente “fetichizado” a maternidade indígena, tal qual aponta a indígena Tukano Daiara Figueroa no trecho incluído aqui. Além disso, ao relatar a preocupação em não ser preconceituosa e a conversa com a fonte que lhe apontou a fetichização, ela descortina o processo de confecção da reportagem e o esforço empregado, bem como confessa ter atuado de modo preconceituoso ao longo da investigação, mesmo que não desejasse fazê-lo. Podemos apreender que, ao apresentar esses posicionamentos, a repórter se coloca de forma vulnerável e humana, expõe com honestidade os desafios da reportagem, de combater os preconceitos internos e da condição feminina, o que tem potencial de estabelecer um canal de empatia e identificação com as leitoras. Desse modo, por meio das diferentes formas como se insere como testemunha, a repórter legitima os discursos construídos e parece conseguir se proteger de eventuais críticas – quando reconhece a fetichização da maternidade indígena, por exemplo, e revela o esforço para evitar esse movimento, naturalmente se protege de quem poderia acusá-la de fazê-lo.

Com base nesses exemplos, é possível compreender que, ao empregar o testemunho de fontes e repórteres, a “Revista AzMina” embasa os discursos que vincula sobre maternidade, e mais: parece construir um jornalismo próximo das mulheres leitoras, com o potencial de se consolidar como uma publicação que as represente e que dialogue com suas demandas, angústias e ideologias – sobre esse terceiro aspecto, em especial a vertente do feminismo naturalista, também identificamos, em nossa análise, seu uso como ferramenta legitimadora de discursos, assunto que abordaremos a seguir.

5.2 OS FEMINISMOS QUE LEGITIMAM DISCURSOS NA “REVISTA AZMINA”

Conforme pontuamos anteriormente ao longo deste trabalho, não faz sentido, atualmente, falar em feminismo no singular, mas entender o feminismo como ação plural, composto por diversas vertentes (PEREIRA, 2018). A internet, como um espaço que pulverizou o ativismo e renovou a atuação dos movimentos sociais (CASTELLS, 2013; PRADO, 2015), mostrou-se como um território de apresentação para várias dessas vertentes, em especial por meio da produção de conteúdo realizada em blogs, redes sociais e publicações digitais independentes como a “Revista AzMina”. Mesmo dentro da revista, de acordo com nossas análises, pudemos observar que linhas distintas do feminismo se inter cruzam, tecendo uma teia plural e heterogênea que legitima os discursos construídos ali no que diz respeito à maternidade.

Nos textos da editoria “Mãezinha vírgula”, notamos especialmente ecos do feminismo naturalista amparando os discursos constituídos. De acordo com Badinter (2011), conforme explicitamos nos capítulos anteriores, há um fortalecimento do feminismo naturalista ou do que chama de maternidade ecológica por volta dos anos 1970, quando, após a crise do petróleo, foi necessário conduzir as mulheres que então ocupavam o mercado de trabalho de volta ao lar. Essa passagem foi acompanhada por um ressurgimento de discursos romantizadores da maternidade, que reposicionaram no centro da experiência materna considerada boa e responsável o parto natural, a amamentação, a permanência constante da mãe com o bebê nos dias, meses ou anos iniciais, entre outros fatores. Há, portanto, uma recusa de processos artificiais – como a aplicação do leite artificial para crianças – e uma defesa de que a mulher desempenhe prioritariamente seu papel como mãe.

Essa tendência, segundo Badinter (2011), atravessa também os movimentos feministas. Dessa maneira, quando analisamos os textos da editoria supracitada, notamos uma prevalência da defesa do parto natural, do aleitamento, do consumo da placenta e de outros processos biológicos que remetem a tradições ancestrais e a mecanismos da natureza. Por um lado, como sinalizamos no capítulo anterior, o corpo é visto pelo feminismo como um território de disputa de narrativas, atravessado pela autoridade médica e científica – assim, quando se defende o parto natural, defende-se que a mulher possa tomar as próprias decisões no que diz respeito ao seu corpo. Por outro lado, a defesa pelo parto normal parece condicionar comportamentos e normatividades – nesse ponto, o feminismo naturalista, na “Revista AzMina”, tangencia outra vertente, do feminismo neoliberal, passível de estimular a competição entre mulheres e uma narrativa que comunica que ter um parto natural posiciona a mãe em um posto melhor e mais elevado do que aquela que se submeteu a uma cesárea, por exemplo.

A respeito do feminismo neoliberal, Medeiros (2017) pontua que os dois movimentos – o feminismo e o neoliberalismo – coexistem a partir dos anos 1970, exercendo influência um sobre o outro. Valores como o carreirismo, a meritocracia e o individualismo são apontados pela autora como influências do neoliberalismo sobre o feminismo, assim como uma mudança de foco do movimento: enfatiza-se a mulher como indivíduo, e não como classe, e passa a se equalizar empoderamento e emancipação das mulheres com sucesso profissional. Com base em McRobbie (2015), Medeiros (2017) sinaliza, ainda, que a busca por um empoderamento pessoal, e não coletivo, conduziu a um ambiente de competição entre as mulheres, bem como a uma ideia de perfeição que deve ser perseguida – essa competição, segundo a autora, atinge inclusive o campo teórico do feminismo, no qual, em vez de se reconhecer sua multiplicidade

de vertentes, muitas vezes o foco recai sobre a busca pelo feminismo que tem a melhor solução para a igualdade de gênero. Sobre o feminismo neoliberal, ela afirma também:

Primeiro, tem-se um feminismo elitizado, voltado para as grandes executivas e mulheres com altos índices de escolaridade. Segundo, não há um recorte de raça, quando as maiores sociedades do mundo lidam com profundas clivagens criadas pela escravidão mercantilista que terminou apenas no século XIX. Por fim, exige-se que uma mulher encontre autoafirmação mediante o sucesso profissional, em uma perspectiva meritocrática. (MEDEIROS, 2017, p. 157).

É interessante notar que, segundo esses apontamentos, o feminismo marcado pelo neoliberalismo parece atravessar a “Revista AzMina”, pelo menos nos espaços dedicados à maternidade. Conforme apontamos anteriormente, recortes de raça e de classe, que expandam as narrativas para além da representatividade hegemônica, surgem pontualmente, mantendo um retrato do que seria um feminismo mais elitizado. Além disso, ao promover certa invisibilidade de narrativas – caso das mulheres que optam por uma cesárea para o nascimento de seus filhos ou que decidem não amamentar seus bebês –, é como se a publicação incentivasse certos comportamentos e certas formas de criar filhos, reproduzindo a lógica do feminismo neoliberal de inserir as mulheres em um ambiente de competição e de estimular a busca por um ideal de perfeição, que neste caso é o ideal de perfeição materno.

Essas duas linhas do feminismo podem ser identificadas com mais facilidade dentre os textos da “Revista AzMina” que analisamos neste trabalho, mas é possível notar um entrecruzamento de outras vertentes. Há, por exemplo, uma preocupação em expandir as narrativas e dar espaço para histórias não hegemônicas do ponto de vista da sexualidade, por exemplo, com o texto “Maternidade lésbica” (RODRIGUES, 2018), e do ponto de vista étnico, com o texto “Maternidade indígena” (DREHER, 2016), e mesmo na coluna de Tayná Leite, “Meu nome não é mãe”, especialmente no texto “Precisamos falar sobre racismo com as crianças” (LEITE, 2018a) – intercruzamentos passíveis de serem relacionados com a ideia de um feminismo interseccional. Portanto, compreende-se que a “Revista AzMina” reflete o momento identitário em que o feminismo se encontra, marcado por uma pluralidade, não estando livre de ser atravessada por influências como a do neoliberalismo. Recuperando o conceito do testemunho, vale ressaltar, ainda, que essas vertentes do feminismo são aludidas nos textos por meio do testemunho e do lugar de fala: a própria vivência das autoras dos textos ou das personagens consultadas é que defendem os feminismos mencionados aqui. Fica implícito que, porque a autora do texto ou a personagem vivenciou suas decisões maternas à luz de determinada vertente feminista, tem autoridade para trazer à tona essa maneira específica

de criar seu filho ou de experimentar a maternidade, e é dessa maneira que tais correntes feministas são legitimadas nos textos.

Assim, em nossa análise dos últimos capítulos, pudemos descortinar os discursos construídos pela “Revista AzMina” sobre maternidade e refletir sobre os sentidos dos silenciamentos que promove. Também pudemos reconhecer as formações discursivas mediadas pela publicação e as vertentes feministas que ecoam de seus textos. Com esse cenário traçado, caminhamos para nos debruçarmos sobre o questionamento acerca de eventuais normatividades traçadas pela “Revista AzMina”. Por meio de seus discursos sobre maternidade, pode-se entender um incentivo para que as mulheres assumam determinados comportamentos relacionados ao ser mãe? É sobre essa pergunta que buscamos refletir nas Considerações finais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após recuperarmos a história e o contexto em que se estruturou a “Revista AzMina”, nosso objeto de estudo, de retomarmos os momentos-chave de construção dos discursos romantizadores da maternidade e de partirmos para a análise dos discursos sobre ser mãe mediados e silenciados pela publicação, incluindo o aparte sobre as ferramentas de legitimação desses discursos, cabe, neste momento, refletir sobre os pontos levantados pela pesquisa.

Importante lembrar, inicialmente, os conceitos de Rich (1995) de maternidade como experiência *versus* maternidade como instituição. A maternidade como experiência é aquela vivida por cada mulher, adaptada às decisões dela, mutável de acordo com a época e o contexto, e compatível com as demandas e com os problemas da vida cotidiana. Já a maternidade como instituição é aquela que traz consigo um conjunto de crenças e julgamentos construídos ao longo do tempo, que constitui uma ferramenta de opressão sobre as mulheres mães. Pode-se associar a maternidade como instituição ao conceito de biopolítica de Foucault:

Michel Foucault (1993, p. 135) nomeia esse processo de gestão da vida de “biopolítica” e, com o termo, refere-se ao conjunto de tecnologias de poder-saber que, “a partir de então, vão investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e morar, as condições de vida, todo o espaço da existência”. Na biopolítica, articulam-se técnicas disciplinares com procedimentos reguladores constitutivos da “política da vida”, no interior da qual a vida de cada ser humano, sempre colocada em relação à vida da população, está em questão. E é neste contexto que se processa a “medicalização [e a educação] minuciosa dos corpos e do sexo das mulheres em nome da responsabilidade que elas teriam relativamente à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade” (FOUCAULT, 1993, p. 137). (MEYER, 2005, p. 81).

A partir da ideia de uma biopolítica, Meyer (2005) emprega a expressão “politização do feminino e da maternidade” como referência ao conjunto de normas impostas às mulheres que são mães por meio das políticas de Estado, pelos manuais, por revistas, jornais, televisão, cinema e publicidade. Trata-se de uma teia de enunciados que, de acordo com a autora, “atribuem o desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo saudável do feto e da criança a sentimentos, comportamentos, formas de cuidar e se relacionar com ele/a” (MEYER, 2005, p. 83). Afirma, ainda, que essa politização não é inovadora, “mas que atualiza, exacerba, complexifica e multiplica investimentos educativo-assistenciais que têm como foco mulheres mães” (MEYER, 2005, p. 87).

De volta à nossa pesquisa, pode-se afirmar que, com seus textos, a “Revista AzMina” tem como proposta editorial delinear uma espécie de confronto ao aparato da politização da maternidade, como afirma Meyer (2005), ou da maternidade como instituição, conceito de Rich

(1995). Com as reportagens e os artigos analisados aqui, pudemos identificar um questionamento do poder médico e do Estado imposto ao corpo da mulher, principalmente quando são abordados os temas das vias de nascimento, das ferramentas de anticoncepção e mesmo das formas de criação. Além disso, os textos costuram uma série de depoimentos e relatos da vivência de mulheres acerca da maternidade, o que pode sugerir um foco maior sobre a maternidade como experiência e um retrato mais humano e individual do ser mãe do que normalmente observamos na mídia convencional feminina. Entre os artigos da coluna “Meu nome não é mãe”, notamos, ainda, um questionamento recorrente da romantização da maternidade: a autora, com frequência, externaliza a sensação de não encontrar prazer e absoluta completude no ato de ser mãe – mais um reforço do conceito de maternidade como experiência.

Contudo, ao passo que esses textos sinalizam um distanciamento da norma sobre ser mãe imposta institucionalmente, também podemos identificar o desenho de uma nova norma posicionada às leitoras do veículo. A respeito das normas que definem a maternidade, Moreira e Nardi (2009) as compreendem como um dos aspectos do dispositivo da sexualidade definido por Foucault. Podemos entender essas normas, segundo as autoras, como um conjunto de estratégias que atuam diretamente sobre o corpo das mulheres ao se tornarem mães; normas que guardam em si traços de construções históricas e culturais.

Especialmente na editoria “Mãezinha vírgula”, percebemos normas atravessadas pelo feminismo naturalista, que defende que a mulher adote processos biológicos e naturais para a criação de seus filhos, como o parto natural e a amamentação. Nos discursos analisados, notamos, ainda, a defesa desses processos naturais como uma conquista para a mulher, o que relacionamos com o fortalecimento do feminismo neoliberal, defensor do empoderamento feminino, da ideia da mulher que pode tudo e do empenho individual para a solução de problemas frequentemente coletivos. Como afirmamos anteriormente, o corpo é apresentado como território de disputa de poder e de conquista política – a mulher é estimulada a se apropriar das decisões concernentes ao seu corpo em oposição às forças institucionais impostas na era da biopolítica. É preciso pontuar, entretanto, e consideramos este um dos pontos centrais deste estudo, que, ao recusar certas normas sobre ser mãe impostas à mulher, a “Revista AzMina” incentiva que a mulher adote outro conjunto de normas – mais alinhados, neste caso, aos processos naturais e menos intervencionistas.

Outra ferramenta que reforça a aplicação de uma nova normatividade é o silenciamento de determinados discursos. Não encontramos, nos textos estudados, relatos de mulheres que desejaram se submeter à cesárea, por exemplo, ou que optaram por outra via de nutrição de seus

bebês que não a amamentação simplesmente por assim o desejarem. Identificamos, ainda, o silenciamento de discursos sobre uma maternidade negra e poucos relatos sobre a maternidade de mulheres pobres, bem como apenas uma reportagem sobre maternidade lésbica, escrita por uma mulher lésbica, e uma sobre maternidade indígena, redigida a partir da perspectiva de uma mulher com ascendência indígena. Podemos apreender, a partir disso, que a norma sobre ser mãe desenhada pela publicação parece se aplicar majoritariamente a mães brancas, heterossexuais e de classe média.

Correlacionamos também a mediação de certos discursos com a apropriação de um lugar de fala, conceito de Ribeiro (2017; 2018) sobre o qual nos debruçamos nos capítulos anteriores. Apesar de a autora sinalizar que o conceito de lugar de fala não se trata de uma autorização discursiva que só permite que o enunciador enuncie uma problemática provida exatamente de sua identidade social, sexual, de classe e de gênero, por exemplo, notamos que as maternidades que fogem do padrão são narradas por mulheres também deslocadas do padrão na matriz de dominação. É o caso da reportagem sobre maternidade lésbica escrita por uma mulher lésbica. Assim, o silenciamento de discursos sobre maternidade negra pode estar relacionado à ausência de enunciantes negras colaboradoras dos espaços dedicados à maternidade na “Revista AzMina”. Notamos ainda que o emprego do lugar de fala se relaciona, nos textos da publicação, com o uso do testemunho como uma matriz de verdade presumida que legitima os discursos.

Ainda a respeito do silenciamento de narrativas de mulheres negras, podemos enriquecer a reflexão à luz do conceito do essencialismo, “uma noção de essência última que transcenderia limites históricos e culturais” (BRAH, 2006, p. 331). De acordo com a autora, sem que entendamos como as ferramentas de opressão de raça e de classe atuam, reduzimos os mecanismos de dominação, e não podemos compreendê-los em sua complexidade:

Reconhecendo a crítica feminista negra, Barret e McIntosh destacam a necessidade de analisar a construção ideológica da feminilidade branca através do racismo. Isso, em minha opinião, é essencial, pois ainda há uma tendência a tratar questões de desigualdade através do foco nas vítimas da desigualdade. Discussões sobre o feminismo e o racismo muitas vezes se centram na opressão das mulheres negras e não exploram como o gênero tanto das mulheres negras como das brancas é construído através da classe e do racismo. Isso significa que a “posição privilegiada” das mulheres brancas em discursos racializados (mesmo quando elas compartilham uma posição de classe com mulheres negras) deixa de ser adequadamente teorizada, e os processos de dominação permanecem invisíveis. A representação das mulheres brancas como “guardiãs morais de uma raça superior”, por exemplo, serve para homogeneizar a sexualidade das mulheres brancas ao mesmo tempo em que as fraturam através da classe, na medida em que a mulher branca de classe trabalhadora, ainda que também apresentada como “portadora da raça”, é simultaneamente construída como tendente à “degeneração” por causa de sua situação de classe. Vemos aqui como contradições de classe podem ser trabalhadas e “resolvidas” ideologicamente dentro da estruturação racializada do gênero. (BRAH, 2006, p. 352).

Brah nos lembra, ainda, que toda formação discursiva é um lugar de poder, cruzado pela dominação e pela subordinação. E, como o discurso é prática, é um espaço de praticar dominação, mas também de refletir sobre as ferramentas de dominação e enfrentá-las, carregando o potencial de transformar o contexto em que se está inserido.

Por fim, acreditamos ser fundamental pontuar que a mera existência da “Revista AzMina”, uma publicação digital feminista e independente, com espaços destinados a abordar a maternidade, representa um avanço importante na busca por um retrato mais livre e inclusivo do que é ser mãe. Também entendemos que a revista sinaliza posicionamentos políticos importantes, especialmente os que fazem oposição aos mecanismos de controle institucional sobre o corpo das mulheres. Trata-se de um trabalho de qualidade, que merece celebração e reconhecimento. Nosso estudo se presta, assim, como uma ferramenta de contribuição no sentido de que seja ampliado o leque de discursos mediados pela “Revista AzMina” e de que possamos reconhecer o ser mãe como uma experiência individual e humana de grande potência, definida apenas por cada mulher.

REFERÊNCIAS

AGUERO, Eva Rodriguez; CINGOLANI, Magalí. Relatos disidentes sobre experiencias de maternidad. Una lectura desde el punto de vista feminista de las escrituras em primera persona que circulan em plataformas digitales. Los casos de “Mamá Mala” y “Las dos mamis, activismo virtual”. In: **Estudos em Comunicação**, Covilhã, n. 27, vol. 1, p. 127-141, dez. 2018.

ALVES, Ana Beatriz. “ChildFree” é o movimento que proíbe a entrada de crianças em estabelecimentos. In: **Pais e Filhos**. São Paulo, 18 out. 2017. Disponível em: <<http://paisefilhos.uol.com.br/familia/childfree-e-o-movimento-que-proibe-a-entrada-de-criancas-em-estabelecimentos>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2011.

AZMINA, Equipe. Fazer cesárea não me tornou mais fraca ou menor do que qualquer outra mulher. In: **Revista AzMina**, 3 nov. 2017a. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/fazer-cesarea-nao-me-tornou-mais-fraca-ou-menor-do-que-qualquer-outra-mulher/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

_____. Amo meu filho, mas ser mãe é treta. In: **Revista AzMina**. 3 ago. 2017b. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/amo-meu-filho-mas-ser-mae-e-treta/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

_____. Como briguei 5 dias por um parto normal – e valeu. In: **Revista AzMina**. 2 mar. 2016. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/como-briguei-por-5-dias-por-um-parto-normal-e-valeu/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

_____. Saúde mental na maternidade: temos que falar sobre isso. In: **Revista AzMina**. 4 nov. 2015. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/saude-mental-na-maternidade-temos-que-falar-sobre-isso/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

BACCEGA, Maria Aparecida (Org.). **Estudos de comunicação e análise do discurso: teoria e prática**. São Paulo: Fapesp/ESPM, 2015.

_____. **Palavra e discurso: história e literatura**. São Paulo: Ática, 2007.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BECKER, Maria Lúcia. Verbete ciberativismo. In: INTERCOM. In: **Enciclopédia Intercom de Comunicação**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. Disponível em: <<http://www.ciencianasnuvens.com.br/site/wp-content/uploads/2013/07/Enciclopedia-Intercom-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

BITCH Media. *About us*. Portland, 2016. Disponível em: <<https://www.bitchmedia.org/about-us>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 26, p. 329-76, jan./jun. 2006.

BRASIL, Agência. Mães deixam mercado de trabalho cinco vezes mais que pais. In: **Exame**. 16 jul. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/maes-deixam-mercado-de-trabalho-cinco-vezes-mais-que-pais/>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRITO, Priscilla Caroline de S. Primavera feminista: a internet e as manifestações de mulheres em 2015 no Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GENERO, 11., & WOMEN'S WORLD'S CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos ...** Florianópolis: MM, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499450296_ARQUIVO_PrimaveraFeminista-ainterneteasmanifestacoesdemulheresem2015noRiodeJaneiro-FazendoGenero.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2018.

BUITONI, Dulcília S. **Mulher de papel**: representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus Editorial, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARNEIRO, Rosamaria Giatti. O que querem as “mulheres que comem placenta”? Práticas do parto sexualizadas e subjetivantes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15., 26 a 29 jul. 2011, Curitiba. **Anais**. Curitiba: SBSociologia, 2011.

CASADEI, Eliza Bacheга. A evocação à História como estratégia de referencialidade no jornalismo. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 16., 12 a 14 maio 2011, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: Intercom, 2011.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

COLLIN, Françoise; LABORIE, Françoise. Maternidade. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, p. 133-8.

DALMOLIN, Aline Roes. Do direito individual a uma questão de saúde pública: a voz da imprensa feminista sobre o aborto nos anos 1980. In: **Revista Comunicare – Dossiê Feminismo**, Centro Interdisciplinar de Pesquisa da Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 106-19, 1º sem. 2014.

DAVIS, Angela Y. **Women, race & class**. Nova York: First Vintage Books Edition, 1983.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, p. 173-8.

DEL RE, Alisa. Aborto e contracepção. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

DREHER, Andressa. Maternidade indígena. In: **Revista AzMina**. 28 nov. 2016. Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/maternidade-indigena/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: Séc. XIX: Dicionário Ilustrado**. São Paulo: Autêntica, 2016.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

_____. **Caliban and the Witch**. Nova York: Autonomedia, 2009.

FERREIRA, Ricardo Alexino. Feminismo interseccional e diversidades. In: **Jornal da USP**. São Paulo, 22 mar. 2017. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/feminismo-interseccional-e-diversidades/>>. Acesso em: 17 out. 2018.

FOLEGO, Thais. Brancas com descendência negra: mães adotivas aprendem a lidar com racismo. In: **Revista AzMina**. 26 jun. 2017. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/brancas-com-descendencia-negra-maes-adotivas-aprendem-a-lidar-com-racismo>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

FORD Foundation. Nova York, 2018. Disponível em: <<https://www.fordfoundation.org>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber: vol. 1**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, p. 144-9.

FREIRE, Maria Martha de Luna. “Ser mãe é uma ciência”: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 153-171, jun. 2008.

FREIRE FILHO, João. Mídia, consumo cultural e estilo de vida na pós-modernidade. In: **Eco-Pós: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 72-97, jan./jul. 2003.

G1. **Ipea diz que são 26% e não 65% os que apoiam ataques a mulheres**. 4 abr. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/04/ipea-diz-que-sao-26-e-nao-65-os-que-apoiam-ataques-mulheres.html>>. Acesso em: 8 abr. 2018.

GONÇALVES, Vanessa. “AzMina não deveria ser necessária. Todo jornalismo deveria ser

feminista”, diz Nana Queiroz. In: **Portal Imprensa**. São Paulo, 14 mar. 2016. Disponível em: <http://www.portalimprensa.com.br/mulheresqueinspiram/materia_26.asp>. Acesso em: 1º mar. 2017.

GRILLO, Cristina et al. A Primavera das Mulheres. Uma nova geração de ativistas toma as ruas e as redes sociais – e cria o movimento político mais importante do Brasil na atualidade. In: **Época**. São Paulo, 7 nov. 2015. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

GUERRA, Anita. O que é uma mulher? Versões e contraversões do essencialismo feminino. In: **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Dossiê especial “Clássicas”, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 58-68, 2017.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

_____. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 16, p. 193-210, jan.-abr. 2015.

JOAQUIM, Teresa. Criação de humanos e/ou de conceitos: a questão da maternidade n’*O segundo sexo*. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 12, p. 165-202, 1999.

LAGE, Leandro R. O testemunho do sofrimento como problema para as narrativas jornalísticas. In: **Contracampo**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, v. 27, n. 2, p. 71-88, ago./nov. 2013.

LEAL, Maria do Carmo; DA GAMA, Silvana Granado Nogueira; DA CUNHA, Cynthia Braga. Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto, 1999-2001. In: **Revista da Saúde Pública**. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 100-107, 2005.

LEÃO, Gabriel. A mulher negra é a que mais sofre no Brasil com violência no parto. In: **Vice**. 10 mar. 2017. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/gv35vw/dados-violencia-no-parto-brasil>. Acesso em: 24 nov. 2018.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres*: origens da imprensa feminista brasileira. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-41, jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2003000100014&script=sci_arttext&lng=es#back3>. Acesso em: 28 out. 2018.

LEITE, Tayná. Precisamos falar sobre racismo com as crianças. In: **Revista AzMina**. 25 jul. 2018a. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/precisamos-falar-sobre-racismo-com-as-criancas/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Meninos são espoletas e meninas são comportadas? Vamos repensar os estereótipos! In: **Revista AzMina**. 6 jul. 2018b. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/meninos-sao-espoletas-e-meninas-sao-comportadas-precisamos-repensar-os-estereotipos/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Dia das Mães: guarde as flores e dê compreensão. In: **Revista AzMina**. 23 maio 2018c. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/dia-das-maes-guarde-as-flores-e-de-compreensao/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. O fim da violência contra a criança também é uma pauta feminista. In: **Revista AzMina**. 8 maio 2018d. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/o-fim-da-violencia-contra-a-crianca-tambem-e-uma-pauta-feminista/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Consentimento no sexo também é algo a ser ensinado aos nossos filhos. In: **Revista AzMina**. 28 fev. 2018e. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/consentimento-no-sexo-tambem-e-algo-a-ser-ensinado-aos-nossos-filhos/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. 7 coisas que você pode fazer por uma mãe em 2018. In: **Revista AzMina**. 17 jan. 2017a. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/7-coisas-que-voce-pode-fazer-por-uma-mae-em-2018/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Talvez eu não seja a melhor mãe do mundo... e tudo bem! In: **Revista AzMina**. 6 dez. 2017b. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/talvez-eu-nao-seja-a-melhor-mae-do-mundo-e-tudo-bem/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Nudez e pedofilia: onde está o real problema? In: **Revista AzMina**. 12 out. 2017c. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/nudez-e-pedofilia-onde-esta-o-real-problema/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Culpa materna: por que ainda damos ouvido a esse monstro? In: **Revista AzMina**. 6 set. 2017d. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/culpa-materna-por-que-ainda-damos-ouvidos-a-esse-monstro/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Escolhi amamentar meu filho no trabalho, mas isso ainda incomoda. In: **Revista AzMina**. 2 ago. 2017e. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/amamentar-e-resistencia/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Quer ajudar uma mãe? Aqui vão 4 dicas. In: **Revista AzMina**. 28 jun. 2017f. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/quer-ajudar-uma-mae-aqui-vaio-4-dicas/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. A maternidade afasta as mulheres do mercado de trabalho, e isso não é uma opção. In: **Revista AzMina**. 24 maio 2017g. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/a-maternidade-afasta-as-mulheres-do-mercado-de-trabalho-e-isso-nao-e-uma-opcao/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

LOBO, Luiza. Simone de Beauvoir e depois. In: **Gênero**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, v. 1, n. 2, p. 57-72, 1º sem. 2001.

LUSTIG, Sílvia. **Mãe, obrigada**: uma leitura da relação mãe/filho no Suplemento Feminino do jornal “O Estado de São Paulo” – 1953-1979. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. Um modelo híbrido de pesquisa: a metodologia aplicada pelo GJOL. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs.). In: **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 199-222.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. Enunciar-se, organizar-se, controlar-se: modos de subjetivação feminina no dispositivo da maternidade. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, p. 139-151, maio/jun./jul./ago. 2005.

MARTUCCI, Jessica. Placentophagy Isn't New, But It Has Changed. In: **Nursing Clio**. 23 set. 2015. Disponível em: <<https://nursingclio.org/2015/09/23/placentophagy-isnt-new-but-it-has-changed/>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

MCROBBIE, Angela. Notes On The Perfect – Competitive Femininity in Neoliberal Times. In: **Australian Feminist Studies**, vol. 30, n. 83, p. 3-20, 2015.

MEDEIROS, Fernanda Luíza Silva. Feminismo e neoliberalismo na contemporaneidade: uma “nova razão” para o movimento de liberação das mulheres? In: **Teoria & Pesquisa – Revista de Ciência Política**, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, v. 26, n. 3, p. 146-167, 2017.

MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. In: **Revista Symposium**. Recife, ano 5, n. 1, p. 45-55, jan./jun. 2001.

MEYER, Dagmar E. Estermann. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. In: **Gênero**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, v. 6, n. 1, p. 81-104, 2º sem. 2005.

MIGUEL, Ana de; BOIX, Montserrat. Os gêneros da rede: os ciberfeminismos. In: NATANSOHN, G. (Org.). In: **Internet em código feminino**. Teorias e práticas. E-book. Buenos Aires: La Crujía, 2013, p. 39-75.

MINISTÉRIO da Justiça. **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público** – Oscip: Qualificação. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politicas-de-justica/entidades/oscip-1>>. Acesso em: 4 out. 2018.

MODELLI, Lais. Nove meses de zika: e agora? In: **Revista AzMina**. 25 jun. 2016. Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/nove-meses-de-zika-e-agora/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

MOREIRA, Lisandra Espíndula; NARDI, Henrique Caetano. Mãe é tudo igual? Enunciados produzindo maternidade(s) contemporânea(s). In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 569-594, maio/ago. 2009.

MOTA, Keli Rocha Silva. Feminismo contemporâneo: como ativistas de São Paulo compreendem uma terceira onda do movimento no país. In: **Extraprensa**. São Paulo, v. 11, n. 1, p. 108-127, dez. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/139729/137419>>. Acesso em: 6 out. 2018.

NATANSOHN, Graciela; REIS, Josemira Silva. Com quantas hashtags se constrói um movimento? O que nos diz a “Primavera Feminista” brasileira. In: **Tríade**. Sorocaba, v. 5, n. 10, p. 113-130, dez. 2017.

NEGRI, Amanda. Facebook veta fotos de projeto pró-amamentação. In: **Revista AzMina**. 30 ago. 2016. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/facebook-veta-fotos-de-projeto-pro-amamentacao/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

OPEN SOCIETY. Nova York, 2018. Disponível em: <<https://www.opensocietyfoundations.org>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Ponte Editores, 2009.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. Análise de discurso. In: ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.). In: **Introdução às ciências da linguagem**: Discurso e textualidade. Campinas: Pontes Editores, 2006a, p. 11-31.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Ponte Editores, 2006b.

PEREIRA, Jéssica Oliveira. **“Meu corpo, minhas regras”?** Feminismos e os sentidos do corpo em rede digital. 2018. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/21295/2/J%C3%A9ssica%20Oliveira%20Pereira.pdf>> Acesso em: 6 out. 2018.

PERES, Ana Cláudia. Narrar o outro: notas sobre a centralidade do testemunho para as narrativas jornalísticas. In: **Galáxia**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. São Paulo, n. 31, p. 92-104, abr. 2016.

PRADO, Magaly. **Ciberativismo e noticiário**: da mídia torpedista às redes sociais. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

PUGLIA, Débora. Manual prático para ex-maridos sobre como não ser um idiota machista. In: **Revista AzMina**. 21 jun. 2016. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/manual-pratico-para-ex-maridos-sobre-como-nao-ser-um-idiota-machista/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

QUEIROZ, Nana. Mulher deveria pedir autorização do marido pra fazer laqueadura? In: **Revista AzMina**. 17 abr. 2017. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/mulher-deveria-pedir-autorizacao-do-marido-pra-fazer-laqueadura/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

R7. **Brasiliense cria movimento “Eu não mereço ser estuprada” que já tem quase 45 mil adesões**. São Paulo, 31. mar. 2014. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/distrito-federal/brasiliense-cria-movimento-eu-nao-mereco-ser-estuprada-que-ja-tem-quase-45-mil-adesoes-31032014>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

REVISTA AZMINA – Um **projeto de arte e cultura por AzMina**. 11 maio 2015. Disponível em: <<http://juntos.com.vc/pt/azmina>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

_____. **Quem somos**. 2015. Disponível em: <<http://azmina.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Justificando, 2017. Coleção Feminismos Plurais.

RICH, Adrienne. **Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution.** Nova York: W. W. Norton & Company, 1995.

ROCHA, Isabel. Indústria da cesárea aumenta violência obstétrica no Brasil. In: **Revista AzMina**. 30 dez. 2016. Disponível em: <<http://azmina.com.br/reportagens/industria-da-cesarea-aumenta-violencia-obstetrica-no-brasil/>>. Acesso em: 1º ago. 2018.

RODRIGUES, Alana. Revista digital AzMina propõe novo conceito de conteúdo para mulheres. In: **Portal Imprensa**. São Paulo, 1º set. 2015. Disponível em: <<http://portalimprensa.com.br/noticias/brasil/74095/revista+digital+azmina+propoe+novo+conceito+de+conteudo+para+mulheres>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

RODRIGUES, Tamy. Maternidade lésbica. In: **Revista AzMina**. 13 maio 2018. Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/maternidade-lesbica/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

SANTAMARÍA, Lourdes Muñoz. Internet um espacio de empoderamiento de las mujeres. In: **Mujeres en Red**. Fev. 2010. Disponível em: <<http://www.mujeresenred.net/spip.php?article1837>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SANTINI, Rose Marie et al. Feminismo 2.0: a mobilização das mulheres no Brasil contra o assédio sexual através das mídias sociais (#primeiroassedio). In: **Revista P2P & Inovação**, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 148-64, set./mar. 2017.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 16, p. 137-50, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1990.

SEBRAE. **O que é Organização da Sociedade Civil de Interesse Público** - Oscip. 2017. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/oscip-organizacao-da-sociedade-civil-de-interesse-publico,554a15bfd0b17410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 8 abr. 2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. In: **Tempo e argumento**. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010.

THINK OLGA. **Hashtag transformação: 82 mil tweets sobre o #primeiroassedio**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio>>. Acesso em: 8 abr. 2018.

UNA-SUS. **Declaração da OMS sobre taxas de cesáreas**. Brasília, 10 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/declaracao-da-oms-sobre-taxas-de-cesareas>>. Acesso em: 17 out. 2018.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 189-222.

VERÓN, Eliseo. Comunicación de masas y producción de ideología: acerca de la constitución del discurso burgués en la prensa semanal. In: **Revista Latinoamericana de Sociología**, Buenos Aires, n. 1, p. 9-42, 1974.

VICENTIN, Carolina. Cinco comportamentos que país devem adotar para acabar com o machismo. In: **Revista AzMina**. 13 jun. 2016. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/cinco-comportamentos-que-pais-devem-adotar-para-acabar-com-o-machismo/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. Do útero ao pó. In: **Revista AzMina**. 30 out. 2015a. Disponível em: <<http://azmina.com.br/reportagens/do-uterio-ao-po/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. Coisas que toda mãe está cansada de ouvir. In: **Revista AzMina**. 6 out. 2015b. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/coisas-que-toda-mae-esta-cansada-de-ouvir/>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

_____. Parto humanizado no SUS: a regra que ainda é exceção. In: **Revista AzMina**. 28 set. 2015c. Disponível em: <<http://azmina.com.br/2015/09/parto-humanizado-no-sus-a-regra-que-ainda-e-excecao/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

VIZEU, Alfredo. A produção de sentidos no jornalismo: da teoria da enunciação à enunciação jornalística. In: **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 22, p. 107-116, dez. 2003.

Entrevista

Entrevista com Carolina Vicentin, uma das fundadoras da “Revista AzMina”, realizada pela pesquisadora. São Paulo, 22 de fevereiro de 2018.

APÊNDICE – TEXTOS ANALISADOS

REPORTAGENS > MÃEZINHA VÍRGULA

PARTO HUMANIZADO NO SUS: A REGRA QUE AINDA É EXCEÇÃO

Projeto de lei em tramitação promete selar o direito das mulheres decidirem como dar à luz

por Carolina Vicentin
28 de setembro de 2015

Do Distrito Federal
Fotos: Paula Fróes

A advogada Gabriela Nunes, 32 anos, teve o parto que sempre quis. O filho Theo, de 4 meses, nasceu de forma natural e respeitosa em um hospital da rede pública, na região central de Brasília. Theo ficou no colo da mãe por mais de uma hora antes de ser pesado e medido, só teve o cordão umbilical cortado quando cessaram as pulsações e mamou – tudo conforme os protocolos do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS). A história de Gabriela, entretanto, ainda é uma exceção entre as mulheres que recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para terem seus bebês.



Exceção: Gabriela teve Theo de parto 100% humanizado na rede pública.

Apesar de o governo ter estabelecido o parto humanizado como regra na rede pública, as mulheres ainda vivem um sorteio em que as chances de tomar decisões sobre o próprio corpo dependem do bom humor do plantonista.

"Você não pode 'desligar' em momento algum. Ninguém pergunta se você aceita ser submetida a determinado procedimento, eles simplesmente vão fazendo", reclama a artesã Sandra Barbosa Dias, 32 anos, mãe de Kalel, de 1 ano e meio.

Campanhas de esclarecimento e treinamento dos funcionários em humanização não têm sido suficientes para transformar esse quadro. Seria a hora de a lei entrar em cena em defesa do parto humanizado e no combate à violência obstétrica? A ONG Artemis (que luta pela erradicação da violência contra a mulher) e a Associação Brasileira de Obstetras e Enfermeiros Obstetras (Abenfo) acham que sim. Eles são responsáveis pela criação de um projeto de lei que pretende garantir que as mulheres tenham o direito ao parto humanizado, se essa for sua escolha, tanto na rede pública quanto na privada. Se o PL 7633 for aprovado, maternidades que saírem da linha podem até perder financiamento público.

"Toda mulher deve ter o direito de tomar decisões no que diz respeito ao seu corpo – e como ela vai dar à luz ao seu bebê é uma delas", ressalta o deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ), responsável pela proposição da lei ao Congresso. O projeto tenta garantir o cumprimento de determinações já existentes no âmbito do Poder Executivo. "As regulamentações não são cumpridas justamente por não terem força de lei. Essa é a alegação de vários hospitais em processos judiciais movidos por mulheres que foram lesadas no parto", afirma Wyllys.

O CAMPO DE BATALHA DO PARTO

Histórias de gestantes que brigam por seus direitos enquanto enfrentam as dores do parto existem aos montes no SUS. Quando o filho estava nascendo, no hospital de Santa Maria, região administrativa de Brasília, Sandra teve de ameaçar um dos enfermeiros que veio empurrar sua barriga para “ajudar o neném a sair”. O procedimento, conhecido como manobra de Kristeller, é ultrapassado e pode causar lesões graves à mãe e ao bebê (veja mais no glossário).



Sandra precisou brigar durante o parto para garantir a segurança do filho.

A professora Maristela Holanda, 38 anos, precisou enfrentar o obstetra que a atendeu no nascimento de seu filho caçula, que hoje tem 2 anos. Depois de ouvir do profissional que “aqui a gente estudou, sabemos o que é melhor para você”, Maristela apelou para evitar uma episiotomia (corte na vagina, outra prática rotineira ultrapassada e de potenciais consequências graves): “O que eu sei é que o senhor vai fazer um procedimento no meu corpo sem a minha autorização na frente de quatro testemunhas”, afirmou, afastando o médico.

Maristela é mãe de cinco filhos – quatro nascidos em hospitais do SUS no Distrito Federal. “A assistência ao parto parece uma loteria. Você precisa ter sorte para pegar um bom plantonista, que seja atualizado e que te trate com respeito”, comenta. Quando isso não acontece, o risco de sofrer violência obstétrica – incluindo a realização de uma cesariana desnecessária – é grande. Na rede pública do DF, a média mensal de nascimentos este ano é de 3.378; desses, 34,7% são cesarianas. Na rede privada, em todo o país, o índice chega a 84%. A OMS recomenda que, no máximo, 15% dos nascimentos ocorram de forma cirúrgica.

EM BUSCA DE RESPEITO

Na tentativa de viver o nascimento de seus filhos sem intervenções desnecessárias, muitas mulheres tentam recorrer aos centros de parto normal. Nesses locais, a assistência é feita por enfermeiras obstetras, profissionais cuja formação é voltada para o atendimento humanizado às gestantes. “Desde o começo, somos treinadas para respeitar a privacidade das mulheres, trabalhar com métodos não invasivos de alívio da dor e respeitar a fisiologia do corpo feminino”, explica Ana Lígia da Silva Sousa, da Abenfo do DF.

Na capital federal, a Casa de Parto de São Sebastião concentra esse tipo de assistência pelo SUS. O local, contudo, conta com apenas três salas de parto, onde ocorrem de 30 a 40 nascimentos por mês. Além disso, desde o ano passado, só podem ser atendidas pela Casa de Parto as grávidas que vivem ou fizeram seu pré-natal em São Sebastião, devido a uma determinação da Secretaria de Saúde.

A coordenadora da área de Ginecologia e Obstetrícia da secretaria, Marta de Betânia Teixeira, afirma que a chamada portaria de vinculação não é impositiva e foi estabelecida para evitar que as mulheres ficassem “peregrinando” de um local para o outro em momento delicado como o do trabalho de parto. “Parece que só existe a Casa de Parto. Isso acaba estigmatizando negativamente as outras 10 maternidades do DF, que também têm capacidade de prestar uma assistência adequada”, argumenta.

Na prática, contudo, muitos profissionais da saúde são desatualizados e adotam procedimentos de rotina que, comprovadamente, trazem mais prejuízos do que benefícios às mulheres e a seus bebês. A coordenadora Geral de Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde, Esther Vilela, diz que a pasta tem investido na mudança do modelo de atenção obstétrica e neonatal. “Isso, porém, implica não só uma adequação das práticas e dos serviços de saúde, mas uma mudança do ensino em obstetrícia e, em um sentido mais amplo, da cultura brasileira frente ao parto e ao nascimento”, pondera.

ACESSO À INFORMAÇÃO

Além disso, mulheres mais pobres não sabem que existe a possibilidade de ter um parto respeitoso e, com isso, acabam sendo as maiores vítimas da violação de direitos.

“Quanto menos instrução, menos explicação elas recebem”, lamenta a doula e educadora perinatal Adele Valarini, que já acompanhou 71 partos, 29 deles no SUS. “Essas mulheres foram acostumadas a ouvir que o ‘remédio’ (ocitocina sintética) vai ajudá-las a fazer força. Que, ao empurrar a barriga, os enfermeiros estão ajudando o bebê a nascer”, exemplifica.

A dona de casa Judilva Marques dos Santos, 25 anos, considera que o atendimento durante o parto de sua filha caçula, de 1 ano e 2 meses, foi satisfatório. Ela ouviu, entretanto, que, se não gritasse durante as contrações, nem fizesse “escândalo”, o médico seria “bom” e não a faria “sofrer”. Judilva também recebeu a ocitocina sintética, depois de ficar cerca de cinco horas com a mesma dilatação (parada de progressão, algo muito comum quando a gestante entra no ambiente hospitalar). “Nessa hora, eles me disseram que eu sentiria dor sem parar, mas que era para o meu bem”, lembra.

Com tantos riscos, muitas mulheres têm deixado para ir ao hospital somente quando estão prestes a ganhar o bebê. As que têm condições de contratar uma equipe de acompanhamento pré-hospitalar o fazem, as que não têm contam com sua própria experiência no assunto. A dona de casa Marcina Gonçalves Nogueira, 31 anos, esperou o máximo que pôde para ir ao hospital ganhar sua terceira filha, hoje com 1 ano e 5 meses. “Eles fazem muitos exames de toque na gente, é muito ruim”, reclama.

Ainda assim, Marcina não conseguiu impedir abusos. Ao chegar na recepção de um hospital público do centro de Brasília com a cabeça da neném coroando, ela ouviu do segurança que precisava aguardar sentada. Marcina teve que segurar a vontade de empurrar (que ocorre na hora do período expulsivo do trabalho de parto) e se trancou com o marido no banheiro da recepção, em busca de mais privacidade. A pressão dos outros pacientes que aguardavam no local levou o médico a ir buscar Marcina para, finalmente, levá-la à sala de parto. “Depois, eles pediram licença para levar minha filha à recepção, para que as pessoas tivessem certeza de que estávamos bem”, conta a dona de casa.

o QUE VAI MUDAR SE A LEI FOR APROVADA

O PL 7633 garante a assistência humanizada às mulheres durante a gestação, o parto e o pós-parto, incluindo nos casos de aborto. A gestante terá o direito de elaborar um plano de parto, um documento no qual ficarão registradas todas as suas opções para o momento do nascimento do bebê. Qualquer procedimento que não respeite as decisões da mulher deverá ser anotado no prontuário pelo médico, com uma justificativa clínica. Também serão privilegiados métodos não invasivos para o alívio da dor, mas a gestante poderá pedir a anestesia, caso seja essa sua vontade.

Para garantir o cumprimento dessas disposições, o projeto de lei prevê que todos os municípios do país tenham comitês de fiscalização das maternidades públicas e privadas, as chamadas comissões de monitoramento do índice de cesarianas e das boas práticas obstétricas. Profissionais de saúde e de defesa dos direitos humanos farão parte desses grupos e serão responsáveis pela investigação dos hospitais e dos profissionais que não se adequarem à lei. O hospital do SUS que ultrapassar o índice de cesarianas recomendado pela OMS (à exceção das unidades que recebem mais casos de alto risco) poderá ter o repasse de dinheiro público para esse tipo de cirurgia suspenso por 30 dias. Já as maternidades particulares poderão ser desautorizadas a fazer o procedimento pelo mesmo período.

O projeto de lei ganhou força depois que uma ação judicial obrigou uma mulher a ser submetida a uma cesariana contra sua vontade, no Rio Grande do Sul, no ano passado. Adelir Carmen Lemos de Góes estava em casa, em trabalho de parto, quando um oficial de Justiça chegou acompanhado de dois policiais para levá-la ao hospital. As justificativas médicas apresentadas na ação foram duramente contestadas, inclusive, por profissionais da saúde. O caso se transformou em revolta e bandeira para as ativistas da ONG Artemis.

"Esse projeto (o PL 7633) não é um radicalismo. Mulheres de todas as classes sociais e crencas passam por violência obstétrica. Isso é um assunto de toda sociedade", aponta Ana Lúcia Kennecke, diretora jurídica da organização.

O PL 7633 está na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, aguardando o parecer da deputada Keiko Ota (PSB/SP). Ainda será discutido nas comissões de Seguridade Social e Família e Constituição, Justiça e Cidadania, para, então, ir ao Plenário da Câmara. Além disso, o assunto da violência obstétrica foi tema de debate em ao menos 25 audiências públicas realizadas pela ONG Artemis desde o ano passado em todo o país. Para Ana Lúcia, dois dos maiores desafios para a aprovação do projeto são o fundamentalismo e o lobby das associações médicas e dos planos de saúde no Congresso, já que cesáreas geram mais lucros e evitam que médicos tenham que fazer plantão enquanto esperam o tempo natural do corpo da mulher.

Aprovar a lei é também vencer uma das batalhas contra o machismo que impera na sociedade brasileira e influencia também o parto: "O correto é que não precisássemos de uma lei dessas, já que o Brasil é signatário de diversos acordos internacionais sobre direitos das gestantes, mas eles não são respeitados. Atualmente, o corpo da mulher não pertence a ela na hora do parto. Ele é do médico ou médica. A lei que criamos referenda a autonomia feminina", reforça Ana Lúcia. Quem sabe, assim, mais mulheres terão o parto dos sonhos como Gabriela.

REPORTAGENS • MÃEZINHA VÍRGULA

COISAS QUE TODA MÃE ESTÁ CANSADA DE OUVIR

Lembre-se: a falta de sono pode criar psicopatas!

por *Carollina Vicentin*
6 de outubro de 2015

1. Seu leite é fraco, não dá sustância. Por que você não dá mamadeira?



Por que você não cuida da sua vida?

2. Ela está chorando muito, será que não é fome?



Nossa, isso nem tinha passado pela minha cabeça!

3. Mas vai mamar de novo?!



Você é fiscal de teta? Deveria seguir carreira.

4. Esse bebê não sai do colo, vai ficar mal acostumado.

Claro, trazemos os filhos ao mundo para evitar ao máximo o contato físico.



5. Quase 2 anos e você ainda acorda de madrugada?! Que loucura, a minha dorme a noite inteira desde que saiu da maternidade.

Pois é. Essa noite, foram cinco vezes, o que me transforma em uma potencial psicopata.

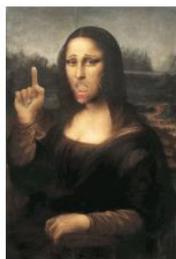


6. Ele dorme com vocês? Nunca mais vai sair da sua cama!



Verdade. Inclusive, quando começar a sair à noite com os amigos, vai voltar direto da balada para o meio da cama do papai e da mamãe.

7. Tadinha, a mãe não deixa ela comer chocolate!



Tanta boa ação pra fazer no mundo, por que você não arranja uma?

8. Grávida de novo?! Vocês não têm TV em casa?

Temos, mas participamos de um projeto extraterrestre para povoar o planeta e distribuir nossos genes.



9. Esse menino está tão magrinho! Tem certeza de que está alimentando essa criança?



Nossa, ainda bem que você fez essa pergunta, vou rever todos os procedimentos lá em casa.

10. O seu ainda usa fraldas? O meu pede para ir ao banheiro desde que tinha 1 ano e meio.



Fico muito feliz pelo talento do seu filho. Ouvi falar que vão incluir a idade do desfralde como pontuação no vestibular.

11. Como assim ela não vai ter um smartphone? Vai ser uma alienada entre os amigos.



Tipo você, com esse comentário.

12. Você trabalha fora? Coitadinha, vai crescer longe da mãe.



É, e eu só vou vê-la daqui a 18 anos, quando voltar da minha jornada de trabalho.

13. Você só fica em casa com seu filho? Bom que sobra bastante tempo para descansar, né?



Sobra, inclusive, estou tão relaxada e leve que vou sair voando dessa conversa.

14. Seu marido te ajuda com as crianças, como ele é bom!

Pois é, ele deveria receber um prêmio por isso.



15. Você cuida de tudo sozinha, né? Mas também, quem mandou ter filho?

Verdade, quem mandou meus óvulos se auto fecundarem e darem origem ao bebê, né?



REPORTAGENS > MÁEZINHA VÍRGULA

SAÚDE MENTAL NA MATERNIDADE: TEMOS QUE FALAR SOBRE ISSO

O projeto começou com a proposta de ser uma plataforma de relatos anônimos de mães que passaram por dificuldades psicológicas ou físicas

por Equipe AzMina
4 de novembro de 2015

Por Thais Cimino



Assim que minha filha, Vida, nasceu, passei por momentos intensos e dolorosos. Tive inúmeras dificuldades para amamentar. Quando a Vida completou 1 mês e meio, tive um abscesso mamário, passei por uma cirurgia para drenar a inflamação e a cicatrização, que se dá de dentro para fora. Fiquei com um corte aberto que demorou cerca de 1 mês para fechar.

Tive que desmamar a minha filha abruptamente. Foi extremamente desgastante pois, além do sofrimento interior, me sentia mal em dar mamadeira em público para minha filha, como se todos estivessem me olhando e julgando. Me sentia uma criminoso, porque eu mesma havia planejado amamentar exclusivamente por tempo indefinido. Além disso, eu estava num país estranho, a França, sem falar o idioma, o que colaborou para me sentir muito sozinha e desamparada.

Leia mais: Parto humanizado no SUS: a regra que ainda é exceção

Passado mais de um ano, me peguei pensando sobre como cada vez que eu contava a minha história, um pouco mais eu entendia o que me havia passado.

Me escutando falar, eu ia pouco a pouco curando as minhas feridas e sanando as minhas dores.

O PROJETO

A partir da minha experiência pessoal entendi a importância de haver uma rede de acolhimento para as mulheres, em que elas pudessem falar sobre as dores e desafios durante a gestação, parto e o pós-parto. Um espaço para serem ouvidas sem serem julgadas. Mães são criticadas sem piedade, e acabam se isolando em silêncio com suas dores. Foi então que, em 5 de maio deste ano, criei o **blog Temos que falar sobre isso**.

O projeto começou com a proposta de ser uma plataforma de relatos anônimos – chamada de “Desabafos Anônimos” – de mães que passaram por dificuldades durante o período gravídico-puerperal.

Para abordar temas como a depressão pós-parto, sofrimentos e transtornos ligados à saúde mental na maternidade, problemas com a amamentação, dificuldades na gravidez, perda gestacional e neonatal, partos traumáticos, violência obstétrica, gravidezes de alto risco e prematuridade extrema, entre outros.

Mulheres com dificuldades em contar as suas histórias, silenciadas pela vergonha, insegurança, medo, dúvidas e cansadas de serem julgadas por seus sentimentos não sabem a quem recorrer para encontrar apoio e ajuda. Ali, mães desamparadas poderiam encontrar um refúgio.

A página hoje é um espaço de amparo, apoio e livre de julgamento, onde damos voz a muitas mulheres. Já recebemos cerca de 150 relatos, inclusive de um pai. Também fornecemos ao público informação especializada, com matérias, artigos científicos e respostas de colaboradores ligados às áreas médica, psicológica e jurídica, por exemplo. Quando possível indicamos algum local perto das mães que nos procuram, onde possam encontrar apoio e suporte presencial.

Queremos promover o emponderamento da mulher através de mudanças na difícil realidade com que se deparam durante a gravidez, parto e pós-parto.

O processo da maternidade é um salto no desconhecido.

É preciso muito apoio e espaço para vivê-la plenamente. Há momentos de ambivalência que podem ser muito confusos. É uma montanha-russa, precisa de muita entrega, te faz perder o controle e inclui tantas coisas que ninguém fala pra gente. Ensina que não existem fórmulas mágicas, roteiros prontos ou verdades absolutas. É um caminho único para cada mãe e seu filhotinho...

Percebemos que existe um tabu em torno dos transtornos psicológicos, sentimentos de tristeza, impotência, ambivalência, culpa, medo, solidão, ansiedade, depressão, desilusão, luto, entre outros, que também são parte da maternidade, porém não são permitidos às mães de sentir ou manifestar.

Cobra-se delas que estejam felizes e contentes, em tempo integral, que não se sintam frágeis ou admitam que enfrentam dificuldades, pois isso é taxado como fracasso, criando uma culpa sem fim que muitas vezes é reforçada pela mídia, pela família, pelas instituições e pela sociedade em geral.

Acreditamos que o primeiro passo para curar nossas dores é falar sobre isso. E falando sobre isso damos a oportunidade de outras pessoas escutarem e se identificarem com o nosso caso, com a nossa história e pensarem sobre isso, e também falarem sobre isso. Formando, assim, uma rede de suporte.

O "Temos que falar sobre isso" está superando todas as expectativas, deixou de ser um projeto pessoal para ser uma construção coletiva! As mulheres se respeitam muito, e estão acolhendo umas às outras lindamente. Já está se formando uma rede de apoio feita por elas e para elas, e isso é uma coisa maravilhosa de se ver, o carinho, a empatia e o acolhimento que encontramos são a prova de que estamos no caminho certo.

Contamos com mais de 20 profissionais voluntárias. Em quase 5 meses no ar, já alcançamos 320 mil visualizações, isso pra nós só demonstra que estamos falando de temas que realmente precisam da nossa atenção. A [página no Facebook](#) conta com quase de 13 mil seguidores. Além disso temos algumas parcerias muito bacanas e muito ainda está por vir, nós estamos recém começando e a estrada é longa.

REPORTAGENS • MÁEZINHA VIRGULA

DO ÚTERO AO PÓ

Impulsionadas pela crença de que o consumo traz benefícios durante o pós-parto, mais e mais mulheres têm ingerido suas placentas – muitas vezes, no formato de cápsulas. Prática não tem respaldo científico.

por Carolina Vicentin
30 de novembro de 2015

[F usion__text]



Viviane* saliva ao se lembrar do aroma de vinho tinto, cogumelos e cheiro verde. Os temperos acompanharam o prato principal daquela noite, há sete anos: parte da placenta que saiu após o nascimento da primeira filha. “Estava uma delícia! Eu já era vegetariana, mas adorei aquela carne, saborosa e suculenta”, descreve Viviane.

Não foi pelo sabor, porém, que ela decidiu ingerir a placenta, não só a da primogênita como também a do segundo filho, cinco anos depois. Viviane faz parte de um grupo cada vez maior de mulheres ocidentais que acredita ao consumo do órgão a melhora de seu bem-estar durante o pós-parto, um momento naturalmente delicado, em que o corpo feminino experimenta uma queda hormonal muito brusca. A placenta auxiliaria na retomada da energia, na redução do chamado *baby blues* (tristeza que acomete cerca de 80% das mulheres nos dias imediatamente seguintes ao nascimento do bebê), além de ajudar na produção de leite.

“As pessoas matam frango e comem, ingerem língua de boi, fígado de ganso, e acham que placenta é nojento?”, questiona Viviane. “É uma carne cheia de propriedades, que não precisa da morte de ninguém para existir.” Viviane, que atua como doula e parteira, se utiliza dos conhecimentos da medicina tradicional chinesa, que entende a placenta como “a cura que vem de dentro”. Há relatos do uso medicinal do órgão há, pelo menos, 500 anos.

Se a ideia de ingerir a placenta como um bife parece indigesta, há outras maneiras de fazê-lo. Em um livro de 2007, Cornelia Enning, famosa parteira alemã estudiosa do assunto, traz receitas de sopas, cremes, manteigas, pomadas e bebidas feitas com o órgão. Ela descreve a utilização da placenta por povos de todo o mundo, como forma de acelerar o restabelecimento da mulher e tratar dos sintomas da menopausa e de uma série de outras doenças.

“Em nosso tempo presente e com nosso estilo de vida atual, uma mulher também vai recuperar sua força muito rapidamente se comer sua placenta”, escreve Cornelia em *Placenta: the gift of life* (sem tradução para o português). “Muitas condições durante o parto, o pós-parto e a amamentação não surgiriam se nós voltássemos ao velho costume de utilizar remédios de placenta”, defende.

ENERGIA EM CÁPSULAS

Nos últimos anos, o método que tem se tornado mais popular para o consumo da placenta é em cápsulas. Celebidades como a atriz January Jones, da série *Mad Men*, e a socialite Kourtney Kardashian revelaram ter lançado mão da técnica para ingerir suas placentas. “Vou ficar triste quando minhas pílulas acabarem. É uma mudança de vida!”, escreveu Kourtney em sua conta no Instagram no início deste ano.

As cápsulas são feitas em um processo que envolve, basicamente, cozinhar a vapor, desidratar e triturar o órgão. Atualmente, a principal autoridade no assunto no Ocidente é a Placenta Benefits (PBi), uma organização norte-americana sediada em Las Vegas. A PBi foi pioneira na sistematização e na difusão da técnica de encapsulamento. A entidade é responsável por treinar pessoas de todo o mundo, que garantem seu nome em um banco de especialistas – mediante o pagamento do curso e de uma taxa anual.

No Brasil, as enfermeiras obstetras Iara Silveira e Ana Cyntia Baraldi foram as primeiras a oferecer o serviço de encapsulamento de placenta. A dupla mantém, há três anos, um consultório focado no atendimento ao parto domiciliar planejado, e há pouco mais de dois anos e meio, passou a fazer as pílulas. Iara havia estudado, em seu mestrado, os rituais de cuidado familiares durante o pós-parto e procurou o curso da PBi quando atendeu a um casal de ucranianos, que perguntou se elas faziam as cápsulas.

“Na nossa cultura, não existe um olhar atento para a placenta. No hospital, ela é tratada como lixo infectocontagioso. Só que ela é um órgão superpoderoso e uma fonte de informação riquíssima sobre a vida intrauterina do bebê”, diz Iara. Ela explica que, para ser encapsulada, a placenta deve estar em boas condições – assim como qualquer carne para ser ingerida. O órgão pode ser guardado no congelador por até seis meses, mas, quanto antes for iniciado o processo de encapsulamento, melhor. O ideal é que comece até 48 horas após o parto. Placentas de mães com doenças infecciosas não podem ser utilizadas.

E FUNCIONA?

Em grupos de maternidade e nascimento humanizado, a avaliação de quem experimentou é quase unânime. As mulheres que tiveram mais de um filho – o segundo, com o consumo da placenta – relataram um aumento significativo da disposição em relação ao primeiro pós-parto.

“Eu me senti realmente mais forte. Mas a maior diferença foi na produção de leite. Quando o Francisco estava com quase dois meses, tive que cortar as pílulas, porque meu peito estava empedrando”, conta a jornalista e blogueira Tatiana Sabadini, 34 anos. Ela já era mãe de duas meninas gêmeas e creditou às cápsulas a energia que teve para dar conta de um recém-nascido e de duas crianças pequenas.

A doula Flávia Ilíada, 35 anos, também tomou as cápsulas após o nascimento de Heitor, há dois anos. “Durante o pós-parto da minha primeira filha, tive sintomas muito fortes de *baby blues*, aquela tristeza profunda. Isso não aconteceu na segunda vez, sentia uma força muito maior”, relata. “Até para a retomada da vida sexual creio que as pílulas ajudaram, tive disposição para o sexo muito antes.”

O marido de Flávia, o consultor Julio Mariano de Carvalho, 37 anos, experimentou as pílulas. Julio participou ativamente do nascimento dos dois filhos, em casa, e considerou que o consumo da placenta era algo natural. “Foi muito bom, me senti menino de novo”, brinca. “É uma coisa que não costuma passar pela cabeça dos homens, mas foi transformador. Ajudou a me conectar muito mais intensamente com minha mulher e o bebê”, conta.

De maneira geral, a recomendação é de que a placenta seja consumida apenas pela mulher que a gerou, mas nada impede que outras pessoas da família experimentem a “iguaria”. Entre grupos de parteiras tradicionais, inclusive, há o costume de ingerir um pedaço *in natura* do órgão logo após o parto, como um sashimi. Todas as pessoas que participam do nascimento – doulas, acompanhantes – podem participar do ritual.

Iara conta que, entre as mais de 200 mulheres que já consumiram as cápsulas preparadas por ela e por Ana Cyntia, apenas uma disse não ter sentido efeito algum. “Não aconteceu nada, não tive nenhuma sensação, nem boa nem ruim”, diz a publicitária Fernanda de Azevedo, 34 anos. Ela ressalva, entretanto, que começou a ingerir as pílulas quando a filha estava com quase quatro meses. “Talvez tenha mais efeito para quem o faz logo após o nascimento, o período mais delicado”, especula.

Para a ciência, entretanto, todas as avaliações são puramente subjetivas. Um dos mais recentes estudos sobre o assunto, divulgado em junho deste ano, aponta que não há provas da relação entre o consumo da placenta – em qualquer formato – e a rápida recuperação da mulher. A pesquisa, realizada por especialistas da Escola de Medicina Feinberg, de Chicago, nos EUA, analisou os resultados de 10 estudos sobre o tema.

“A placentofagia pode trazer benefícios para animais, pois ajuda a controlar as dores da mãe, mas esses dados não suportam as reivindicações de que a ingestão por mulheres as ajude a estabilizar o humor, a aumentar a produção de leite ou a recuperar a energia”, afirma Cynthia Coyle, coautora da pesquisa. “Mais estudos sobre potenciais benefícios são necessários para chegarmos a uma conclusão.”

E NÃO É PERIGOSO?

Cynthia e outros cientistas alertam, inclusive, que pode haver riscos na prática. Isso porque a placenta filtra toxinas – como o mercúrio e o selênio – para que não cheguem ao bebê. Em tese, tudo volta para o organismo da mãe, que excreta as substâncias. “Mas essas toxinas já foram encontradas no tecido placentário após o nascimento”, diz a pesquisadora. “Nós ainda não sabemos o quanto disso permanece na placenta uma vez que ela passe por um processo de preparo como o encapsulamento”, completa Cynthia.

No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não tem um posicionamento quanto à segurança ou à eficácia do consumo do órgão. A agência não pode proibir ninguém de comer o que quer que seja e, provavelmente, só vai interferir caso haja aplicações medicinais comprovadas da ingestão da placenta.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) entende que o órgão é uma propriedade da mãe e que seu destino deve respeitar as tradições culturais de cada família. Nos hospitais, entretanto, sempre há estranhamento quando a mulher manifesta a vontade de leva-lo para casa. “Quando o médico falou ‘a paciente quer levar a placenta’, fez-se um silêncio constrangedor”, lembra, aos risos, a jornalista Tatiana Sabadini – que passou por uma cesárea intraparto no nascimento do filho caçula.

A produtora cultural Micaela Neiva Moreira, 37 anos, acredita que os rituais com a placenta – sejam quais forem – são importantes para a mulher. Após a primeira gestação, ela enterrou o órgão. Na segunda, da qual vieram gêmeos, ela optou pelas pílulas, que lhe deram “muito vigor para enfrentar um momento cheio de inseguranças”. “O parto é um evento na nossa sexualidade e permite um encontro com nós mesmas muito forte. A placenta faz parte disso tudo”, diz.

A enfermeira obstétrica Iara Silveira concorda: “Se eu, como profissional, disser que a pessoa não pode comer a placenta ou não pode colocar uma moeda no umbigo da criança, eu vou estar passando por cima da cultura daquela pessoa. Então, eu procuro orientar sobre formas de fazer isso: com esterilização e higiene”, esclarece. “Essas coisas têm um valor imensurável, traduzem um cuidado que não é científico ou tecnológico, mas não menos importante para as pessoas.”

◦ QUE É A PLACENTA?

A placenta é o único órgão que nasce, cresce e morre, acompanhando o tempo da gestação. Ela e o cordão umbilical se formam nas primeiras semanas da gravidez e existem para viabilizar o desenvolvimento do feto. Por ela, passam os nutrientes e hormônios que farão o bebê crescer. A placenta também funciona como um filtro, levando ao embrião somente as melhores substâncias presentes no corpo da mãe.

Geralmente, a placenta está localizada na parte superior do útero. Ela também recebe de volta tudo que o bebê não aproveitou, passando esses resíduos para o organismo materno, que fará a eliminação. Para se ter uma ideia da complexidade desse sistema, a placenta permite que os sangues da mãe e do feto não se misturem.

REPORTAGENS > MÃEZINHA VÍRGULA

CINCO COMPORTAMENTOS QUE PAIS DEVEM ADOPTAR PARA ACABAR COM O MACHISMO

Em pleno século XXI, continuamos a ensinar às meninas que elas não são donas do próprio corpo. Como pais e mães, temos a responsabilidade de mudar isso

por Carolina Vicentín
13 de junho de 2016

Texto originalmente publicado [na coluna Licença, Maternidade](#) do site [Metrópolis](#).



O grotesco [caso](#) da moça carioca estuprada por 33 homens popularizou uma expressão até então restrita a círculos feministas: [cultura do estupro](#). Grosso modo, o termo se refere à naturalização da violência contra a mulher no dia-a-dia – naturalização essa que pode ocorrer de forma sutil ou escancarada e que começa ainda na infância.

[Leia mais: Guia didático sobre a cultura do estupro para você não passar vexame na internet](#)

Se isso parece exagero, vou dar um exemplo. Quando eu estava grávida do meu primeiro filho, conversava com um amigo sobre a filhinha dele, ele preocupado com o “trabalho” que ela daria no futuro. Eu tentava argumentar que entendia os medos de pai, mas que pensar assim era um tanto machista, afinal, dava a entender que ele precisaria manter afastados os potenciais parceiros sexuais da filha. A conversa terminou quando ele soltou esta:

“Para você é fácil falar. Você vai ter um menino. Eu que sou o fornecedor”.

Isso aconteceu há três anos – acho até que esse meu amigo não acredita mais nessa bobagem –, mas ilustra bem como a maioria da sociedade ainda enxerga meninas e mulheres. Em pleno século XXI, continuamos a ensinar às meninas que elas não são donas do próprio corpo. Que elas devem ser delicadas e se comportar como “mocinhas”. Enquanto isso, dos meninos, é cobrado o oposto: virilidade, “macheza”, promiscuidade.

Como mães e pais, temos uma imensa responsabilidade em mudar isso. Então, aqui vai uma lista de coisas que podemos fazer para que as crianças não reproduzam comportamentos machistas, que dão origem a tantas formas de violência contra as mulheres.

1

BRINCADEIRA NÃO TEM GÊNERO

Basta uma ida às lojas de brinquedos para constatar a divisão “para meninas” X “para meninos”. Para elas, bonecas, casinhas e panelinhas; para eles, carrinhos, super-heróis e jogos de montar. Esse tipo de categorização leva as crianças a achar que atividades domésticas são de responsabilidade exclusiva das mulheres, enquanto que, para os homens, é destinada a conquista do mundo. Que elas são menos humanas ou menos dignas que eles. Não estou dizendo que meninas não devam brincar de boneca, mas que não há problema algum em deixar que meninos também o façam.

Um bom exemplo de como isso pode ser conduzido vem da Suécia, país que ocupa o 4º lugar (entre 145 nações avaliadas) no ranking do Fórum Econômico Mundial que mede a igualdade de gênero. Em uma [creche no centro de Estocolmo](#), uma das principais mudanças foi a eliminação de brinquedos tradicionalmente tidos como de meninas ou de meninos. No lugar deles, materiais como panos, papéis, madeiras e fantasias para que as crianças soltem a imaginação.

2

FALE SOBRE O RESPEITO AO CORPO DO OUTRO.

Recentemente, li um desabafo no Facebook no qual uma mãe relatava que um coleguinha da filha, ambos com 7 anos, estava sistematicamente passando a mão na bunda da menina. Contra as afirmações de que “é só uma brincadeira!”, “não tem maldade!”, “eles são crianças!”, há a certeza de que o garoto não estava respeitando o corpo da menina, que já havia deixado claro não estar gostando do comportamento dele. Esse tipo de coisa precisa ser discutida nas famílias e nas escolas, para que ninguém cresça achando que tal desrespeito é normal.

3

NÃO SEXUALIZE CRIANÇAS.

Uma das coisas que mais me incomoda é quando alguém diz que um de meus filhos namora com alguma outra criança. Pode parecer exagero, mas não é. Eles são, no máximo, amigos. Por que a gente insiste em colocá-los como adultos?

O mesmo vale para frases aparentemente inocentes, mas que estão carregadas de noções machistas: “ela vai dar trabalho”, “esse aí vai ser garanhão”, “já é o terror das menininhas” e por aí vai. Incentivar que meninos se comportem como predadores sexuais é uma das formas de alimentar a cultura do estupro.

4

INCLUA MENINOS E MENINAS NAS TAREFAS DOMÉSTICAS.

Talvez um dos maiores termômetros da situação de desigualdade entre homens e mulheres seja a divisão das tarefas domésticas. E a desigualdade começa ainda na infância, como **revelou uma pesquisa** realizada com crianças de 6 a 11 anos. Segundo o levantamento, 81% das meninas arrumam a própria cama, tarefa executada por apenas 12% dos irmãos meninos. Elas também são as que mais limpam a casa (66%, contra 11% dos meninos).

Incluir as crianças, independentemente do gênero, nas tarefas da casa é uma forma de ensiná-las sobre responsabilidade e organização, além de mostrar que meninas e meninos valem a mesma coisa e elas não existem para servir a eles. Mesmo meninos pequenos podem ajudar, guardando brinquedos, recolhendo os pratos da mesa ou desligando a televisão.

5

NÃO ESTIMULE A AGRESSIVIDADE NOS MENINOS.

Muita gente acha legal que o filho menino seja “durão”, que aprenda a revidar com violência física as agressões de outras crianças. Esse expediente, contudo, pode fazer com que os garotos passem a dar socos e pontapés toda vez que se sentirem frustrados. E que achem que recorrer à violência para conseguir o que querem vale a pena – mesmo se for por sexo.

Um outro costume é “diminuir” os sentimentos dos garotos, com a máxima “homem não chora”. Por aqui, já corrigi diversas vezes: chora, chora mesmo, meu filho. Isso não é vergonha e não determina coragem.

Façamos a nossa parte!

REPORTAGENS > MÃEZINHA VÍRGULA

MANUAL PRÁTICO PARA EX-MARIDOS SOBRE COMO NÃO SER UM IDIOTA MACHISTA

O amor acabou, não significa que o respeito tem que acabar junto...

por *Débora Puglia*
21 de junho de 2016

Foto: pixabay.com

Foto: pixabay.com

Este não é um manual de como reconquistar sua ex. É um guia prático destinado a todos os ex-maridos e namorados que têm filhos ou frequentam ambientes comuns às suas ex-companheiras, para que os dois vivam uma relação mais sadia e livre de machismo e as crianças possam ser felizes gozando do amor do pai e da mãe.

Leia mais: [Guia didático sobre a cultura do estupro para você não passar vexame na internet](#)

1

Como chamar sua ex.

O romance entre vocês acabou, logo, não cabe mais falar “querida”, “amor”, “minha gata”, “minha morena”, “minha paixão”. Isso não significa que o respeito tenha acabado também. Ou seja, nada de “vadia” ou “puta sem coração” – lembrando que prostituta não é xingamento, é profissão. Nós temos nomes e desejamos ser chamadas por eles.

Elogios podem ser feitos, mas com limites. Pode ser que, quando vocês estavam juntos, sua ex gostasse que você comentasse sobre o corpo e a sensualidade dela. Isso passou no momento em que ela terminou com você. Comentários de cunho sexual agora são assédio, justamente porque não são bem-vindos.

2

Sua ex não é, nem nunca foi, sua propriedade.

Nós, mulheres, **NÃO** somos propriedade de ninguém. O fato de você ter se relacionado com alguém, ou mesmo ter um filho com alguém, não lhe dá o direito sobre a vida e os desejos dessa pessoa. Principalmente se você é carta fora do baralho e ela deixou claro que não quer uma reconciliação. O que ela faz ou deixa de fazer com sua vida pessoal, se ela sai com todo mundo ou ninguém só diz respeito a ela, ou, no máximo, às pessoas para quem ela pedir conselhos.

3

Pensão não é privilégio, é direito.

Queridos, entendam de uma vez por todas: **pagar a pensão NÃO é ajudar sua ex. É obrigação de pai.** O filho também é seu, e não é obrigação da mulher criar, educar e sustentar um filho sozinha. Então pare de exigir privilégios pelo valor da pensão que você paga. Você não faz mais do que sua obrigação!

E se ela tem a guarda das crianças, também tem menos tempo livre para trabalhar, logo, precisa ser compensada financeiramente para que continue tendo todo o tempo necessário que a educação das crianças exige. **Se você não quer dar a ela compensações financeiras, simples: obtenha guarda compartilhada – mas compartilhada DE VERDADE.** Faça metade das lições de casa com as crianças, dê metade dos banhos, cozinhe metade das refeições, vá em metade das reuniões de escola e dê metade dos beijinhos antes de dormir.

Mulheres não precisam de privilégios, só precisam que você reconheça que quem tem mais obrigações também merece mais direitos. **Além disso, no Brasil, se o homem tiver a guarda dos filhos, é bastante comum que juízes peçam que mulheres paguem pensão, de maneira igual e justa – e nós somos a favor disso, pare de dizer que, quando exigimos o mesmo, é mimimi.**

4

E a família dela?

Nós entendemos que você cria laços com os familiares de suas ex e isso é perfeitamente normal pra todo mundo que tem um coração. Você tem todo o direito de continuar amando essas pessoas e se relacionando com elas se as duas partes quiserem assim, mas não pode, de maneira alguma, depois que o relacionamento acabou, pedir à família dela que interceda por você, que a convença de que ela é uma louca incapaz de pensar por vontade própria.

5

Não manipule seus filhos.

Não se faça de vítima para os familiares e amigos de sua ex, muito menos para seu filho – alimentar o ódio contra a mãe não vai influenciar positivamente o caráter do seu filho (temos consciência de que esse conselho vale para ex-esposas também). Dizer coisas como: “o papai não tem casa”, “papai queria, mas mamãe não deixa”, “papai faz de tudo, mas mamãe só complica” ou, a pior de todas, “tua mãe é uma vadia” não vai fazer do seu filho um cidadão de bem.

6

Não responsabilize a ex pelos seus dramas pessoais.

Não culpe sua ex pelas desgraças da sua vida. Tudo o que acontece é um reflexo de nossos atos ou falhas de nossa sociedade injusta. Se você não tem residência fixa ou um trabalho estável, isso não é culpa da sua ex. Pode ser culpa da sua incompetência, ou do preconceito e racismo da sociedade mas, com certeza, ela não tem nada a ver com isso e tem todo o direito de não querer você na casa dela se isso não faz ela feliz.

7

Manter um relacionamento amigo depende da decisão de duas pessoas.

Se sua ex deixou bem claro que não quer “conversar”, “discutir a relação” ou “confraternizar”, respeite. Ninguém gosta de ser pressionada. Não importa se você é um canalha arrependido ou simplesmente o cara legal com quem não deu certo. Cada um sabe a dor de lidar com um amor que não deu certo – e entende se pode suportar isso ou não.

8

Ameaça é crime.

Chega a ser ridículo ter que dizer isso, mas, infelizmente, é necessário. Ninguém tem direito de ameaçar e aterrorizar a vida de outra pessoa. Então, pare de ligar. Não apareça sem ser convidado ou sem hora marcada. Nunca diga que vai “matar”, “por fogo na casa”, “sequestrar seu filho”, “matar seus familiares”, “difamá-la socialmente”... e por aí vai.

E se, por acaso, você for um idiota completo e decidir fazer tais ameaças, não reclame das consequências. Ela tem todo o direito de ir até a delegacia mais próxima registrar ocorrência e a polícia terá todo o direito de prender você se essa for a gravidade do caso.

9

Lembre o significado de NÃO:

Adv.

1. Designação de partícula negativa, inversa à partícula afirmativa sim;
 2. Manifesta ou explícita negação ou rejeição; do mesmo significado da expressão: de modo nenhum;
 3. Designação de jamais, negativo ou nunca;
- n.m.
4. Negação ou negativa;
 5. Recusa ou rejeição.

Reforçando: NÃO = Rejeição, negativa, recusa...

Quando sua ex diz NÃO, ela realmente quer dizer NÃO! Não quer dizer que ela ainda o ame, queira te castigar e você deva insistir. Muito menos que ela está lobotomizada por familiares e amigas e esteja sendo obrigada a te recusar. O NÃO só significa que ela não está mais interessada em você, e assim, você deve ir viver sua vida e deixá-la viver em paz. Pode ter certeza: nenhuma agressão ou ameaça fará sua ex te amar novamente, pelo contrário, só a fará sentir mais desprezo por você.

Com certeza existem muitos caminhos pra você ser feliz sem ela na sua vida. Busque-os!

REPORTAGENS • MÃEZINHA VÍRGULA

FACEBOOK VETA FOTOS DE PROJETO PRÓ-AMAMENTAÇÃO

Em abril foi sancionada uma lei que prevê multa para quem impedir uma mãe de amamentar seu filho, mesmo assim o Facebook continua bloqueando fotos do tema

por Amanda Negri
30 de agosto de 2016



Em abril de 2015, foi sancionada uma lei em São Paulo e no Rio de Janeiro que prevê multa para quem impedir uma mãe de amamentar seu filho, em qualquer local público ou privado. Porém, ainda ocorrem situações constrangedoras e até discriminatórias contra essa prática tão natural – e o Facebook é um dos maiores vilões desta história. Mariana Ramos é membro do projeto coletivo CriaTua que estimula o aleitamento materno e recentemente teve algumas de suas fotos bloqueadas em sua página do Facebook.

*"Temos o direito sobre nossos corpos.
Muitas já foram barradas na hora de
amamentar (na vida real e nas redes),
comigo mesmo um casal já mudou de
mesa quando fui amamentar minha filha
num restaurante"*

O projeto tem como principal objetivo falar sobre maternidade real, sem romantizações. O grupo, com mais de 70 mães, se reúne em vários espaços culturais de Brasília, quase toda semana. Elas compartilham uma rede de apoio mútuo e também de troca de experiências. Tudo começou com algumas amigas que se conheceram em aulas de ginástica para gestantes. "A gente sempre comentava que existem muitas coisas nesse universo que ninguém conta", afirma Mariana.

A ajuda coletiva vai de temas como amamentação, questões psicológicas, feminismo, educação das crianças, entre outras pautas. O coletivo criou duas hashtags após o ocorrido na página no Facebook, a **#NoPeito** e **#AmamentoSim**; e também se juntaram ao **#MeuCorpoMinhasRegras**. O site reúne fotos e depoimentos das mães participantes, junto à outras fotos produzidas pela fotógrafa Fernanda Ottoni.

Segundo elas, ninguém tem o direito de julgar uma mãe que escolhe parar de trabalhar para cuidar exclusivamente dos filhos, e nem a mãe que os deixa sob os cuidados de outras pessoas para tal. Ninguém te ensina a ser mãe e nem há um método de ser uma mãe boa ou ruim. Amamentar não é vulgaridade, não precisa ser escondido.



Fotos: Fernanda Ottoni

REPORTAGENS • MÃEZINHA VÍRGULA

INDÚSTRIA DA CESÁREA AUMENTA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL

Questionário feito pela reportagem com 150 mulheres mostra que em 61,5% dos casos o procedimento foi uma sugestão médica e não uma escolha da mulher

por Isabel Rocha
30 de dezembro de 2016



As 2h 55min do dia sete de abril de 2014, exatamente seis anos após escutar o coração de sua primeira filha, ainda na barriga, bater pela última vez, a designer Pamela Wagnitz entrava no Hospital Carmela Dutra, em Florianópolis, para dar à luz. Depois de perder as duas primeiras gestações, ler e pesquisar sobre maternidade, ela estava decidida: dessa vez, teria um parto natural humanizado.

Após algumas tentativas frustradas de contratar uma equipe para ter seu filho em casa, Pamela não se deu por vencida e procurou por um hospital. Já em trabalho de parto, ela acabou tendo de ser transferida para um hospital que não era o de sua escolha. “Naquele momento eu sabia que tinha perdido meu parto, sabia da luta que seria lá no [Hospital] Carmela Dutra e o quão difícil seria vencer” – lembra.

Foi a partir deste momento que, apesar do desejo de ter um parto natural, a designer passou a fazer parte das mais de 50% de mulheres submetidas à cirurgia cesariana no país – mais do que o triplo do número recomendado pela Organização Mundial da Saúde, que sugere que o índice não ultrapasse 15%.

Como se não bastasse, neste dia Pamela também entrou para a triste estatística que indica que uma em cada quatro brasileiras sofre violência obstétrica durante o parto.

HUMILHAÇÃO, SILENCIAMENTO E MUTILAÇÃO

Invisível e pouco debatida inclusive entre mulheres, a “patologização do parto” (ou seja, a ideia de que dar à luz é coisa de hospital) prolifera nos hospitais e maternidades de todo o país, reforçando a crença popular de que o parto é (e deve continuar sendo), por natureza, um momento de dor e sofrimento.

Blindados pelo escudo do status e pela posição de suposta superioridade em termos de conhecimento em relação à gestante, muitos profissionais da saúde colocam em xeque o protagonismo da parturiente (afinal, quem “faz o parto” é o médico), programam cesáreas a seu bel prazer (conforme for mais conveniente para suas agendas); interferem no processo natural de dilatação (por meio da aplicação de ocitocina sintética) e de rompimento da bolsa; impedem a presença do acompanhante; privam a gestante de alimento e água durante o trabalho de parto; forçam posições e exames desconfortáveis; mutilam (corte do períneo que pretende aumentar o canal vaginal); humilham.

Foi exatamente isso que aconteceu com Pamela.

Quando chegou ao Carmela, a designer já estava com 6 centímetros de dilatação. “Fui deixada lá por mais de uma hora, o que fez com que os batimentos cardíacos do bebê diminuíssem. Não me deixavam beber ou comer nada. Após quase 10 horas, a médica sentou na minha frente e falou: ‘você já perdeu duas [bebês], né?’ eu acenei que sim com a cabeça e ela continuou ‘se você não for pra cesárea agora esse aí também vai morrer, mas a decisão é sua. Só decide rápido, porque não temos muito tempo’”.

Após passar pela cirurgia, Pamela foi impedida de pegar o bebê no colo. “Tive que brigar pelo meu filho enquanto era costurada e a médica me chamava de ignorante”, lembra a designer. “Ainda tive que ouvi-la falar para o anestesista que meu útero não estava contraindo e que, se ele não desse um jeito, ela ‘tiraria tudo’”.

Nele, 88,2% das mulheres disse acreditar que o parto normal é o mais seguro tanto para a mãe quanto para o bebê, apesar de 71,4% delas ter afirmado que tiveram parto cesariano, sendo que em 61,5% dos casos o procedimento foi uma sugestão médica e não uma escolha da mulher. O questionário revela, ainda, que em 28,6 % dos casos o médico não conversou com a gestante a respeito dos riscos e vantagens de cada tipo de parto durante o pré-natal.

"A cesariana eletiva aumenta em 120 vezes o risco de o bebê ter problemas respiratórios ao nascer e em três vezes o risco de óbito materno. São dados que médicos não passam para gestantes no pré-natal, quando tentam induzir a cesariana sem necessidade." – enfatiza Laura.

Em abril do ano passado a OMS lançou uma **declaração sobre as taxas de cesáreas** e estabeleceu que elas "são efetivas em salvar vidas maternas e infantis, porém somente quando realizadas por indicações clínico-obstétricas". Laura, que também é educadora perinatal, explica que algumas das razões para se realizar a cirurgia são frequentemente diagnosticadas precoce e erroneamente, como sofrimento fetal agudo, desproporção céfalo-pélvica e parada de progressão.

Confira a lista com os casos em que a operação é, de fato, necessária:

- Prolapso de cordão com dilatação não completa
- Descolamento prematuro de placenta com feto vivo fora do período expulsivo do parto
- Placenta prévia ou centro-parcial
- Bebê em apresentação transversa durante o parto (ela explica que, nesse caso, também "é possível tentar a versão cefálica externa, uma manobra para posicionar o bebê dentro do útero")
- Ruptura de vasa prévia
- Herpes genital com lesões ativas no momento do trabalho de parto

INDÚSTRIA DA CESÁREA

Das mulheres entrevistadas para a realização desta reportagem, 45,5% declarou ter recebido ocitocina sintética na veia sem consentimento, 20% foram imobilizadas ou obrigadas a permanecer em posição ginecológica desconfortável durante o trabalho de parto e 27,5% foram impedidas de entrar em contato com o bebê logo após o nascimento. Os outros 7% das respostas ficou dividido entre humilhações verbais, sucessivos exames de toque e negligência no atendimento.

Laura, que também é coordenadora do Grupo Gestar, representante da ONG Artemis em Minas Gerais e criadora do Projeto Fênix para vítimas de violência obstétrica, decidiu tornar-se doula após passar, ela mesma, por uma experiência violenta durante o parto do seu primeiro filho.

Ela conta que, assim como a própria gestação, ter um parto normal era algo que ela já havia planejado. “Achei que querer era suficiente, que eu seria respeitada e que jamais iriam fazer algo que eu não precisasse, afinal estudei anos pra isso. Acabei em uma cesariana sem necessidade alguma”.

Aqui vale lembrar que essa indústria que surgiu entorno da cesárea, cujo produto é o corpo feminino, é muito lucrativa em termos de dinheiro e econômica em termos de tempo, para os médicos que, ao realizar a cirurgia, não precisam cancelar toda sua agenda de consultas para dedicar horas e horas a um trabalho de parto para o qual ganharão menos.

“Fui chamada de gorda, estudantes entravam e saíam da sala, apesar de não terem me perguntado se eu queria lá, não pude tocar meu filho e nem mesmo usar meus óculos para conseguir vê-lo de longe. Essa experiência fez com que eu tivesse o desejo de fazer algo pra mudar isso, para ajudar outras mulheres.”, lembra.

Como alternativa a tudo isso, a doula ressalta a importância do parto humanizado e enfatiza que, apesar de todos os tipos de parto oferecerem riscos. “Um parto onde a gestante tem maior liberdade de locomoção, pode se alimentar e ingerir líquidos, receber apoio contínuo, ter sua intimidade e autonomia respeitadas e recursos de alívio da dor à disposição, tem maior sucesso no desfecho.”

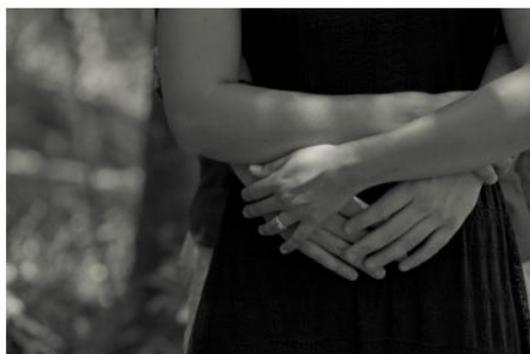
Parece óbvio, mas essa ainda é uma realidade a ser alcançada.

REPORTAGENS > MÃEZINHA VÍRGULA

MULHER DEVERIA PEDIR AUTORIZAÇÃO DO MARIDO PRA FAZER LAQUEADURA?

Norma, ainda válida no Brasil, começa a ser questionada por médicos e conselhos técnicos e pode cair por terra em breve

por Nana Queiroz
17 de abril de 2017



Insistir não deu resultado algum. O hospital não iria fazer a laqueadura mesmo ela sendo uma mulher adulta, de mais de 40 anos, e já com três filhos para criar. Precisava de uma autorização por escrito do marido. Au-to-ri-za-ção. Pra fazer o que quisesse com o próprio corpo.

O companheiro bateu o pé e não “deixou”. Ele queria mais filhos. Ela chegou a ter uma quarta gestação e perdeu o bebê. Foi nesta altura que a cunhada Kátia*, irmã dele, interferiu – “Veja se pode fazer uma coisa dessas! Devia era você fazer vasectomia que é mais simples” – para ele assinar o bendito documento. “Intervi mesmo”, conta Kátia. “Se tinha alguém que deveria decidir (se fazia laqueadura ou não) esse alguém era a mulher. Não entendo a ideia de que eu não possa decidir se quero ou não ter filhos e qual o melhor método pra prevenir.”

O Estado brasileiro não parece concordar com ela. Segundo a [Lei 9.263](#), de 1996 (não, não é da Idade Média), somente mulheres com mais de 25 anos ou dois filhos vivos podem realizar a cirurgia de esterilização voluntária. E, se ela for casada, precisa de um documento assinado pelo marido “autorizando” o procedimento.

A medicina, no entanto, está começando a se rebelar contra a norma e pode decretá-la oficialmente antiquada antes do final do ano. Uma Comissão Técnica de Ginecologia e Obstetrícia do Conselho Federal de Medicina (CFM) acaba escrever um entendimento em que defendem a alteração no texto da lei, alegando que ela contraria acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Para que o documento se torne uma recomendação oficial do CRM, ainda é necessária que ela seja aprovada por uma Comissão de Bioética e a plenária geral do órgão. A partir daí, ela se tornaria um espécie de guia ético para orientar os médicos a tomarem decisões nestes casos – e protegê-los de eventuais processos de pacientes arrependidas. Além disso, ela pode fortalecer parlamentares que queiram convencer os congressistas a votarem uma alteração na lei.

O médico ginecologista e obstetra Roberto Magliano de Moraes foi um dos membros dessa Comissão e fala apaixonadamente sobre o assunto. No início da entrevista, parece até constrangido em ter que opinar tecnicamente em uma escolha que, a seu ver, deveria caber exclusivamente às mulheres. “Essa exigência nos parece medieval”, afirma.

“O papel do médico deve ser empoderar essa mulher com as informações necessárias para que ela tome as próprias decisões sobre seu corpo. A medicina tem que deixar de ser paternalista.”

No mundo jurídico, por outro lado, há quem justifique a medida alegando que, afinal, o casamento é uma sociedade e em toda sociedade cabem alguns compromissos. [Lívia Magalhães, conselheira seccional da Ordem dos Advogados do Brasil \(OAB\)](#), ri da teoria. “A lei não prevê o ‘dever de ter filhos’ e nem poderia impor tal obrigação. Muitos casais não querem ter filhos ou decidem adotar. A vontade de não ter filhos jamais deve ser punida.”

CALVÁRIO



Débora: "Não quero ter filhos e isso não me faz um monstro!". Foto: Arquivo Pessoal

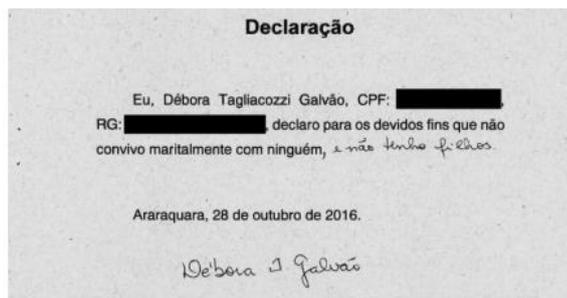
Ela nem sabe dizer desde quando não quer ter filhos. Talvez nunca tenha querido. "Tive quatro namorados e acredito que todos eles souberam desse não desejo de ser mãe", conta a oficial de promotoria Débora Galvão. "Tomo anticoncepcional desde meus 19 anos, mas aos 34, tive que fazer tratamento para depressão tomando medicamento de uso controlado, e a psiquiatra temia que ele interferisse na eficácia da pílula e vice-versa."

Débora era uma mulher responsável, bem informada e esclarecida. Pensou: por que não livrar-se dos hormônios de vez? Sua primeira tentativa foi o DIU de cobre. "Quando questionei minha médica ginecologista sobre isso, ela disse que não colocaria em uma mulher sem filhos. Alegou uns mitos sobre ser abortivo ou atrapalhar a fertilidade da mulher. Mas no meu caso, eu nem queria mesmo ter filhos!"

E mesmo depois que encontrou um médico que toparia fazer a laqueadura, Débora enfrentou quatro meses de documentações e procedimentos junto a seu plano de saúde, a Unimed, para conseguir a autorização da cirurgia. Conversa com assistente social. "Declaração de conhecimento de restrições para realização de esterilização voluntária e isenção de responsabilidade da operadora de plano de saúde" em três vias, com sua assinatura reconhecida em firma, junto à de um médico e duas testemunhas. Uma declaração de que não convivia maritalmente com ninguém e que não tinha filhos. Laudo de psicóloga ou psiquiatra afirmando que tinha plena consciência do que estava fazendo.

Débora sabe que o arrependimento é sempre uma possibilidade mas ela está disposta a assumir este risco. "Vou continuar sendo eu mesma, com laqueadura ou não. Quero me relacionar, namorar, quem sabe até casar, mas meu companheiro saberá desta minha decisão e terá que concordar", defende. "Se por acaso, lá na frente, mudar de ideia, posso adotar também."

Em nota, o Ministério da Saúde descreveu um procedimento legal que é semelhante às exigências feitas a Débora: "A vasectomia e laqueadura são indicadas para pessoas maiores de 25 anos ou com pelo menos dois filhos vivos. Em todos os casos está previsto período de 60 dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico para que haja acompanhamento de uma equipe de saúde, uma vez que se trata de um processo irreversível". E alegou estar priorizando os investimentos em métodos reversíveis, como o DIU, além de prometer R\$ 12 milhões em compras do dispositivo até 2018.



POR QUE OS MÉDICOS NEGAM?

Na realidade, a lei que dificulta o acesso à laqueadura nasceu por uma boa causa. Ela tentava, por um lado, impedir a troca de votos por acesso à cirurgia e, por outro, estimular o acesso a procedimentos muito menos invasivos, reversíveis e mais eficientes que a esterilização.

Uma em cada 200 mulheres que fazem a laqueadura engravidará. É uma falha natural do método e ocorre quando o corpo entende que houve uma lesão e “conserta o erro”. Já o DIU, que não exige cirurgia e é bem mais barato, tem uma falha de apenas 0,05%, ou seja, uma em cada 2.000.

Leia mais: Quer sair da pílula? Entenda alternativas e riscos de cada contraceptivo

É preciso também analisar o lado dos médicos. A ginecologista Tatyana Stenger Batista afirma: “O sistema judiciário é complicado. É só a paciente dizer que não leu ou não entendeu o termo de consentimento ou que estava sob forte emoção pro primeiro juiz usar a lei contra você.”

De fato, por se tratar de um método irreversível (a única maneira de engravidar após uma laqueadura é desembolsar uns R\$ 20 mil para uma fecundação in vitro), não é raro que médicos enfrentem processos de pacientes arrependidas. E daí parte o receio em consentir fazer a cirurgia em pacientes jovens ou sem filhos. A ginecologista Juliany Nascimento Silva, no entanto, afirma que esse medo precisa de limites.

“O limite é prejudicar uma mulher supondo que tem como adivinhar uma possibilidade de prejuízos futuros. Todo mundo quer opinar na vida reprodutiva da mulher sem ouvi-la: ‘você tem filhos demais’, ‘você tem filhos de menos’”, diz.

“Negar a cirurgia, no caso de um médico, não é um ato passivo porque ele condena aquela pessoa a não ter acesso a um procedimento. Não dá pra bancar o Pôncio Pilatos e achar que está só lavando as mãos.”

Para Roberto, a “medicina defensiva” é um erro ético. Se existe a preocupação legítima com o paciente, a possibilidade de processo se reduz, segundo ele. “A gente tem que investir – e isso não é utopia – na relação boa e de confiança médico-paciente.”

PARIDADE EXISTE MESMO?

Opa, pera lá: mas a lei também prevê que homens peçam permissão das esposas para fazer vasectomia.

Calma, não chegue tão rápido a conclusões. Para começar, segundo Roberto, essa suposta paridade da lei é ilusória. “Os homens fazem mesmo e pronto – e os médicos raramente questionam. A maioria deles nem sabe que esta lei se aplica aos homens”, observa. “Já para as mulheres, a autorização do marido constitui um obstáculo enorme: o acesso ao tratamento de saúde no Brasil já não é fácil, ainda mais quando se coloca mais um empecilho no caminho.”

Além das altas estatísticas de relacionamentos abusivos (3 em cada 5 mulheres jovens já sofreram violência em relacionamentos) e da educação tradicional que ainda prega que mulheres sejam submissas a seus maridos, existe um histórico a ser colocado na balança. Para nossas avós ou bisavós, “permissão do marido” era algo cravado, literalmente, na lei nacional.

Até 1962, quando foi aprovado o Estatuto da Mulher Casada, elas eram consideradas legalmente incapazes de fazer certas coisas, sendo equiparada aos menores de idade e pessoas com deficiência intelectual. Precisavam de autorização do marido não só para fazer procedimentos médicos como a laqueadura, mas também para ter uma profissão, receber uma herança, educar os filhos e administrar os próprios bens.

“O fato de ainda existir uma legislação assim é inconstitucional, pois viola o princípio da dignidade da pessoa humana”, argumenta Lívia. “A dinâmica familiar moderna não mais admite a imposição da vontade de um cônjuge sobre o outro.” Segundo a advogada, inclusive, qualquer conduta do marido que impeça a mulher de usar um método contraceptivo enquadra-se como violência sexual segundo a Lei Maria da Penha – o que torna o próprio Estado conivente com uma ilegalidade.

E Débora pede licença para fechar esta reportagem com um apelo: “Só peço que respeitem a decisão de suas esposas, amigas, filhas: mulheres que simplesmente não querem (ou não querem mais) ter filhos. Continuamos a ser mulheres. E não monstros.”

* Os nomes foram alterados para evitar retaliações por parte do companheiro da mulher em questão.

REPORTAGENS > MÃEZINHA VÍRGULA

BRANCAS COM DESCENDÊNCIA NEGRA: MÃES ADOTIVAS APRENDEM A LIDAR COM RACISMO

Dados do Cadastro Nacional de Adoção mostram que 65% das crianças prontas para a adoção no Brasil são negras ou pardas

por *Thais Folego*
26 de junho de 2017

Nery tinha o sonho de ser mãe. Mas aos 42 anos, seu relógio biológico começou a lhe falhar. Foi quando surgiu a oportunidade de adotar uma menina, então com poucos dias de vida, cuja mãe biológica não tinha condições financeiras nem familiares para criar. A garotinha era Tatiana Taveira. Ela cresceu num ambiente saudável e feliz, com o amor e o afeto dos pais e da família.

Mas, da porta de casa para fora, provou de uma realidade que seus pais

adotivos, por serem brancos, nunca experimentaram: o racismo.

Pais brancos que adotam crianças negras vivem um fenômeno curioso: eles geralmente têm pais e avós brancos, mas passam a ter uma descendência negra. A partir disso, precisam aprender a lidar com o preconceito racial que seus filhos inevitavelmente vão sofrer ao longo da vida.

“Uma pessoa que toma a decisão de adotar uma criança de uma raça diferente da sua tem grande probabilidade de enfrentar preconceitos no Brasil”, afirma a assistente social Silvana Rufino no estudo “Uma realidade fragmentada: a adoção inter-racial e os desafios da formação de uma família multiracial”. Segundo ela, a sociedade ainda se encontra despreparada para viver a situação da adoção inter-racial, uma vez que a filiação adotiva ainda é vista com restrições.

Dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) mostram que, atualmente, 65% das crianças prontas para a adoção no Brasil são negras ou pardas. O racismo enfrentado por essas crianças – e, por tabela, por suas famílias – ganhou publicidade recentemente com a queixa feita à polícia pelo casal de atores Giovanna Ewbank e Bruno Gagliasso por comentários racistas feitos na internet sobre sua filha, Titi.

DESGUARDADO

Restrições dos pretendentes não se encaixam nos perfis das crianças para adoção

CRIANÇAS PARA ADOÇÃO

Total cadastradas **7.673**



PRETENDENTES A PAIS

Total cadastrados **39.953**



FONTE: Cadastro Nacional de Adoção (CNA) ajm.org.br

Fora do mundo dos famosos, também estampou as páginas de jornais e sites a história do artista plástico Enio Squeff, cujo filho adotivo negro, de 7 anos, foi confundido com um pedinte por seguranças do Shopping Higienópolis, localizado em um bairro nobre de São Paulo.

Os desafios vão de coisas simples, como arrumar os cabelos das crianças, a lidar com o racismo velado nas escolas, conforme revela a aposentada Cecília Silva Brito, de 53 anos, que tem uma filha de quatro anos, Maria Clara. “Eu trabalho muito a autoestima dela. Quero que ela se goste e se reconheça como uma menina bonita, para poder enfrentar todas as coisas que vão aparecer em sua vida”, diz Cecília.

Maria Clara ainda é muito nova para entender o mundo à sua volta, mas já carrega consigo algumas marcas.

Cecília e o marido, Edson Brito, adotaram Maria Clara quando ela tinha 9 meses. Nesses três anos, lidaram com os problemas de saúde e de desenvolvimento da filha, provenientes da dependência química da mãe biológica. O tratamento neurológico e as sessões de fonoaudiologia e fisioterapia foram essenciais para que hoje Maria Clara seja uma criança saudável e com um desenvolvimento normal para a sua idade. Tão normal que já define, por exemplo, como gosta de usar o próprio cabelo. Cecília conta que ela prefere ele solto e não gosta de prender as madeixas. A mãe tem bastante trabalho para cuidar do cabelo da filha, uma vez que encontrar produtos de cabelos crespos para crianças não é uma tarefa fácil.

Nas poucas vezes que falou publicamente sobre a maternidade, a atriz Leandra Leal tocou justamente nesse ponto. “Queria compartilhar uma observação que fiz nos últimos tempos. A falta de opção de produtos para cabelos de crianças negras. Bebês com menos de 3 anos, então!”, desabafou em sua conta no Instagram. “Conversei com várias amigas, assim como eu, mães de crianças negras, e todas têm a mesma queixa. O cabelo da criança negra, o crespo, não é igual ao cabelo cacheado”. Leandra e o marido, o empresário Alexandre Youssef, adotaram Julia, de 2 anos, no ano passado.

Edson, o pai de Maria Clara, conta que, no início, a esposa abordava na rua pessoas com cabelos crespos para pedir indicação de produtos e cuidados. Segundo ele, até o momento, a família não viveu nenhuma situação de preconceito com a filha em espaços públicos. Mas tem ciência da dimensão do preconceito racial da população brasileira. “É aquela coisa: as pessoas acham que não são racistas porque têm um amigo negro quando, na realidade, o exercício para não reproduzir o racismo tem que ser diário”, opina Edson. O casal diz que, à medida em que a filha for crescendo, vai discutir com ela o preconceito e os estereótipos que a cor da sua pele carregam, de forma a dar estrutura e argumentos para que a filha possa se defender e lidar com isso.

CONVERSA FRANCA

Essa parece ser uma preocupação e uma postura crescente entre os pais adotivos, conforme a discussão racial entra pauta na opinião pública. “Meus pais são de uma época em que não se falava de racismo. Era algo levado e não discutido”, observa Tatiana, a bebê lá do início da reportagem, hoje com 38 anos. Ela conta que as primeiras experiências de discriminação que sofreu foram na escola. Além do bullying sobre o seu cabelo crespo, chamado pelos colegas de Bombril, Tatiana lembra que as alunas queridas pelos professores, as chamadas de princesas, eram sempre meninas brancas. Que a ela eram dirigidas sempre críticas, nunca elogios.

“É claro que eu tenho consciência disso hoje, na época eu não entendia a dimensão daquilo e só queria fugir. Acho que por isso escolhi a área de educação como profissão”, diz Tatiana, que está no último ano da faculdade de pedagogia.

Ela diz que não contava dos problemas que tinha na escola para os pais, pois sentia vergonha e culpa.

Na família Taveira a própria questão da adoção era um assunto delicado. Apesar da clara diferença da cor da pele e dos traços físicos, nunca foi contado para Tatiana a história da sua origem. Ela diz que suspeitava que era adotada, mas só teve certeza disso aos 17 anos, quando encontrou nas coisas dos pais a certidão de nascimento de antes da adoção. Quando questionou a mãe, ela caiu no choro e Tatiana resolveu sublimar o assunto. “Vi que causava sofrimento e não fazia sentido pressionar diante de tanto afeto e carinho”, conta.

Ela só retomou a busca pelas suas origens há cerca de oito anos, depois que a mãe adotiva faleceu. Perguntou ao pai o nome da mãe biológica, que encontrou por meio de redes sociais e com quem mantém uma relação de amizade e carinho. Tatiana conta que nunca pensou na questão da adoção como um processo de rejeição, mas sim como a oportunidade de uma vida melhor. “Eu tive uma vida melhor que minha irmã [biológica] mais velha, que passou por privações e sofreu violência doméstica com um pai alcoólatra”, diz.

Para a assistente social Silvana, fingir que o assunto não existe é um péssimo negócio. Ela recomenda que as diferenças de origem sejam reconhecidas pelos pais e o tema abordado com franqueza. “É exatamente a aceitação dessas diferenças que permitirá aos pais levar em consideração a sua história anterior e estabelecer, junto com seu filho, um relacionamento que facilitará o seu desenvolvimento, num contexto cultural diverso daquele de origem”, afirma.

Ela aconselha que os pais brancos propiciem à criança, de forma positiva, vivências da cultura negra e que as características biológicas negras sejam valorizadas abertamente. Silvana defende que é possível que uma criança afro-descendente adotada por pais brancos sintam-se e seja sentida como um verdadeiro membro dessa nova família, num clima recíproco de dignidade e respeito, mesmo em sociedades em que ainda são fortes as barreiras estabelecidas entre as diferentes etnias.

o processo

A maioria das crianças negras enfrenta o preconceito racial ainda no processo de adoção. Isso porque quase 20% dos pretendentes à adoção só aceitam crianças brancas, segundo o Cadastro Nacional de Adoção (CNA). “A questão da cor é o grande problema dessa conta não fechar”, diz Dora Martins, juíza substituta de segundo grau e membro da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

A assistente social Silvana Rufino diz que preconceito racial no processo de adoção emerge por meio das exigências impostas pelos casais requerentes que, ao se cadastrarem, expõem como idealizam e como desejam a criança, tratando a questão, muitas vezes, como um ato mercantilizável.

O processo de preparação para a adoção, porém, faz com que os adotantes enfrentem e revelem os seus preconceitos, segundo Dora. Um dos longos formulários a preencher é para indicar se há restrições em relação a raça, idade, sexo, doenças e origem de pais dependentes químicos. “Nos cursos, a gente fala para as pessoas que elas vão se defrontar com seus preconceitos, com seu racismo, com as suas dificuldades e assumi-las. Ninguém é obrigado a adotar uma criança crescidinha e negra, mas vai ter que assumir que essa era uma possibilidade e você a está rejeitando, o que pode fazer o tempo de espera aumentar”, diz a juíza.

O processo de inscrição da adoção inclui, além da papelada, cursos de apoio à adoção e entrevistas com psicólogos e assistentes sociais. Se aprovado, o nome do pretendente será habilitado a constar dos cadastros local e nacional de adoção.

Cecília afirma que chegou às cegas no curso preparatório sobre todo o processo pelo qual teria que passar e que ele foi muito importante para ampliar sua visão sobre a adoção. Ela conta que precisou analisar as próprias expectativas. “O relatório chocou um pouco a gente. Lá você precisa colocar o que pode abraçar e o que pode fazer diante de tudo aquilo”, conta.

Para ela e o marido, a cor da pele não era uma restrição. Eles até colocaram como preferência crianças maiores de três anos, devido à idade mais avançada do casal, e por isso foram pegos de surpresa quando a assistente do fórum ligou perguntando se eles queriam conhecer uma bebê de nove meses. “Conhecer um bebê é olhar e levar para casa, né?”, diz Cecília. E foi assim mesmo que aconteceu: eles conheceram Maria Clara numa quarta-feira e, no sábado da mesma semana, a levaram para casa.

A juíza Dora faz uma defesa veemente ao processo de adoção por vias judiciais. Segundo ela, é dever do Estado fazer o filtro para verificar quem é o pretendente à adoção, quais são seus desejos e intenções. “O foco precisa ser a criança, não as necessidades da família adotante”, diz.

A juíza vê fortes marcas do Brasil colonial nos processos de adoção ilegais que ainda acontecem com frequência no Brasil.

Ela conta que uma prática comum é o casal pegar uma criança diretamente de sua mãe biológica, ficar com ela por um tempo informalmente, criar vínculos, e depois contratar um advogado para fazer um dossiê e entrar com o pedido de guarda do menor.

Outra prática ilegal que vem se tornando moda, segundo a juíza, é o casal pagar a mãe biológica para ficar com o bebê, que é registrado no nome do homem do casal ao nascer, como pai biológico. Depois, o casal entra com um processo em que a mãe biológica concorda com a adoção da criança pela esposa do casal, como se a criança tivesse sido fruto de um caso extraconjugal do marido.

Para combater a prática, o Judiciário pede exames de DNA em processos com esse perfil. “Tudo isso mostra que o Brasil ainda pensa colonialmente, reproduzindo a história do filho de criação, em que os senhores e feitores engravidavam suas escravas e depois o filho era criado no quintal. Ainda temos essa relação com esse tipo de adoção [ilegal]. O cara que procura um filho assim está reproduzindo esse consciente colonialista e escravagista”, diz Dora.

Esse, inclusive, é um traço importante do preconceito de raça no Brasil, que tem a ver com a formação cultural do país. Diferente do racismo que prevaleceu nos Estados Unidos e na África do Sul, que era segregacionista, no Brasil ele é um "racismo de intimidade", segundo os estudos da psicóloga social Lia Schucman. Lia estudou em seu doutorado como o racismo se manifesta dentro de famílias inter-raciais.

Esse tipo de racismo pressupõe a interação entre brancos e negros em relações que podem ser mediadas pelo afeto, sem deixar de ser racista ao mesmo tempo.

REPORTAGENS • MÃEZINHA VIRGULA

BATOM É BRINQUEDO? COMO LIDAR COM A OFERTA DE MAQUIAGEM PARA CRIANÇAS

A marca de brinquedos Estrela lançou linha de cosméticos e maquiagens e levanta debate sobre erotização e autoestima das crianças. Para mães e especialistas, não há nada de errado em se pintar, mas a brincadeira não pode virar obrigação

por Bruna Escaléia
8 de maio de 2018



Mãe, eu tô bonita?" é uma pergunta que começa a fazer parte do dia-a-dia da terapeuta ocupacional Gabriela Cruz de Moraes, paulistana e mãe de gêmeas de 6 anos de idade. "A relação delas com a beleza começou com as roupas e acessórios: o laço que combina com o vestido, o sapato que combina com a roupa. Depois, foi evoluindo para coisas mais subjetivas: 'eu tô bonita? Meu cabelo tá arrumado?'" , conta.

Crianças têm o conceito de imagem corporal formado por volta dos 3 anos. "Entre 4 e 5, elas desenvolvem níveis mais elevados de autoconsciência e compreendem que os outros podem percebê-las ou julgá-las. Portanto, é importante evitar críticas e observações muito duras", recomenda a psiquiatra Gracielle Rodrigues da Cunha, especialista em infância e adolescência. "Entre 6 e 7 anos, estão mais conscientes da perspectiva do outro e começam a internalizar avaliações externas para formar sua autoestima e identidade", explica.

Como elas têm mais consciência do corpo e das habilidades físicas antes de desenvolver as habilidades cognitivas, é natural que se preocupem, primeiro, com as características físicas. "No início, as comparações são mais concretas e se relacionam com tamanho ('sou maior que meus colegas') ou habilidades ('sou mais rápida que eles'). O conceito de beleza vem do mundo externo, por meio de experiências sociais e culturais", contextualiza Gracielle.

É o que percebe a permacultora Júlia Taragano, de Florianópolis, mãe de gêmeas de 5 anos de idade. "Desde que nasceram, todo mundo fala da beleza delas. Elas chamam a atenção, porque são diferentes do padrão brasileiro, loiras e de olhos azuis", conta. "Procurro falar, também, de outras qualidades. Digo que são corajosas, espertas, criativas."

Segundo a psiquiatra, a autoestima é construída a partir de uma avaliação de si mesmo em diferentes domínios, como aparência, capacidade atlética e inteligência. A criança forma a sua através do desenvolvimento de confiança, independência e iniciativa, muito mais do que por ser ou não bonita. “Ao estimular desafios e conquistas na infância, elas aprendem que a realização e o sucesso dependem não apenas de qualidades inatas, mas também de seus esforços e de outros fatores ambientais, como o apoio de amigos ou família”, diz.

MENINA BONITA, MENINO INTELIGENTE

Em uma sociedade que enfatiza muito mais a beleza das mulheres do que a dos homens, não é de se admirar que as meninas comecem a se preocupar com sua aparência muito mais cedo e intensamente que os meninos. “No geral, as mulheres passam mais tempo e gastam mais dinheiro cuidando de sua aparência do que os homens. As crianças veem isso dentro de casa, na mídia, na vida social”, comenta Graccielle.

“Um estudo dos Estados Unidos analisou 11.927 personagens de filmes e programas de TV veiculados entre 2006 e 2011 e descobriu que as mulheres eram muito mais retratadas usando roupas sexy (28%, em relação a 8% dos homens), magras (34% vs. 11%), e descritas por outros personagens como fisicamente atraentes (15% vs. 4%). Outro estudo analisou os diálogos de diversos filmes e concluiu que, na maioria deles, personagens masculinos falam muito mais do que os femininos, mesmo nos filmes de princesas, em que as mulheres são o centro da história”, diz.

Essa preocupação com a aparência é a todo momento intensificada pela comparação do próprio corpo com ideais estéticos completamente diferentes dos corpos que encontramos na realidade. “A maioria das mulheres brasileiras não são altas, magras e loiras. O que se percebe é a construção de uma imagem irreal pela mídia e pela sociedade, a partir de demandas externas. Isso impacta diretamente a formação da subjetividade da criança”, comenta a psiquiatra Ana Olmos, consultora do projeto Criança e Consumo do Instituto Alana.

A advogada Mayara Silva Souza sente isso na pele desde a infância. Como mulher negra nascida na periferia, ela não via sua beleza valorizada. “As meninas brancas dificilmente terão dificuldade de ouvir o quanto são lindas e parecem bonecas ou princesas. Já para as negras, esses elogios dificilmente chegam de forma espontânea. Por isso, é ainda mais importante para nós estar bem com a aparência”, diz. Para ajudar meninas com uma história parecida com a sua a desenvolverem sua autoconfiança desde cedo, Mayara decidiu oferecer oficinas de maquiagem tribal africana para crianças e jovens de 9 a 18 anos em uma favela na Zona Leste da capital paulistana, no projeto *Adote uma rainha*.

“Pensei na maquiagem, porque é uma ferramenta usada para elevar a autoestima, mas também pode ser vista como instrumento de sedução e até de competição entre as mulheres. Por isso, criei uma oficina de maquiagem tribal africana, que tem outra conotação. Expliquei para as meninas o significado e a cultura por trás desse estilo de maquiar tão lindo e pouco conhecido. Deu super certo!”, conta Mayara.

"Além de lindas, elas se viram como guerreiras, fortes e empoderadas, muito além de uma estética artificial".

UMA QUESTÃO DE MERCADO

O exemplo de Mayara mostra como produtos de beleza podem ser usados a favor do empoderamento feminino. No entanto, esse tipo de abordagem é um contraponto ao que a indústria da beleza propõe massivamente para as mulheres. "Estamos numa sociedade capitalista, num contexto social e econômico que cria necessidades de consumo artificiais atendendo a padrões de beleza instituídos de fora pra dentro. Nesta sociedade de consumo, a beleza é produzida e, quem tem dinheiro, consegue construí-la desde a infância, seja indo ao dentista, corrigindo pés tortos, fazendo cirurgias plásticas, cortes de cabelo ou comprando roupas, calçados ou cosméticos", analisa Ana, do Alana.

A marca de brinquedos *Estrela* decidiu investir em um nicho de mercado ainda pouco explorado no Brasil: cosméticos e maquiagens para crianças de 5 a 12 anos. A nova linha de produtos deve incluir batons, esmaltes, sombras para os olhos e *gloss*, e será vendida em lojas próprias da *Estrela Beauty*. A primeira unidade está sendo montada no Shopping Morumbi, em São Paulo, com inauguração prevista para abril. Procurada pela reportagem, a empresa não se manifestou.

Depois de mais de um ano de pedidos insistentes das duas filhas, Gabriela finalmente cedeu e comprou um estojo de maquiagem para elas, mas controla o uso, enfatizando sempre que se trata de uma brincadeira, não de uma atividade cotidiana. "Foi bem difícil encontrar o estojo de maquiagem pra criança, precisei comprar pela internet. Realmente, existe a demanda e não tem a oferta adequada do ponto de vista da composição. Mas uma loja de cosméticos infantis me preocupa, porque não vai entrar na categoria de brinquedo. Pra mim, cada coisa tem seu lugar. Se elas querem uma bolsa, por exemplo, eu compro em loja de brinquedo e direciono o uso como uma brincadeira", comenta.

A composição de cosméticos infantis deve atender a definições específicas para não agredir a saúde das crianças. De acordo com a **cartilha** da Anvisa, esse tipo de maquiagem deve ter baixo poder de fixação e ser facilmente removida com água, incluindo os esmaltes. Esses produtos podem ter gosto ruim para evitar que as crianças os levem à boca. Além disso, é importante não utilizar maquiagens para bonecas, já que não são seguras para a pele infantil.

"A vontade de usar maquiagem aparece normalmente porque a criança se espelha no comportamento das pessoas da família e pode surgir tanto em meninos quanto em meninas muito pequenas. Também é comum que as crianças queiram vestir as roupas ou calçar os sapatos dos pais. Brincadeiras de faz de conta, como se fantasiar, estimulam a criatividade e ajudam a construir a identidade", diz Gracielle.

No entanto, "é o contexto em que isso está inserido que pode ser prejudicial. Aprender a se maquiar com o intuito de ficar mais bonita e usar essa beleza como forma de sedução é o que é inadequado para a idade. O maior problema nem é a maquiagem, mas a posição em que a mulher é vista na sociedade. Grande parte das propagandas e dos programas voltados para adultos incluem mulheres em atitudes sensuais e reforçam a ideia de que a beleza é um atributo essencial. E, cada vez mais, estamos expondo as crianças a esses conteúdos sem supervisão", continua.

“A infância tem que ser vivida em toda sua plenitude, não com um pé no mundo adulto. Reproduzir no critério de beleza para as crianças o padrão dos adultos é absurdo. Brincar de se maquiar é uma coisa; precisar ter seus próprios produtos e usar para sair não é brincar, é se adaptar a um modelo. No desenvolvimento da subjetividade, todo estímulo do mundo externo é pedagógico, afirma Ana.

"Não podemos passar a mensagem de que 'pra você ser amada, desejada – aí entramos na erotização precoce – você precisa de maquiagem'. Criança não é adulto em miniatura".

Júlia não pensa em permitir que as gêmeas usem esse tipo de brinquedo. “Vai incentivar desde o começo da infância a mulher a não se valorizar ao natural”, acredita ela, que também prefere não usar maquiagem, dando o exemplo.

A hora certa de deixar os filhos usarem maquiagem deve ser determinada por cada família. Para Ana, se mães e pais não acham adequado que os filhos usem maquiagem, não é preciso ter medo de proibi-lo. “Eles devem dizer que não importa se os outros têm, ‘aqui em casa não tem’. Os pais não podem ter medo de apresentar a realidade que querem para os filhos. Diga ‘aqui não. Nós não achamos adequado’. Não tenha dúvida, diga o não pertinente à sua casa”, recomenda.

Já Gracielle aponta para a necessidade de atentar ao meio social das crianças: “o que deve prevalecer é a regra da família, mas precisamos lembrar que, a partir dos 10 anos, pertencer a um grupo passa a ser muito importante para definir a autoidentidade. Então, se a criança apresenta uma necessidade saudável de compartilhar momentos com os amigos, vale flexibilizar um pouco, criando algumas regras como que tipo de maquiagem poderá usar (só brilho labial, por exemplo) ou em que momento. Não existe uma fórmula para lidar com isso, mas construir desde cedo uma relação de confiança, tentando equilibrar cobranças e elogios e estimular os filhos a buscar suas próprias soluções torna tudo mais fácil. Quando a criança tem um vínculo seguro com seus pais, ela tem uma melhor autoestima e está menos suscetível a vincular seu sucesso ao mundo externo”.

COLUNAS + MEU NOME NÃO É MÃE

A MATERNIDADE AFASTA AS MULHERES DO MERCADO DE TRABALHO, E ISSO NÃO É UMA OPÇÃO



Tayná Leite mostra que as mães não são menos produtivas, mas mesmo assim recebem salários menores e menos propostas de trabalho

por Tayná Leite
24 de maio de 2017



Muitas de nós não nos damos conta, mas a mera capacidade de poder engravidar – e não necessariamente querer/conseguir – talvez seja a nossa principal amarra quando se trata de reforçar a desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

Recente **pesquisa** publicada pelo New York Times, nos mostra que “quando ingressam no mercado de trabalho, homens e mulheres têm remuneração muito parecida. Mas nas décadas seguintes a diferença salarial entre os gêneros cresce de maneira significativa”. Ainda de acordo com o estudo, “a diferença salarial passa a ser mais acentuada entre o final dos 20 anos de idade e o começo dos 30, quando uma grande parte das mulheres têm filhos. Segundo os dados, mulheres solteiras e sem filhos conseguem manter a paridade salarial.”

Outro **estudo**, dessa vez de Stanford, oferecia aos participantes dois currículos idênticos de candidatas a um posto de consultoria de gestão, exceto pelo fato de que deles mencionava fazer parte de uma associação de pais e professores. Resultado: **a mulher com filhos tinha chance de contratação 79% menor e ofertas salariais US\$ 11 mil mais baixas.**

Eu me lembro da primeira vez em que me perguntaram sobre filhos em uma entrevista de emprego e eu senti o peso dessa pergunta. A entrevista foi ótima e eu havia sido indicada pela própria diretora da área para participar do processo, mas pela primeira vez em toda a minha carreira saí da entrevista com um gosto amargo.

Pois bem, parece que a minha impressão tem fundamento estatístico, já que **um estudo** publicado pelo *Federal Reserve Bank of St Louis* analisou cerca de 10 mil mulheres por um período de 30 anos e também comparou dados considerando a quantidade de filhos que cada uma delas tinha. **Mães de pelo menos dois** foram consideradas as mais produtivas.

2

Mães dão prejuízo pois faltam ao trabalho para cuidar de filhos doente...

Sim, crianças ficam doentes e sim, elas precisam de cuidados! Agora, pasmem: estudos comprovam que o pinto não cai quando o pai leva o filho ao pediatra ou vai à reunião na escola sem a presença da mãe.

Eu acredito que como importante vetor de mudança de comportamento e pelo próprio peso que tem na vida das pessoas, empregadores podem (e devem) não apenas incentivar, como premiar, por exemplo, pais que se dediquem a dividir os cuidados na criação dos filhos.

Que tal gastar aquela verba bacana de *endomarketing* fazendo campanhas nesse sentido? Ou apenas não ser um chefe escroto que marca reunião às 19 assumindo que os filhos do seu funcionário “estão com a mãe”? Ou, ainda, não fazer aquela cara de anus com hemorroida quando o funcionário vier contar que chegará mais tarde pois tem consulta no pediatra? E NEM PENSE em perguntar: “mas e a mãe?”.



O instinto materno fala mais alto quando se trata de escolher entre cuidar dos filhos ou manter a carreira.

Convivo com muitas mulheres que acreditam terem largado suas carreiras para cuidar dos filhos por escolha própria. Ocorre que, em muitos desses casos, a “escolha” que lhes é apresentada está muito mais relacionada à dupla ou tripla jornada e aos rígidos padrões e formatos de trabalho do que efetivamente ao desejo de continuar trabalhando fora de casa.

Mulheres dedicam 26 horas semanais às tarefas domésticas enquanto os homens apenas 10. Ouvimos o tempo inteiro da sociedade que “os filhos e a família têm que vir em primeiro lugar” (na vida da mulher né?!) e que “ser mãe é padecer no paraíso” e fazer muitas renúncias, sendo a carreira apenas mais uma delas.

Enquanto isso procura-se: culpa paterna: recompensa alta!

Aliás, toma aí uma notícia: homem atrapalha mais que filho! Ok, ok, a maioria das mães já sabe disso, mas agora temos evidências: um **estudo** (meu irmão sempre diz que em discussão comigo tem que levar estatística para começar a brincar!) publicado pela *Harvard Business School* feito com mais de 25.000 ex-alunos e alunas mostra que ser casada (ou ter um marido) atrapalha mais a carreira de uma mulher do que ter filhos!

Quem pariu Mateus?

Vivemos em uma sociedade que acredita que a educação e a criação de uma criança são responsabilidades exclusivas da mãe, e tratamos a maternidade como se fosse um capricho da mulher, uma escolha pessoal. Como se não houvesse, no mínimo, uma segunda pessoa envolvida nesta equação. Somos a sociedade em que mulheres estão sobrecarregadas, exaustas e são constantemente culpabilizadas, agredidas e julgadas em praça pública. Uma sociedade em que uma mãe que deixa os filhos com o pai é acusada de abandono, **mas homens fazem isso o tempo todo com passe livre para serem felizes com “suas novas famílias”**.

De outro lado, a ciência nos traz cada vez mais evidências da importância dos **primeiros mil dias** na formação física, emocional e cognitiva dos bebês (que, tcharã, flash news: virão a se tornar adultos que podem ou não encherem o saco das pessoas a depender da forma como os criamos).

Basta ler meia dúzia de comentários em qualquer notícia de internet para atestar que estamos falhando na porra toda! Aliás, não façam isso em casa! Toda vez que descumpro minha própria regra quero apenas chorar em posição fetal e correr para as colinas clamando pelo meteoro!

O que fazer então?

A forma mais prática e rápida de equilibrar essa balança, ao menos no mercado de trabalho, me parece ser acabar com a licença maternidade e **instituir uma licença familiar** para homens e mulheres que tenham filhos. Sejam esses filhos biológicos ou adotivos, sejam de dois homens, duas mulheres ou um homem e uma mulher.

Muitos outros problemas surgem com esse tipo de proposição também: e os pais ausentes que se beneficiariam da licença sem, em contrapartida, compartilhar os cuidados com o bebe? E a amamentação? E o ônus para as empresas? E? E?

Tudo isso é assunto para outro texto...

Até lá!

COLUNAS - MEU NOME NÃO É MÃE

QUER AJUDAR UMA MÃE? AQUI VÃO 4 DICAS!



por Tayná Leite
28 de junho de 2017

Tayná Leite dá quatro dicas simples para não sobrecarregar as mães ou afastá-las do mercado, seja você um marido, chefe ou colega de trabalho



Pixabay

No meu último texto falei sobre o como o mercado exclui mães utilizando-se de mitos e falácias a respeito das nossas prioridades e produtividade, ao mesmo tempo em que a ciência nos traz mais e mais elementos que comprovam a importância do cuidado com a primeira infância, em especial os mil primeiros dias. Em [O Começo da Vida](#) (assistam! Vale muito a pena!), com uma sensibilidade incrível, Estela Renner traz fatos e dados impressionantes sobre o impacto dessa fase na vida adulta, na comunidade como um todo e até na economia.

É fato que as empresas precisam de mais mulheres entre seus líderes, assim como as famílias precisam de seus homens mais em casa. Os filhos precisam de pai como precisam de mãe, eles precisam de amor e atenção de toda a sociedade! **Mulheres precisam de independência financeira e realização pessoal tanto quanto os homens.**

Infelizmente essa visão integral de olhar para a primeira infância tem sido cooptada por alguns movimentos para validar discursos de desigualdade que colocam sobre a mulher a responsabilidade pelos cuidados com o lar e os filhos, aumentando cada vez mais a desigualdade de gênero. Crianças não precisam de mãe! Crianças precisam de cuidado! Crianças precisam de amor, brincar, colocar pé na grama e de uma boa soneca! Crianças precisam de leite materno (de preferência), que pode ser oferecido por qualquer cuidador e ordenhado pela mãe. Crianças precisam de

os espaços sociais.

*Crianças – e o mundo –
precisam de mães
independentes financeiramente
que possam sair de
relacionamentos abusivos e,
principalmente, que sejam
felizes e realizadas por
poderem se dedicar àquilo
que lhes faz bem e dá
prazer*

A lei dá a mães e pais o direito de faltar uma vez por ano ao trabalho para acompanhar filhos menores de seis anos ao médico. Queria eu viver nesse mundo onde crianças de até seis anos ficam doentes uma vez por ano e depois nunca mais. E adivinhem quem tem que faltar as outras 18 vezes no ano **sem atestado** para acompanhar o filho ao médico ou simplesmente porque não tem com quem deixar o filho doente?

Se a responsabilidade por esta criança é social, é da mãe e também do pai, precisamos sim de Reforma Trabalhista, mas não para reduzir direitos como gostaria nosso ~~golpista~~ Presidente, e sim para garantir que o investimento está sendo feito da forma correta.

Precisamos de licença paternidade tanto quanto precisamos de licença maternidade. Já há estudos comprovando os benefícios de uma licença paternidade estendida tanto para as crianças e para a amamentação (saúde pública) quanto para a diminuição da desigualdade de gênero que, *by the way*, nunca é demais lembrar, é o objetivo número 5 para o milênio da ONU!

Precisamos também de espaços para que as mães possam amamentar seus filhos no trabalho ou ordenhar para que outro cuidador ofereça seu leite até os seis meses exclusivamente (e até os dois anos de forma complementar) como recomenda a Organização Mundial de Saúde. Precisamos de espaços comunitários que assegurem o cuidado com nossas crianças para que mães e pais possam trabalhar tranquilos.

E se tudo isso parece muito grande, inatingível, fora da sua alçada, aqui vão quatro dicas simples de como **VOCÊ** pode fazer a diferença neste cenário:

1 Pare de julgar uma mãe (ou um pai) que chega atrasada porque foi à consulta com o filho ou que falta por causa de filho doente; Se quiser ir além, ofereça ajuda, acolhimento e um chazinho pois criança doente é de cortar o coração!

2 Se você for empregador (ou líder) de um pai, encoraje-o a revezar o cuidado das crianças com a mãe e assegure que não haverá retaliação a seu emprego por isso. Se for também pai dê o exemplo! Você sabe, né?! As crianças aprendem...

3 Incentive a amamentação! Ajude, ofereça (e leve) comida, chá, café, ombro, palavras de conforto ou o que mais estiver ao seu alcance para uma mãe que deseja amamentar mas precisa – ou quer – voltar a trabalhar! E se ela não quiser mais amamentar tudo bem também! Guarde o julgamento!

4 Se você é pai, compre essa briga! Vá às consultas, acorde de madrugada nem que seja para fazer companhia (acredite: faz toda a diferença!), troque fraldas também, mas faça mais! Faça sem que ela precise pedir! E, principalmente, a não ser que tenhamos entrado na DeLorean e estejamos em 2126, não! O fardo não está nem perto de ser igual ainda que você troque **todas** as fraldas do rolê e lave todas as louças da casa! Então fecha a boquinha e nos deixe reclamar sobre como é difícil ser mãe porque ao menos isso nos é reservado nesse mundo cão!

Muitas mulheres, assim como eu, têm buscado alternativas ao sistema para poderem dedicar-se a seus filhos e aos tais primeiros mil dias, sem comprometerem totalmente suas rendas e sua realização profissional. Ainda assim, a balança pesa para o nosso lado! O desafio de ir a uma reunião com o bebê, de ter **espaços adequados para receber crianças**, pais que efetivamente honrem suas funções e um pouco mais de acolhimento a crianças e bebês é algo que limita muito a possibilidade de se fugir do esquema tradicional de creche ou babá.

É claro que existem inúmeros outros fatores nesta equação que não abordam classes sociais em que trabalhar ou não sequer é um questionamento e sim uma necessidade. Acredito, porém, que ter mais mulheres na liderança, transformar a visão das empresas e trazer os homens para a equação seja um bom caminho para trabalhar o problema em forma de cascata.

COLUNAS - MEU NOME NÃO É MÃE

ESCOLHI AMAMENTAR MEU FILHO NO TRABALHO, MAS ISSO AINDA INCOMODA



por Tayná Leite
2 de agosto de 2017

"Eu me recuso a me afastar dos espaços decisórios porque me tornei mãe. O meu talento vem com a minha maternidade"



Arquivo pessoal

Tenho muitos sonhos e muitas coisas a realizar, mas nem todas envolvem o meu filho Cacá. Enquanto mãe em uma sociedade machista, dizer isso em voz alta parece quase um pecado.

A verdade é que quero dar a ele o meu melhor, o que tenho de mais belo. Não quero que a maternidade seja algo que eu sinta como um sacrifício. Até agora não tem sido. Difícil, exaustiva, desafiadora, intensa, complexa e por vezes até desesperadora. Mas não me sinto mártir, não me sinto presa e nem quero me sentir.

Quando se escolhe amamentar em livre demanda o desafio se torna ainda mais complexo!

Poucas mulheres que ainda não são mães (e mesmo muitas que são) sabem que **existe uma força externa enorme para que não amamentemos**. O sistema que nos empurra para o uso da fórmula (leite artificial) é ainda mais perverso do que o que nos empurra para a cesárea.

*Todas as minhas amigas
parecem chocadas quando
comento que a média
brasileira de amamentação
exclusiva é de 54 dias, mas
quase nenhuma se choca
quando amigas dizem não
terem leite ou que seu leite
era fraco e por isso não
conseguiram amamentar*

Ainda que a ciência a cada dia que passa comprove mais e mais os benefícios da amamentação até **pelo menos dois anos** tanto para a mãe quanto para o bebê, o caminho que nos leva ao desmame precoce das nossas crias é muitas vezes sutil e quase sempre perverso. Além disso, ele sempre passa por uma visão de mundo machista e excludente!

É o médico que nos faz acreditar que nosso leite é fraco, a sogra que nos faz duvidar do nosso instinto materno e que nos faz acreditar que não sabemos acolher nosso bebê. É a propaganda do leite em pó que nos vende saúde e nutrição e um bebê que dorme a noite inteira. É até a propaganda do Ministério da Saúde que faz parecer que amamentar é fácil e sem dores. Aí quando vem o balde de água fria todas as dificuldades somadas a todo o desestímulo nos fazem duvidar de nós mesmas.

É a amiga que não amamentou o bebê dela nos dizendo que “mesmo assim ele é super saudável”. É o peito que cai, é a dor no bico, são as noites mal dormidas. O marido que sente ciúme do nosso peito exposto e toda uma sociedade que sexualiza o seio feminino desviando-o de seu “projeto de fábrica”.

É o mercado de trabalho que nos faz voltar à labuta com nosso bebê tão pequeno, indefeso e carente. É o tio babão que fica nos olhando se amamentamos no restaurante ou a senhorinha com olhar reprovador no banco do parque. É a renúncia, a pressa da sociedade, a pressa do marido em voltar à vida sexual, a pressa de voltar ao mercado, de voltar para nós mesmas.

*Ser mulher é difícil, ser
mãe é muitas vezes
isolamento puro.*

A sociedade quer nos deixar no cantinho das mães longe das decisões importantes e dos espaços de poder. E uma das formas mais cruéis de fazer isso é nos isolando da nossa cria, nos fazendo escolher!

Muitas vezes, parece que tenho que escolher entre me sentir uma profissional incompleta ou uma mãe relapsa. “Você quer amamentar esse bebê enorme? Faça-o na sua casa então!”

Mas eu me recuso a ceder! Amamentar é resistir! Amamentar é um ato político e um tapa na cara de uma sociedade machista que quer ter controle sobre o meu corpo e a minha maternidade! Amamentar é ir contra o sistema que me diminui enquanto profissional.

Vou a todo o lugar que posso com o Cacá. Às vezes me sinto culpada, pois acaba sendo mais estressante para ele do que se eu ficasse em casa. Mas aí vejo a carinha dele quando vou dar de mamar, quando dou um cheiro nele entre uma reunião e outra, um abraço apertado e um carinho no rosto!

Não é fácil, é cansativo e às vezes desgastante! Nem todo mundo se sente confortável quando placidamente saca a teta para alimentar meu filhote enquanto se discutem assuntos sérios, mas eu resisto, não apenas por mim, mas por todas nós.

Eu me recuso a escolher! Eu me recuso a me afastar dos espaços decisórios porque me tornei mãe. O meu talento e as minhas habilidades vêm acompanhadas da minha maternidade e no meu corpo e nas minhas tetas mando eu!

Eu sou uma melhor profissional por ser mãe do Cacá e sou uma mãe melhor por poder exercer meus talentos e habilidades no mercado. Quem não entende e acolhe isso invariavelmente vai perder algo de mim!

Aliás, você sabe porque estamos falando sobre amamentação justo hoje? É porque essa é a Semana Mundial da Amamentação.

Em todo o Brasil ocorrerão eventos e mamaços. Sim! Nos reuniremos para amamentar em lugares públicos e mostrar que não há nada de errado com isso.

De Macaé (RJ) a Lauro de Freitas (BA), de Altamira (PA) a Lajeado (RS), serão mamaços no país inteiro. Confira a lista [aqui](#).

COLUNAS - MEU NOME NÃO É MÃE

GULPA MATERNA: POR QUE AINDA DAMOS OUVIDOS A ESSE MONSTRO?



por Tayná Leite
6 de setembro de 2017

A culpa nos relega ao posto esperado para as mães: uma suposta santificação que nada mais é do que isolamento e confinamento.



Antes de me tornar mãe e, como boa feminista, pensava que a culpa materna não entraria na minha maternagem. Tinha para mim que, por ter plena consciência de que a culpa é mais um reflexo da socialização à qual as meninas são submetidas desde que nascem, estaria imune deste mal. Pobre de mim!

Logo que Cacá nasceu já levei logo um grande fueeeeeemmm e fui cheia de culpa para a cesárea que eu sempre temi. Nos primeiros dias em casa, não foi diferente de todos os relatos que eu ouvia: cansaço extremo, dor, medo, insegurança e a maldita culpa que parecia realmente estar mais colada ao corpo do que aquele bebê pendurado no meu peito.

A culpa vem em muitos formatos, e quando parei para pensar mais sobre ela percebi que, apesar de não ser uma exclusividade materna (já diria a pobre Eva que, muito antes de ter filhos, foi culpada pelas angústias e tragédias da humanidade toda) ela se acentua na maternidade.

*Isso acontece porque ela
serve ao propósito de nos
controlar e nos relegar ao
posto esperado para as mães:
uma suposta santificação
que na verdade nada mais é
do que isolamento e
confinamento ao espaço de
não-decisão e não-
influência.*

Se antes de sermos mães nos sentimos culpadas por sermos gordas / magras / bonitas / feias / dar demais / dar de menos / não dar / dar de quatro / dar de oito / dar papai e mamãe / estudar / não estudar / casar cedo demais / não casar, quando nos tornamos mães nos acrescentam ainda da culpa por tudo que aquele ser humaninho venha a fazer no mundo!

Se você é feminista, aí do filho ser machista. Usa chupeta? Mas e a livre demanda? Amamenta? Mas ele vai fazer teu peito de chupeta! E eu poderia citar aqui um sem fim de exemplos de culpa materna, mas estaria sendo apenas repetitiva e chata.

Enquanto feminista hétero, casada com um omi aparentemente atualizado no século em que estamos no que se refere às condições de igualdade de gênero, eu realmente acreditava que a divisão das tarefas maternas e paternas seriam igualitárias aqui em casa. Mas não é isso que acontece.

No mundo real, todas as minhas amigas e conhecidas que se tornaram mães e que têm parceiros acima da média reclamam de uma piora significativa no relacionamento após o nascimento do bebê. Passam (passamos) a reclamar muito mais e coisas que antes não nos incomodavam se tornam motivo de brigas homéricas. Por que será?

*Minha teoria é que
simplesmente a gente passa a
enxergar com toda a clareza
o como a socialização
masculina é escrota!*

A maternidade nos joga na cara em um dos momentos mais delicados da vida que por mais “homão da poha” que nosso omi seja ele ainda é muito bosta perto de nós quando se trata de filhos! Que por mais que tenhamos feito o discurso de “comigo não vai ter essa de ajudar, vai dividir tarefas”, o que eles fazem é ajuda sim, porque não chega aos pés de ser uma divisão justa!

Uma **vinheta** francesa que circulou recentemente nas redes sociais literalmente desenhou o porquê de nos sentirmos tão cansadas, tão exaustas e tão culpadas mesmo tendo um marido e pai presentes e que fazem infinitamente mais do que a maioria dos homens sequer sonha.

E isso tudo é conflitante pra caramba! Esses sentimentos de fragilidade mas ao mesmo tempo de responsabilidade imensa! De saber que sim, ele pode simplesmente sair andando e voltar à vida anterior e pouco vai acontecer. Vai ter que pagar uma pensão, e talvez seja julgado por uma ou outra pessoa, mas nós simplesmente não conseguimos sequer sonhar com essa possibilidade sem que nossa vida vire um *slut shaming* e sejamos culpadas pelo maior trauma na vida de um ser humano – o de ser abandonado pela mãe.

ser abandonado pela mãe.

Essa sensação de “prisão” é doída e doída! Porque ao mesmo tempo que sentimos isso ouvimos aquela pessoa dizer: “miga sua loka, seu filho é uma bênção, porque você está se sentindo assim?”

É sempre julgamento, julgamento, julgamento!!! E eles lá, belos e pançudos curtindo o amor mais leve que existe: o paterno!

Precisamos aprender com eles a nos sentirmos tão bem fazendo o óbvio, também conhecido como: nossa obrigação! Sim, porque quando o pai troca meia dúzia de fraldas ou acorda para buscar o bebê no berço a sociedade age como se ele tivesse descoberto a cura do câncer!

É preciso muito pouco para ser considerado um Paizão. E é preciso menos ainda para ser considerada uma mãe de merda.

Começemos a mudança que queremos ver mudando a forma como nos enxergamos e a forma como enxergamos as mães à nossa volta, seja lá em qual tribo nos encaixemos. Antes de julgar uma mulher que trabalha fora ou que não trabalha fora ou que deixa os filhos verem desenho ou que não deixa os filhos verem desenho e assim por diante pense e lembre o quanto é difícil ser mãe! O quanto é difícil carregar o peso do mundo sobre seus ombros, mesmo que tenha alguém ali para te dar a mão!

COLUNAS - MEU NOME NÃO É MÃE

NUDEZ E PEDOFILIA: ONDE ESTÁ O REAL PROBLEMA?



por Tayná Leite
12 de outubro de 2017

Incentivamos uma relação com a sexualidade desigual e potencialmente perigosa para meninas e mulheres, corroborando com esse número vergonhoso de abusos



Crédito Pixabay

No dia 23 de setembro deste ano uma menina de 5 anos foi estuprada dentro de um supermercado em Porto Alegre. O vídeo das câmeras de segurança do local vazou e foi compartilhado centenas de milhares de vezes nas redes sociais, expondo de maneira completamente insensível essa menina que já é vítima do mais hediondo dos crimes.

Para além do fato de que quem compartilhou o vídeo também incorria em crime, foi bastante incômodo acompanhar os comentários usados por essas pessoas para se defenderem, alegando que o vídeo serviria para alertar os pais, como se fosse necessário assistir a cenas perversas para sensibilizarmos-nos com determinados temas.

O assunto deu o que falar e nos grupos de mães dos quais faço parte não poderia ser diferente. Entre alguns “meu Deus que mundo é esse” e “socorro o que vai ser da minha filha”, muitas mulheres (muitas mesmo!) acabaram desabafando sobre as violências vividas por elas próprias. Todas, as que sofreram e as que não sofreram, questionavam-se sobre qual seria a melhor forma de abordar o tema para preservar suas filhas (e filhos), e os debates foram ao mesmo tempo ricos e um tanto deprimentes.

Quem, como eu, estuda o tema há tempos está careca de saber dos números.

Segundo **dados do Ipea**, 527 mil pessoas são estupradas por ano no Brasil, **sendo 89% do sexo feminino** – quando olhamos as vítimas entre 14 e 17 anos as meninas chegam a 94%. Entre as vítimas de até 13 anos, elas são 81%.

Já de cara, para os malas de plantão que gostam de “lembrar que também há mulheres abusadoras”, podemos destacar que não estamos aqui para debater os 7% (sim, 93% dos abusadores tanto de meninas quanto de meninos são homens!), mas sim uma **cultura que reiteradamente viola** (ou minimiza violações) aos corpos femininos.

Como mãe de menino, eu me pergunto sempre como ensiná-lo a defender-se e ao mesmo tempo como tratar com naturalidade a sexualidade, sem banalizar o tema. Me questiono também como ajudá-lo a tornar-se um homem que respeita todos os corpos e que compreende o que é consentimento.

Fiquei apenas observando por um tempo os debates. Se falou muito de um “confiar desconfiando”, de não deixar dormir fora de casa nunca “pois nunca sabemos quem são os pais, tios e amigos da família dos amiguinhos”, e muitas outras medidas que, na minha visão e com todo o respeito, são inócuas.

Se 24% dos agressores das crianças e adolescentes são os próprios pais ou padrastos e 33% são amigos ou conhecidos da vítima, nem mesmo uma clausura protegeria essas crianças adequadamente se elas não estiverem aptas a defenderem-se de alguma forma

Para mim sempre foi muito mais sobre criar um ser humano com autoestima. Alguém que saiba que é amado incondicionalmente e que pode confiar em mim sabendo que ele sempre estará à frente e acima de todas as prioridades.

Com certeza irei ensinar meu filho a respeitar o corpo dele e dos outros. Desde já converso com ele sobre o quanto as partes íntimas dele são só dele e ninguém deve mexer a não ser quem está encarregado de limpá-lo, e toda a cartilha que vemos por aí. Mas acima de tudo quero que ele saiba **MESMO** que pode confiar em mim incondicionalmente!

Dos 10 anos de abuso incestuoso que sofri nenhuma marca ou cicatriz foi mais dolorida de curar do que a mágoa de achar que minha mãe não me amava o suficiente para acreditar que a culpa não era minha!

Eu acredito que a violência (não apenas sexual, mas também os relacionamentos abusivos) se perpetua na fragilidade da autoestima. Seja porque o abusador “seduz” e dá amor à vítima para depois fazê-la acreditar que ela não é merecedora de outra forma de amor, seja por fazê-la refém da culpa e da vergonha.

E eis que, enquanto pensava sobre esse texto tendo que lidar com meus próprios gatilhos e pesadelos, me deparo com a mais nova polêmica: uma exposição no MAM em que há uma performance de nudez ao qual uma mãe levou sua filha e a permitiu tocar o homem nu. Não vi o vídeo, não vi a exposição e, portanto, não vou falar do que não sei. Vou falar do que sei:

Criar tabus não adianta nada! Criar pânico, medo, frisson em volta do que deveria ser natural apenas potencializa e amplifica uma cultura do estupro que permite que homens se sintam no direito de invadir os nossos corpos como e quando bem lhes interessa

Eu não acho que haja nada de transgressor e inovador na nudez de um homem branco e provavelmente não levaria meu filho a esta performance artística, mas a forma como o assunto como um todo está sendo tratado me assusta muito. Conservadores que pouco se importam com crianças (especialmente pretas e pobres) fazendo palanque desse acontecimento para gritar contra a pedofilia quando abusos acontecem debaixo dos nossos narizes nas escolas, no parquinho, nas igrejas e em casa. Tudo isso me parece o foco errado para um problema que é muito maior do que uma exposição artística que muitos podem sim considerar de gosto duvidoso.

O verdadeiro debate para mim enquanto mãe e feminista é sobre a construção de uma relação natural e saudável com os nossos corpos e os dos outros. Sobre respeito e sobre liberdade para sentir.

É nesse terreno intolerante e com muito grito e pouca escuta que a construção dessa masculinidade tóxica mais uma vez vem fazer danos. É dizendo que meninos não choram e que meninas precisam ser submissas para serem amadas, ou que meninos são viris, incentivando o falocentrismo e o ser “pegador”. Ao mesmo tempo escondemos os corpos femininos, negamos o prazer da menina dizendo que o tocar-se é sujo e feio (enquanto o do menino é exibido como um troféu).

Incentivamos uma relação com a sexualidade desigual e potencialmente perigosa para as meninas e mulheres, corroborando com esse número vergonhoso de abusos e feridas que se perpetuam para toda a vida

Ao ler a notícia sobre o estupro citado no início do texto meu coração ficou um tiquinho mais leve quando vi que a menina correu para a mãe e lhe contou tudo! Porque sim, não há como evitar todos os males aos nossos filhos, mas podemos minimizá-los quando são logo identificados e tratados.

COLUNAS > MEU NOME NÃO É MÃE

TALVEZ EU NÃO SEJA A MELHOR MÃE DO MUNDO... E TUDO BEM!



por *Toynd Leite*
6 de dezembro de 2017

"Precisamos aceitar formas diferentes de maternar e que muitas de nós não amam a maternidade mais do que tudo na vida"



Crédito Pixabay

Quando falamos em maternidade compulsória, pensamos inicialmente principalmente na imposição social segundo a qual a mulher nasce para ser mãe. Ela deve ser mãe para ser feliz e ter realização na vida, afinal de contas ela nasceu para isso – dizem.

Se você der uma busca no Google com o termo “maternidade compulsória” rapidamente aparecerão vários textos discutindo justamente esse determinismo e se opondo ao odioso movimento *child free*, que acredita em um mundo em que “só é mãe quem quer” e “quem pariu Mateus que o embale”, além de pregar o ódio a mães e crianças.

A reflexão que quero trazer hoje, no entanto, é sobre o quanto o conceito de maternidade compulsória se aplica também às expectativas que nos são colocadas sobre *como* exercer essa função, e o quanto isso também é incrivelmente pesado. Nos é dito o que “toda mãe” sente. “Mãe é mãe”, “Nada como amor de mãe”, “Colo de mãe”, “paciência de mãe”, dentre outras são frases que todos os dias me fazem refletir sobre como esse ofício talvez não me caia tão bem.

Ontem mesmo eu chorei porque cheguei à conclusão de que eu talvez não seja muito boa nisso não. “Acho que simplesmente não tenho o dom”, pensava entre lágrimas. Possivelmente eu seja apenas uma mãe mediana. Passaria por média? Sim, provavelmente. Sou esforçada, estudiosa, me dedico ao máximo a esta função e mesmo assim não sou excelente nela. Bem mais de uma vez me peguei intrigada com comentários, feitos inicialmente em tom de elogio, sobre como eu era desapegada, tranquila e confiante em deixar o meu filho com outras pessoas, como minha mãe, sogra ou a babá. Uma amiga, na melhor das intenções, me perguntou como eu ia conseguir aproveitar uma viagem programada para abril em que irei sem ele.

Semanas atrás uma mulher do meu círculo de amizades pegou uma fala minha em um grupo de mães em que eu estava ironizando a romantização da maternidade e, tirando-a totalmente do contexto, afirmou em um post público que eu (sem citar nomes é claro) não deveria ser mãe, já que odiava tudo que a maternidade envolvia.

Será que o fato de eu não amar passar noites em claro, estar na 5ª gripe em 4 meses e mesmo assim não ter folga nem uma noite sequer é tão anormal assim?

Será que eu achar o silêncio da casa absolutamente delicioso quando Cacá vai para a casa da minha mãe é algo dissonante do que uma boa mãe deveria sentir?

Dias atrás meu marido deu a entender em uma infeliz brincadeira que a toda e qualquer oportunidade que eu tinha para deixar meu bebê ir no colo de outra pessoa eu aproveitava. Para ele não foi nada de mais. Era apenas uma brincadeira ou uma constatação. Uma piada.

Para mim? Nossa, aquilo me deixou arrasada. Chorei e me senti horrível porque no fundo é verdade. Sempre que tem alguém junto com a gente, eu passo ele para frente e aproveito para descansar. Além disso eu trabalho fora, tenho babá, minha mãe e sogra que sempre que possível olham ele para mim e tenho um marido mega participativo. Fiquei pensando em todas as mulheres que ficam 24/7 com suas crias e amam fazer isso. Concluí, mais uma vez, que eu certamente não era uma boa mãe.

Aquele comentário do marido foi a gota d'água para eu me sentir a mais bosta das mães do mundo. E, conseqüentemente, a mais bosta das mulheres porque talvez eu seja mesmo uma mãe meia boca. Uma mãe ok, uma mãe esforçada e não uma mãe excelente. E que mulher sou eu se não for boa o suficiente neste que deveria ser o meu principal ofício? De que importa se sou excelente em tantas outras coisas? Como não amar cada minuto desta nobre missão que me é confiada com tantas expectativas?

Então eu me peguei aqui pensando sobre como é foda isso de nos sentirmos “menos” pessoas se não somos mães absurdamente incríveis. Maternidade compulsória é isso também!

A Elisabeth Badinter, autora do maravilhoso “O Mito do Amor Materno” [fala sobre como o culto da mãe perfeita é diabólico com nós mulheres.](#)

Eu mesma, quando escrevi [este artigo](#) sobre o como nós mulheres não nascemos necessariamente para ser mães, não fazia ideia de como isso não se limitava apenas à escolha de ser ou não ser.

Então a razão deste texto é que, enquanto feminista, a gente reflita continuamente sobre o nosso papel nessa árdua tarefa de ser mãe, que é também um ato político. Não romantizar vai muito além de dizer que amamentar é difícil, que bebês não dormem mesmo a noite inteira e que “tudo bem se sentir cansada querida, mas, veja bem, o seu bebê precisa de você!”

A gente precisa mesmo é passar a aceitar formas diferentes de matinar e compreender que muitas de nós não amamos a maternidade mais do que qualquer coisa na vida. Que sim, eu posso ser uma mãe ok e ainda assim amar loucamente meu filho.

Principalmente, este texto é sobre pararmos de mentirmos umas para as outras criando mitos que na maior parte das vezes são pura fachada, e se não são fachada são culpabilizadores. Você realmente ama brincar 12 horas de “cadê o neném? Achou!” ou trocar quilos de fraldas, ficar sem dormir e ter toda a sua energia literalmente sugada? Ótimo! Nem todas nós precisamos amar ou sentir prazer com isso.

Você acha a maternidade a missão mais incrível que te foi confiada? Lindo! Mas não reduza todas as mulheres a uma única, como se todos os nossos sonhos e aspirações fossem os mesmos.

A discussão é: qual o problema em ser uma mãe razoável? Em não ser uma mãe perfeita? Qual o problema se ser mãe não for a função que você faz melhor na vida? Ademais, são os homens reduzidos a serem ou não bons pais? O que faz de um homem um homem bom? E de um pai? E de uma mulher? E de uma mãe?

Então depois de tanto refletir e digerir esse assunto eu concluo para mim mesma que não, eu não nasci para ser mãe e sim, eu sou a melhor mãe que eu posso ser e isso não significa que esta seja a função que eu desempenho com mais naturalidade ou maestria e TUDO BEM! E nada disso diminui o meu amor insano pelo meu moleque, que a cada dia me mostra o quanto eu sou capaz de me superar e aprender nessa loucura chamada maternidade!

COLUNAS - MEU NOME NÃO É MÃE

7 COISAS QUE VOCÊ PODE FAZER POR UMA MÃE EM 2018



por Tayná Leite
17 de Janeiro de 2018

Não julgar, não limitar brincadeiras por gênero e incentivar a amamentação estão na lista feita pela nossa colunista Tayná Leite



Crédito Pixabay

"Ser mãe é padecer no paraíso" dizem. Eu sempre detestei essa expressão e, como toda boa feminista, problematizo a naturalização (e romantização) do sofrimento feminino que, sabemos muito bem, serve a interesses não lá muito nobres de manutenção da mulher nesse não-lugar que é a maternidade.

Ocorre que, no dia a dia da vida real à qual ainda estamos aterrados, ser mãe de fato representa a ambiguidade de sentimentos e desejos que a frase popular exprime.

Há momentos em que queremos fugir ou apenas deitar em posição fetal e chorar até todas as lágrimas acabarem e outros em que o coração parece que literalmente irá explodir no peito de tanto amor! O cansaço é muitas vezes extenuante e nos faz desejar coisas inomináveis ao mesmo tempo em que a quantidade de coisas que queremos fazer com a cria quando finalmente temos tempo de qualidade é uma lista que não para de crescer.

É, parece que ser mãe realmente é padecer no paraíso e, na maioria das vezes, muito mais por esta construção social tão dura e pesada do que significa a maternidade.

"É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança", e a melhor notícia é que todo mundo pode contribuir com pequenos gestos para tornar tudo mais leve e fazer do mundo um lugar muito melhor para adultos, crianças e, especialmente para nós mães!



Toda vez que você for julgar uma mãe, respira fundo e conta até 10! – sério, ser mãe é difícil, a gente fica sem dormir, sem comer, às vezes até sem escovar os dentes (#quemnunca), aí a cria dá um chilique no mercado simplesmente porque ela está na idade de amadurecimento emocional em que essas birras devem mesmo acontecer e as pessoas fazem o quê? Vão logo julgando a mãe e cuspiendo litros de saliva para o ar. Apenas não! Eu aposto que você é forte e consegue se conter. Ao invés disso, olhe com empatia para aquela mãe que com certeza está querendo se enfiar dentro do buraco mais fundo e só sair em 2087. Dê um sorriso tranquilizador e, se você realmente quiser arrasar, ofereça ajuda! Só não invente de pegar na criança pelo amor da deusa...



Não incentive movimentos insanos que despejam ódio sobre mães e crianças alegando que "ninguém é obrigado a conviver com filho mal-educado dos outros" – vivemos em sociedade e, se é isso que queremos, somos sim obrigados a conviver com tudo quanto é tipo de gente (inclusive odiadores de criança, vejam só!?) e não é permitido discriminar um inteiro grupo de pessoas simplesmente porque as pessoas querem "paz e sossego". Eu adoraria não ter que conviver com eleitores do Bolsonaro, mas infelizmente sou obrigada a aturá-los por razões de "vivemos numa democracia". Crianças são cidadãs tanto quanto qualquer um de nós, e limitar seu

acesso a espaços (que não lhes ofereçam perigo ou sejam inapropriados é claro!) é limitar o acesso não apenas a elas, mas a uma quantidade enorme de mulheres que não têm rede de apoio alguma e cada vez mais são relegadas a se enclausurarem em casa sem opções de lazer e/ou de trabalho, culpadas apenas do crime de estarem garantindo a preservação da espécie humana. “Ahhh mas eu tenho o direito de comer sossegado sem barulho de criança birrenta”. Não amigo, você não tem esse direito. O direito a comer sossegado não está em lugar nenhum. Você e todo cidadão, incluindo crianças, tem direito a ir a espaços públicos tanto quanto qualquer pessoa, e nesse espaço público deparar-se com gente de tudo quanto é tipo, inclusive adultos birrentos, bêbados, chatos e eleitores de Bolsonaro. Crianças também podem eventualmente incomodar.

3 **Brincadeira NÃO TEM GÊNERO!** – essa é velha, mas sempre atual! Continuo vendo o tempo todo gente limitando crianças em brincadeiras tidas como de menino ou de menina e assim minando a autoestima, a criatividade e as possibilidades de meninos e meninas, que crescem reproduzindo discursos que servem apenas para perpetuar violências históricas especialmente, mas não somente, contra mulheres. Se não ficou claro, teve gente que literalmente desenhou. Aqui vai:



4 **Repense o elogio** – ainda na questão de gênero, vamos repensar a forma como elogiamos meninos e meninas? Vamos repensar os padrões que impomos a esses jovens corpinhos e almas puras que tão cedo já se sentem cobradas a atenderem a padrões que servirão apenas para aprisioná-las em relacionamentos abusivos, distúrbios alimentares, disforia de imagem ou, no mínimo, uma vida bem chata correndo atrás de um corpo que raramente existe. Sobre isso indico demais o documentário feito pela Maria Farinha com o Instituto Avon e que pode ser conferido na íntegra [aqui](#).

5

Deixe as mães amamentarem – e os bebês mamarem – em paz – Os benefícios da amamentação exclusiva até 6 meses e prolongada por dois anos ou mais são consenso na literatura científica e só trazem benefícios se mãe e bebê estiverem satisfeitos com isso. Não amamentou porque não quis, não teve apoio, não teve paciência ou o que for? Tudo bem! Ninguém pode te julgar, mas não precisa minimizar a importância da amamentação para aplacar sua consciência tanto quanto não vale achar que livre demanda é troféu de qualidade de maternidade. Essa dica pode ser aplicada sem restrição também para desfralde/cama compartilhada e qualquer outra decisão de educação familiar que não seja do seu fuck**&*** business.

6

Essa vai para a bolha das mães da criação com apego – parem de romantizar sofrimento de mãe baseado no bem-estar do bebê. “É assim mesmo! Vai passar! Respira e aguenta” NÃO É resposta para tudo! Ficar meses e meses a fio sem dormir NÃO É NORMAL e ninguém deveria ser obrigada a isso não. Há importantes diferenças entre as necessidades de um recém-nascido e as de um bebê de 12, 15, 18, 24 meses. Mais: há necessidades diferentes das mães de bebês nessa faixa e quando normalizamos esse tipo de coisa estamos fazendo um desserviço porque ao passo que muitas coisas que são absolutamente normais e necessárias para recém-nascidos (e para isso temos que lutar por maiores licenças maternidade), não o serão para quem volta ao mercado e mesmo assim segue um zumbi ou para mães de bebês maiores que simplesmente nunca dormiram uma noite inteira. Idem com amamentação e qualquer outro tema. Vejo pessoas julgando mães que viajam por alguns dias com bebês de mais de dois anos e penso: isso não pode estar certo em um país em que a média de amamentação é de 52 dias! Gente, no mundo real as pessoas não querem ficar 2 anos sem dormir tendo que trabalhar no dia seguinte e nem sem poder viajar uma semana ou sei lá o quê. No mundo real a gente é mamífera, mas vive numa sociedade que exige muito de nós e nesse binômio parece que ou se pensa só na mãe ou só no bebê. E aí a conta não fecha mesmo. Então bora exercitar essa empatia toda da criação com apego com as mães também e não apenas com os neneins?!?! #ficadica

7

Por último, mas não menos importante: vamos falar de paternidade? – precisamos exigir dos homens que se posicionem em seu paternar e que assumam as rédeas e as responsabilidades que lhes são cabidas. Não cabe mais em 2018 perguntar “cadê a mãe” sem se perguntar “cadê o pai”. Mãe solo não é pãe, é apenas uma mulher sobrecarregada tendo que cumprir uma função que não é sua e sendo julgada ao cubo simplesmente

porque um macho se recusou a fazer seu papel e cumprir suas obrigações! Não romantizemos mais essa forma de opressão tão comum e devastadora!

E para fechar esse textinho de início de ano, desejo a todas nós mães feministas (declaradas ou não) e às não feministas também, porque não?!, um ano de muita problematização, pouca treta e com a desconstrução necessária desses papéis tão pesados, para o despertar de um maternar saudável, leve e gostoso.

Que em 2018 a gente se livre de toda a sobrecarga, dos textões julgadores e da treta inútil e se vista de empatia, sororidade e reconstrução! Do nosso maternar e de nós mesmas!

Afinal de contas, meu nome NÃO É MÃE! 😘

COLUNAS + MEU NOME NÃO É MÃE

CONSENTIMENTO NO SEXO TAMBÉM É ALGO A SER ENSINADO AOS NOSSOS FILHOS



por Tayná Leite
28 de fevereiro de 2018

"A pornografia é cada vez mais violenta e também mais acessível. Vamos deixar que esse seja o referencial de sexo de nossos meninos e meninas?", questiona Tayná Leite



o mundo parece mesmo estar mudando. E para melhor! Mulheres se levantam contra o assédio em diversas partes do mundo e nas mais variadas indústrias para dizer chega! Para compartilhar histórias e abrir cicatrizes mal ou bem curadas, necessárias para expor a ferida que precisa ser limpa. Na avalanche das denúncias, em meio a uma intensa reação contra esses movimentos (falaremos mais sobre isso em outro post, mas por enquanto [aqui vai um artigo](#) para saber mais como isso funciona), entre denúncias pesadas contra figurões e outras em que as pessoas se dividem entre achar o que foi e que não foi assédio (vide o [caso Aziz Ansari](#)), além de muita discussão boa (e outras nem tanto) sobre os limites do consentimento, eu enquanto esposa e mãe senti falta de uma outra discussão sobre a qual pouco se debate: **o consentimento em relações estáveis.**

Me peguei debatendo sobre isso com amigas e pensando: como explicar a meu filho que a namorada/noiva/mulher não lhe deve nada, muito menos sexo e nem acesso irrestrito a seu corpo. Como lidar eu mesma com a sensação que por vezes bate de que não posso dizer não muitas vezes seguidas, de que o sexo faz parte dos votos, dos deveres e direitos do casal, em especial do homem?

Nas rodinhas de mulheres casadas, mães ou não, mas principalmente mães, a “preguiça” do sexo é motivo de piada, e não é raro – aliás é bem comum – compartilharmos o quanto nos sentimos muitas vezes na obrigação de “comparecer”.

Aprofundando um pouco mais percebemos que muitas vezes mulheres transam para evitar conflitos, para deixar o cara mais calmo, para ganhar afeto (se você quer afeto, peça afeto, se você quer sexo, transe!). Agimos como se fosse a nossa obrigação, não dizemos não (ou inventamos desculpas para poder dizer não, como a famosa dor de cabeça) e ficamos com a mesma sensação de ser usada. Já faz um mês que você está “regulando”? O homem está começando a ficar impaciente? O que fazer? Ao invés de mandar ELE se resolver sozinho, a gente faz o quê? Pensa: “melhor fazer um boquetinho pra resolver a situação do que ele ir procurar na rua!”. E fazer boquete se sentindo obrigada é o quê?

Sabia que o Código Civil tratava o estupro marital como "débito conjugal" até 2003?

Quantas mulheres foram e são estupradas com frequência por seus maridos? Quantas não foram obrigadas a se casarem com 14, 15, 16 anos quando muitas vezes ainda brincavam com bonecas? Quantas chegaram à sua noite de núpcias sem sequer saberem o que ia acontecer? Uma conhecida conta com a maior graça a história de que a sua avó se casou e saiu correndo de volta para a família na noite de núpcias, pois ficou assustada com o que o marido queria lhe fazer. Nunca tinha visto um pinto, muito menos duro, muito menos querendo penetrá-la. De acordo com o relatório “Estupro no Brasil, Uma Radiografia Segundo Dados da Saúde”, divulgado pelo Ipea em 2014, 9,3% do abuso sexual sofrido por mulheres adultas são praticados pelo cônjuge e 1,6% pelo namorado. Embora isso seja realmente perturbador não é disso que estou tratando aqui.

O que eu quero falar aqui para vocês e para o meu filho é sobre o “consentimento tácito” que a sociedade acha que nós damos ao nosso parceiro quando aceitamos viver um relacionamento duradouro. Sobre a ideia encucada desde sempre nas nossas cabeças (e, pior, na deles!) de que “homem precisa mais de sexo do que mulher”. De que “se não tem em casa vai procurar na rua”.

Eu vejo todos os dias posts em grupos de mães em que mulheres aconselham umas às outras a retomarem as atividades sexuais no pós-parto mesmo sem vontade, mesmo sem lubrificação, mesmo com dor, porque isso “é obrigação do casal”. Muitas vezes se tenta disfarçar a violência por trás disso, alegando que seria da mesma forma se a mulher quisesse sexo e o homem não.

Não seria!

Uma amiga me confidenciou que quando ela era criança a mãe lhe disse que se não fizessemos sexo com o homem ele ficava louco. Isso se transmuta em uma crença de que era nossa função, enquanto mulheres, manter a sanidade mental daquele homem que, afinal de contas, nos escolheu e nos tirou da desgraça de ser uma mulher só, na cama. No final das duas últimas relações (todas de longo prazo sendo que da última nasceu um lindo menino) ela acreditava que o problema de não querer fazer sexo era um defeito dela, que ela era responsável pelo término, pois é muito difícil para nós mulheres enxergarmos as milhares de razões pelas quais perdemos a libido, sendo uma das mais importantes o total e absoluto descomprometimento e a falta de esforço dos parceiros em nos manter com tesão. Mesmo ela, que sempre foi uma pessoa que gostava muito de sexo, quando viu seu desejo sumir, sofreu as consequências no casamento. Ele se revoltou e “foi para vida”. E ela? Ela sequer se questionou se há algo de errado com a sua sexualidade e com a sua forma de encarar essa questão.

Precisamos urgentemente desconstruir a ideia de que estar em um relacionamento autoriza automaticamente o acesso ao seu corpo sem seu desejo e consentimento (naquele dia, naquela semana ou na vida!). Ter isso claro para si e ensinar a nossas meninas e meninos é essencial!

Eu tenho feito esse exercício cada vez. Faz uns 5 anos talvez que eu comecei a não mentir mais sobre não querer. Não digo mais: “estou cansada” se não estou e apenas não estou a fim. Digo: “não estou com vontade!” ou “não quero hoje”. Sempre me esforço para isso e vejo que tem sido bom para o relacionamento por um lado pois ele me respeita e, se dou brecha também se esforça mais a me fazer ficar com vontade. Nós precisamos mesmo nos exercitar para impor nossos limites, conversar com eles sobre isso. Eles não sabem que nós estamos “nos obrigando”. Eles não entendem essa imposição social pois não é a deles. Agora, se ele for embora por causa disso o problema é DELE não nosso!

Amor e desejo não estão necessariamente ligados. **Desejo e disposição muitas vezes não andam juntos (especialmente em um mundo em que mulheres vivem sobrecarregadas).** Podemos amar intensamente e não estar com tesão por trocentos mil motivos – e em muitos casos inclusive a falta de interesse deles pelo nosso prazer – e isso não é necessariamente uma rejeição. Como disse a minha amiga acima citada: eles precisam ser menos infantis no seu sentimento mimado de rejeição egóica pintóica.

Enquanto mães e mulheres precisamos também abordarmos o papel da pornografia na concepção de sexo e prazer.

Precisamos falar aos nossos meninos e meninas sem tabus sobre o quão falsos e inverídicos são esses modelos. O cara não vai sair pelado do banheiro e a mulher vai estar com a perereca saltitando sem nenhuma preliminar. Eles precisam saber disso. Eles precisam saber dar prazer a uma mulher e as meninas precisam saber como se dar prazer para poder identificar o que não gostam, o que não querem e poderem dizer não.

Soube de um outro caso em que o cara broxou com a menina e então perguntou se poderia colocar um vídeo. Ele colocou o vídeo dele comendo uma puta e se masturbou, ela não achou legal, mas também ficou lá quietinha vendo isso e o cara achando aquilo tudo super excitante. Uma outra deu o cu sem estar com vontade por força da insistência do marido, depois ficou chorando como se tivesse sido estuprada e, ainda por cima, possivelmente culpada por estar se sentindo assim. E sim, isso gera uma sensação de vazio, uma tristeza que é de fato difícil

de ser nomeada ou até mesmo descrita.

Sim, essas reflexões são importantíssimas e muito doloridas também. Todas nós já fizemos sexo sem vontade achando que era nossa obrigação e isso é realmente fruto de uma sociedade que

1. Acha que nossa função na vida é dar prazer aos homens
2. Faz eles acreditarem que sexo é aquilo que eles veem na pornografia.

“Mas Tayná, como é que eu vou falar sobre isso com meu filho? Isso é muito constrangedor!”

Falando! Não tem outro jeito! Não falamos sobre como ser uma boa pessoa, sobre respeitar os outros, sobre ser honesto e sobre ter empatia com o próximo? Pois então, todos esses temas podem ser usados para puxar o assunto do respeito ao corpo das meninas quando a sexualidade deles estiver despertando. Pode ser ao assistir uma novela, um filme ou um seriado com aqueeeeeelaaaa cena constrangedora. Por que não tomar a oportunidade para falar sobre o assunto?

Precisamos encarar que a pornografia é ao mesmo tempo cada vez mais violenta e também mais acessível. Não é mais a revista ou o filme erótico que era um trampo pra descolar na nossa época. Está no celular do amiguinho, em tudo quanto é lugar. Precisamos partir da premissa de que eles terão (se já não tiveram) acesso a ela. Podemos assumir isso e tomar as rédeas do aprendizado, ou enfiar a cabeça na areia e deixar que esse seja o referencial de sexo de nossos meninos e meninas.

O que você prefere?

COLUNAS • MEU NOME NÃO É MÃE

O FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA TAMBÉM É UMA PAUTA FEMINISTA



por Tayná Leite
8 de maio de 2018

Tayná Leite é contra o tapa, a palmada e o puxão de orelha: “nós mulheres também estamos sendo opressoras quando violentamos física, verbal ou moralmente uma criança”

Imagine um grupo de homens no Facebook. Nesse grupo eles trocam mensagens, artigos, textos, de vez em quando uma piada ou outra e, quase sempre, palavras de apoio sobre as dificuldades do homem moderno. Pelo menos um deles por dia desabafa sobre como tem sido difícil não perder a paciência com a sua mulher.

“Ela parece que está me desafiando a todo momento. Eu também sou humano”. Outro vai além e confessa que dessa vez não deu para resistir e acabou dando “uns tapas na bunda para ver se

aprende a não desarrumar mais o que ele acabou de arrumar". Entre um ou outro comentário de revolta, a maioria parece compreender que de fato é muito difícil a vida de um homem hoje em dia. São muitas responsabilidades. Não é fácil atender a todas as expectativas internas e externas e ainda ter que lidar com as birras da mulher, com a falta de compreensão dela e ser o adulto da relação sempre.

Palavras como "fraternidade" e "empatia" aparecem frequentemente. Sempre com o homem. Com a mulher nunca! Afinal de contas, quem está ao lado dos homens hoje em dia?! Tudo é o direito das mulheres. Nenhuma mulher morreu (sic) por conta de uns tapinhas. E "falando assim" parece até que ele está espancando a pobre, o que não é evidentemente o caso.

Chocante?

Pois, imagine essa cena com diferentes personagens e a mesma violência. Troque a palavra mulher por filhos ou crianças e substitua os maridos por mães, inclusive as feministas. É o que vemos em uma série de grupos de mães, quando estamos falando de agressão contra crianças.

Não importa que agredir uma criança seja crime, ou que a criança seja o elo mais frágil da relação, sendo absolutamente vulnerável não apenas fisicamente, mas emocionalmente dependente de seus cuidadores. Não importa que as crianças sequer tenham maturidade neurológica para lidar com seus sentimentos. O que parece importar é somente uma falsa empatia que busca tentar justificar o injustificável. Por que digo falsa empatia? Porque no fundo empatia com opressão é ausência de empatia com vítimas.

*E sim, nós mulheres também
estamos sendo opressoras
quando violentamos física,
verbal ou moralmente uma
criança, por pior que seja a
nossa realidade enquanto
mães e mulheres*

Proteger crianças (especialmente meninas, que são o grupo mais abusado e violentado da pirâmide) também é uma pauta feminista que muitas vezes parecemos esquecer! Passar a mão na cabeça justificando violência NÃO AJUDA as vítimas, não ajuda as mães culpadas, sobrecarregadas e sem rede de apoio. Ajuda unicamente a perpetuar o padrão de violência ao qual estamos tão acostumadas e que faz com que logo essas vítimas estejam por aí usando frases como “eu apanhei e isso me fez uma pessoa melhor!” (não, amiga, isso fez de você apenas alguém que acha ok bater em crianças indefesas!) ou entrando em relacionamentos abusivos que elas logo cedo aprenderam a confundir com amor.

Negar o impacto, justificar e racionalizar a violência contra quem quer que seja é um desserviço a todas as causas feministas já que acaba reforçando padrões tóxicos de relacionamento que se perpetuam na vida adulta de homens e mulheres.

Sobre formas de educar sem violência, indico fortemente o blog, podcasts e canal do Youtube do [Paizinho Vírgula](#) e da [Elisama Santos](#), dentre outros que escrevem (quase desenham) sobre o porquê que não se deve bater em uma criança. Não apenas porque não funciona (até porque, embora existam inúmeros estudos que comprovem que em longo prazo a violência seja ineficaz, ela pode parecer funcionar individualmente e em curto prazo sim), mas porque crianças (pasmem!) são SERES HUMANOS que, como quaisquer outros, têm o DIREITO de não serem agredidas.

A reflexão que trago aqui, especialmente para nós feministas, é que socialmente a violência contra crianças ainda é largamente aceita, inclusive quando realizada por mulheres

Pais e mães se sentem à vontade para baterem e agredirem seus filhos em público sem que ninguém faça nada a respeito (e se fizer pouca coisa acontecerá, já que a polícia é capaz de te levar presa por mau uso dos recursos públicos se você ousar chamá-la por um puxão de orelha ou um tapa na bunda). Aliás, todo mundo se sente à vontade para dizer que é a favor de palmadas mesmo que não se trate de uma opinião e sim de um crime. Inclusive essa forma de violência é tão normal e aceita que até pessoas famosas se sentem confortáveis para usarem seus espaços na mídia e assumirem publicamente que batem ou batiam em seus filhos.

A questão maior é acreditar que a violência seja uma ferramenta de disciplina válida. NÃO É! NUNCA É! Só que se você for em um grupo desabafar sobre isso é muito provável que ao invés de ajuda para sair do ciclo de violência você encontrará tapinhas nas costas de #quemnunca e confissões pessoais de momentos em que “foi o último recurso, mas foi!”.

O mesmo já não ocorre (graças à deusa!) em relação à violência contra a mulher. Anos e anos de campanhas conscientizando sobre a relacionamento abusivo, violência e direitos das mulheres, se não serviram ainda para reduzir drasticamente os números de abusos e feminicídios, serviram para colocar o bode na sala. Aumentaram consideravelmente o número de denúncias e fizeram com que a violência doméstica contra a mulher finalmente deixasse de ser um assunto da esfera particular das famílias para se tornar um assunto de interesse público (#metecolher).

E por que o mesmo não ocorre em relação às crianças? Por que achamos razoável bater, gritar, humilhar, puxar orelha ou pegar pelo braço sob a alegação de “educar”? Por que achamos chocante o relato fictício do início deste texto, mas essas não?

E enquanto esse último teve mais de OITO MIL COMPARTILHAMENTOS majoritariamente de mulheres, esta semana mais **uma menina de 5 anos morreu aparentemente de tanto ser espancada** (reiteradamente) por seus pais. Apenas mais um caso no Brasil de Isabella Nardoni e do menino Bernardo (cuja morte originou a “Lei da Palmada” **que teve resistência enorme no Congresso até finalmente ser aprovada em 2016.**

Críticos da Lei da Palmada (que nada mais é do que a inserção de um artigo no Estatuto da Criança e do Adolescente, proibindo o uso de **qualquer** castigo físico ou outra forma de punição cruel ou degradante) alegam que ela é uma “interferência indevida do Estado na educação dos filhos por seus pais” em um país em que **uma criança é agredida POR HORA.**

Você pode estar pensando que também não é justo trazer mais culpa para mães que sabemos são um grupo extremamente sobrecarregado, levado constantemente ao limite da exaustão, do desespero e da penúria. E eu concordo! Não é sobre culpa que estou falando. É sobre responsabilidade! Culpa não leva à transformação!

*Responsabilidade é
escolher fazer diferente e
se libertar da culpa pelo
que já foi. Culpa traz
vitimização e paralisa.
Responsabilidade traz
protagonismo e acolhimento*

Então, não, não é sobre acrescentar culpa às mães, e sim sobre refletirmos a respeito da normalização da violência. Apenas tirar essa culpa das mães para que sigamos agredindo crianças — agora sem culpa — não irá nos levar a um lugar melhor enquanto sociedade, inclusive nas questões de divisão de tarefas, acolhimento do outro, rede de apoio e etc.

Vamos discutir rede de apoio, vamos discutir sobrecarga e exaustão maternas e divisão de tarefas domésticas. Vamos combater um mercado de trabalho precarizado e excludente e lutar por um mais justo e inclusivo. Mas não, não vamos fazer isso às custas da integridade física e emocional de bebês e crianças. E para isso precisamos de tolerância zero quanto a isso, assim como com relação a homens abusadores.

Diga NÃO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS!

COLUNAS > MEU NOME NÃO É MÃE

DIA DAS MÃES: GUARDE AS FLORES E DÊ COMPREENSÃO



por Tayná Leite
23 de maio de 2018

Hoje nos exaltarão por nossa força e determinação e pelo nosso amor incondicional. Amanhã voltaremos ao isolamento e ao mundo em que a nós é concedido o julgamento e a culpa

Hoje receberemos flores, doces e emocionadas mensagens. Nos exaltarão por nossa força e determinação, por não desistirmos nunca e pelo amor incondicional que supera todas as coisas, todas as dores e todas as injustiças. Farão odes à nossa habilidade de ser multitarefa, ao nosso desprendimento de nossos sonhos e identidade em prol da maior missão que uma mulher pode vivenciar: a maternidade! Amanhã tudo voltará ao normal. Voltaremos a ser culpadas por todas as mazelas do mundo, pelas caçadas de nossos filhos, de nossos parceiros e da sociedade como um todo. Voltaremos ao isolamento e ao mundo em que a nós é concedido o julgamento e a culpa enquanto aos pais são dados todos os benefícios da dúvida, da imaturidade e chances de serem melhores.

Acha que estou exagerando?

Recentemente o caso de um pai que fez a festa de aniversário do filho sem a presença do mesmo causou comoção nas redes sociais.

Supostamente a mãe do menino teria covardemente inviabilizado sua presença e as clássicas acusações de uso da criança como instrumento de vingança foram levantadas. Milhares compartilharam o desabafo inconformado e, claro choveram críticas para esta mãe: imatura, ressentida, vingativa, insensível para baixo.

Dias antes, uma página apropriou-se de uma campanha idealizada para denunciar o abandono paterno para acusar mães de alienação parental (tema que exploraremos mais a fundo na próxima coluna) tendo, de novo, milhares de compartilhamentos. Outra, culpava as mães pelos abusos sexuais cometidos por parceiros contra seus filhos e viralizou pelos dedos de indignados com "o descaso das mães neste país" (deve ser #culpadoPT). Não espanta que um delegado tenha se sentido à vontade para afirmar o mesmo a um grupo de jornalistas tão publicamente quanto se poderia (e mesmo exonerado por tais declarações segue firme e forte no seu convencimento).

Ainda nos últimos meses, nada menos que 3 amigas vivenciaram episódios infames no judiciário enquanto lutavam para que os pais de seus filhos cumprissem o mínimo de suas obrigações. Todas ouviram variáveis de: "ele paga o quanto pode"; "ninguém manda querer amamentar: não dá para ter tudo na vida!"; "ele está desempregado, como pode ajudar se não tem emprego?!" (gostaria de saber como fazem todas as mães solo desempregadas deste país!).

Tudo isso no país em que:

mulheres são obrigadas a levarem adiante gestações indesejadas para tantas vezes verem-se mães desassistidas e desamparadas (mais de 30% – ou 20 milhões – das mães brasileiras são mães solo);

5,5 milhões de crianças não possuem sequer o nome do pai na certidão e "o abandono paterno é uma epidemia cultural" (isso sem falar das que tem APENAS o nome);

diariamente crianças se sentam à janela esperando o pai chegar naquela visita tão anunciada, tão esperada e tantas vezes frustradas em que a mãe tem que explicar à sua cria que não, a culpa não é dele! (mas sem falar mal do papai é claro, porque aí seria alienação parental, não é mesmo?!)

a maternidade quase sempre representa perda de oportunidades de trabalho e de isolamento e solidão acoplados a uma carga de culpa e julgamento enormes (vide a amigável campanha dos "amigos" do Conselho Tutelar citada acima);

A repetição de mitos sem conexão com os fatos é comum e normal em todas as esferas da nossa vida. Selecionamos os dados que confirmam a nossa hipótese (modelo) e descartamos aqueles que não a confirmam. Chamamos isso de profecia autorrealizável. Aliás esse mecanismo mental é a base de todos os preconceitos. E um dos mitos mais comuns é o de que o judiciário beneficia mães.

"Espera, você está dizendo que não é verdade que a maioria das crianças fique com a mãe?". Não. Estou dizendo que precisamos compreender que a causa dessa realidade é mais uma manifestação do machismo que naturaliza mães como principais cuidadoras e permite a homens sequer cogitarem pedirem a guarda de seus filhos e seguirem pela vida recomeçando e tentando quantas vezes forem necessárias. Há também homens que ajuízam ações de guarda para ameaçarem tirar os filhos da mãe como mecanismo de redução da pensão. Quando elas cedem, milagrosamente eles deixam de incomodar com a questão da guarda e visitação. Curioso não? Minha experiência com o tema é de que um homem que efetivamente QUEIRA a guarda de seus filhos provavelmente a conseguirá. **Como já disse anteriormente:** "É preciso muito pouco para ser considerado um pai. E é preciso muito pouco para ser considerada uma mãe de m**da!" Quem milita na área do direito de família não me deixa mentir.

No judiciário não é diferente: mães são tratadas como "folgadas", "desocupadas" e "que querem ganhar sem trabalhar". Uma mãe que ouse sair à noite ou ter um relacionamento afetivo com outro homem é um desvio, uma vagabunda! Viajar a trabalho? E com quem vai deixar os filhos? Também não é pequeno o número de casos em que homens fizeram alienação parental GRAVÍSSIMA com a finalidade exclusiva de vingarem-se do "abandono". Como ela ousa?! (escrevi há alguns anos sobre um destes casos [aqui!](#))

Então, no melhor estilo Bela Gil, você pode substituir o compartilhamento de relatos de pais injustiçados acusando uma mãe de alienação parental (legislação sobre a qual tenho infinitas ressalvas que irei abordar na próxima coluna) por: 1) uma discussão séria sobre a legalização do aborto e/ou a ausência de redes de apoio; 2) reflexões sobre a maternidade compulsória e a romantização da maternidade, mesmo a desejada e sobre como ela destrói a estrutura emocional de tantas mulheres.

Para este dia das mães então eu quero pedir que guardem as flores (os bombons não, estes podem me dar!) e como presente nos deem o mesmo benefício da dúvida dado aos pais. Que não compartilhem desabaços de pais sofrendo com alienação parental sem antes ouvir a versão da mãe. Ela possivelmente é mais uma mulher exausta. Cansada de ter que lutar por migalhas, cansada de ter que explicar ao filho que o pai hoje não vem. Cansada de ver o cara tomando cerveja com os brother enquanto não tem dinheiro pra roupas, para remédio. Cansada de ter que pedir "ajuda" para ir para a faculdade, para o trabalho ou dar satisfações se saiu para se divertir. Peço que nos deem o direito de errar. De ser imatura às vezes e de aprender com os nossos erros. Que nos tirem das costas o peso da humanidade e de todas as suas mazelas pois ele é incrivelmente duro e difícil de ser carregado.

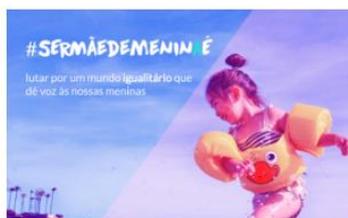
COLUNAS - MEU NOME NÃO É MÃE

**MENINOS SÃO ESPOLETAS E
MEMINAS SÃO COMPORTADAS?
VAMOS REPENSAR OS
ESTEREÓTIPOS!**



Tayná Leite cria uma campanha para que todas digam o que é #sermãedemenino ou #sermãedemenina sob uma nova ótica. Participe!

por Tayná Leite
6 de julho de 2018



Em março deste ano me deparei com uma campanha de um importante veículo de comunicação cujo público alvo são mães e que trazia uma matéria sobre como ser mãe de menino envolvia coisas como lidar com arranhões nos joelhos. As meninas, por serem mais comportadas e ficarem sentadinhas, não passariam por esse tipo de situação com tanta frequência.

Fiz um post no meu Facebook e várias amigas comentaram justamente desmistificando esses estereótipos, postando fotos de suas meninas bagunceiras e de seus meninos comportados.

Aqui em casa mesmo tenho um menino bem comportadinho, sensível e carinhoso e que adora uma vassoura. No meu grupinho mais próximo de bebês somos em 5 mães e 7 crianças, das quais 2 meninos apenas. As meninas são justamente as mais espoletas e vida loka.

Longe de mim reforçar um “estereótipo ao contrário”, porque obviamente a construção social age sobre meninos e meninas justamente para que ao longo da vida crescamos achando que precisamos ser comportadas enquanto eles podem ser aventureiros. Que a nós é dado ser sensível e emocional enquanto eles são assertivos e racionais.

E é justamente nesta fase e com essas pequenas coisas que reforçamos padrões e estereótipos que virão a ser formas sutis (ou nem tanto) de violência contra meninas e meninos.

De março para cá passei a acompanhar no Instagram as hashtags #maedemenino e #maedemenina, e com base nisso resolvi criar uma campanha para repensarmos o estereótipo, ainda que ele pareça positivo e fofo, e permitirmos às pessoas, todas elas, que sejam quem elas quiserem ser!

Como eu já contei neste [texto aqui](#), me tornar mãe de um menino me fez olhar o mundo com outros olhos.

Para mim, #sermaedemenino é ter que me preocupar ainda mais em acolher os sentimentos que a sociedade manda ele engolir e por aí vai.

#sermaedemenino é ter que ficar explicando que é normal ele brincar de boneca ou de panelinhas e gostar de limpar a casa, e que isso não define a orientação sexual dele (como se criança tivesse orientação sexual e como se fosse algum problema seja lá qual for a orientação dele).

#sermaedemenino é estar o tempo todo atenta aos exemplos que ele vê de masculinidade para que ele não normalize atitudes abusivas e violentas em relação a outras pessoas, em especial meninas.

#sermaedemenino é ter a missão de ensiná-lo a olhar para o seu privilégio de forma crítica e construtiva.

#sermãedemenino é ter a missão de ensiná-lo a olhar para o seu privilégio de forma crítica e construtiva.

#sermãedemenino é ter um garotinho doce, sensível e empático e me esforçar para que ele assim permaneça.

E para você? Quais os desafios de #sermãedemenino ou #sermãedemenina?

Abrace essa campanha e vamos juntas desconstruir esses estereótipos que limitam as potencialidades de cada ser humano?

Compartilhe o vídeo da campanha ou este texto com as hashtags que te representam e os desafios que você encontra na sua maternidade por conta desses estereótipos ou desconstruindo os mesmos.

Como diria a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie : “O problema com estereótipos não é que eles sejam falsos, mas sim que eles são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”.

Vamos deixar que nossos filhos contem suas próprias histórias da forma que melhor entenderem e que os façam mais felizes!

Vamos #repensaroestereotipo!

Quer saber mais sobre a campanha? [Assista aqui.](#)



CULUNAS - MEU NOME NÃO É MÃE

PRECISAMOS FALAR SOBRE RACISMO COM AS CRIANÇAS



por Tayná Leite
25 de julho de 2018

Tayná Leite diz que também é papel de mães brancas falarem com seus filhos sobre raça, classe, gênero e todos os privilégios de que ele dispõe



Crédito: Unsplash

Em maio deste ano, a Youtuber e empreendedora Ana Paula Xongani compartilhou em um [vídeo](#) de cortar o coração o racismo vivido por sua filha Ayo, de apenas 4 anos. Ela relata o início de um “fenômeno” que a academia chama de solidão da mulher negra, que deixa marcas profundas que vão contribuir para toda a [cadeia de violências que atingem mulheres negras](#).

Pouco antes, um [vídeo](#) em que uma criança negra (e aparentemente imigrante) é hostilizada por outras crianças em um parquinho na Espanha escancarou o racismo e a xenofobia na Europa.

Ambos os vídeos viralizaram e vi centenas de pessoas conhecidas manifestando sua revolta com essas situações de racismo evidente. A maioria dos comentários ia na linha do “ninguém nasce racista”, “isso é culpa dos pais” e “que tipo de educação essas crianças estão recebendo”.

O desabafo da Xongani mexeu especialmente comigo, de um jeito em que fiquei realmente muito abalada. Chorei (o que não é tão comum para mim mesmo quando estou muito chateada ou emocionada), passei algumas horas no travesseiro pensando sobre o assunto, imaginando a dor dela, da filha e como eu reagiria se fosse comigo. Doeu bem mais do que o “normal”. Fiquei pensando que pode ter sido por que virei mãe, mas eu acho mesmo que foi um pouco de culpa.

Em uma roda de conversa sobre feminismo negro da qual participei, uma pesquisadora e professora de história apresentou seu trabalho sobre os 13 anos da lei 10.639/2003^[1] e seu impacto na vida e autoestima de adolescentes negras. O trabalho brilhante trouxe uma perspectiva muito interessante, e o debate que se sucedeu foi ainda mais rico.

Quando, em determinado momento, uma pedagoga e militante presente destacou a importância de que as mulheres negras briguem para que a lei seja cumprida também nas escolas particulares e para que crianças negras parem de ser humilhadas e excluídas em um ambiente que deveria ser sua referência de mundo, minha garganta trancou e eu tive que conter a emoção e o choro.

Me lembrei do vídeo da Xongani. De como ela tem pressa de mudança.

*Quantas vezes ouvi de
amigas que têm filhos em
idade escolar e que
fizeram algum comentário
racista (sobre a empregada,
o amiguinho, o porteiro)
"que criança não sabe
dessas coisas", que "é sem
maldade".*

Me lembrei de amigas negras e seus relatos de como as professoras se recusavam a pentear seus cabelos, e sentindo a dor daquela mulher dando seu depoimento pensei: "Não! Essa briga não deveria ser sua! Essa briga é minha!"

Eu, mulher e mãe branca, devo assumir a trincheira para que a escola do meu filho assegure um ambiente diverso, antirracista e inclusivo! Eu devo brigar para que se cumpra a lei 10.639/2003 para que as crianças tenham acesso a uma outra perspectiva histórica e conheça a riqueza cultural da nossa ancestralidade não europeia.

MEU PAPEL

É meu papel também brigar para que meu filho tenha acesso a uma escola em que as pessoas negras não estejam em posições de subalternidade, mas também sejam professores, pedagogos, diretores, consultores, e que a escola tenha uma atitude proativa no assunto.

Eu tenho a obrigação de fazer o “papel de chata” e cortar piadinhas no grupo de pais, fazer o recorte de raça nas discussões e panelinhas. Porque “ele é só uma criança, não vê raça”, além de não ser verdade, não previne que a outra criança veja raça quando é ofendida, machucada ou excluída, tendo sua autoestima comprometida em uma fase de construção de autoimagem tão significativa.

É minha obrigação enquanto mãe de uma criança branca falar com meu filho sobre raça, classe e gênero, que geram opressões de forma interseccional – com bem teorizam as acadêmicas feministas negras.

É meu dever moral enquanto ser humano e feminista explicar para o meu filho sobre os seus privilégios. Mais: é minha obrigação ensiná-lo, ao mesmo tempo em que aprendo eu mesma a abrir mão, desses privilégios em prol de uma sociedade mais justa. Temos que ser proativas na briga pela representatividade e diversidade nos ambientes que eles frequentam.

O racismo é estrutural e é sobre poder. Nascemos racistas ao nascermos brancos uma vez que, querendo ou não, gozamos de privilégios que só existem porque o negro é oprimido de diversas formas. Porque racismo não é apenas sobre indivíduos.

A negação de que somos todos parte de um dos países mais racistas que existem está dizimando a juventude negra.

Crianças podem ser racistas sim! Racistas, machistas, classistas... É necessária uma vida para desconstruir esses preconceitos. E ignorar essa realidade apenas atrasa o processo.

Temos que parar de tratar essas questões como tabu e de fazer discursos conciliadores e vazios como #somostodoshumanos para que eles entendam que há sim uma diferença enorme entre ser branco e negro nesta sociedade, e que essa diferença custa muitas vidas. Que se não fizermos nada, isso nunca vai mudar. E que é papel dele ser parte dessa mudança tão urgente. Não subestimem a compreensão das crianças!

Racismo não é uma pauta apenas de pessoas negras. Desconstruir o racismo é – ou deveria ser – algo que interessa a todos. Ele é responsável pela perda de muitas vidas jovens, pela sensação de medo do “outro” e por sua desumanização. Precisamos, no

mínimo, assumir a posição de questionamento em nossos próprios espaços.

Sororidade é também dar um descanso pra a mana negra que precisa estar o tempo todo lutando, brigando e demandando seu direito de EXISTIR!

COMO CONTRIBUIR COM A QUESTÃO?

Primeiro passo é pensar sobre isso. Pense sobre sua branquitude. Quando você percebeu que era branca? Aliás, você já percebeu que não é universal e que o seu conceito de “ser mulher” não é o único possível? Se quiser saber mais sobre o meu processo, escrevi sobre ele [aqui!](#)

Segundo: leia, estude e se aprofunde nas questões raciais e comece a observar a sua realidade e a de seus filhos. Quem são as pessoas negras com as quais ele convive? Qual a relação dele com essas pessoas? Ele tem colegas negros? Ele convive e interage com essas crianças? Se não, por que? Qual a posição da escola em relação a isso? Do clube? Como é a interação no parquinho, na praça?

Terceiro passo: apresente a ele a produção cultural de pessoas negras. Autores e autoras (se for mulher melhor ainda!), desenhos, filmes, músicos. Depois apresente também cientistas, políticos, astronautas e tudo que fizer sentido de acordo com as áreas de interesse de seu filho. Perceber um mundo diverso e possível para todas as pessoas é um passo

importantíssimo na construção do caráter de pessoas verdadeiramente inclusivas.

Por último, mas não menos importante, valorize e incentive relações de amizade e afeto entre seu filho e pessoas diferentes dele. Negras, com limitações físicas ou psíquicas, de classes sociais diversas ou com culturas e religiões diferentes para que ele vá naturalizando e humanizando todas as formas de SER! O racismo, assim como qualquer opressão estrutural, é pautado na desumanização do sujeito.

E nunca, jamais, passe pano para atitudes racistas (ou machistas) de seus filhos achando que "eles não sabem ou não entendem" o que está acontecendo.

Que saibamos que a culpa de ter acontecido o que aconteceu com Ayo, a filha de Xongani, e com a criança no parquinho na Espanha é também nossa. Os racistas odiosos que denunciemos

indignadas ao compartilhar os vídeos também somos nós e serão nossos filhos se não fizermos algo.

A Ana Paula Xongani tem pressa de mudança por um mundo melhor e eu também: tenho pressa e tenho RESPONSABILIDADE nessa mudança!

Hoje, dia 25, se celebra o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. No Brasil, o dia também é em homenagem a Tereza de Benguela, líder quilombola que se tornou rainha, resistindo bravamente à escravidão por duas décadas. Haverá uma série de atividades programadas para este dia que podem contribuir nesse processo de desconstrução do seu próprio racismo. A Marcha das Mulheres Negras de São Paulo realiza ato no centro de São Paulo hoje.

[Confira aqui o evento.](#) Bora somar?

[1] A Lei 10.639/2003 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"



MÃE: UM SOM PRIMORDIAL?

Era um domingo de piquenique em família no parque. Lara, então com quase 1 ano, engatinhou em direção ao cachorro da família ao lado. “Que olhos lindos ela tem! É sua filha?”, perguntou o dono do animal para Luciane, que assentiu com a cabeça. “Não que os seus olhos castanhos não sejam bonitos, mas que sorte ela ter herdado os genes do pai, né?”. Já se preparando para a reação do desconhecido, Luciane respirou fundo e respondeu: “São os genes da outra mãe dela, que também tem olhos claros”, apontando para Thayla, que observava a cena sentada a poucos metros dali. Um rápido levantar de sobrancelhas e um franzir de testa, acompanhados daquela coçadinha básica na cabeça, indicaram uma pane no sistema daquele homem. “Ué, mas quem é a mãe dela afinal?”

Mãe

1. Mulher que tem ou teve filho ou filhos.
2. Animal fêmea que tem filho ou filhos.
3. Borra do vinho que ainda não foi posto em limpo.
4. Mulher carinhosa.
5. Protetora.
6. Origem, causa, fonte.
7. Ser fantástico, espécie de sereia de água doce, também chamado uiara e iara.
8. Pessoa que chora facilmente.

(Dicionário Aurélio Buarque de Hollanda)

A palavra “mãe” tem praticamente a mesma raiz linguística em todos os idiomas do mundo e é pronunciada nos cinco continentes, com pequenas variações, há pelo menos 15 mil anos, segundo Mark Pagel, professor de Biologia Evolutiva da Universidade de Reading, na Inglaterra. Em sua publicação *Mother Tongue Hypothesis* (Hipótese da Língua Mãe, em tradução livre), o pesquisador defende que a palavra “mãe” faz parte de um conjunto de 23 vocábulos que sobreviveram à Era do Gelo, quando o planeta era um só continente e possivelmente a humanidade falava um só idioma.

Mas o que faz da palavra "mãe" tão universal e ancestral? Teria essa junção de sons alguma relação direta com a natureza humana?

Uma das explicações, batizada de Teoria da Vinculação, parte do movimento aprendido pelos bebês para sugar o leite do seio e dos barulhos que eles começam a emitir quando estão distantes do peito. A tal sílaba “ma” é utilizada para que a criança sinalize a vontade de se alimentar, replicando uma, duas, quantas vezes forem necessárias até ter a fome saciada.

Mas será que essa palavra, mais antiga que as pirâmides do Egito e tão perene quanto à própria humanidade, não foi inventada para ser usada em dupla? Será que mãe precisa ser só uma mesmo?

Apesar de ter um útero em plena condição para gerar um bebê, a natureza não me trouxe a possibilidade de fazer isso em conjunto com a mulher que eu amo, com quem escolhi dividir as belezas e os percalços da vida.

Como o nosso, há muitos outros casos de mulheres não conformadas com as limitações da “mãe natureza”. No Brasil, há pelo menos 32 mil famílias homoafetivas formadas por duas mães (53,8% do total), segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Após decidirem pela maternidade, mulheres lésbicas podem passar dias, meses, em busca de informações sobre métodos de reprodução assistida, adoção, acordo com um doador amigo, coparentalidade e tantas outras saídas e combinações. Dá para fazer pelo SUS? Quanto custa todo o procedimento em uma clínica privada? Pode mesmo dar certo se eu fizer em casa? Como fica o registro da criança? Qual o caminho para adotar?

O objetivo desta reportagem é detalhar os métodos e caminhos possíveis e mais utilizados para uma concepção que não vem no pacote da mãe natureza.



NOSSA ESCOLHA

Era uma sexta-feira chuvosa. Thayla Rodrigues tratava de ajeitar seu sutiã respingado de leite para conversar comigo enquanto a pequena Lara se debatia em seu colo, lutando contra o sono.

“Às vezes é dureza, viu? Eu sempre achei que dormir fosse algo natural, que a gente nasce sabendo. Mas ela ainda não aprendeu e acho que a Lu e eu já até desaprendemos.”

Luciane Prada é sua companheira. Se casaram em agosto de 2016 no terreiro de umbanda onde as duas trabalham, quando Lara ainda estava na barriga de Thayla. Ela sempre quis ser mãe e, ainda durante o namoro, soube que Lu não tinha vontade de engravidar, apesar de já ter pensado em adoção.

Foi então que Thayla, aconselhada por uma amiga cujo pai é médico especialista em reprodução humana, propôs que elas marcassem uma consulta. “A gente foi lá só pra entender como funcionavam os métodos e se algum serviria para a gente. Quando soubemos que não precisávamos ter quase 50 mil reais, como eu imaginava, já sai da clínica pra fazer os exames”, conta, apanhando um brinquedo do chão.

Seus 26 anos e os excelentes resultados das funções hormonais e condições anatômicas foram determinantes para que o método indicado fosse a inseminação intrauterina (conhecida pela sigla IUI) e, no caso Thayla, com baixa dosagem hormonal. Foram 12 dias de injeções de hormônio folículo estimulante (FSH) para produzir um ou dois folículos a mais, além do que é naturalmente produzido em cada ciclo.

“Controlando com o ultrassom endovaginal, em torno de 9 a 11 dias os folículos estão maduros. Então, aplica-se uma dose de HCG (hormônio gonadotrófico coriônico) para ‘deflagrar’ a ovulação no intervalo de 24 a 36 horas. Depois disso, são injetados os espermatozoides previamente selecionados, diretamente na cavidade uterina”, explica Mario Peçanha, especialista em reprodução assistida e membro da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana. “Daí em diante, contamos com o encontro e fertilização de pelo menos um dos óvulos produzidos.”



Após 14 dias da inseminação, o exame de gravidez trouxe a grande notícia: Thayla não estava grávida! “A sensação foi como se eu tivesse perdido um filho! Eu tinha vários sintomas de gravidez, como gosto de ferro nos alimentos e seios inchados. Acho que minha expectativa me fez engravidar psicologicamente.”, desabafa, mudando a pequena ao outro peito.

Mas elas não desistiram. Logo em seguida, após o intervalo de um ciclo, reiniciaram o tratamento, desta vez, com a dosagem completa de hormônios. “E, de novo, depois daqueles 14 dias que pareceram eternos e com as unhas todas roídas, fiz o exame. Deu positivo! Foi a maior felicidade das nossas vidas.”



Luciane, Lara e Thayla, desfrutando da semana de férias em família no litoral de São Paulo (Foto: Arquivo pessoal)

A gravidez de Thayla entrou na estatística que aponta como bem-sucedidas 35% das inseminações intrauterinas em mulheres com menos de 35 anos. Após essa idade, a porcentagem diminui devido ao comprometimento da reserva ovariana, ou seja, do número de células reprodutoras com as quais a mulher já nasce e que não são repostas ao longo da vida.

Por volta dos 50 anos, essas células se encontram em esgotamento. Porém, como mostra a pesquisa Estatísticas do Registro Civil 2015, do IBGE, vem crescendo significativamente o número de mães de primeira viagem com idades entre 30 e 39 anos: de cerca de 20%, em 2005, para os 30%, em 2015. Um dos fatores é o avanço das técnicas de reprodução humana, entre elas, a Fertilização In Vitro (FIV).



ABC DA REPRODUÇÃO ASSISTIDA

A FIV é uma técnica de alta complexidade, em que a mulher é estimulada a produzir óvulos que serão aspirados e fecundados pelos espermatozoides, dando origem aos embriões. Somente depois, esses embriões são transferidos para o útero. Ou seja, a fecundação ocorre fora do organismo.

“É um método indicado não apenas a mulheres acima dos 35 anos, como também para as que fizeram laqueadura ou tiveram endometriose, síndrome dos ovários policísticos, falência ovariana ou algum comprometimento anatômico causado por sequelas de operações pélvicas”, esclarece Mario Peçanha.

Para mulheres que optam pela FIV, com um embrião já formado, o desafio deixa de ser o sucesso na fecundação e passa a ser apenas a manutenção daquela célula embrionária no útero. Por isso, a porcentagem de sucesso desse método é consideravelmente maior.

De acordo com Mario Cavagna, diretor do Centro de Reprodução Humana do Hospital Pérola Byington, mulheres mais jovens têm maior taxa de sucesso com a FIV. “As chances podem superar os 60%, enquanto para mulheres acima de 38-40 anos as taxas caem para cerca de 10-15%, chegando a zero após os 44 anos. Para essas mulheres, a indicação é a recepção de óvulos de mulheres mais jovens”, detalha.

Sônia* entrou para as estatísticas das chances nulas. Com 42 anos, conheceu Raquel* e, de cara, soube que queria seguir olhando para aquele par de grandes olhos negros e curiosos, dia após dia. Após dois anos vivendo juntas, decidiram que era hora de pendurar fraldas junto às calcinhas no varal. Os exames de Sônia comprovavam as estatísticas. Raquel, então com 33 anos, tinha perfeitas condições físicas para engravidar, mas era Sônia quem sonhava em ver crescer o barrigão.

A solução foi a chamada Recepção dos Óvulos da Parceira, ou Ropa. Raquel foi submetida ao tratamento hormonal para a obtenção e aspiração dos óvulos. Os embriões obtidos por FIV foram, então, transferidos para o útero de Sônia e trouxeram o pequeno Vítor para recheiar a casa de mais amor.

O preparo do útero que recebe o embrião é simples, conforme esclarece Rui Ferriani, diretor da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana e da Comissão de Fertilidade Assistida da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo). “É feito com estrogênio e progesterona, que deixam o útero receptivo ao embrião. E não há restrições de tipos sanguíneos ou cuidados específicos com uma possível rejeição.”

Um dos motivos do sucesso do procedimento e da consequente gravidez de Sônia foi a boa quantidade de óvulos disponíveis no corpo de Raquel para a fecundação, a tal reserva ovariana. Se ela tivesse oito anos a mais, por exemplo, ou se não tivesse tido sucesso com a FIV, talvez teria sido necessário apelar para um outro tipo de fertilização, a injeção intracitoplasmática de espermatozoides. Diferentemente da FIV convencional, em que os óvulos aspirados são colocados em um meio de cultura junto com os espermatozoides e a seleção natural faz o seu trabalho, na injeção, apenas um espermatozoide é injetado dentro de um óvulo.

Infelizmente nem todos os casais têm a “sorte” dos que ilustraram esta reportagem até aqui. A grande alegria trazida por aquele “positivo” pode também se transformar em uma enorme tristeza para mulheres que, após engravidarem com algum método de reprodução assistida, sofrem um aborto.

Um caminho possível para aquelas que desejam seguir na busca de explicações para a perda gestacional é o diagnóstico genético pré-implantacional. Uma análise genética feita nos embriões (antes da sua implantação no útero) permite a constatação de eventuais alterações cromossômicas capazes de impedir a fixação no útero. Com essa técnica, especialistas têm a condição de selecionar apenas embriões livres dessas possíveis alterações, aumentando, assim, as chances de sucesso na gravidez. “Sugerimos esse procedimento apenas em casos realmente necessários, como quando há um histórico de abortamentos. É um procedimento de alta complexidade e custo”, ressalva Peçanha.

OS DOADORES

Em qualquer método de concepção, além de determinação, algum dinheiro e condições físicas adequadas, lésbicas casadas ou solteiras precisam contar com um ingrediente sem o qual essa receita não fica completa: o sêmen. A origem do sêmen nos casos de inseminação ou fertilização pode ser bem polêmica. No Brasil, existem hoje dois grandes bancos fornecedores a diversas clínicas e hospitais (privados e públicos), sendo um americano e outro nacional. Segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a procura de mulheres brasileiras por bancos estrangeiros vem crescendo exponencialmente, mais de 2.500%, de 2011 a 2016.

Uma das prováveis explicações para esse fenômeno diz respeito à maior possibilidade de escolha das características do doador (e por um valor não muito acima dos praticados em território nacional). Há bancos que informam hobbies, habilidades técnicas, signo do zodíaco e, até mesmo, disponibilizam uma foto do homem quando criança. De acordo com uma determinação do Conselho Federal de Medicina e da Anvisa, em qualquer processo de reprodução assistida, o doador deve ser **totalmente anônimo** e não ter nenhum tipo de contato com a criança gerada do procedimento, assim como as mães também não terão acesso ao cadastro do doador. Além disso, no Brasil, a venda de esperma é proibida por lei.

Mas não é incomum que mães lésbicas conheçam ou tenham contato com doadores. Jéssica Oliveira é a prova viva. Lésbica, com 22 anos e com uma filha de 3 – resultado de uma noite de tentativa de “cura” para sua orientação sexual – ela decidiu com sua companheira que era hora de atender ao pedido de Mariah por um irmão.

“Uma amiga falou para a gente que existia um método parecido com o que faziam nas clínicas e que não precisávamos ter todo aquele dinheiro. Foi pesquisando nas redes sociais que descobrimos o mundo da inseminação caseira e resolvemos tentar”, conta. Enquanto buscava possíveis doadores, Jéssica acompanhava seu período fértil. “A escolha do doador foi meio complicada porque eu não queria o contato dele com a criança. Então, escolhi um que já tinha vários filhos, pensando que, assim, ele não ia querer o nosso”, lembra.

O doador fazia parte de um grupo de “tentantes” e doadores no Facebook, com o objetivo de possibilitar inseminações caseiras. Já são 4 mil pessoas no grupo. Lá, mulheres compartilham desde dicas de como ter mais chances de sucesso com o método da seringa a modelos de contratos para doadores abrirem mão da paternidade.

Já os homens apresentam seus atributos físicos, postam fotos e se colocam à disposição para viajar a outras cidades e estados para fazer doações. As chamadas “tentantes” também fazem anúncios com suas exigências para um possível doador, como a localidade e exames de sorologia atualizados.

Talvez pela grande ansiedade, Jéssica não menstruou naquele mês. “Não sei o que aconteceu com o meu ciclo, mas, como a minha companheira ia logo entrar no período fértil, a gente readaptou os planos, combinou tudo com o doador e decidimos injetar o sêmen nela.” Na data combinada, ele ejaculou em um recipiente esterilizado e, rapidamente Jéssica, com ajuda de uma seringa, injetou o sêmen em sua companheira. “Ela ficou 20 minutos com as pernas para cima e, a partir de então, ficamos na torcida para ter funcionado”.

Murilo, gerado logo na primeira tentativa, foi a 15ª criança nascida com “ajuda” do sêmen desse doador, que já teria colaborado para a gestação de 32 crianças.

Apesar de não haver qualquer restrição legal proibindo o procedimento doméstico, segundo especialistas ouvidos pela reportagem d’AzMina, ele é contraindicado e oferece riscos. O material pode não estar adequadamente esterilizado, o que pode abrir espaço para infecções, já que a região da vagina é propícia à proliferação bacteriana – sem falar no risco de perfurações causadas pela utilização de instrumentos de forma inadequada. Além disso, existe uma baixa probabilidade de sucesso com a aplicação de um sêmen que pode, naquele momento, estar composto apenas por espermatozoides quase mortos após o contato que tiveram com o ar – fato que pode justificar as inúmeras vezes que algumas mulheres relatam ter repetido o procedimento até obterem, finalmente, o seu positivo.

Carlos* também é um participante ativo no grupo e afirma já ter auxiliado vários casais de mulheres. “Faço as doações porque não acho justo que casais de meninas não possam ter filhos por não terem condições de arcar com o procedimento em clínica. Sempre penso se isso deveria ser um fator limitante para alguém ser pai ou mãe. Eu venho de uma família pobre e, se ter esse dinheiro fosse condicionante para a maternidade, eu nem estaria aqui.”, conta. Ele afirma nunca manter contato com os casais após a doação e que, se a tentante prefere um doador que acompanhe ativamente a criança, ele indica a coparentalidade, pois talvez as expectativas sejam melhor atendidas nessa modalidade familiar.

NEM SÓ DE GESTAÇÃO VIVE A MATERNIDADE LÉSBICA

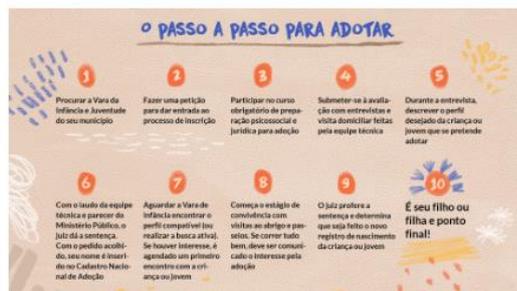
Clara* e Fernanda* estão juntas há 11 anos. Há quatro, logo depois de se casarem no civil, começaram a se preparar para a maternidade. Mudaram-se para um lugar mais tranquilo, no litoral de São Paulo, cuidaram da carreira e investiram em psicoterapia e autocuidado. “Lidar com a ideia de maternidade é lidar com as expectativas e frustrações. Tratar essas questões é bem importante para limpar o campo e não cair na armadilha da romantização e das projeções”, defende Clara.

Justamente nesse caminho de autoconhecimento, autocuidado e partilha, o casal ficou ainda mais unido, e a vontade e a certeza de que queriam ser mães ficaram cada vez mais fortes. A partir de então, assim como o fazem muitas outras mulheres, começaram as quase infinitas pesquisas.

A adoção sempre foi a primeira opção para elas – que até chegaram a pesquisar sobre fertilização, mas não deram sequência ao projeto, pois não queriam incluir um terceiro, anônimo ou conhecido, em um processo de gestação. “A adoção ainda é considerada um tabu e movimenta medo nas pessoas. Mesmo no meio lésbico, as pessoas falam com mais interesse sobre fertilização do que sobre adoção. No Facebook, tem um grupo chamado Maternidade Lésbica onde, em geral, os posts falam de inseminação, caseira ou artificial. É como se a construção da maternidade fosse mais legítima por essa via, mas não é”, diz Clara.

Cientes de que a grande maioria dos processos de adoção demanda paciência e determinação, ela e Fernanda deram início à jornada. Encontraram a lista de documentos necessários para dar a entrada no processo no site do Tribunal de Justiça – documentos pessoais, fotos da residência e declaração de imposto de renda. Após algum tempo da entrega do “dossiê”, foram convocadas para um curso preparatório obrigatório, em que a equipe explica como o processo de adoção funciona. Os próximos passos foram a entrevista com uma psicóloga e uma assistente social e a visita domiciliar.

Os relatórios foram anexados ao processo, juntamente ao parecer. “O problema é que essa etapa burocrática, que envolve a habilitação, acabou sendo mais longa do que imaginávamos. É bem sofrido ver o processo parado. Existe um desinvestimento do Estado com o Judiciário, são poucos funcionários e milhares de microprocedimentos.”, reclama Clara.



A partir do momento em que o Supremo Tribunal Federal (STF) interpretou e reconheceu a união estável homoafetiva, já não há desculpas para que processos de adoção homoafetiva sejam excluídos do ordenamento jurídico brasileiro, destaca a presidente da Comissão de Diversidade Sexual e Homofobia da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Adriana Galvão. “Possíveis casos de preconceito e discriminação por parte de assistentes sociais e psicólogos devem ser relatados de imediato”, orienta.

No fim do ano passado, Clara e Fernanda estavam habilitadas e, em fevereiro deste ano, seus nomes foram inseridos no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). O perfil do casal ficou disponível para os fóruns dos estados brasileiros selecionados por Clara. Ou seja, somente ali elas entraram na conhecida “fila da adoção” que, na verdade, vai funcionar conforme o perfil solicitado para a criança. No processo de habilitação, deve-se preencher uma ficha com dezenas de características sobre a criança que se deseja adotar, tais como gênero, idade e cor da pele. Também é necessário informar se deseja apenas uma ou mais crianças e/ou adolescentes.

Há, também, alguns itens mais específicos para serem selecionados ou não, como crianças ou adolescentes com doenças tratáveis ou severas, com algum nível de transtorno mental, com deficiências ou que foram vítimas de violência sexual, de incesto, estupro ou com genitores dependentes químicos. “Essa é a parte mais angustiante, pois não estamos mais falando de uma criança desconhecida, mas do futuro filho ou filha. É terrível pensar que esse ser que chegará pode ter passado por tantas dificuldades, mas é essa a realidade de milhares de crianças no Brasil.”, reconhece Clara.

Os critérios no preenchimento da ficha são determinantes para fazer andar a fila. Quanto mais rígido o perfil procurado, mais demorado é o processo, pois as exigências não condizem com as características da maioria das crianças abrigadas, sobretudo quanto à idade. O procedimento padrão é apenas aguardar, não sendo indicado visitar abrigos em busca da “criança perfeita”, dado que é o serviço que procura (via CNA e rede local) a melhor família para determinada criança. Até a conclusão da reportagem, Clara e Fernanda aguardavam.

Um caminho para quem deseja buscar ativamente é recorrer aos projetos focados no estímulo da adoção de crianças acima dos 7 anos e adolescentes, chamado “Busca Ativa”. Neles, as pessoas já habilitadas podem ter acesso a alguns dados da criança ou adolescente e, se estiver dentro do perfil, podem comunicar ao fórum o interesse. São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pernambuco, por exemplo, fazem a divulgação das crianças disponíveis para que todas as pessoas que estão habilitadas possam visualizá-las.

Se der certo, o primeiro contato será com o serviço técnico, que dará as informações sobre o processo da criança/adolescente e, se o interesse permanecer, tem início a aproximação, passo por passo. Se o primeiro encontro funcionar bem para os dois lados, é dada aos adotantes uma guarda provisória de um ano. Depois disso, é feita uma avaliação em que o juiz decide sobre a adoção definitiva. Se concedida, se torna irrevogável.

“A adoção não é caridade. É construção de família, um ato de amor e, principalmente, de responsabilidade que requer consciência e certeza. Além da grande mudança na estrutura familiar, há direitos e deveres no aspecto social e jurídico. Sempre aconselhei as postulantes a seguir em frente com a vontade, conscientes de doar suas vidas a um bem maior com base no amor e no respeito às diferenças”, comenta a advogada Adriana Galvão.

FAÇA UM FILHO COMIGO

Vanessa, Pedro*, Laura* e Fernando*: quatro pessoas e três relações. Vanessa foi casada durante 10 anos e, diferentemente de sua companheira, quase desde o início do relacionamento cultivou uma grande vontade de ser mãe. Buscar uma clínica de reprodução assistida nunca foi uma opção. “Além de eu não ter muita grana, independentemente da minha homossexualidade, me agradava imaginar meu bebê tendo também uma figura de pai”, comenta. Em dado momento, conversando com seu amigo Pedro, que queria muito ser pai, pensou em propor a ele que fizessem o filho juntos, por inseminação caseira, ideia totalmente desaprovada pela companheira de Vanessa. Mas a vontade pela maternidade era mesmo grande – tanto que, logo após o término de seu relacionamento, Vanessa retomou a ideia com Pedro e, juntos, decidiram arriscar.

Pedro, casado com Fernando, acompanhou todo processo do companheiro quando este, no ano anterior, também decidiu dividir a parentalidade com a amiga Laura, por meio da inseminação caseira. Vanessa e Pedro tinham, então, uma fonte direta para munirem-se de todas as dicas e realizarem o procedimento – exames que deveriam fazer, posições na hora e depois da aplicação, entre outras –, além do auxílio de uma amiga pediatra para eventuais dúvidas técnicas. “Quando Pedro e eu fizemos a primeira tentativa, foi só pra saber como seria. A gente jamais imaginou que daria certo assim de cara”, conta Vanessa, sorrindo.

Há quase um ano, a criação da pequena Yara vem mostrando possível mais essa maneira a que lésbicas podem recorrer para ser mães: a coparentalidade. O uso desse termo é relativamente recente: a primeira referência apareceu há menos de 30 anos na literatura. Alguns autores, inclusive, chegam a considerar que o conceito de coparentalidade poderia ser aplicado a qualquer situação na qual dois adultos compartilham a parentalidade em relação a uma criança.

Um exemplo disso seria mãe e avó que dividem funções parentais entre si. A psicóloga Lucineia Marques chama atenção ao fato de que o próprio conceito de parentalidade – que, na psicanálise, é entendido como algo que independe da ligação biológica – pode ser construído ou não. “Por exemplo, uma mulher pode gestar um bebê, mas isso não quer dizer, necessariamente, que ela queira ou possa desenvolver uma relação de parentalidade com aquela criança. Ser mãe será uma opção”, explica.

Isso ainda é um tabu quando se trata das mulheres por conta da cultura machista, mas, se pensarmos nos homens, a ideia da parentalidade como construção fica muito mais nítida: o fato de o homem participar da concepção de um bebê não quer dizer que ele se tornará pai.

Dessa forma, assim como a parentalidade, a coparentalidade é também uma construção simbólica e, por isso, nela cabem muitos arranjos quando duas ou mais pessoas assumem as responsabilidades nos cuidados e na criação de uma criança. “A novidade mesmo é que estamos vendo essas configurações familiares acontecendo de forma consciente e assumida pelas pessoas LGBTs por consequência dos avanços dos direitos conquistados, como o processo de fertilização e a legalização da maternidade e paternidade conjuntas no caso de casais de gays e de lésbicas”, ressalta Marques.

A jornalista Taline Schneider nunca entendeu o porquê de precisar se casar para ter um filho. Há quatro anos e prestes a separar-se de seu ex-companheiro, iniciou a montagem desse quebra-cabeça ao digitar no Google “quero ter filho sem casar”. Ao descobrir a existência da coparentalidade, criou uma página no Facebook sobre o tema e, posteriormente, o site “Pais Amigos”, com diversas informações sobre coparentalidade. Uma das seções da página se chama “Faça um filho comigo”, uma espécie de “Tinder da concepção”, como Taline define, na qual cerca de 1,4 mil pessoas se encontram e dão matches para possíveis parceiros de parentalidade. A ideia da jornalista é transformar a seção em um aplicativo de celular.

Para Taline, a coparentalidade é “uma forma legítima de planejar com responsabilidade a concepção e criação de uma criança, seja ela biológica ou adotiva, em uma parceria baseada na amizade e no respeito, sem um envolvimento romântico ou sexual.” Essa seria, segundo ela, uma das melhores representações dos preceitos de uma família, pois tudo que gira em torno dessa modalidade só pode ser fruto de muito respeito, diálogo, transparência, afeto, cuidado e zelo.

No grupo, a maioria das lésbicas solteiras que querem engravidar e buscam um parceiro para a coparentalidade requerem que o procedimento utilizado seja a inseminação caseira – e não apenas por questões financeiras. Quando há também um homem no processo, muitas clínicas automaticamente consideram-no o marido e podem exigir que ela apresente um documento da união civil com o futuro pai. “Já conheci várias lésbicas que, para realizar a inseminação em uma clínica, se dispuseram a registrar uma união estável com o futuro pai só para burlar o sistema”, lamenta Taline.

QUANDO DOIS MAIS UM SÃO QUATRO

“Nosso caso é um pouquinho diferente dos métodos tradicionais usados por muitas lésbicas”, confessa a professora Lígia Ferreira, logo no início de sua entrevista à reportagem. Casada com Roberta Teixeira no civil, já há algum tempo vinha considerando a ideia de ser mãe, mas era a companheira quem mais queria engravidar. “Na verdade, nosso plano pra este ano era largarmos nossos trabalhos e sairmos viajando antes de pensar concretamente nisso”, conta. Mas a vida decidiu primeiro. Lígia já saía esporadicamente há alguns anos com um rapaz de sua cidade e seguiu se encontrando com ele após conhecer a atual companheira, com quem mantém um relacionamento aberto desde o início. No começo do ano passado, os três resolveram experimentar uma saída juntos pela primeira vez.

“Eu nem estava no meu período fértil e já fazia mais de 6 anos que eu saía com ele. O fato de eu ter engravidado na primeira vez em que a Rô esteve junto foi algo bem significativo pra nós duas”, diz Lígia. A professora relata ter sentido algum estranhamento em seu meio social após tornar pública a gravidez por duas possíveis razões: por terem uma relação aberta e por aquela barriga ser resultado de uma transa com um homem. “As pessoas sempre esperam que uma lésbica grávida é sinônimo de inseminação”, opina.



Após a gravidez e o nascimento de Nina, Lígia seguiu se encontrando com o pai da bebê. Ele conhece a pequena e sempre manda mensagens para saber dela, apesar de ter escolhido não assumir o papel de pai, oferecendo apenas seu auxílio financeiro, oferta que o casal ainda avalia se aceita ou não. Elas respeitam a escolha do rapaz, assumindo toda a responsabilidade e estando abertas caso um dia ela queira conhecê-lo. “É uma história meio delicada, mas nós pretendemos dizer sempre a verdade pra ela”, esclarece Lígia. Roberta registrou Nina graças à aprovação do Provimento da Maternidade Socioafetiva – [detalhes aqui](#) – e desde a gravidez é super ativa na criação do seu vínculo de mãe.

AS BATALHAS BUROCRÁTICAS

Uma vez entendido o funcionamento de cada um dos métodos realizados nos centros de reprodução humana, como escolher a clínica ou hospital para realizar o procedimento?

De acordo com o último SisEmbrio, relatório publicado em 2017 pela Anvisa, o Brasil tem 160 serviços de reprodução assistida cadastrados no Sistema Nacional de Produção de Embriões, sendo São Paulo o estado com maior número de serviços (43), seguido por Minas Gerais (19), Paraná (14) e Rio de Janeiro (12).

Em alguns estados, há serviços públicos que oferecem a inseminação/fertilização de forma gratuita. A maioria desses centros se localiza em São Paulo, mas, se contarmos o Brasil inteiro, existem menos de dez, sendo que, na maioria deles, o tratamento não é completamente gratuito, já que as medicações, que podem variar de R\$ 3.000 a R\$ 8.000, devem ser custeadas pelas pacientes. “Há muita dificuldade de realizar os procedimentos no sistema público de saúde, pois eles não constam na tabela SUS”, relata Rui Ferriani, chefe do setor de Reprodução Humana do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto.

Outra possível dificuldade para lésbicas que buscam o SUS é a simples impossibilidade de realização do procedimento sem um homem. O Hospital Pérola Byington, por exemplo, apesar de oferecer, de forma totalmente gratuita, todos os procedimentos de reprodução assistida, não possui banco de sêmen. “Se recebêssemos o apoio do Ministério da Saúde, poderíamos ampliar o número de casais atendidos e criar o banco de sêmen, o que possibilitaria o atendimento de casais de mulheres” ressalta Ferriani.

As mulheres que desejarem tentar realizar o procedimento pelo SUS devem procurar os postos de saúde de sua região, uma vez que os agendamentos para consulta no setor de reprodução humana são feitos pelas unidades básicas, pela Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde.

A falta de investimento público no setor provoca filas enormes e leva, todos os anos, milhares de mulheres lésbicas a buscarem centros privados de reprodução assistida. Os custos de cada procedimento podem variar muito de acordo com a clínica, a localização e o método utilizado.

A inseminação intrauterina – por ser o método mais simples, que exige a utilização de poucos medicamentos para estimular a produção de um ou dois óvulos (além da produção mensal natural) e a realização de exames básicos como ultrassonografias, sorologia e exames de sangue – costuma ser a mais barata, custando entre R\$ 4 e 8 mil cada tentativa (incluindo o valor pago ao banco de sêmen).

A fertilização in vitro exige da mulher o uso de mais drogas, pois se estimula que ela produza em um ciclo o que ela produziria em um ano: de oito a 12 óvulos. O laboratório, então, faz a seleção dos que possuem capacidade de fertilização (sete ou oito embriões em mulheres com até 35 anos e três ou quatro em mulheres com idade próxima aos 40.) O custo total pode estar entre R\$ 15 e 20 mil cada tentativa. O custo para casais de mulheres que optam pela ROPA (recepção de óvulos da parceira) é semelhante.

A SAGA DO REGISTRO

“Luã veio ao mundo causando fissuras nos sistemas médico e jurídico: inseminação caseira, parto domiciliar e registro via setor jurídico do Cartório Civil. Assim começa a história deste pequeno grande menino, que chega abalando a nossa engessada sociedade, resistente a novas formações familiares.” Assim começa o texto da professora baiana Juliana Ortogosa, publicado no Facebook após o nascimento de seu primeiro filho com a companheira Suany Lima.



Suany e Juliana celebrando a vitória do nascimento de Luã, ao fundo, em seus primeiros minutos de vida. (Foto: Kuara)

Luã nasceu no dia 18 de novembro de 2017. Se tivesse nascido quatro dias antes, as mães provavelmente teriam tido mais uma batalha a enfrentar: o registro da dupla maternidade. Antes que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criasse regras sobre a maternidade socioafetiva, para que um casal de mulheres pudesse registrar uma criança, era necessária uma declaração, com firma reconhecida, do diretor técnico da clínica, indicando que a criança foi gerada por reprodução assistida.

O CNJ estabeleceu que o reconhecimento voluntário da paternidade ou maternidade socioafetiva poderá ser feito diretamente em um cartório, sem precisar recorrer a uma decisão judicial. Mas, no caso do nascimento de filhos de casais de mulheres, não é possível realizar ao mesmo tempo o registro da criança no nome de uma mãe biológica e outra socioafetiva, caso não haja uma declaração do diretor responsável pela clínica onde foi realizado o procedimento de reprodução assistida.

Dessa forma, para Juliana e Suany registrarem o pequeno Luã, a certidão teve que ser feita, primeiramente, com o nome da mãe biológica para que, alguns dias depois, Suany pudesse incluir seu nome como maternidade socioafetiva. “Fui diversas vezes ao cartório levando e trazendo papéis até conseguir regularizar a certidão”, ressalta. O processo levou um mês e talvez teria levado ainda mais tempo caso ela estivesse trabalhando na época.

Em casos de crianças concebidas por inseminação caseira, a advogada Adriana Galvão recomenda que mulheres ou casais que não desejam participação do doador na vida da criança façam uma declaração de doação do sêmen por escritura pública – termo de consentimento por instrumento público ou particular com firma reconhecida. Isso evita que, futuramente, o doador venha a pleitear direitos sobre a criança ou que a

criança venha a pleitear direitos sobre o doador, como alimentos e direitos sucessórios.

COM LICENÇA?

Ao contrário de Juliana que, por haver parido, teve direito a estar em casa com Luã nos seus primeiros 120 dias, Suany, que também amamentava, por não ter passado pela experiência do parto, teria direito apenas aos cinco dias de uma licença paternidade, caso necessitasse. “A legislação é bem sexista e reforça os papéis de gênero dentro dos casais, sejam homo ou heterossexuais”, relata a advogada especialista em direito do trabalho e previdenciário Victoria Catalano.

Ao contrário do que ocorre em alguns países europeus, no Brasil, ainda não existe um modelo de licença compartilhada para os cuidados iniciais da criança nascida ou adotada. Assim sendo, mesmo em caso de adoção, somente uma das mães poderá pleitear o benefício previdenciário. Porém, de acordo com a advogada Paula Boschesi, que cursa uma especialização em direito e processo do trabalho, já houve casos julgados em que, sendo as duas mães contribuintes (e empregadas na modalidade CLT), ambas puderam escolher quem poderia usufruir da licença maternidade. “São raríssimas as decisões no sentido de que ambas poderiam, ao mesmo tempo, usufruir dessa licença. Além disso, a autorização não é ‘automática’, depende muito de uma análise de cada caso e do RH das empresas, que, muitas vezes, não está preparado para essas situações”, ressalta.

TRÊS MITOS DA MATERNIDADE LÉSBICA

Lidar com a configuração de modelos familiares como o de Juliana e Suany não é uma dificuldade apenas de RHs de empresas. “Toda criança precisa de uma figura masculina e uma feminina!”, “Essa criança vai ter apenas a referência homossexual, logo, vai ser gay ou lésbica”, “O preconceito que essa criança vai sofrer pode trazer sérios problemas psicológicos” são exemplos de frases clássicas que podem ser ouvidas por uma lésbica quando decide ter filho. É como se, de repente, todo o entorno se transformasse em pura psicologia especializada em parentalidade ou em distúrbios infantis.

A reportagem conversou com a psicóloga Lucinéia Marques sobre alguns desses mitos que rondam a vida de crianças filhas de duas mães. Dentre eles, elencamos aqui três:

1. A criança sentirá falta de um pai

“Sobre isso, apenas a própria criança poderá dizer. É sobre como cada pessoa percebe e vê o mundo, e isso incluirá as faltas. Uma pessoa, por exemplo, que não teve vó, construirá seu mundo sem essa figura, poderá ouvir relatos de pessoas que tem vó e idealizar essa figura, lamentando por não ter tido, ou, não sentirá falta alguma, já que em sua construção de mundo essa figura não existe. Não há uma resposta universal, já que o sentimento de falta é da ordem do individual e constituinte do ser humano”, defende.

Uma questão ainda mais estereotipada é buscar qual das duas deveria fazer “o papel de pai”, geralmente atribuindo a função à mais identificada com o gênero masculino. “São duas mães, duas pessoas dispostas a encarar essa tarefa do cuidar. Não é preciso ser o que não é, é preciso incorporar a potência do que se é, sobretudo diante de um mundo ainda tão homofóbico”, opina Marques.

2. Mães lésbicas, filhos gays

Um estudo da Universidade Cambridge comparou filhos de mães lésbicas com filhos de mães héteros e não encontrou nenhuma diferença significativa entre os dois grupos quanto à identificação como homossexuais. O que o estudo revelou, na verdade, é que filhos de mães ou pais homossexuais, por crescerem num ambiente de diversidade, se tornam mais abertos às diferenças.

“Basta ter um olhar um pouco científico e constatar que se a maioria das pessoas homossexuais descendem de pessoas heterossexuais, então por que o contrário seria diferente? Sexualidade não é opção e nem exemplo, é desejo e identidade, e por isso não será construído por um outro”, argumenta a psicóloga.

3. Filhos de homossexuais terão problemas psicológicos

Um estudo realizado pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo revela que a criação e educação de crianças por casais homossexuais não causa por si só danos psicológicos aos filhos, uma vez que a função psíquica materna ou paterna pode ser exercida igualmente por pessoas do mesmo sexo.

“É simples notar que toda a questão é sobre a qualidade do conteúdo e não sobre formato. Há crianças com pai e mãe imersas em grande sofrimento psíquico, com entraves para o seu desenvolvimento, e outras saudáveis sendo criadas apenas por uma tia, por exemplo. Uma criança precisa de um ou mais adultos que se disponham ao trabalho de construção de vínculo que inclua a responsabilidade de cuidar, acolher, educar, transmitir as regras e leis de nossa cultura, compartilhar das potências e dos limites, e essa função parental não é relacionada ao sexo, nem a uma dupla, por isso é possível ser muito bem feita por uma, no caso de maternidade solo, ou duas mães” conclui Marques.

E assim, entre mitos descabidos, filas de adoção, parcerias online e apelos às novas tecnologias, a gente vai mostrando como é e sendo como pode, na luta para despir essa invisibilidade que insiste em cobrir os nossos quereres. Nós existimos, resistimos e também maternamos.

COLUNAS + DIVÁ D'AZMINA

'FAZER CESÁREA NÃO ME TORNOU MAIS FRACA OU MENOR DO QUE QUALQUER OUTRA MULHER'



por Equipe AzMina
3 de novembro de 2017

'Durante meses não conseguia contar a história do nascimento da Luisa sem chorar.'

Caroline e Julia - Foto: Arquivo pessoal

Quem senta no Divá hoje é a Caroline Godoy Dessen.

“Talvez você não saiba, mas existe uma competição secreta entre as mulheres sobre quem terá o parto mais estelar. Ganha pontos quem tem normal, mas perde quem pede epidural. Pontos extras para quem tem o bebê na banheira. Mas chega ao pódio quem tem filho na sala de casa. E quem perde com tudo isso? As pessoas que acham que o caminho percorrido para a chegada do bebê fará qualquer diferença fora do âmbito ‘segurança em primeiro lugar’.

O engraçado é que essa ‘competição’ é tão sutil que às vezes você nem se dá conta que já está competindo. Eu só percebi isso com o nascimento da minha primeira filha, Luisa, há quase três anos. Super adepta do parto natural, optei por ter minha filha numa Casa de Parto, aqui em Berlim.

Tive uma gravidez perfeita, sem enjoos, com ioga para grávida, alimentação saudável e gabaritando em todos os exames pré-natais. Li vários livros sobre parto natural e técnicas de como se preparar para ele.

O dia finalmente chegou e, numa madrugada gelada, minha bolsa estourou. Seguimos para a Casa de Parto e, depois de 12 horas de muita respiração zen, sem anestesia, minha dilatação ainda estava muito pequena, e tivemos que ir para o hospital.

Lá, depois de receber a epidural, ainda tentamos por mais sete horas, até que o médico veio e explicou que os batimentos cardíacos da Luisa estavam baixando e que precisaríamos fazer uma cesárea de emergência. Naquele momento, meu mundo caiu. Foi quase que como se eu já tivesse sido “desclassificada” daquela competição.

A única coisa que conseguia fazer era chorar enquanto as enfermeiras me preparavam para a cirurgia. Foram lágrimas de cansaço, de decepção, de frustração. O sentimento de derrota insistia em ficar ali quando eu deveria estar me alegrando por finalmente conhecer minha filha.

Demorou para eu conseguir superar a história do parto. Me senti num limbo. Muito se ouve, se lê e se fala sobre cesárea eletiva e sobre parto natural. Entretanto, há pouco espaço para quem fica no meio do caminho: as mulheres que queriam muito um parto natural e precisaram de uma cesárea de emergência.

*Durante meses não conseguia
contar a história do
nascimento da Luisa sem
chorar.*

Comecei então a perceber o quanto eu fazia parte dessa “competição invisível” que rola entre algumas mulheres, sem ao menos ter sido convidada para participar dela. “Foi natural?” me perguntavam as pessoas (muitas delas sem nenhuma má intenção, confesso). E eu, com um sentimento idiota de derrota, respondia que não, completamente desamparada.

À medida que a Luisa foi crescendo, eu fui aprendendo a ser mãe, o tempo passando e a ferida cicatrizando.

No início deste ano, descobri que estava grávida novamente. Ainda queria tentar o parto natural e, depois de conversar com médicos, fiquei animada ao saber que o fato de eu ter tido uma cesárea não implicaria não poder ter natural dessa vez.

O parto da Julia foi muito mais rápido. Em menos de três horas de contrações eu já estava com 8 centímetros de dilatação. Dessa vez não teve respiração zen e eu estava feito um animal de quatro na sala de parto uivando pela epidural.

No processo, apesar das dores intensas das contrações, lembro de ter ficado animada com a rapidez da dilatação e ter pensado "legal, acho que dessa vez vai dar certo". Não deu. A dilatação estancou nos 8 centímetros e a Julia não conseguiu encaixar totalmente no canal vaginal.

A decisão pela cesárea foi mais rápida e com menos drama, mesmo sabendo que dificilmente terei a experiência de um parto natural mesmo se optar por ter um terceiro filho. Agora já não tenho mais problemas em dizer que a Julia nasceu de cesárea.

As alegrias que a minha primeira filha me trouxe nesses quase três anos me ensinaram que a maneira como ela veio ao mundo se tornou apenas um detalhe em comparação a tudo que vivemos juntas.

Mas isso a gente só aprende vivendo e hoje vejo que não ter tido o parto natural não me tornou mais fraca ou menor do que qualquer outra mulher.

Enfrentamos as mesmas contrações por horas a fio, muitas delas sem nenhum tipo de anestesia. Usamos todos recursos emocionais que podemos para 'relaxar' durante o processo do parto e não se desesperar pelas coisas não estarem saindo como planejado.

A audição se torna nosso sentido mais importante quando se tem um pano verde cobrindo sua visão enquanto os médicos retiram o bebê do seu útero, e você, sem sentir nada, pode apenas esperar por ouvir o choro para ter a certeza de que seu filho nasceu.

Temos que passar um dia ou mais sem nos levantar da cama por conta dos pontos e sem poder cuidar 100% dos nossos bebês. Se virar deitada ou se levantar sem nenhum tipo de ajuda também é mais um desafio durante alguns dias. Carregamos uma cicatriz pro resto da vida.

Por essas e outras, todo o meu respeito e admiração por essas mães. Afinal nessa 'competição' aprendemos depois que não importa quem chegou em primeiro lugar, e sim completar a prova, mesmo que seja em último lugar, e, mais do que tudo, terminá-la bem, mesmo que para isso você tenha que sacrificar algumas posições".

COLUNAS + DIVA D'AZMINA

COMO BRIGUEI POR 5 DIAS POR UM PARTO NORMAL – E VALEU



por Equipe AzMina
2 de março de 2016

"Eu já estava preparada pra me empoderar diante de todo o processo de linha de produção da maternidade. Minha doula me explicou como eu teria de ser: punho firme com as exigências sobre meu próprio corpo"

 *divã de hoje é da Bianca Vidália.*



– N ossa menina, já passam de 41 semanas, você tá esperando o que pra ter seu filho? – lançou a enfermeira.

Eu sorri e, pacificamente, respondi:

— Tô esperando ele querer nascer, ué.

Eu já estava preparada pra me empoderar diante de todo o processo de linha de produção da maternidade. Minha doula (que é uma espécie de assistente de parto, digamos assim) me instruiu e me explicou como tudo seria, como eu teria de ser: punho firme com minhas exigências sobre meu próprio corpo, respeitando o tempo que o Benjamin quisesse permanecer dentro de mim.

Mas a enfermeira me encaminhou para o médico, já na intenção de me internar para induzir o parto. Percebi que o médico tinha aquele jeitinho não-humanizado de ser quando me mandou sentar sem sequer olhar na minha cara. Sentei. Bufeí. Aí ele pediu minha caderneta de gestante. Olhou a data prevista pro nascimento do meu filho (21/12/15), já era dia 04/01.

— Quer dizer, então, que você já está com mais de 41 semanas e ainda não foi pra internação? O que houve?

Eu:

— Nada demais. Apenas me informei durante nove meses pra não deixarem fazer nada que meu filho não queira e não vai ser agora, na reta final, que isso vai acontecer. Tenho doula, tenho plano de parto e tenho conhecimento. Isso responde o porquê de eu não estar internada? Ele psismou. Me fez assinar um termo pra eu me responsabilizar por não ser internada. Quando ele terminou de falar, eu ainda complementei: — E, além de não ser internada eu também não quero que o doutor me faça agora o exame de toque, afinal, não tenho nenhum indício de trabalho de parto – mais um choque. Ele concordou. Fiz os exames cardíacos do bebê e o ultrassom. No fim da consulta, ele disse que meu filho estava ótimo. Era sexta-feira. Segundo ele, se até segunda eu não tivesse o Benjamin já era pra eu ir de manhã pra maternidade em jejum.

Bom, aí foi quando comecei a ficar meio fora de controle. Toda a tranquilidade que eu tinha sentido a gestação inteira se perdeu ali. Não queria mais ver meus amigos, não queria mais ver parentes, ouvir música, ver filme, só chorava todos os minutos pensando: put merd*, vou ter que me render à intervenção médica?*

Falei com a minha doula e ela disse:

— Vai andar, vai se distrair, para de pensar no parto, vai tentar ser feliz que ele vem.

Passsei a sexta e o sábado na maior deprê. Domingo, após o almoço, eu olhei pra minha mãe e pedi que fôssemos caminhar no Parque da Cidade. Ela, feliz, concordou. E, ali, começaram as leves contrações. Vocês podem imaginar como eu fiquei feliz em sentir dores? Só uma mãe sabe a alegria das primeiras contrações. E eu rezava pra elas virem cada vez mais! Entramos no carro e fomos pra casa.

Ali começou o que chamamos de estado latente, que pode durar dois ou mais dias. E durou. Eita moleque que curte um útero! Na segunda-feira, a doula me recomendou que eu fosse à maternidade ouvir os batimentos, afinal já estava com 42 semanas e 2 dias de gestação. Tecnicamente meu caso já era 'pós termo' e isso, pros médicos, já é parto de risco. Mas eu sabia que, se fosse pra maternidade, não ia haver empoderamento que me salvasse da internação.

Mesmo assim decidi ir. Fui atendida por uma médica super querida que entendeu meus desejos. Ela pediu pra fazer um exame de toque e viu que eu tinha apenas 1 cm de dilatação. Ela perguntou se eu queria ser internada. Eu realmente não sabia o que responder, mil coisas passavam pela minha cabeça. O que fariam comigo na internação? Meu plano de parto me protegeria? Cadê minha mãe? Benjamin, por que demoras? Ali eu pirei.

*Ela percebeu minha aflição
ao ver meus olhos cheios de
lágrimas e dúvidas. E
disse: "faz assim, dá umas
andadas pela quadra,
pensa, fala com sua mãe e
doula e volta aqui pra me
dizer o que você quer
fazer". Jamais pensei que
uma médica falaria isso, me
daria a oportunidade de
escolher. E amei.*

Fui andar. Chorando, ao redor da maternidade, com a mão na barriga, conversando com o Ben, pedindo ajuda dele, perguntando o que ele queria fazer. Fiz um acordo com a médica: ela me internaria sem induzir o parto artificialmente. Apenas para ficar me observando.

No próximo exame de toque – consentido, claro – descobrimos que minha caminhada tinha dado resultado, eu já estava com 4 cm de dilatação! Mas aí começou a bateria do "quero te induzir a qualquer custo". Ela chegou a sugerir que estourássemos minha bolsa de maneira artificial. De jeito nenhum!

Minha doula chegou, minha mãe estava ali e eu igual uma doida andando pelos corredores. Eu entrei na maternidade em torno das 14h da terça-feira. No meio da madrugada de terça pra quarta, eu estava apenas com 6 cm dilatados. De vez em quando, eu ficava bem desanimada pensando que aquilo parecia não ter fim.

Parece que as duas horas voaram. 7 da manhã. Troca de turno.

Movimentações de enfermeiras e meu estômago embrulhado. Concordei em alguns miligramas de ocitocina. Consegui o mínimo possível e bastou.

Ainda bem que eu concordei, o médico que me dava arrepios tava louquinho pra me picotar na cesárea (sem contar que eu fiquei sabendo que ele abominava doulas. E eu lá, com a minha, bem linda, empoderada e sorridente Fernanda).

*Foi ela colocar a
ocitocina na minha veia que
me veio a porrada de
contrações. TÃ NÃM! –
Welcome to Partolândia –
chequei na terra das
contrações intensas. No*

*estágio do parto em que
tudo que se viveu na vida é
esquecido. Que tudo que se
faz é esquisito. Que tudo
que se diz não quis ser
dito. Que toda a dor que
senti na vida não se compara
a um segundo de dor
daquele momento. PUTA
QUE PARIU, QUANTA
DOR.*

Entendi porque homem não tem útero: não aguentam um chute no saco, aquilo, então, seria o fim do mundo. Morreriam, com certeza.

PUTA QUE PARIU, QUANTA DOR!

A cada contração eu berrava e apertava com as unhas minhas companheiras. Todas esfoladas e eu nem aí. Eu suava demais. Meu cabelo estilo leão já não ligava mais pra órbita. Minha camisola encharcada. E eu tremia de frio. Com um cobertor de lã em cima de mim. Eu ficava de quatro na cama. Ficava de lado. Ficava em pé. Ficava de joelhos. Os berros. A garganta. A respiração solta e já descontrolada. Os olhos espremidos. O choro agressivo. A vontade de desistir e não poder. A vontade de berrar: ME LEVA PRA ESSA CESÁRIA, DOUTOR MONSTRO! ME ANESTESIA, ME MATA, ME LEVA PRA QUALQUER LUGAR QUE NÃO SEJA ESTE! O momento de desespero e desistência. A Fernanda me alertou sobre esse momento. Não aceitei analgésicos. Não aceitei desistir. Me deixei ir pra lá de Bagdá. Já não havia mais volta, meu filho estava vindo.

Olhei pra enfermeira e pedi, suplicando, se eu podia fazer o parto de cócoras na poltroninha própria para esse tipo de parto. Eu já estava ali há mais de 14 horas, sei lá, nada mais existia direito. De um lado, minha doula. Na frente, a enfermeira, atrás, no abraço, minha mãe, e abaixo, vindo, Benjamin.

Eu só repetia: Eu consegui. Eu CONSEGUI. EU CON-SE-GUI!

Lembro de nem conseguir segurar ele no primeiro contato pele-a-pele direito de tão exausta. Eu tremia demais e pedi que a enfermeira o segurasse. Ele olhava pra ela, tão cheio de ternura. Eu só queria cair. Encostar em algo. Tomar um banho. Mal consegui me emocionar e entender direito o momento.

*A dor da vida que tem um
gostinho de morte. O
verdadeiro renascimento de
mim mesma.*

Tirei minha blusa e coloquei ele pra mamar. De primeira ele teve a pegada certa. Fiquei ali. Olhando. Chorando. Chorando. Chorando mais. Era muito amor. Muita dor. Tudo junto. Benjamin nasceu, mas eu, eu renasci. E prometi que faria o possível e o impossível pra ver ele feliz. Que aquilo tudo que aguentei não era nada comparado a tudo que eu estava disposta a passar por ele, por toda minha vida.

COLUNAS - DIVA DAZMINA

"AMO MEU FILHO, MAS SER MÃE É TRETA"



por Equipe AzMina
3 de agosto de 2017

'Meu bebê não pegava o peito e me colocaram na cabeça que tinham que dar leite de fórmula. Esmagaram meus mamilos e brigaram comigo, dizendo que ele ia morrer de fome'



O Divã de hoje é anônimo.

“Tenho 21 anos e um bebê de quase quatro meses. Tive tanta dificuldade na maternidade que acho que quase tudo que podia dar errado deu.

Sou casada há quatro anos, mas fiquei grávida por acidente. Durante a gravidez foi tudo uma loucura. Meu marido ficou desempregado — ele tem minha idade, mas a cabeça de uma criança. Dizia que não pediu pra que eu engravidasse e simplesmente não queria mais transar comigo. Dizia que era por conta do bebê.

Com 32 semanas tive contrações e comecei a tomar remédios pra segurar o bebê por mais tempo. Com 36 as contrações voltaram.

Em pânico, com 37 semanas comecei a ter contrações fortes, fui para a emergência de um hospital particular, onde fiz uma cesariana, a pior experiência da minha vida.

Quando o bebê nasceu, ficou dez minutos no oxigênio. Depois, meu bebê não pegava o peito e me colocaram na cabeça que tinham que dar leite de fórmula. Esmagaram meus mamilos e brigaram comigo: 'Seu filho vai morrer de fome porque você não quer amamentar ele'. Quando passou a anestesia, senti dor, sangrei.

Fui embora do hospital ainda sem conseguir amamentar. Tentei usar um bico de silicone, mas foi uma merda porque meu bebê continuava sem mamar direito e começou a perder muito peso. Recorri a um banco de leite, mas nesse meio tempo perdi a conta de quantas pessoas disseram pra eu dar mamadeira.

Descobri que meu marido estava saindo com uma ex-namorada. E a 'justificativa' dele foi que eu vivia descabelada, de pijama, fedendo a cocô de neném e leite, 20 quilos acima do peso. Eu não me reconhecia no espelho. Ainda não me reconheço.

Eu amo meu filho. Mas é tanta dificuldade que passamos que eu não sei como as pessoas julgam quem não quer ser mãe. Eu tenho que pensar no meu filho 24 horas por dia, não posso mais pensar em mim mesma! E isso é só com as mães, porque os pais acham que não têm essa responsabilidade.

Eu passava a madrugada inteira com o bebê no peito. Ele só ia dormir de manhã e só por duas horas. Depois tudo de novo. Horas no peito e minutos dormindo. Minha casa ficava uma bagunça, mas ninguém se importava em compartilhar comigo a responsabilidade.

*Ser mãe é estar com uma
responsabilidade maior do
que se pode ter. É muito
doído.*

Passar uma semana sem lavar o cabelo porque não tem tempo. E as pessoas te apoiam na teoria, na prática é outra história. Passei tanta raiva que meu leite secou.

O pai do meu filho acha que eu não faço nada. Que eu 'só' cuido do bebê. Aí ele fica 15 minutos com o guri e se acha o pai do ano.

É isso aí. Filho é treta. Quando dizem pra gente com 15 anos que, se a gente engravidar, a vida acabou, duvidamos. Mas é praticamente isso. Você não vive sua vida, vive a vida do seu filho. E se tentar ser diferente as pessoas te julgam até conseguirem te controlar."



Pitando na varanda, a voz baixinha e calma fala sobre feminino e maternidade. Meio da manhã, vai chover. Chega um, chega outro, pede uma bênção para a grávida, “vai ter aqui na aldeia mesmo?”, as crianças brincam no quintal, “será que vai dar chuva?”, vai demorar. Conversa vai, conversa vem, o tempo cinza, estronda um trovão. “Essa chuva ainda demora a chegar”. O genro vem tocando os porcos de volta para o chiqueiro. “Acho que vai é cair logo. Vamos antes que a gente não consiga passar na estrada de volta”. Pingos grossos esparsos, “ué, não ia demorar?”, corre. No caminho do carro, em cada varanda um grupo de pessoas reunidas... admirando a chuva. E mais nada.

Cada etnia indígena **tem sua própria cultura**, o que se reflete na forma de estabelecer relações pessoais. Isso sem contar as questões individuais de moradia, segurança e status dentro da comunidade em que cada mãe e criança estão inseridos. **Mas há semelhanças que unem e diversidades que ensinam.** Cada mãe tem o seu próprio ensinamento.

As crianças brincam da manhã até a noite na casa de Cleidinha Fulni-ô, em Águas Belas – PE. Com o enérgico Tejá, de seis anos de idade, e as gêmeas com menos de dois anos, ela afirma querer seis filhos no total. “Ter é fácil, meus partos foram tranquilos. Difícil é criar”, desabafa.

As meninas mamavam ao mesmo tempo no peito. Na aldeia, as crianças brincam todas juntas nos quintais das casas. Vão pra escola à tarde, voltam e brincam mais.

“Quando cansam de brincar, dormem. Não fazem firula”, explica calmamente.

REGAR

“Como o parto é normal, o leite chega mais rápido para nós”, explica Gisele Fontes (Umussy), da aldeia Dessana próxima a Manaus. “Chega muito leite, então a criança mama o quanto ela quiser”, complementa. A partir dos cinco meses, a criança é iniciada na comida dos adultos e a mãe vai parando de oferecer o peito aos poucos.

As mulheres têm muitos filhos e os filhos são muito apegados às mães até começarem a andar.

É assim na aldeia da Terra Indígena Wavi – MT, do povo Tapayuna. “A criança fica colada no peito da mãe praticamente o dia inteiro”, descreve a antropóloga Daniela de Lima. Elas usam uma espécie de tipóia para carregar as crianças – que ficam com acesso ao peito quando quiserem – e assim continuar seus afazeres. “Elas vão fazer o artesanato, tirar roupa do varal, isso e aquilo, geralmente com a criança no peito”, conta. As Tapayuna também têm um hábito de **amamentar até escassear o leite.**

As Kayapó utilizam uma espécie de sling para carregar as crianças enquanto trabalham. Foto: Maria Ribeiro

As crianças Kaingang mamam no peito de mais de uma mãe, segundo a tradição, e até quando quiserem. “Eu vejo que a gente não tenta colocar todo mundo na mesma caixa. Cada um é um. E cada um é diferente entre si”, explica Joziléia Daniza Jacobsen (Yakixo), antropóloga Kaingang. Ela explica que algumas crianças já param de mamar com menos de um aninho enquanto outras podem mamar até os seis anos.

O desenvolvimento e a necessidade da criança é respeitado. “Dos meus, cada um foi diferente. A gente incentiva eles a comerem sozinhos, dentro do seu tempo”, diz.

A pesquisadora Kaingang aponta que, desde que as mães passaram a trabalhar fora, em fábricas da região, o período de amamentação teve mudanças. “Elas passam, às vezes, onze horas fora de casa. Mas eu vejo que é uma transformação que tem que acontecer. A nossa vida não é mais como era antes e temos que nos adaptar às necessidades”, pondera.

“Vocês não sentem ciúme de outra mãe amamentar o seu bebê?”, pergunta a reportagem. “Você ser a mãe biológica tem um peso grande”, assume Joziléia e destaca que, nos primeiros dias de vida, a criança depende da mãe para se alimentar, para sobreviver, e o instinto nesse período é muito forte e necessário.

“Não é que não existe o ciúme, mas a relação de pertencimento é distinta”, pondera.

“Você sabe que é importante para o seu filho que a avó leve ele pra tomar banho, que outras mães deem comida, que ele se relacione com os diversos irmãos... porque isso é um apoio”, complementa.

CARPINAR

Assim como qualquer mãe, as indígenas também passam momentos de apreensão em que os cuidados precisam ser tomados com mais rigor. Joziléia explica como acontecem os ritos de proteção logo que o bebê nasce. Ouça:



Já as mães Tapayuna passam momentos de aflição quando seus filhos estão prestes a passar por algum ritual perigoso, como a corrida com toras. O ritual envolve o corte da tora de Buriti no mato, que é extremamente pesada, assim como o deslocamento dessa tora para a aldeia. Outros rituais podem envolver animais venenosos, como vespas e formigas.

"Algumas chegam a chorar de medo que seus filhos se machuquem", destaca Daniela de Lima.

Os Guarani, com seu jeito de falar baixinho e calmo, costumam usar a expressão "tem que aguentar" como resposta para as adversidades. Eles não costumam se abrir com facilidade, especialmente com quem não conhecem, mas quando engatam uma conversa, a quantidade de informação é preciosa.

Meninas Kayapó ensinaram sua cultura através do contato diário na Aldeia Multiétnica 2016. Foto: Maria Ribeiro
Meninas Kayapó ensinaram sua cultura através do contato diário na Aldeia Multiétnica 2016. Foto: Maria Ribeiro

Para as mães Guarani, um momento de cuidados especiais é quando as meninas entram na puberdade e têm sua primeira menstruação. Santa Moreira, parteira Guarani da aldeia do Amaral em Biguaçu, Santa Catarina, descreve as minúcias do processo: a menina vai passar de 15 a 20 dias de resguardo – sem sair de casa, sem pegar vento, sem encostar em água fria, comendo apenas comida típica sem sal, sem óleo e nada de açúcar.

Após esse período, ela receberá um banho de ervas e cinzas e seu cabelo será cuidadosamente amarrado. Depois disso, a menina continuará em um regime de atividades mais silenciosas e calmas até o próximo ciclo, quando ela passa a cuidar da sua menstruação, sempre observando a época do sangramento como um tempo de retiro.

"Todo aprendizado desse período é pra ensinar ela para o futuro", justifica Santa.

COMENTA

Todo esse cuidado costuma resultar em muita felicidade para as mães. Algo que deixa as Tapayuna muito felizes, por exemplo, é que seus filhos arranjam um bom matrimônio. "Quando o casamento é bem planejado, você consegue trazer o seu genro pra perto de si, a prestação do trabalho pro sogro está bem estabelecida e os pais têm uma boa relação com os pais dos cônjuges, é um momento muito importante e de felicidade para elas", conta a antropóloga que conviveu com os indígenas da Terra Indígena de Wavi, no Mato Grosso.

O motivo da felicidade é a continuidade dessa rede de relações, a constatação de que seus frutos darão sementes. E começará tudo de novo.

As semelhanças são muitas: crianças se machucam, choram e ficam doentes. Elas mordem o bico do peito da mãe quando começam a vir os dentes e as mães não querem mais dar de mamar. Elas também riem e fazem gracinhas para a família toda babar.

Crescem e precisam de cuidados e, às vezes, os pais gostariam de dar mais aos seus filhos – coisas materiais, tempo, estudo ou uma natureza mais preservada. Casam e se mudam – às vezes para perto, às vezes para longe. Alguns homens são pais mais dedicados e amorosos que outros, alguns tem mais poder social e político, outros menos.

Algumas mães e pais têm que enfrentar tragédias e morte dos filhos e passam por processos duros de luto. Não importa quantos filhos tenham tido na vida. E alguns deles têm uma rede e um suporte forte para superar tudo isso. Outros não.

Mas vão vivendo. “Tem que aguentar”.

305 NOVAS MANEIRAS (OU MAIS) DE SER MÃE

O Brasil tem 305 etnias indígenas que falam 274 línguas, segundo o IBGE. A gente sabe disso porque os amigos publicam o censo populacional no Facebook e porque lemos os jornais. Mas não entendemos – não de verdade – o que isso significa.

Por uma semana, a reportagem conviveu com indígenas de sete etnias no meio do cerrado, durante a 10a. Aldeia Multiétnica, que ocorreu na Vila de São Jorge, na Chapada dos Veadeiros. Comendo, cantando, dançando, rezando, ralando mandioca, contando volta de colar de miçanga, recebendo pintura corporal. Só assim deu pra começar a entender que cada etnia realmente faz as coisas do seu próprio jeito – e com a maternidade não é diferente. E que diversidade tem bem mais significados do que supõe nossa vã filosofia.

“Dentro do macro tronco Jê estão incluídos os Krahô e os Kayapó. Mas a língua e os costumes são tão diferentes entre eles quanto brasileiros e alemães”, conta um dos organizadores do evento, o indigenista Fernando Schiavini. Dentre as etnias, questões como a estrutura da aldeia, parentesco, nomenclatura, restrição alimentar e cosmologia podem ser mais próximas ou completamente diferentes umas das outras.

“É importante lembrar que essa realidade indígena é extremamente complexa, diversa e multifacetada e a questão da maternidade entra nisso”, aponta a antropóloga Daniela de Lima, que já trabalhou com o povo Xavante e atualmente desenvolve pesquisa com os Tapayuna.

Para entender o modelo de maternidade de cada mulher, é preciso considerar se o povo ao qual ela pertence tem suas terras demarcadas ou não; se mora longe, perto ou até mesmo dentro da cidade; se vive em beira de estrada, defendendo-se de bala de capanga de latifundiário; se dentro da sua comunidade ela tem lugar de destaque; se é ama-de-leite; se é esposa ou filha de liderança; se ela mesma é liderança; se é mais velha ou mais nova; quantos filhos ela tem; se trabalha fora da aldeia ou fica em casa; se a sua etnia ainda fala a própria língua ou majoritariamente o português.

São tantas possibilidades de recorte quanto qualquer não-indígena.

 2016_aldeia_MariaRibeiro-7183

Os Krahô costumam tomar pelo menos dois banhos por dia, inclusive as crianças. Foto: Maria Ribeiro

SEMELHANÇAS X DIVERSIDADE

No início da minha pesquisa, a reportagem recebeu um puxão de orelha da Daiara Figueroa, do povo Tukano. “Focar na diferença gera o preconceito”, aconselhou ela. Foi então que começamos a notar as semelhanças entre essas mulheres, tanto entre si quanto com as não-indígenas.

Todas as mães ouvidas nesta reportagem, por exemplo, tomaram algum tipo de cuidado especial na gravidez. A alimentação, os chás ou mesmo uma rotina diferente são alguns dos cuidados mais citados para gestantes. Claro, cada uma dentro da sua cultura, da sua cosmologia, daquilo que acredita e conhece. Todas levam em consideração o que os mais velhos

falam. Algumas ouvem e discordam, naturalmente. A maioria também respondeu que é feliz quando seus filhos estão felizes, saudáveis e bem encaminhados. Cada uma na sua visão do que é estar bem encaminhado.

Mãe não é tudo igual, ao contrário do que diz o ditado. E mãe indígena definitivamente não é tudo igual.

Mas existem, sim, algumas semelhanças. E diversas formas de ser mãe. Nenhuma é mais certa e nenhuma é errada. São diferentes. Diversas. Necessárias.



EM CONSTRUÇÃO

Em anos recentes, mais mulheres são mães ou as mães têm tido mais filhos entre os grupos indígenas no Brasil, segundo a pesquisa sobre saúde indígena lançada pelo Ministério da Educação, com organização de Luiza Garnelo e Ana Lúcia Pontes. Porém, o número de filhos por mulher indígena é menor no meio urbano, segundo o Censo 2010.

As mudanças demográficas, geográficas e políticas também mudaram a cultura de muitos grupos indígenas e, por consequência, suas visões de maternidade. Na escola, aprendemos que índio tem cabelo estilo tigelinha, anda sem roupa e sempre tem penas em algum lugar do corpo – no cocar, na saia, no peito, no tornozelo ou num buraco no nariz.

"Você vê o índio de roupa, com celular, diz que não é mais índio. Mas por acaso você se veste igual aos portugueses que chegaram aqui em 1500?", pergunta Seu Getúlio, liderança Krahiô.



Mulheres Yavalapiti pintam uma faixa vermelha de urucum nos olhos e um delicado símbolo de peixe nas bochechas. Foto: Maria Ribeiro

Da terra indígena Kaingang de Serrinha, no oeste catarinense, saem vários ônibus para empresas de frigoríficos na região. "Muitas mulheres trabalham fora. Isso tem influenciado o período de amamentação, que tem ficado cada vez mais curto", conta Joziléia Daniza Jacobsen (Yakixo), pesquisadora Kaingang e coordenadora do curso de Licenciatura Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). "Eu vejo que tudo vai se transformando e a transformação tem que acontecer. A nossa vida não é mais como era antes e as necessidades têm que se adaptar", explica.

Mas algumas tradições ainda se mantêm como contam essas duas mulheres sobre o parto:



Em suma, assim como cada etnia tem um traço próprio na pintura corporal, também cada mãe é diferente. “A gente não tenta colocar todo mundo na mesma caixa. Cada um é um. E cada um é diferente entre si”, explica Joziléia. E cada mãe é uma – seja ela indígena ou não. E todas fazem o melhor que podem dentro das suas possibilidades.

AS CRIANÇAS INDÍGENAS FILHAS DE TODA COMUNIDADE

Meio da tarde. Eu jogo bola com as duas meninas Krahô no acampamento – vôlei. Outras crianças correm por ali, os adultos tecem cestaria, cozinham, preparam tinta para os corpos. Ouço um choro dolorido. A mãe vai até a bebê que acaba de machucar o pé enquanto engatinhava pelo acampamento. Depois de conferir se está tudo bem, pega no colo, afaga. Passa a criança pro pai e volta para seus afazeres. O pai brinca um pouco, afaga mais um pouco, distrai a bebezinha com as palhas que vão virar artesanato. Depois de acalmá-la, senta a criança no tapete onde a avó tece um cesto. A bebê analisa o artesanato e volta a engatinhar pra longe.

As relações complexas de parentesco entre muitos grupos indígenas permitem que as crianças recebam atenção pulverizada e desenvolvam autonomia desde pequenos. Em uma casa Kaingang, por exemplo, o núcleo familiar é formado por “uma mãe velha”, que seria uma espécie de matriarca, e uma rede de mulheres: filhas, noras, netas e agregadas.

“Essas mulheres se cuidam e se apoiam entre si”, conta a antropóloga Kaingang Joziléia Daniza Jacobsen (Yakixó). Esse apoio inclui ir pra roça, cozinhar, cuidar das crianças e da casa, amamentar os bebês umas das outras, produzir o artesanato... conversar.

“Temos uma relação de parentesco que é além do sangue, é uma relação de afinidade”, explica Joziléia.

Essa rede complexa de relações pode ser observada em diversas etnias dos povos originários. Os Tapayuna, por exemplo, usam a mesma palavra para denominar “pai” e “tio”. É como se ambos fossem pais da criança igualmente. “Uma criança Tapayuna nunca está desamparada, sempre tem alguém para tomar conta dela”, aponta a antropóloga Daniela de Lima, que esteve na Terra Indígena Wawí – MT.



É PÉIXE

Essas relações complexas de parentesco garantem também uma tradição muito importante: as restrições alimentares e de comportamento do pai e da mãe de um recém-nascido. Quando o bebê está para nascer, em algumas etnias, o pai não deve se afastar muito dos arredores de casa. Isso significa que ele não poderá sair para caçar e pescar, não vai à roça ou colher frutos, explica Raquel Rorikwyj Krahô, da Terra Indígena Krahô – TO. Para garantir o alimento dos outros filhos, eles contam com a coletividade.

A mãe recebe o cuidado das outras mulheres não apenas na hora do parto, mas também no pós-parto. Ela precisará de ajuda com os outros filhos, na preparação de chás e ervas para deixá-la mais forte.

Santa Moreira, parteira Guarani da aldeia Amaral em Biguaçu – SC, conta que se a mãe não se cuidar no resguardo, ela fica doente e fraca. E isso passa para a criança: “Fica fraca, não cresce, sempre vai ser doente”, alerta.

PRIMEIRO NÓ

Já as crianças Tapayuna são muito apegadas à mãe até por volta dos dois anos de idade. As mulheres carregam as crianças em uma espécie de tipóia – algo parecido com o *sling*. Assim, elas têm acesso ao seio quase o tempo todo e mamam sempre que têm vontade. A antropóloga Daniela de Lima conta que, apesar desse apego, as crianças são amparadas por toda uma rede de cuidados. Ouça:



Em contrapartida, as crianças também desenvolvem autonomia desde cedo. Assim que passa pelo desmame – que será em idades diferentes para cada bebê, mas geralmente ocorre entre um e dois anos – a criança já passa a comer sozinha, ir pro rio com as outras crianças e com grupos separados da mãe, a cuidar dos irmãozinhos e ajudar nas tarefas.

"A criança já começa a ficar responsável pelos seus atos e fica independente muito cedo", diz Daniela.

Jozilléia Kaingang explica que, assim, as meninas iniciam na maternidade ainda crianças. "Nós nos tornamos mães muito cedo, ainda sem ter filhos biológicos, porque você cuida dos outros: dos irmãos, dos sobrinhos, depois do seu próprio, dos netos, de todos". Assim que se aproximam da primeira menstruação, as meninas já passam a se envolver e participar da rede composta por mulheres.



As Kayapó fazem sua apresentação primeiro apenas entre mulheres. Foto: Maria Ribeiro

Na aldeia dos Dessana, próxima a Manaus, as crianças brincam livres nos quintais. "Eles vão longe, porque a gente vive em família, perto um do outro... então, não tem perigo", conta Gisele Fontes (Umussy). A familiaridade com os tios e tias torna mais fácil os afazeres do cotidiano. "Às vezes você está com a criança e precisa fazer algo, passa um parente e já leva. E a criança também se dá, porque estão sempre juntos. Então não fica tão pesado", explica.

PAPÉIS GÊNERO

Os homens são os contadores de histórias para os Dessana. "Eles contam histórias e cuidam mais da parte dos mitos. Mas na hora de dormir tem que ser a mãe mesmo, porque tem mais jeito", conta Gisele.



As mulheres Yawalapiti cozinham a comida tradicional - beiju. Foto: Maria Ribeiro

Na cultura Kaingang, tradicionalmente, a esfera pública é designada ao homem enquanto à mulher cabe o papel de nutrir, cuidar, educar e organizar a esfera doméstica. “Eles são pais muito amorosos, cuidam, brincam. Mas não têm a proximidade que as mães têm”, revela Joziléia.



Uma das questões da dissertação de mestrado da indígena foi justamente como as mulheres veem essa distinção e se elas consideravam ter suas demandas representadas pelas lideranças masculinas. “Achei fantástica a resposta de uma das avós: se é meu filho, se eu criei e eduquei, por que eu não me sentiria representada?”, conta a antropóloga. “São elas que criam as lideranças, são elas que conduzem”, conclui.

As avós têm grande responsabilidade dentro da sociedade Kaingang, pois cuidam dos filhos e dos netos. É comum as crianças morarem um tempo com a avó, tanto por vontade e necessidade da mãe quanto da própria avó. Ouça o relato da antropóloga Joziléia Jacodsen:



ME DÊ MOTIVO

“A minha experiência de perder os pais cedo me deu o suporte pra te dizer com mais certeza: você ter essa relação maior com as pessoas da sua família, de amor e de afinidade te faz superar as coisas muito mais fácil”, ressalta Joziléia.

A lógica da existência para os Tapayuna, o sentido da vida, é fazer parentes e ampliar a rede social, explica a antropóloga Daniela de Lima.

“Se relacionar é o centro de tudo. Ter filhos faz parte – aliás, é o aspecto mais importante disso. Quando você tem filho, você gera mais parentes. Em pouco tempo, vai ter genro ou nora e netos. Você gera e amplia a rede de parentescos”, conta.

COMO OS INDÍGENAS VIVENCIAM O PARTO E A AMAMENTAÇÃO

Despertou no meio da noite, o gosto do chá ainda na boca. Sentiu uma dor – talvez uma cólica, talvez uma contração – “de amanhã essa criança não passa”. Com esforço, levantou o barrigão. Foi até a cozinha, tomou mais uma caneca do chá, do jeito que a avó falou para fazer antes de dormir. Esperou. O chá da avó sempre funciona pra mulher que está para ganhar neném. Fez meia volta para ir pro quarto, “não dá tempo”. A avó acordou com um choro de criança rompendo a noite. Nasceu!



Os ensinamentos sobre parto e gravidez que as meninas indígenas recebem começam desde cedo: na contracepção. É comum ouvir falar de **anticoncepcionais naturais** entre as indígenas e de **um jeito bem mais equânime – tanto para a mulher quanto para o homem**. Em uma roda de prosa só para mulheres na 10 a. Aldeia Multiétnica, evento que ocorre todos os anos na Vila de São Jorge, na Chapada dos Veadeiros, mulheres de várias etnias descreveram como é vivido todo o processo reprodutivo em sua cultura, incluindo o parto.

“Às vezes a mãe dá o remédio para a filha não ficar grávida sem deixar ela saber”, me conta em segredo uma das mulheres. Pergunto se a menina não fica brava quando descobre. “Até fica na hora, mas sabe que a mãe fez pro bem dela”, aponta. Quando engravidam, as mulheres passam por uma série de cuidados físicos e espirituais. Mas, em geral, **elas vão trabalhar normalmente nos seus afazeres até a hora do parto**.

CUIDADOS

É responsabilidade das **mulheres mais velhas preparar as mais novas para a maternidade** entre as Kaingang. “Elas explicam coisas como a amamentação, o cuidado na gravidez, a dieta que terá que ser feita, a dor do parto”, conta Joziléia Daniza Jacobsen (Yakixo), antropóloga Kaingang da Terra Indígena de Serrinha – SC. “Eu acho interessante que isso é uma **psicologia tradicional de conversa sobre o parto**. Então as mulheres vão pro parto sem medo, bem preparadas”.

Os **remédios naturais e chás fazem parte de todo o processo – da gravidez ao pós-parto** – para as Kamayurá. A partir do quinto mês, elas passam a tomar um chá para aumentar o líquido amniótico. É a mãe da grávida que prepara uma infusão de raiz de algodão que será ingerida logo antes do parto.

Os Kamayura e Yawalapiti "pagam" os rezadores do parto com colares. Foto: Maria Ribeiro
 Os Kamayura e Yawalapiti "pagam" os rezadores do parto com colares. Foto: Maria Ribeiro
 Na roda de prosa, Katuapó Kamayurá, filha e esposa de lideranças do Parque Indígena do Xingu, contou que **ela mesma fez seus oito partos**.

Mas a maioria das mulheres da sua etnia conta com parteiras.

Funciona assim: quando começa a cólica que avisa a chegada do bebê, a mulher "toma um remédio pra aumentar a dor e começa a preparar a rede e o cinto pro parto". A parteira é chamada. Dependendo da situação, **são convocados os rezadores também**. Eles são capazes de arrumar a posição do bebê apenas com o poder da oração. No final, todos que ajudaram ganham colares de concha de caramujo como agradecimento pelo trabalho.

A reza é intrínseca à cultura dos povos indígenas e no parto não é diferente. As parteiras e os rezadores, pajés, curandeiros e líderes espirituais são ponto comum quando o assunto é parto.

Gisele Fontes (Umussy) é a terceira filha do Seu Raimundo, pajé do povo Dessana, que vive em uma área de preservação em Manaus. Ela tem duas filhas e as duas nasceram de parto normal, em casa, com o pai e a mãe de parteiros.

Na aldeia dos Dessana, **a mulher fica de cócoras na hora de ter o bebê**. Ela é segurada pelo marido ou por outro homem de confiança – que pode ser um irmão ou um cunhado.

"Não é todo homem que tem coragem ou força para segurar a mulher na hora do parto", explica Gisele.

Segundo ela, "precisa ser força de homem" nessa hora porque a mulher está concentrando sua força em ter o bebê e precisa de alguém que a ajude a manter a posição sem cair.

– E ele vai ter que ficar ali, firme, aconteça o que acontecer – frisa ela.

– Então, eles têm o filho juntos mesmo? – pergunta a reportagem.

– Sim, juntos!

As Guarani contam algo parecido em relação ao parto. **De cócoras, alguém as segura** – geralmente um homem. Na aldeia do Amaral, próximo de Florianópolis – SC, Santa Moreira é a parteira mais conhecida. Sua irmã Sônia é erveira e raizeira. As duas são filhas dos anciões Seu Alcindo Moreira e Dona Rosa, de 107 e 104 anos respectivamente. Dona Rosa também era parteira e seu Alcindo é o líder espiritual da aldeia. Ele reza os partos difíceis.

Marcelina Moreira (Takua ywydju mirim), filha de Sônia, conta que teve um parto difícil e sentiu muita dor. Preciou de reza. "Tem que aguentar", disse ela – frase típica dos Guarani e receita pronta para as dificuldades. No fim, deu tudo certo.



O período de amamentação também é visto de forma diferente para cada etnia. Foto: Maria Ribeiro

Homem não participa na hora do parto dos Tapayuna. Na aldeia da Terra Indígena Wawi, no Mato Grosso, há duas parteiras experientes, conta Daniela de Lima, que acompanhou três partos durante as pesquisas de mestrado e doutorado pela Universidade de Brasília (UnB).

As indígenas recebem acompanhamento pré-natal através do SUS. Se houver alguma gravidez de risco, a mulher será encaminhada para que o parto seja feito "na cidade". Mas, em geral, elas têm os filhos na aldeia, com as parteiras, também na posição de cócoras. "As outras mulheres que

acompanham serão responsáveis por segurar a parturiente”, explica.

O cordão umbilical é cortado com “cinzas e flecha” na aldeia Kamayurá, no Alto Xingu. Depois disso, a mulher vai tomar outro chá para o restante da placenta e sangue saírem. **Continuará tomando apenas chá até “o umbigo da criança cair”.** E nem pensar em comer carne de caça nos primeiros dias, sob o risco da criança ficar doente e chorosa.

Entre os Krahô, o pós-parto é uma fase de alerta e deve ser obedecida uma dieta especial. Raquel Rorkwvj Krahô conta que os pais e parentes “precisam fazer tudo certinho até cair o umbigo do neném”. Quando cai o cordão umbilical, a aldeia faz o paparuto – um bolo salgado de mandioca e carne, embalado em folhas de bananeira e assado em brasas na terra. A mulher então deve comer desse bolo junto com a comunidade. Depois disso, o homem pode voltar a caçar e a mulher pode voltar a comer carne vermelha.

O indicado pela medicina tradicional Guarani é que o casal que acaba de ter filho passe um ano sem ter relações sexuais. Uma das Guarani mais nova diz em tom de brincadeira: “Eu aguentei seis meses, até que estou bem”.

Joziléia aponta que, em anos recentes, as mulheres Kaingang vem tendo seus bebês no hospital. “São poucas as que têm em casa como era na época em que eu nasci”, pondera. Mas o parto tradicional Kaingang também é de cócoras.



A maioria das mulheres Kayapó não falam português. Foto: Maria Ribeiro

Na visão de Daniela, as indígenas Tapayuna não dão tanta ênfase ao estar grávida e ao ato de parir. “Não que não seja importante – ter filhos é uma das partes mais importantes na vida de uma mulher – mas o ato em si não é um grande evento como a gente tem aqui”, explica.

O filho de Marcelina tem hoje quatro anos de idade e, apesar das dificuldades do parto, é uma criança saudável. Ele é alto em comparação às outras crianças Guarani.

– Sim, ele é diferente. Além disso, tem descendência Tupi também, por isso é maior – explica.

– Quer ter outro?

– Agora não. Tomei o remédio para não ter mais, pelo menos por enquanto. Agora só se *Nanderu* (o Grande Espírito, Deus) quiser.

“MAS INDÍGENAS, EU BUSCAVA UMA NOVA MATERNIDADE PARA ME SALVAR”

Era sexta-feira à noite e fazia três semanas que eu tentava entrevistar mulheres sobre o tema “O que as mães indígenas têm a nos ensinar?”, quando a indígena Tukano Daiara Figueroa, professora em Brasília e ativista dos movimentos indígenas, me disse que minha matéria era preconceituosa.

Talvez tivesse sido mais verdadeiro dizer que eu estava farta de ver minhas amigas sofrendo a pressão de serem “boas mães” e queria trazer outras formas de maternidade para ajudar no debate. Que outras formas? As tribais, por exemplo.

– Mas isso é um fetichismo cultural – atesta Daiara. – Por que você acha que as mães indígenas são melhores? Acaso você acha que as brancas são piores? Ou as negras?

Senti o chão se desfazendo debaixo da cadeira e me vi caindo num buraco sem fundo. Uma pontada no coração e falta de ar.

CORTA A CENA. VOLTAMOS QUATRO MESES NO TEMPO.

“A maternidade como a concebemos hoje foi introduzida pelos colonizadores europeus para as mulheres indígenas e negras, que tinham outras formas de organização na questão”. A frase foi publicada na matéria “Nunca quis ter filho”, aqui mesmo da Revista AzMina. De cara, me identifiquei com o título. Quando li essa frase, ela não só chamou minha atenção – ela ressoou na minha alma!

Meu medo de ter filho é o de não ser capaz. Não dar conta. Não confiar em ninguém que vá assumir o compromisso de me dar um suporte verdadeiro. Vou colocar mais um ser humaninho nesse mundo doído pra quê?

Parir é uma coisa que dá um certo pânico. Ao mesmo tempo, sempre quis amamentar. Para mim, parece a coisa mais incrível que uma mulher podia fazer. Contraditório? Talvez. Mas quando li que as indígenas e as negras teriam outras formas de se organizar, uma chama (re)acendeu no meu coração, nas minhas tetas e nas minhas ancas.



Meninas Kayapó brincam na Aldeia Multiétnica, em Alto Paraíso-GO. Foto: Maria Ribeiro

ABRE PARENTE(SIS)

Meu bisavô era índio, da aldeia, curandeiro. Perdemos quase tudo que ele sabia – desde a língua até os remédios. Só restou o cabelo preto escorrido da minha mãe, que eu costumava usar de “peruca” sempre que ela me carregava no colo encaixada na lateral do quadril. Restou o costume de deixar os filhos com as tias e com a avó sempre que ela precisava fazer algo sozinha – “enquanto vocês estiverem aqui, têm que obedecer a tia igual obedecem a mãe”.

Restou quase nada.

Eu já sabia que os Guarani dão muita importância e valor para as tias. E por “tias” se entende, basicamente, todas as mulheres de seu convívio que sejam da mesma geração que sua mãe. Eles as tratam com o mesmo respeito que a mãe e seus conselhos são tão importantes quanto.

Tá aí: eu queria mesmo era ser tia. Dessas que cuidam como se fossem mãe. Eu sonhava em montar uma vilazinha com todas as amigas que têm esse mesmo pensamento e fazer nossa própria rede de mães. E todo mundo se ajudar e ser tia dos filhos das outras.

MAS, AFINAL

Quais eram essas formas de organização das indígenas e negras antes do colonizador chegar? Eu quero saber! Será que esse outro imaginário de maternidade poderia me salvar? Será que o motivo para eu não querer ser mãe seria essa ideia que eu tenho de maternidade branca, urbana, machista?

CORTA.

Volta para aquela sexta-feira à noite.

– Eu acho nada a ver essa coisa de algumas pessoas ficarem fantasiando ou mitificado a maternidade indígena. Maternidade é maternidade.

Daiara tinha passado a semana postando fotos e pedidos de ajuda para os Guarani Kaiowá que estavam sendo massacrados – de novo, ainda, sempre, que droga!, quando isso vai parar? – por fazendeiros no Mato Grosso do Sul. Ela me explica que não é possível falar de maternidade indígena porque existem mais de 300 povos indígenas – sim TREZENTOS. Mesmo que alguns tenham práticas e conhecimentos parecidos, cada um tem sua cultura, que é diferente da dos outros.

E mais: cada recorte vai mostrar uma maternidade diferente – diferente no status social e econômico da mulher dentro da sociedade, se vive na aldeia ou no meio urbano, se tem terras demarcadas ou não. “Eu não sou melhor que ninguém e ninguém é melhor que eu. Não somos diferentes, mas diversos”, me falou a Tukano. E especialmente: não dá pra comparar com a maternidade branca.

– Mas você acha que é possível fazer essa matéria de uma maneira que não seja preconceituosa?

– Acho que você pode mostrar quais as semelhanças. Porque na diferença nasce o preconceito.

7 COISAS QUE APRENDI COM AS INDÍGENAS SOBRE MATERNIDADE

A jornada iniciou-se na aldeia do Amaral, dos Guarani Mbya, em Biguaçu, Santa Catarina, onde conheci a erveira Sonia Moreira e sua família. Eu estava procurando sua mãe, Dona Rosa Poty Dja, que já havia viajado para um evento na Chapada dos Veadeiros e não voltaria até o próximo mês. O jeito era ir atrás dela no evento – a Aldeia Multiétnica, do Encontro de Culturas da Chapada dos Veadeiros. Lá, encontrei não apenas Rosa, mas mulheres de sete etnias, com quem convivi por sete dias em uma imersão que até hoje não consegui entender totalmente.

Além do medo e ansiedade para fazer um bom trabalho, o menos preconceituoso possível, encarei a descoberta da claustrofobia de dormir em uma barraca. Quer saber como é viver entre a vontade de fazer algo que adicione à luta de um povo e o medo de errar? Vou te contar o que eu aprendi até agora com as indígenas sobre maternidade:

1

As culturas são plurais e estão em movimento

Para começar, **não é uma coisa só**. São 305 povos e 276 línguas conhecidas no Brasil, segundo o IBGE. Cada povo vai ter uma

visão sobre a maternidade, um jeito de ser mãe, uma maneira de lidar com as crianças. E mais: cada mulher vai ter o seu próprio jeito de ser mãe, dentro de recortes diferenciados – sua posição social naquela aldeia ou comunidade, sua idade, suas relações familiares, sua relação consigo mesma.

E essa cultura também vai mudar, porque é isso que acontece com as culturas com o passar do tempo. A cultura da Grécia Antiga mudou, a cultura da Roma Antiga mudou durante o Império, a cultura brasileira mudou desde o “descobrimento” até hoje. E tem lados positivos e negativos sobre isso. Todo ser humano é único e isso inclui todo mundo que é humano. Os indígenas e os não-indígenas.

Mãe não é tudo igual. E mãe indígena não é tudo igual.

2

Inserir algo fora de contexto no seu cotidiano pode dar muito errado

Algo que funciona em uma cultura nem sempre vai funcionar em outra. Aliás, não existe nenhuma regra para isso. Quando eu estava na Aldeia Multiétnica, haviam dois banheiros turcos para nosso uso. Pra quem não conhece, é daqueles em que o vaso é no chão e você precisa agachar para fazer suas necessidades. Eis que alguém me fala que não gostava de usar porque nunca sabia se a sujeira ao redor do vaso era cocô de alguém que não tinha boa mira ou terra de algum sapato que pisou

ali. Tentar transportar apenas um pedacinho de uma cultura para o contexto da outra não deu muito certo para aquela pessoa. **Apesar das indígenas terem alguns procedimentos que dão certo pra elas com as crianças, nem sempre eles vão funcionar na minha cultura e situação.**

3

A responsabilidade aumenta e o suporte também

Quando as crianças são consideradas filhos de todos, a responsabilidade de cada um é maior. Mas é maior também o apoio. Confiar em outras pessoas é um conforto e uma segurança que me deixariam mais tranquila como mãe. Porque tem coisas que eu faço muito bem e coisas que eu não sei fazer de jeito nenhum. **Ter mais gente pra preencher essa lacuna seria um alívio.**

4

Ciúme x compromisso – um aprendizado pra vida

A primeira vez que soube dessa divisão de cuidados entre as mães de uma mesma casa eu lembrei de um colega dizendo: se alguém vai brigar com meu filho, esse alguém sou eu. Eu pensava como eu ia me sentir se alguém chamasse a atenção de um filho meu. Se amamentasse meu filho no meu lugar... “Não dá pra dizer que não existe ciúme da mãe. Mas ela sabe que é importante que o filho dela vá para o mato com a avó, que seja alimentado pela tia”, me explicou Joziléia. **O seu ciúme não pode estar acima do bem estar das crianças.** E o melhor: você ganha esses momentos multiplicados, porque também vai poder dar de mamar para outros bebês, aumentando seus laços de amor. E aí você estende esse aprendizado de criar laços sem precisar prender para todas as relações da sua vida. Tem coisa mais linda?

5

Para pintar a criança sem borrar é só esperar ela dormir

É basicamente isso. Porque as pinturas corporais são feitas com uma mistura de jenipapo, água e carvão. E aí você tem que esperar secar senão borra tudo e você fica parecendo uma mancha ambulante. Para que as crianças não “se sujem” e não borrem a pintura, não precisa brigar, não precisa prometer doce, não precisa se estressar: **é só pintar elas enquanto estão dormindo.** Uma super lição de paciência!

6

A vida é cíclica

A natureza é cíclica. Tem estações, chuva e sol, dia e noite. A menstruação é chamada de tempo da lua – sim, a menstruação tem as mesmas fases da lua e deveria ocorrer em um período regular de um ciclo lunar. **As gerações também fazem parte dos ciclos.** Representam ciclos da vida – o feto, a criança, o adulto, o idoso. O mundo, o ser humano, a vida – tudo é cíclico. **E quando a gente não respeita os ciclos, a gente tem cólica menstrual, o fluxo de sangue não é saudável, tem dificuldade de engravidar e fazer brotar mais vida na Terra. Em todos os sentidos.**

7

Pra ser mãe não precisa ter filho biológico

A menina Kayapó devia ter no máximo quatro anos de idade. Ela vinha carregando um bebê que deve ter pouco mais de um ano. Ela carrega a criança para todos os lados, igual as mulheres mais velhas fazem. Ela lhe dá de comer e brinca com ele.

Daniela me conta que há um caso em uma aldeia Tapayuna de uma mulher que tem apenas um filho. É pouco para a realidade do local. Mas ela exerce maternidade cuidando das outras crianças da aldeia. **Obedecer as tias para os guaranis é tão importante quanto obedecer a mãe.** E às vezes, pedir conselho para as tias é até melhor.

Em geral, as indígenas que vivem em áreas demarcadas, onde a segurança alimentar e política é mais estável, vão querer ter mais filhos. Adotar também é algo mais “corriqueiro”, “usual”.

Adotando ou não, é possível experimentar a maternidade sem ter filhos biológicos.

Do que aprendi nessa jornada, é isso que posso contar. Talvez outra pessoa menos preconceituosa aprendesse outras coisas. **Talvez não houvesse reportagem se esta não tivesse partido de um preconceito.** Então eu me despeço com a esperança de ter feito um bom trabalho e agradecendo a todas as indígenas e não-indígenas que fizeram parte da rede de suporte nesse aprendizado.

*Porque a mãe dessa série não sou eu,
somos NÓS.*



25 de junho de 2016

"Podemos desmarcar a entrevista hoje? Tive que levar meu filho para o médico e só tinha profissional adequado na cidade vizinha, a uma hora de viagem de onde moramos". Essa foi a frase mais ouvida pela reportagem da **Revista AzMina** nos dois meses que durou a apuração desta série de reportagens. "Hoje não dá para conversarmos. Estou na emergência com o bebê e está lotado" e "Podemos falar amanhã? Hoje tenho que passar o dia com ele na fisioterapia" eram também falas comuns.

Uma gestação se passou desde a primeira notificação de recém-nascido com microcefalia em decorrência do Zika vírus no Brasil e pouco ou nada foi feito pelo governo. O fato é que a microcefalia não tem cura, o acompanhamento de saúde e o estímulo ao desenvolvimento dessas crianças devem ser constantes – e os cuidados da família ou do responsável, em geral uma mulher, duram para a vida toda.

O apoio social significa muito para pessoas como Thayane Alves da Silva. Moradora de Manaus e grávida de oito meses, ela já é mãe de uma criança com microcefalia, nascida sete anos atrás, em uma época em que nada e ninguém falava na anomalia. "A minha gravidez foi considerada normal. Fui descobrir que minha filha tinha microcefalia somente no parto, quando o médico viu a cabecinha dela", conta a moça, que engravidou na adolescência e considera que, além da falta de informação, sofreu com preconceito por ser mãe tão jovem.

"Por anos eu achei que só existia minha filha com microcefalia no mundo todo".

Ou para Josiane Santana, de Salvador, mãe de gêmeos bivitelinos de oito meses, um deles com microcefalia; ou ainda Aline Barbosa Oliveira, que morava no Espírito Santo quando engravidou e teve seu bebê, mas que decidiu se mudar para São Paulo, há dois meses, para conseguir médicos e fisioterapeutas gratuitos para seu filho; ou Natália Campos de Assis, da região de Campinas, mãe de uma bebê de nove meses, que conta não ter tido nenhum sintoma de Zika vírus e não sabe o que causou a anomalia em sua filha. **Natália entra nos mais de 3 mil casos suspeitos de microcefalia que ainda estão sendo investigados.**

Thayane, a adolescente que achava ter dado à luz à primeira criança com microcefalia do mundo, assim como as recentes mães de bebês microcéfalos entrevistadas para esta série, compartilham suas histórias para nos fazer pensar: "e se fosse eu?". E se eu tivesse que esperar eternamente por exames que confirmassem o que causou a microcefalia em meu bebê? Se eu vivesse a incerteza de não saber se conseguirei a ajuda necessária do governo e apoio psicológico e material quando eu tivesse que largar o trabalho, os estudos e até me mudar de estado para cuidar integralmente de meu bebê?

SEM opção

Foram registrados 5.909 casos de suspeita de microcefalia em todo o Brasil de novembro de 2015, data da primeira notificação de microcefalia decorrente de Zika vírus, a fevereiro de 2016. Destes, foram confirmados, até 25 de junho, 1.638 casos de bebês com microcefalia e outras alterações do sistema nervoso. Os dados são do Ministério da Saúde. Também foram registradas 328 mortes suspeitas de microcefalia e/ou alteração do sistema nervoso central após o parto ou durante a gestação. O Nordeste, principalmente Pernambuco, foi a região com maior número de casos.

No começo deste ano, época em que o Brasil e demais países da América do Sul passavam por um surto de Zika vírus, ativistas e acadêmicos brasileiros pediram ao Supremo Tribunal Federal um pacote de medidas de saúde pública que considerassem tanto a flexibilização do aborto como uma série de políticas públicas para atender esta geração de crianças – que estavam e estão nascendo – com necessidades muito especiais.

Em fevereiro deste ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) pediu que os países que viviam o surto de Zika vírus permitissem o acesso de mulheres à contracepção e ao aborto. O apelo foi dirigido especificamente aos países sul-americanos por estarem passando pelo surto e por não terem, na maioria dos países, leis flexíveis em relação ao aborto.

No Brasil, até o momento, o Ministério da Saúde não apresentou nenhuma novidade para as famílias com filhos com microcefalia. Não discutiu nem a possibilidade de interrupção da gravidez e nem de tratamento para quem decidisse – ou fosse obrigado a decidir – que eles nascessem. E as mães, que têm passado por abalos psicológicos, emocionais e financeiros, ficaram também sem assistência. A única medida do governo brasileiro foi um “aconselhamento”, pedindo que as brasileiras evitassem engravidar neste período.

“Claramente, a propagação do Zika é um grande desafio para os países da América Latina”, afirmou o Alto Comissário para os Direitos Humanos da ONU, Zeid Ra'ad al-Husseini, em um comunicado. “No entanto, o conselho dado por alguns governos às mulheres para que evitem engravidar ignora que muitas delas não têm qualquer controle sobre o momento ou as circunstâncias nas quais podem ficar grávidas, especialmente onde a violência sexual é bastante habitual.”



DEPOIS DO PARTO

AzMinha procurou mães de diferentes partes do Brasil que tiveram seus filhos com microcefalia para contar como suas rotinas se modificaram, como tem sido os desafios de ter um filho com a anomalia e como o Estado tem cuidado desses bebês e dessas mães. A série de reportagens “Nove meses de Zika: e agora?” será publicada no decorrer desta semana.

Ela conta, em detalhes, as histórias de Thayane, Josiane, Aline, e Natália. A última reportagem mostra como uma rede de apoio e solidariedade feminina tem se formado em torno dessas famílias, com campanhas de doações e com atendimentos psicológicos gratuitos a essas mães, que tiveram suas rotas de vida alteradas pelo surto de Zika vírus. São mulheres de diversas profissões, mães ou não, que estão se organizando, na internet e fora dela, para fazer o trabalho que o governo deveria estar fazendo.

Mais uma vez, nos salva a irmandade feminina.

ALTA DO ZIKA PASSOU, MAS AINDA É PERIGOSO ENGRAVIDAR, AFIRMA ESPECIALISTA

Para a médica Érika Fontana Sampaio, infectologista do Instituto de Infectologia Emilio Ribas e do Centro de Referência DST da Penha, de São Paulo, o surto do Zika vírus revelou uma crise sanitária nas grandes cidades do Brasil. Nesta entrevista, ela esclarece questões relacionadas ao Zika vírus, ao sistema de saúde do país, à gestação e à mulher.

AzMinha: Por que existe maior incidência do Zika vírus na América do Sul?

A América do Sul reúne condições de temperatura e umidade que favorecem a proliferação do mosquito vetor, no nosso caso, o mosquito *Aedes Aegypti*. Não por acaso, o surto de Zika vírus veio acompanhado de dengue, chikungunha e outras doenças virais também transmitidas pelo *Aedes*. Outro fator que pode colaborar para o surto dessas doenças virais na América do Sul são as condições socioeconômicas de algumas regiões e as políticas públicas ineficientes de controle dos criadouros dentro da área urbana.

Nas grandes cidades brasileiras, **problemas de limpeza no lixo** das ruas, em terrenos baldios e nos quintais das casas, assim como a falta de saneamento básico, são as **principais causas da proliferação do mosquito**.

No Brasil esse quadro piora porque o grande desmatamento pelo qual o país passa fez com que o mosquito se adaptasse nas zonas urbanas e em grandes centros populacionais.

Com isso, crescem as chances de cada mosquito picar mais pessoas, aumentando também as chances de transmissão do Zika vírus.

AzMina: O Zika vírus pode ser transmitido por relação sexual?

Já está confirmada a transmissão do Zika vírus por meio da relação sexual, mas, aparentemente, são casos raros e isolados e ainda não se sabe como esse tipo de transmissão pode influenciar no surto de Zika. A OMS [Organização Mundial da Saúde] tem recomendado que gestantes que morem em regiões de surto do vírus ou gestantes cujo parceiros viajaram recentemente para essas regiões, **usem preservativo nas relações sexuais** durante o período da gravidez.

AzMina: Uma gestante com Zika vírus terá, com certeza, um bebê com microcefalia?

Não é certeza. Quando a gestante entra em contato com o vírus durante a gravidez, vários fatores influenciam o desenvolvimento ou não de anomalia, alguns ainda desconhecidos. A carga viral a que ela foi exposta, como está a imunidade da gestante, por exemplo, vão determinar a má formação do bebê, e não somente o contato da mãe com o Zika vírus. **Na verdade, as gestantes que tiveram filhos com microcefalia foram a minoria** de todo o grupo de mães que entraram em contato com o vírus.

AzMina: Existem outras doenças e complicações que um feto em contato com o Zika vírus pode ter?

Sabemos que o Zika é um vírus neurotrópico, ou seja, tem preferência por tecidos nervoso, central e periférico. Por isso, **esses bebês podem, sim, ter outras alterações e má formações no sistema nervoso**, como calcificações no parênquima [revestimento] cerebral, aumento dos ventrículos cerebrais, etc. Em geral, as complicações ficam restritas ao tecido nervoso, acarretando atraso e prejuízo ao desenvolvimento psicomotor dessas crianças. Também já existem estudos observando que, assim como em outras doenças como a sífilis, a toxoplasmose e o citomegalovírus, o Zika vírus também pode provocar alterações oculares e auditivas.

É importante lembrar que a primeira notificação de um caso de microcefalia associado ao Zika vírus em uma gestação é de novembro de 2015. Estamos falando de algo muito novo, que ainda está sendo estudado. Então, pode ser que outras doenças ocorram associadas com o Zika, mas que, neste momento, ainda desconhecemos.

AzMina: Em relação à gestante, o Zika vírus pode se manifestar de maneiras diferentes do que em outros pacientes adultos?

Já sabemos que **não há diferença do quadro de uma gestante em relação ao restante da população adulta**. Para a gestante e para qualquer outro adulto, se espera: febre baixa, dor no corpo e nas articulações, conjuntivite, vermelhidão pelo corpo, em um quadro que dure em torno de sete dias. Agora, a grande questão é que, **no Brasil, foi observado um aumento de algumas doenças de sistema nervoso dos infectados**, como o desenvolvimento da síndrome de Guillain-Barré, uma doença autoimune que leva à fraqueza muscular, e à mielite [doença neurológica]. Mas é uma parcela muito pequena do grupo de pessoas infectadas com o Zika que também vai desenvolver essas doenças, a maioria só terá os sintomas de uma semana.

Além disso, vale ressaltar que **apenas 20% das pessoas em contato com o Zika vírus vão manifestar sintomas**, todos os 80% não terão sintomas manifestados, mesmo infectados.

AzMin: O surto do Zika vírus já passou no Brasil?

Como já era esperado epidemiologicamente, a incidência da doença pelo Zika vírus caiu consideravelmente nos meses de maio, junho e julho, assim como as outras doenças transmitidas pelo *Aedes Aegypti*: chikungunha e dengue. Comparando maio a fevereiro, os casos de contato com o vírus caíram 87%. Esse fenômeno já era esperado para essa época do ano por causa das temperaturas mais amenas e o baixo volume de chuvas, fazendo com que o mosquito se prolifere menos nos centros urbanos. É importante lembrar, porém, que o Brasil é um país muito grande e diverso. Então, em regiões como o Nordeste, as temperaturas ainda são elevadas e com chuvas, favorecendo a reprodução do mosquito transmissor. Nestes lugares, ainda há o receio do surto de Zika retornar.

AzMin: Então já está mais seguro engravidar na maior parte do Brasil? Infelizmente, não. Há uma tendência de queda da infecção pelo Zika vírus e no número de mosquitos no meio urbano. Apesar disso, existe ainda a chance de transmissão da doença. Portanto, independente da época do ano, ainda é importante manter a preocupação de evitar a picada do mosquito transmissor. É difícil dizer que existe e qual será o momento certo para engravidar de maneira segura, sem o medo do Zika vírus.

O importante é as pessoas, e principalmente as grávidas, continuarem se protegendo e tomando ações para evitar a reprodução do Zika nas cidades, em qualquer época do ano. Os principais cuidados são: telas nas janelas e portas, uso de roupas que cubram a maior parte do corpo e de repelentes. E não podemos esquecer, mais uma vez, que as gestantes devem usar preservativo nas relações sexuais, uma vez que há a possibilidade de transmissão no sexo.

MÃE ADOLESCENTE DE UMA CRIANÇA COM MICROCEFALIA – E GRÁVIDA DA SEGUNDA DURANTE O SURTO DE ZIKA



Amanda Vitória que nasceu com microcefalia e a mãe Thyanne Alves da Silva

Ela estava convencida: como a Virgem que engravidou do menino Jesus, ela vivia uma maternidade muito rara. Era a única mulher no mundo a ter um bebê com microcefalia. Do momento em que a cabecinha pequena demais de Amanda Vitória saiu de seu ventre e o médico

anunciou o nome complicado até três anos atrás, ela sentiu essa solidão pesada. Ninguém contou pra ela que existiam, lá fora, pessoas que partilhavam sua dor.

No momento do parto, ela sentiu um clima esquisito que não sabia compreender. Thyanne Alves da Silva tinha apenas 16 anos. Os enfermeiros retiraram sua filha da sala e, após um tempo, o médico retornou para dar a notícia: sua menina tinha microcefalia.

“Eu não fazia ideia do que ele estava falando. Nunca tinha ouvido falar aquela palavra na vida”, lembra. “Aquilo tudo era uma surpresa. Até o sexto mês, os exames estavam normais. Nem o ultrassom apresentava nada de irregular.”

Os avós paternos disseram que a culpa da má formação era de Thyanne e sumiram. Quando a garota tinha um ano, os pais se separaram. Aos cinco, o pai não quis mais colaborar financeiramente. Com o apoio da mãe – e entre uma doença e outra de Amanda Vitória – Thyanne conseguiu, a muito custo, terminar os estudos, fazer um curso técnico de enfermagem e começar a trabalhar.

No ano passado, quando a filha fez seis anos, Thyanne resolveu engravidar novamente, desta vez uma gestação planejada. Tudo corria bem até que, no terceiro mês de gravidez, o governo anunciou a relação entre Zika e microcefalia. Thyanne ama sua filha, mas sabe o tamanho da responsabilidade de dar conta de uma criança com tantas necessidades especiais – imagine duas.

Temerosa, ela resolveu largar o trabalho e passar a maior parte do tempo em casa, para se proteger do vírus. Mesmo com todos esses cuidados, só mesmo quando o bebê nasceu ela terá certeza de que ele não é microcéfalo.

A DESCOBERTA CIENTÍFICA

No dia 28 de novembro de 2015 foi confirmada a relação entre o Zika vírus e a microcefalia em recém-nascidos. O primeiro caso que se tornou público era de um bebê do Ceará, que faleceu em razão da malformação. De repente, a anomalia, que quase nunca era abordada pela mídia e pelos programas do Ministério da Saúde no Brasil, ganhou destaque nos noticiários nacionais e internacionais.

A relação entre o Zika e a microcefalia em recém-nascidos era inédita na pesquisa científica mundial. A ocorrência de microcefalia no país, contudo, não era novidade. Por que, então, milhares de brasileiros nunca tinham ouvido falar na palavra até então?

O neurologista pediátrico Marco César R. Roque, do Hospital Municipal Infantil Menino Jesus e Grupo Santa Joana, de São Paulo, explica que a microcefalia pode estar relacionada à genética, a uma má formação cerebral e/ou a infecções congênicas de diversas causas, entre elas, o Zika vírus. O que tem ocorrido desde o ano passado, contudo, é que a microcefalia passou a ser não somente uma doença, mas também um sintoma da condição das cidades.

"Estamos falando agora de uma causa de microcefalia que poderia ser evitada caso a população e as autoridades tivessem maior responsabilidade sobre o controle de criadouro dos mosquitos", afirma.

"Não parece absurda a ideia de que uma simples picada de um mosquito pode condenar um bebê, que se desenvolvia adequadamente no útero materno, a ter seu cérebro comprometido e desenvolver uma série de problemas neurológicos após o nascimento?", se questiona o neuropediatra.

OLÁ, SEU FILHO TEM MICROCEFALIA

"Obrigada por essa entrevista. Nunca ninguém perguntou a história da minha filha... a minha história. Esta é a primeira vez que eu conto como é ter a microcefalia na minha vida", afirma Thayanne, entre lágrimas e os gritos da filha, que hoje tem 7 anos.

Quando descobriram que estava grávida, Thayanne e o pai da criança haviam resolvido morar juntos. O primeiro desafio do relacionamento veio com o nascimento de Amanda Vitória.

"Eu percebi que estava lutando sozinha, mesmo com ele ao meu lado", confessa.

"Quando minha filha fez um ano, não dava mais para convivermos, porque eu precisava cuidar dela e já estava fazendo isso sozinha", conta Thayanne. "Ele vivia mais para o trabalho do que para mim e para a nossa filha, então, me separei".

No princípio, o pai de Amanda continuou a acompanhá-la nas consultas médicas. Passado algum tempo, Thayanne resolveu se casar novamente, e ele, após perder o emprego, quis passar a responsabilidade para o novo marido de Thayanne.

"Eu me virei, até que descobri que ele já estava em outro trabalho e não me contava para não me ajudar. Mentia que estava desempregado".

Hoje Thayanne e o pai da criança, que deve dois meses de pensão, brigam na Justiça.

"Ele quer ver a menina, mas não quer ajudar financeiramente porque acha que quem tem que me ajudar é o meu marido", conta. Os avós paternos também não querem saber da menina desde que descobriram que ela tem microcefalia. "Eles achavam que eu tinha ocasionado aquele problema na criança, então ela deveria ser problema meu, porque tudo era culpa minha".

Doutor Marco explica que o número de mães que levam os filhos nas consultas nos lugares onde atende é muito maior que o número de pais. “O cenário melhorou. Hoje, há um comprometimento paterno muito maior em relação ao passado. Alguns poucos já assumem completamente os cuidados, os chamamos de ‘pães’”, relata. No que diz respeito a receber a notícia de que o filho terá microcefalia, Marco conta que os pais costumam reagir com mais dificuldade do que as mães, chegando a não aceitarem os filhos.

A ROTINA DE UMA MÃE COM FILHO MICROCÉFALO

Semanalmente, Amanda frequenta fisioterapia, atividades motoras e faz hidroterapia com a mãe. Mensalmente, faz acompanhamento com neurologista, fonoaudiólogo e dentista. “Todas essas coisas conseguimos pelo SUS, mas o neurologista pediatria é uma coisa muito difícil em Manaus. **A gente tem que dormir no posto de saúde para conseguir atendimento.** Então, esse médico eu estou fazendo por atendimento particular no momento”, conta.

Thayanne conta que é muito caro dar assistência a uma criança com microcefalia e seu maior gasto hoje são as fraldas, já que a menina tem que usar cerca de cinco ao dia. “Mesmo pelo sistema público, quando conseguimos vaga, também temos gastos. Para ir para a fisioterapia, por exemplo, temos que pagar um táxi ou pedir para nos levarem, porque a criança tem muita limitação motora e física”.

Segundo o doutor Marco, o SUS garante atendimento a pessoas com microcefalia, que exigem cuidados médicos e estímulos contínuos desde o nascimento até a morte. “O SUS está muito longe de ser eficiente, já que **são poucos os lugares que oferecem serviços específicos para esses**

pacientes”, explica. “Inúmeras crianças portadoras de diversos tipos de deficiências esperam meses ou anos por uma vaga”.

A maior frustração de Thayanne hoje é em relação à inserção de Amanda na sociedade. “Eu gostaria muito de colocá-la em uma escolinha. Recentemente, **abriram escolas que abrigam crianças como ela em Manaus, mas são particulares.** Não dá para eu pagar uma escola dessas, é muito caro”.

Há seis anos, Amanda Vitória recebe do governo federal o Benefício de Prestação Continuada, BPC, pelo INSS, no valor de R\$880 por mês. Mas segundo Thayanne, o **valor mal dá para pagar a alimentação específica da filha**, além das fraldas e outras necessidades diárias. A moça conta que um profissional para ajudá-la nos cuidados com Amanda custaria cerca de R\$2 mil mensais. “Gasto esse dinheiro na base do milagre para fazer render”.

DOMINGO É DIA DE AMANDA CORRER

O preconceito com relação a crianças com microcefalia é outra frustração de Thayanne. “Já fui maltratada em ônibus circular e até por **profissionais da saúde.** Um ortopedista do SUS me disse de maneira muito seca que não adiantava eu correr atrás de cirurgias, que minha filha nunca iria andar, que ela não faria nada mais que vegetar em uma cama”. A lembrança do episódio muda o humor de Thayanne.

Depois de uma hora de conversa, a moça demonstra que, assim como a filha, precisa descansar. Antes de se despedir, resolve terminar sua fala. Com a voz trêmula, continua.

“Eu fiquei entalada com aquilo que esse médico disse. Tem coisas que minha filha não fazia, mas que hoje ela faz. **Se não fosse a esperança e a perseverança – e muitos médicos bons que me ajudaram nesse percurso –, ela não estaria aqui hoje.**” E chora.

"Ela levanta a cabeça, vira de bruços, dá risada, grita. Isso pode não ser nada para algumas pessoas, mas é tudo para mim".

Mesmo com todas essas limitações, Thayanne vem descobrindo uma maneira nova de interagir a filha com a sociedade: o esporte. Desde 2013, as duas participam de uma corrida de rua em Manaus para pessoas com necessidades especiais. Assim como no dia a dia, na competição as duas são uma equipe: Thayanne vai atrás, empurrando o carrinho, e Amanda vai sentada, distribuindo gritinhos e sorrisos.

Nesta semana ocorre a primeira corrida do ano. “Eu não vou porque estou grávida, mas ela e meu marido vão”. Domingo é dia de Amanda Vitória correr.

1.709 BEBÊS COM MICROCEFALIA ABANDONADOS PELO ESTADO

Em 2015, a comerciante baiana Josiane Gomes Santana, 36 anos, de Salvador, descobriu que estava grávida pela quarta vez. Agora, de gêmeos. Depois de se recuperar do susto de descobrir que viriam dois bebês de uma só vez, a comerciante continuou sua rotina de grávida, indo nos médicos e fazendo acompanhamento.

No sexto mês de gestação, porém, um de seus bebês parou de se desenvolver. “Até então eu achava que meus filhos seriam normais”, conta. “No sétimo mês, me internei e fiz um ultrassom. A médica chegou na sala e falou que um dos bebês tinha microcefalia. Minha única reação foi perguntar o que era aquilo. Eu tinha ouvido falar em hidrocefalia, não em micro. Quando ela me explicou o que era, entrei em pânico, fiquei muito assustada”, lembra Josiane.

Receber um diagnóstico como este não é fácil, mas é importante que ele venha o quanto antes, preferivelmente ainda durante a gestação, para que os pais se preparem econômica e

psicologicamente e adequem a casa para a chegada deste bebê com necessidades especiais. Josiane, por exemplo, conta que foi fundamental descobrir antes do nascimento. “Conforme os médicos foram me explicando o que era a microcefalia, eu fui aceitando e me preparando para o parto. Quando eles nasceram, eu já sabia que minha vida mudaria”.



Josiane, mãe dos gêmeos Bernardo (à esquerda) e Pietro

A NOTÍCIA

A comerciante Aline Barbosa Oliveira, 28 anos, já havia perdido um bebê. Por isso, quando recebeu a notícia de que estava grávida de novo, logo no mês do Dia das Mães, ficou radiante.

Tudo corria bem até que, na 12ª semana de gestação, os sintomas de uma intoxicação vieram abalar a felicidade da moça. “Fiquei totalmente emolada e febril por um dia. Os médicos diziam que esses sintomas eram uma alergia resultante de uma intoxicação alimentar. Fiz um tratamento e continuei acompanhando a gravidez, com dois médicos diferentes, porque me deu muito medo perder o segundo filho também”. Nenhum dos dois profissionais detectou que a intoxicação alimentar de Aline era, na realidade, o Zika vírus.

Com 19 semanas de gestação, em agosto de 2015, Aline e o marido descobriram que o filho, Pedro, nasceria com algum problema, mas os médicos ainda não sabiam qual seria. “Naquele período, ninguém falava ainda em Zika ainda”, conta Aline.

A primeira desconfiança dos médicos é que Pedro nasceria com hidrocefalia e que Aline teria que fazer uma cirurgia intrauterina para drenar o líquido da cabeça do neném. “Começou então um período horroroso para nós”, conta Aline, que na época morava em Vila Velha, no

Espírito Santo. “Todos os médicos que eu frequentava eram particulares, não confiava no sistema público de lá. E mesmo os particulares me recomendaram viajar para São Paulo para fazer exames. Foi em um ultrassom feito na capital paulista que vimos que o Pedro tinha a cabeça menor que a média”. Somente na 22ª semana é que Aline teve a confirmação de que seu neném teria microcefalia.



Aline, mãe de Pedro

Em setembro de 2015, com a confirmação da relação entre zika vírus e microcefalia, a gravidez de Aline começou a ser investigada. Através da análise da placenta, confirmou-se que a má formação havia sido causada pela infecção.

Saber se um filho terá microcefalia ou não pode ser uma agonia que dura uma gestação inteira, já que nem todas as mães conseguem antecipar a notícia, como aconteceu com Josiane e Aline.

Natalia Campos de Assis, 20 anos, de Monte Mor, interior de São Paulo, descobriu somente no parto que sua primeira filha, Eduarda Vitória, tinha microcefalia. “Tive dores durante a gravidez toda e ia sempre nos médicos fazer exames, mas nunca me alertaram de nada”, lembra. No oitavo mês, Eduarda Vitória nasceu, prematura.

“Eu me assustei com a cabecinha dela, parecia que estava tudo para dentro. O médico disse que ela não viveria nem três dias ou, se sobrevivesse, ia ser vegetando”. Naquele momento, Natália descobriu que sua filha tinha microcefalia. “Para mim, foi negligência dos médicos eu não descobrir antes que minha filha teria a doença. Se me falassem antes, eu ia me preparando para quando ela nascesse, não ia ser no susto”, conta.

O PAPEL DO ESTADO NOS CASOS DE MICROCEFALIA

O filho de Aline, Pedro, nasceu em fevereiro, no Espírito Santo, e passou 15 dias na UTI por não conseguir mamar em razão de um problema de deglutição. Quando foi para casa, começou outra luta.

“As coisas estão muito precárias em Vila Velha. Assim que o Pedro nasceu, eu entrei na fila para ele ser atendido na APAE”, relata Aline. “Me falavam que quanto mais rápido começássemos os estímulos no bebê, menores seriam os atrasos lá na frente. Então, comecei a ver vídeos no YouTube e eu mesma fazer exercícios com o Pedro, já que ele não conseguia ser chamado e atendido”.

Na terceira reportagem desta série, o neurologista pediatra Marco César R. Roque explicou que os cuidados e estímulos a um bebê com microcefalia devem ser imediatos, com acompanhamento, principalmente, de fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. Segundo o médico, todos esses atendimentos deveriam ser oferecidos pelo sistema público, porém a estrutura que existe hoje é incapaz de atender a todos os brasileiros nessas condições. “O SUS está muito longe de ser eficiente, já que são poucos os lugares que oferecem serviços específicos para esses pacientes”, explicou Marco, lembrando que o número desses pacientes tem crescido cada dia mais depois do surto, mas sem o SUS acompanhar o ritmo em acréscimo de vagas.

Aline conta que, ao ver Pedro completar dois meses de vida e não conseguir nenhum atendimento, resolveu se mudar do Espírito Santo. “Me bateu um desespero tão grande que eu e meu marido vendemos tudo o que tínhamos e fomos para São Paulo em busca de atendimento para o Pedro”. Faz dois meses que a família está em Campinas, cidade dos pais de Aline, sem trabalho e na casa dos pais dela, mas com atendimentos garantidos ao filho. Hoje o bebê faz até natação. “Aqui em São Paulo tem atendimento, mas é tudo muito perdido e longe. Se você não se informar e for atrás, não consegue”, se queixa a mãe, contudo.

Apesar de ter os atendimentos na APAE e os médicos pelo SUS, Aline reclama que os gastos com remédios, fraldas e leite são muito altos. Assim como a maioria das crianças com microcefalia, Pedro tem que tomar diariamente anticonvulsivos e ter uma alimentação específica. “Por mês, de remédio, a gente gasta em torno de R\$120 a R\$150. Além disso, ele não mama no peito, então tenho que comprar uma lata de leite por semana”. O valor de cada lata é R\$50.

Natália também tem as mesmas reclamações de Aline quanto aos gastos. “Não recebo nenhum auxílio da prefeitura, não posso trabalhar porque meu tempo é só para cuidar da minha filha. Só recebo Bolsa Família. Minha família me virou as costas e minha mãe, que é gari e passa por dificuldades, é quem me dá as fraldas do mês”. Natália foi morar com a família do pai da criança e, mesmo os dois estando separados, ela decidiu ficar na casa por causa da filha.

De todas as mães ouvidas pela reportagem d’AzMina, Josiane foi a que conseguiu atendimento mais fácil, na Bahia. “Em Salvador teve muitos casos, então o SUS está dando prioridade para esses bebês. Acredito que conseguir atendimento aqui está sendo mais fácil que em outros lugares, mas não sabemos até quando teremos essa prioridade, porque essa crise já está engolindo muita coisa por aqui”, reclama a comerciante.

“A imunidade do meu filho é muito baixa e ele pega muita gripe, então vamos para a emergência nesse tempo mais frio. Outro dia, chegamos lá e a médica não quis nem vê-lo porque disse que provavelmente ele, por ser microcefalo, precisaria de um leito e lá não tinha lugar. Mas ela nem olhou para ele, nem me deixou entrar no consultório e meu filho estava sufocado. Tive que correr para outro bairro para meu filho ser atendido e internado”, denuncia Josiane.

Por morar com irmãos e sobrinhos e receber ajuda deles, Josiane é a única das mães que não saiu do trabalho com o nascimento do filho. Ela trabalha no bar do seu pai e ganha cerca de R\$450 por mês. O pai dos gêmeos é separado de Josiane. Ele está desempregado e só ajuda quando pode, seja com dinheiro ou levando os filhos nos médicos.

“Nosso sustento vem de lá, não posso não trabalhar. Eu ganho Bolsa Família, mas é uma besteira diante dos gastos, por volta de R\$140. Agora estou correndo atrás do benefício que o meu filho Bernardo tem direito. Estamos agendados para sermos atendidos no INSS”. Josiane se refere ao benefício de Prestação Continuada, pago pelo governo federal e assegurado por lei, que permite o acesso de idosos e pessoas com deficiência a uma renda de um salário mínimo por mês. Mas para poder receber o benefício, a renda familiar deve ser inferior a 1/4 do salário mínimo.

“Eu e meu marido estamos desempregados desde o nascimento do Pedro, mas ainda não conseguimos o benefício”, conta Aline. “É vergonhoso: o governo estipula que, para conseguir o benefício, cada pessoa da casa tem que ganhar R\$200. Como eu estava recebendo o dinheiro de licença maternidade, porque eu pagava particular durante a gravidez, não tive direito a receber o BPC. Os gastos com o Pedro são muito grandes, então agendei outro atendimento no INSS, já que a minha licença maternidade termina este mês e meu marido ainda está desempregado”.

Josiane e Natália também entraram com pedido no INSS para receber o benefício, mas até agora, com quase um ano de vida dos bebês, ainda não conseguiram. Natália é a mãe que está a mais tempo esperando uma resposta do governo: cinco meses.

UMA GERAÇÃO DE BEBÊS MICROCÉFALOS: DE QUEM É A CULPA?

Somente no mês de julho deste ano, mais outros 22 casos de microcefalia foram confirmados. No período, também foram confirmadas mortes de 102 bebês em decorrência da anomalia. O número mais recente demonstra que já são 1.709 bebês com microcefalia desde novembro. Os dados são do Ministério da Saúde.

Grávidas foram orientadas a passar repelente para se protegerem do Aedes Aegypti e a usarem preservativo nas relações sexuais por causa da transmissão do Zika vírus; as mulheres em geral foram “aconselhadas” pelo governo federal a não engravidarem. Em poucos meses, o surto de Zika vírus causou pânico na população nacional e internacional. Cerca de 170 cientistas pediram à Organização Mundial da Saúde, OMS, e ao Comitê Olímpico Internacional que alterem as datas ou a sede dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. O medo do Zika vírus no Brasil correu o mundo.

As orientações do governo, apesar de necessárias, foram isoladas e levaram parte da população a acreditar que o culpado desses casos de microcefalia não era o Estado, segundo explicou a médica infectologista Érika Fontana Sampaio ([leia entrevista completa aqui](#)), mas sim as próprias mulheres.

Todas as mães relataram ter ouvido questionamentos sobre o que elas “fizeram” para seus filhos nascerem com microcefalia.

“Me perguntavam muito quando a mídia falava mais em Zika vírus: ‘nossa, mas você não usava repelente?’, como se a culpa da microcefalia do Pedro fosse minha”, conta Aline.

Em resposta à postura do governo brasileiro e de outros governos sulamericanos, o Alto Comissário para os Direitos Humanos da ONU, Zeid Ra'ad al-Husseini, rebateu em um comunicado: “o conselho dado por alguns governos às mulheres para que evitem engravidar ignora que muitas delas não têm qualquer controle sobre o momento ou as circunstâncias nas quais podem ficar grávidas, especialmente onde a violência sexual é bastante habitual.”

Segundo os médicos ouvidos pela reportagem, o problema do surto de Zika vírus revelou uma incompetência do Estado com saneamento urbano. Para os profissionais, pedir para as mulheres não engravidarem não resolverá o problema de recém-nascidos com microcefalia no Brasil. Assistência estatal aos já nascidos e combate ao mosquito, sim.

MULHERES CRIAM REDE DE SOLIDARIEDADE PARA FAMÍLIAS DE BEBÊS COM MICROCEFALIA



Roberta, à direita, organizou arrecadações para as famílias mais necessitadas que encontrou.

Tudo começou com a empatia de uma mulher por outras e foi se alastrando como uma grande rede de apoio material e emocional para famílias de bebês com microcefalia. Hoje, dezenas de mães contam com essa comunidade para conseguirem criar seus filhos com o mínimo de dignidade.

Segundo a mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Ana Carla Vieira, essas famílias precisam de mais que apenas apoio médico assegurado pelo Estado, o que não vem acontecendo. “É essencial fornecer apoio psicológico e financeiro, já que muitas das mães precisam se dedicar exclusivamente aos cuidados do filho”, explica. “Um dos grandes estressores da vida de mães é a busca por atendimentos aos filhos que muitas vezes são inacessíveis, demorados ou inexistentes. E por “serviço de saúde”

é importante entender diversas especialidades para além da medicina: enfermagem, fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia e etc, exames, cirurgias, acesso a hospitais.”

Enquanto esse tipo de serviço público não vem, nos salva a irmandade feminina. A empatia por outras mães foi, por exemplo, o motor de Roberta Cerantula. No final do ano passado, nos meses em que o país viveu o surto de Zika vírus, ela descobriu que estava grávida do segundo filho. A preocupação em ter de se proteger em um período tão delicado fez a paulistana pesquisar sobre o tema na internet e encontrar a página “Cabeça e Coração”. A plataforma, criada pela jornalista Maria Clara Vieira, pela estudante Maria Julia Vieira e pela economista Cida Nicolau, reúne contato e fotos de mães de bebês com microcefalia que precisam de doações e serviços.

Foi então que Roberta percebeu que também podia fazer parte da outra parte do processo e dar uma mão a mães que não tivessem acesso à mesma rede de apoio que ela. “Fiz uma triagem com três famílias que fossem de São Paulo, para facilitar a logística e para que eu pudesse estar perto dessas pessoas”, conta Roberta. Lançou a página “Microcefalia Vamos Ajudar?”, e mobilizou dezenas de pessoas a doarem artigos de necessidades específicas para essas famílias e produtos em geral, que seriam vendidos e se converteriam em dinheiro para as famílias no que fosse necessário.

Passada essa primeira fase, porém, Roberta enfrentou o problema da logística. Como o surto de Zika vírus atingiu principalmente o Nordeste brasileiro, começaram a surgir pedidos de mães de Natal, Recife e outros lugares atingidos. “Como as pessoas não gostam de doar dinheiro, não tive recursos para fazer com que o projeto crescesse muito para além de São Paulo. É muito caro enviar uma doação para o Nordeste”, relata.

A moça desabafava com uma amiga, que preferiu não ter o nome revelado, quando espalhou o fogo da mudança pro coração dela também: a empresária decidiu que iria bancar a logística do projeto. “Agora estamos em uma triagem para escolher as famílias de fora de São Paulo que mais precisem”. A última ação foi mandar doações, como fraldas e produtos de higiene, para um bebê que está em Natal e nasceu com um grau muito

severo de microcefalia.

"Criar um bebê especial não é fácil para quem tem emprego, recursos, família, imagina para quem não tem?", questiona Roberta.

ALÉM DO DINHEIRO

Pensando no estado psicológico de quem assume a maior parte das responsabilidades sobre essas crianças com necessidades especiais, as psicólogas Anthiele Martins e Julliene Salvino, de Recife, fundaram o projeto **"Mainha – mães de bebês com microcefalia"**. O grupo existe para que essas mulheres possam compartilhar experiências, elaborar o que sentem e construir uma nova perspectiva frente ao diagnóstico. Através da fala, as psicólogas acreditam, essas mães conseguem aliviar sentimentos de angústia, medo e rejeição.

"Sempre que conversávamos sobre o surto de Zika, nos vinha a preocupação: como essas mães estão reagindo?", explica Anthiele. "Tudo pode ser agravante nessa situação: aquela gravidez poderia ser indesejada; ou o contrário, pode ser uma gravidez muito planejada e idealizada. De uma hora para outra, independente do caso, vem a microcefalia. Como ficam essas mulheres?"

Além de oferecer o atendimento presencial e em grupo a essas mães, as psicólogas do "Mainha" produzem vídeos esclarecedores. Mães interessadas podem contatar as psicólogas através da [página do grupo no Facebook](#).

"Cuidar dessas mulheres é também cuidar de seus filhos. A partir do momento em que uma pessoa é cuidada, ela se torna uma cuidadora melhor", explica Anthiele.

O MOMENTO DA NOTÍCIA

Com 35 semanas de gravidez, a pressão alta de **Aline Oliveira** fez com que os médicos resolvessem fazer seu parto ainda prematuro para salvar a vida do bebê, Pedro. O estresse, ela acredita, pode ter colaborado para esse desfecho. "Fiquei muito tensa nesse final de gestação. Além disso, ouvi muita coisa desnecessária e muito foi dito sem cuidado. Um médico, por exemplo, falou que o Pedro não nasceria; outro, que ele viveria só dois meses; vários ficaram fazendo previsões horrorosas sobre o futuro dele, sem terem certeza das coisas".

Natalia Gomes também sofreu um choque **ao descobrir, no parto**, que sua filha tinha microcefalia: “Quando ela nasceu, eu me assustei com a cabecinha dela, parecia que estava tudo para dentro. O médico disse que ela não viveria nem três dias ou, se sobrevivesse, ia ser vegetando”, desabafa. “Muita gente me relatou que, quando recebeu a notícia, teve uma sensação de luto. Eu chorei muito, mas não cheguei a sentir isso. E aceitei, mas a gente sempre quer um filho que não tenha dificuldades na vida.”

Segundo a psicóloga Anthiele, a **angústia do momento em que a notícia é recebida pode gerar depressão pós-parto e transtornos de ansiedade**. “As informações ainda soltas que os médicos podem dar, até pelo fato de o surto ser algo recente, podem gerar confusão nessas mães e acarretar muita angústia e ansiedade”, explica. A profissional ainda afirma que, para os pais que não abandonaram esses bebês, o atendimento psicológico também é importante, assim como é para as mães.

Nenhuma das mães entrevistadas para esta série recebe atendimento psicológico. Algumas afirmaram que já pediram o serviço à assistentes sociais, mas que desistiram por causa da burocracia.

Enquanto o atendimento profissional psicológico não chega, as mães contam com a força da **rede de amizade que elas formam nas salas de espera de consultórios e hospitais**. “Na maternidade onde tive meus gêmeos, várias outras mães tiveram filhos com microcefalia. Então, nós formamos um grupo para mantermos contato”, conta Josiane Santana. “Conversamos sobre nossa rotina, sobre o que os médicos falam, trocamos experiências. Mas quase nunca nos vemos porque a vida não permite, fica muito corrida. Mas quando nos cruzamos em salas de espera, é aquela alegria para conversar!”

Para Ana Carla Vieira, a **idealização da figura da mãe em nossa cultura dificulta ainda mais esse processo**. “Devido à disseminação de uma visão romantizada sobre a maternidade, muitas mulheres levam um choque inicial com as **tarefas e dificuldades sobre as quais ninguém as havia alertado** – tendo filhos com microcefalia ou não”, esclarece. “A depressão pós-parto, por exemplo, é um fenômeno pouco divulgado ou discutido e inúmeras famílias não conseguem identificá-la devido ao **tabu que é uma mãe sentir-se deslocada ou deprimida após a chegada do bebê**.”

Ainda segundo a profissional, quando um bebê nasce com uma deficiência como a microcefalia, as reações podem ser adversas. “É comum falar sobre a elaboração do luto do filho ‘perfeito’, ou seja, a mudança de imagem desse filho idealizado para a imagem do filho com características vistas como incomuns, como a microcefalia. **Esse processo pode envolver a negação, a raiva, a culpa, o medo, a resignação, a revolta**. Essas reações não ocorrem necessariamente em todas as mães, não têm uma ordem pré-definida, nem um tempo previsto”.